

TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

RELATÓRIO ANUAL

2023

Versão PDF das Demonstrações Financeiras.

Havendo divergências entre esta versão e a versão ESEF, prevalece esta última.

ÍNDICE:

- GERAL

- RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO

- CONTAS INDIVIDUAIS

- CONTAS CONSOLIDADAS

- GOVERNO DA SOCIEDADE

- OUTRAS INFORMAÇÕES

GERAL

CORPOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Jorge Manuel Coutinho Franco da Quinta

Secretário: António José da Cruz Espinheira Rio

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: José Reis da Silva Ramos

Vogal: Maria Angelina Martins Caetano Ramos

Vogal: Miguel Pedro Caetano Ramos

Vogal: Gisela Maria Falcão Sousa Pires Passos

Vogal: Tom Fux

Vogal: Kazunori Takagi

Suplente: Florian Patrice Gregory Aragon

CONSELHO FISCAL

Presidente: Maria da Conceição Monteiro da Silva

Vogal: José Domingos da Silva Fernandes

Vogal: Daniel Broekhuizen

Suplente: Francelim Costa da Silva Graça

Suplente: Tomokazu Takeda

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Efetivo: Deloitte & Associados, SROC S.A.

Suplente: João Carlos Henriques Gomes Ferreira

COMISSÃO DE NOMEAÇÕES, AVALIAÇÕES E REMUNERAÇÕES

Presidente: João António Ferreira de Araújo Sequeira

Vogal: Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

Vogal: Jorge Manuel Cerqueira Magalhães

RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO

ÍNDICE

- INTRODUÇÃO
- MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
- PRINCIPAIS INDICADORES DO GRUPO
- O MODELO DE NEGÓCIO
- AS EMPRESAS DO GRUPO TOYOTA CAETANO: APRESENTAÇÃO, ESTRATÉGIA E PERFORMANCE
- O CONTEXTO MACROECONÓMICO E O DESEMPENHO DO GRUPO TOYOTA CAETANO
- OS RISCOS DO NEGÓCIO
- OUTRAS INFORMAÇÕES
- DECLARAÇÃO
- EVENTOS SUBSEQUENTES
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- CONSIDERAÇÕES FINAIS E AGRADECIMENTOS
- INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO
E FISCALIZAÇÃO DA TOYOTA CAETANO PORTUGAL, SA
- FORMULÁRIO

INTRODUÇÃO

De acordo com o disposto na alínea a) do número 1 do artigo 29.º-G do Código dos Valores Mobiliários foi elaborado o Relatório de Gestão e a proposta de aplicação de resultados a seguir apresentados, bem como os respetivos Anexos em concordância com o disposto nos artigos 65.º, 66.º e 508.º-C do Código das Sociedades Comerciais. Para cada uma das Empresas integrantes do perímetro de consolidação da Toyota Caetano Portugal, S.A. (“TCAP”), será apresentada uma indicação dos principais acontecimentos ocorridos no exercício e o respetivo impacto nas demonstrações financeiras.

Nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais, a Toyota Caetano Portugal opta pela publicação de forma autónoma, do Relatório de Sustentabilidade, que se encontra publicado e disponível no sítio da internet da sociedade em <https://toyotacaetano.pt/desafio-ambiental-toyota-2050/>.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2023 foi, para todos, sinónimo de desafios. As consequências da sucessão de acontecimentos a que assistimos nos últimos anos continuaram a fazer-se sentir. Lidamos, por isso, com um período de grande volatilidade e um contexto externo desfavorável. A inflação continuou a impactar o custo de vida dos portugueses; a entropia nas cadeias de abastecimento dificultara a capacidade de resposta imposta pelo mercado; a instabilidade política trouxe a incerteza na governação do país.

Apesar disso, para nós, 2023 foi, acima de tudo, sinónimo de conquistas. Como tal, reforçamos a certeza que, por cada desafio que se impõe, contamos sempre com uma garantia: a Família Toyota.

Nela encontramos a experiência, competência e paixão que oferecem a solidez e confiança com que habituamos os nossos parceiros, clientes e comunidade. Com ela tornamos o último ano, mais um exemplo de crescimento, de novos projetos, produtos e ambições.

Na Toyota, aos bons resultados, juntamos a inovação que sempre nos caracterizou com o lançamento da garantia de 10 anos Toyota Relax, um instrumento fundamental para podermos aumentar ainda mais as nossas taxas de retenção. É esta ambição por continuar a evoluir que nos caracteriza e que, agora, mais do que nunca, se reflete, também, naquele que é o novo posicionamento da nossa marca, lançado em 2023. Agora, com a Toyota, “Vamos Mais Além”. Um posicionamento que demonstra o caminho que queremos percorrer como marca para o futuro.

E esse caminho faz-se, igualmente, de profissionais motivados e preparados para atender os clientes. Assim, com o BRiT *Live*, continuamos a potenciar os nossos concessionários para serem o *Best Retailer in Town*. Hoje, fruto deste e de outros projetos, contamos com uma rede de concessionários revitalizada e pronta para satisfazer a procura dos consumidores.

O bom trabalho por todos desenvolvido é reconhecido com a atribuição do prémio “Marca 5 estrelas” pelo quinto ano consecutivo.

Na Divisão de Equipamentos Industriais, mostramos ser capazes de contornar os desafios e superamos os objetivos de faturação. Estes resultados refletem-se na nossa quota de mercado que determina a continuidade na liderança do setor. Resultado que muito nos orgulha e que mantém a nossa marca como uma referência.

Na Toyota Caetano Portugal – Ovar, o ano que passou foi sinónimo de novos projetos. À semelhança do que já fizemos no passado, demos provas de estar à altura dos desafios daqueles que acreditam em nós.

A Toyota Motor Europe, 53 anos depois, mantém intacta a sua confiança no nosso trabalho. A ela respondemos com dedicação, persistência e inovação.

É desta convicção que na nossa unidade fabril de Ovar nasceu mais um projeto, o APM: *Accessible People Mover*, um veículo de mobilidade elétrica inclusiva. Com uma produção de 250 unidades e um investimento aproximado de 10 milhões de euros, o APM estará nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos – Paris 2024.

Também a CaetanoBus continua a dar mostras do importante contributo na mobilidade coletiva zero emissões. Hoje, a nossa marca é já líder de mercado em autocarros a hidrogénio. Para atingir este marco, a muito se deve os vários contratos celebrados ao longo do último ano que prometem levar os nossos veículos cada vez mais longe. A reputação da nossa marca e o *know-how* da área do hidrogénio conduziu, ainda, a uma nova parceria estabelecida com a TEMSA no desenvolvimento de um autocarro elétrico a hidrogénio, segmento turismo, que deverá chegar às estradas já nos inícios de 2025.

Já na KINTO, 2023 foi mais um ano de afirmação dos nossos objetivos para a marca: ser uma “*one stop shop*” de serviços de mobilidade, tornando-se a referência para todos os tipos de Clientes. Neste contexto, começou a ser desenvolvida a introdução de soluções alternativas de mobilidade, centradas na adequação da oferta à tipologia de utilização de viatura ainda durante os anos de 2021 e 2022. Assim, 2023, significou a consolidação destes novos produtos.

O empenho na contínua melhoria e evolução da nossa atuação, estende-se, cada vez mais, à sustentabilidade. Através do Programa Ser Sustentável, vamos continuar a ajudar as pessoas a moverem-se por um amanhã melhor. Através do compromisso com as pessoas e o planeta, consubstanciamos a nossa responsabilidade.

Na vertente ambiental, mantemos os olhos postos na otimização e eficiência dos nossos processos, edifícios e recursos: continuamos a aposta na produção e utilização de energias renováveis, a melhoria da gestão e tratamento de resíduos, redução dos consumos de água e a utilização de produtos recicláveis.

Na mesma linha, tendo em vista a redução do impacto das suas operações, a Toyota Caetano Portugal – Fábrica de Ovar, deu mais um passo para a construção de um negócio cada vez mais alinhado com os desafios ambientais do presente e do futuro. Por esse motivo, juntamente com outras 20 empresas, vai participar na construção de um roteiro de descarbonização do setor.

Nas pessoas, continuamos a ter nelas o elemento central da nossa atuação. A valorização do capital humano é fundamental para o sucesso da nossa atuação. Promover, por isso, um ambiente de trabalho saudável e produtivo que respeita as singularidades de cada um e potencia as suas principais competências é, para nós, uma obrigação. Por esse motivo, assentamos a nossa atuação em três eixos: priorização da diversidade, equidade e inclusão, conciliação entre a vida pessoal, profissional e familiar e na formação das nossas pessoas. Somados, representam um ambiente que estimula a criatividade, crescimento e desenvolvimento contínuo, capacitando as nossas pessoas a alcançar seu pleno potencial.

Junto da comunidade, reforçamos a nossa ligação e proximidade, uma marca profunda da nossa atuação. Continuamos com a iniciativa “1 Toyota, 1 Missão”, desta vez, em parceria com a Acreditar. Esta iniciativa permitiu a doação de 33.000€, garantindo quartos para famílias de crianças em tratamentos oncológicos.

Por todo este bom desempenho estou convencido que, independentemente da conjuntura que nos espera no novo ano, continuaremos a dar mostras da nossa competência.

2024 será certamente um ano de desafios e algumas incertezas: o contexto político e social, a evolução económica e o mundo em contração. Estas variáveis terão naturais impactos nas nossas operações, mas partimos com os ingredientes fundamentais: uma dinâmica de marca forte, uma organização estruturada, com equipas coesas e com um grande espírito de partilha.

É assim que conquistamos a confiança de clientes, parceiros e fornecedores. Aos quais vamos continuar a responder com empenho, inovação e qualidade. É isso que é esperado de uma marca líder e de referência nacional.

Com todos eles, “vamos mais além”.

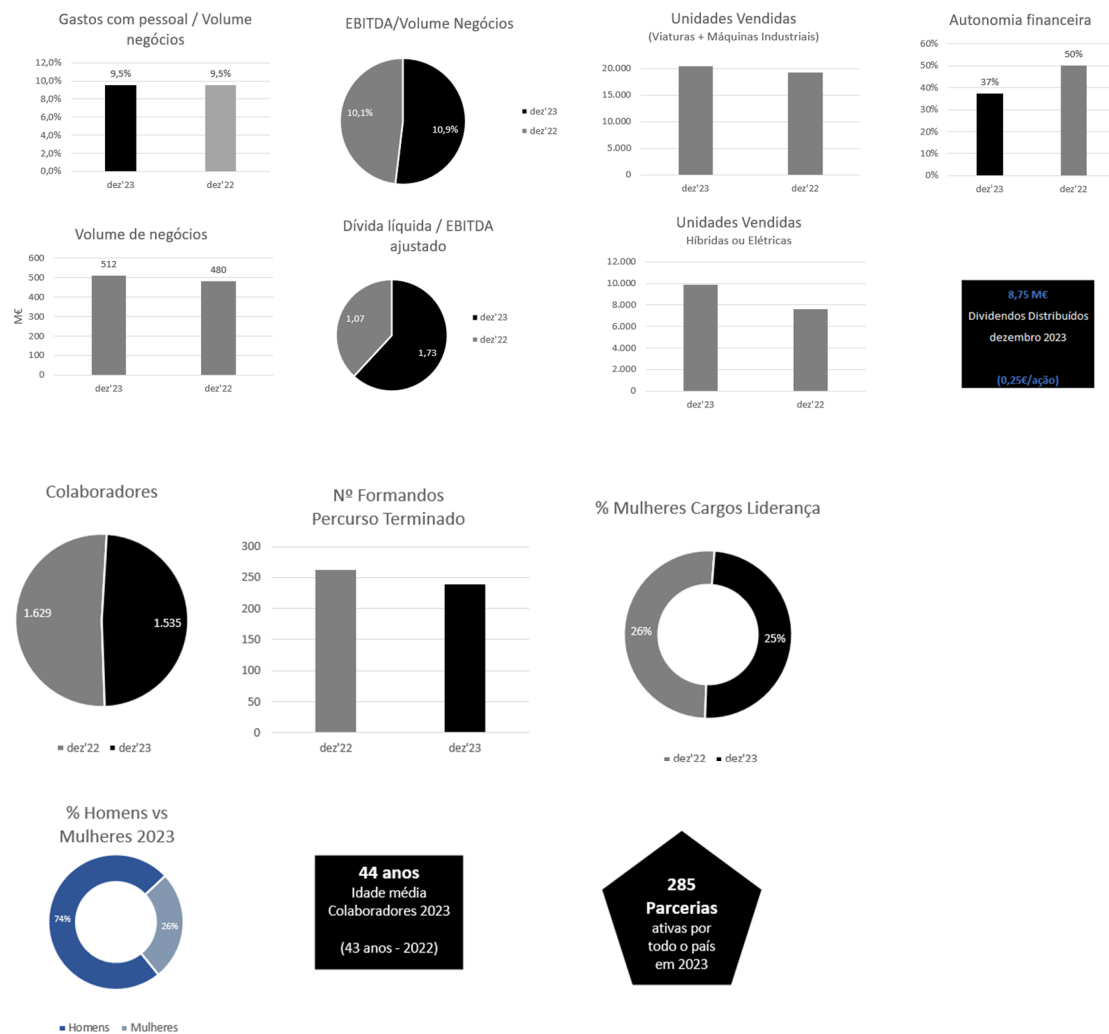
Muito obrigado.

José Ramos

Presidente & CEO Toyota Caetano Portugal

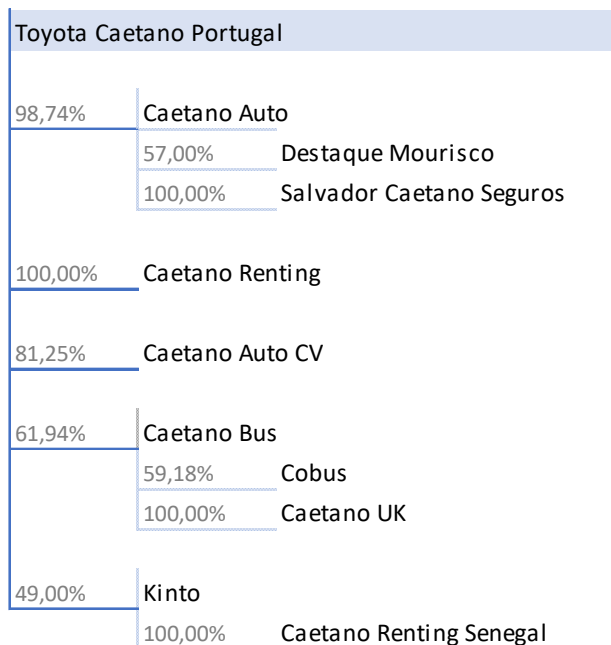
PRINCIPAIS INDICADORES DO GRUPO

Para a Toyota Caetano Portugal o ano de 2023 foi desafiante: procurou-se superar os objetivos propostos, continuando a apostar nas Pessoas e num futuro melhor, mais sustentável e inclusivo.



O MODELO DE NEGÓCIO

O Grupo Toyota Caetano é composto pelas empresas operacionais representadas no organograma abaixo:

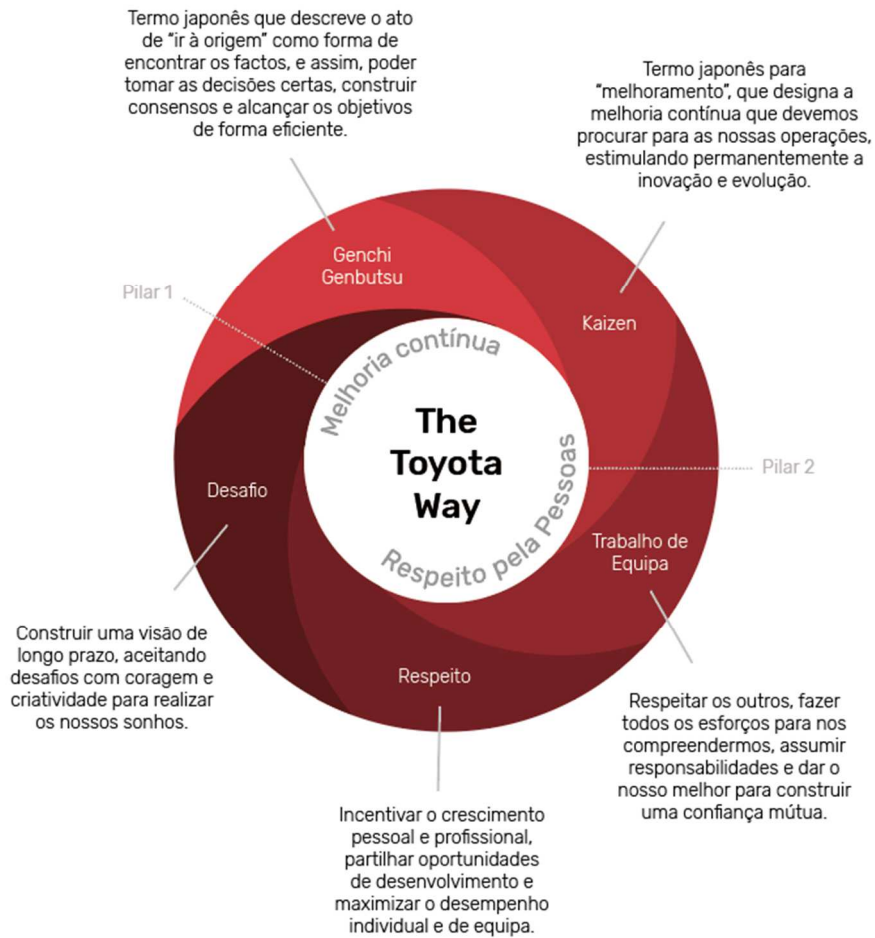


O Grupo Toyota Caetano, através das empresas que o compõem, atua em várias áreas de negócio e, apesar de estratégias individuais, todas elas convergem para um fim único:

Ser a marca de mobilidade mais progressiva e procurada no mercado, pelo que trabalhamos ativamente para alcançar a neutralidade carbónica até 2050 com soluções acessíveis e flexíveis em prol das Pessoas e da Comunidade.

Pretendemos operar um negócio sustentável, progressivo e lucrativo e ter aqui um ótimo lugar para se crescer e trabalhar.

O nosso modelo de negócio segue a Filosofia *Toyota Way*:



AS EMPRESAS DO GRUPO TOYOTA CAETANO: APRESENTAÇÃO, ESTRATÉGIA E PERFORMANCE

Neste capítulo apresenta-se cada uma das empresas que fazem parte do Grupo Toyota Caetano, a sua estratégia e evolução dos negócios: desempenho no ano de 2023 e perspetivas para o ano de 2024.

TOYOTA CAETANO PORTUGAL SA

A Toyota Caetano Portugal, S.A. é a empresa-mãe deste Grupo; é aqui que se concentram as seguintes atividades:

Divisão Toyota e Lexus

É a unidade de negócio da Toyota Caetano Portugal nomeada pela Toyota Motor Europe, que detém a atividade exclusiva de Importador das marcas Toyota e Lexus, quer na comercialização e venda de viaturas novas, quer na de viaturas seminovas de confiança, através dos seus Programas Exclusivos TUC (Toyota Usados de Confiança) e Lexus *Select*, complementada pela venda de peças e acessórios originais Toyota e Lexus. Cabe também neste segmento a atividade do *Hub* Toyota e Lexus onde todas as viaturas são preparadas para entrega.

Para a venda dos produtos acima referidos, a Toyota Caetano Portugal conta com uma rede de Concessionários e Reparadores Toyota e Lexus Autorizados, por si nomeada, gerida e permanentemente monitorizada, sempre com um espírito de exceder as expectativas dos Clientes.

Divisão de Equipamentos Industriais

Área de negócio responsável pela importação, comercialização (venda e aluguer) e atividade de após venda de equipamentos industriais (empilhadores contrapesados e equipamentos de armazém), bem como apresentação de outros serviços e soluções de negócio.

Divisão Fabril de Ovar (segmento industrial)

Fabricação e montagem de viaturas Toyota e componentes para autocarros.

A estratégia da Toyota Caetano Portugal, S.A., é distinta, ainda que complementar, nas 3 áreas de negócio que desenvolve:

Ao nível da Divisão Toyota e Lexus, a atividade comercial e após venda destas marcas tem como objetivo ser a marca de mobilidade mais progressiva e reconhecida no mercado.

Para atingir esta meta, a estratégia passa por liderar na eletrificação, oferecendo uma ampla gama de tecnologias (viaturas híbridas – HEV, híbridas *Plug-In* – PHEV, elétricas a bateria – BEV e célula de combustível a hidrogénio – FCEV), contribuindo ativamente para os objetivos traçados a nível nacional e europeu, de forma a alcançar a neutralidade carbónica até 2050, apresentando soluções para todos os tipos e perfis de utilizadores. Para além disso, passará por oferecer diversas soluções de mobilidade acessível e flexível, em comunhão de esforços com os nossos parceiros de negócio Toyota Kreditbank GmbH – Sucursal em Portugal (Toyota Financial Services / Lexus Financial Services) e a empresa de mobilidade Kinto Portugal, S.A..

A Toyota Caetano Portugal quer ainda garantir a oferta de uma excelente experiência ao cliente e subsequentes recomendações por parte do mesmo, alicerçada pelo Programa BRIT (*Best Retailer in Town*), lançado em 2019 para toda a rede de concessionários, onde todos têm como objetivo ser o melhor concessionário da zona onde operam.

A acrescentar a este programa, a Empresa tem apostado nos canais digitais (*Omni-channel*), na conectividade e serviços associados e no conceito *One Stop Shop*, onde o cliente encontrará tudo o que necessita, como por exemplo uma oferta alargada de viaturas ligeiras de passageiros e comerciais, novas e usadas, venda de peças e acessórios genuínos, contratos de manutenção, venda de seguros de marca, oferta de soluções de mobilidade flexível, entre outros.

Apesar da meta ambiciosa, a Toyota Caetano Portugal não descarta o contributo que quer deixar à sociedade. Assim, considera ser fundamental potenciar a forte reputação da marca através da parceria com os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, da oferta de soluções sustentáveis de mobilidade, subjacente a uma ótica de total descarbonização, sem deixar ninguém para trás, do desenvolvimento e teste de novas tecnologias no contexto extremo da competição automóvel e estando sempre na vanguarda da inovação. Tendo por base este pressuposto, durante 2023, traçamos uma estratégia de marca onde nos focamos na ambição de ir sempre mais além.

O nosso compromisso de longo prazo com a sociedade e meio envolvente reflete-se também nas iniciativas “Um Toyota Uma Árvore”, que se iniciou em 2005, e planta uma árvore por cada Toyota vendido. Em 2019, lançamos a ação “Um Toyota Uma Missão” que apoia projetos de solidariedade social.

Todas estas estratégias e políticas estão em linha com as do fabricante, Toyota Motor Europe, e procuram capitalizar o valor das viaturas ao longo do seu ciclo de vida, assim como reconhecer o valor único dos clientes, proporcionando-lhes uma experiência personalizada e gratificante, que fortaleça a sua fidelização e relação com a marca.

Na atividade da **Divisão de Equipamentos Industriais**, a estratégia e os objetivos estão integrados com os valores de ambos os acionistas e perfeitamente alinhados com o nosso *stakeholder* e representada, a Toyota Material Handling Europe (TMHE).

A TMHE definiu a sua própria visão, tendo como objetivo atingir “*Zero Muda*”, ou seja, eliminar todas as ineficiências e desperdícios ao longo das várias cadeias de produção, abastecimento e fornecimento aos clientes.

A visão “*Zero Muda*” constitui, assim, a abordagem fundamental da estratégia: qualidade em tudo o que fazemos, colocando o cliente sempre em primeiro lugar e no centro da atividade.

Potenciar a qualidade (dos nossos produtos e serviços) e proporcionar uma experiência de excelência ao cliente são, assim, os pilares desta estratégia cuja implementação passa por:

- Foco no cliente: ouvir constantemente o cliente, perceber as suas necessidades e oferecer soluções flexíveis e customizadas, correspondendo, e se possível, excedendo as suas expectativas;
- Transformação e adequação da oferta: (i) disponibilização de produtos *premium* e serviços de excelência: mais tecnologia, maior ergonomia, maior sustentabilidade; (ii) oferta diversificada não apenas em termos de produto, mas também no que respeita à forma de operacionalizar o negócio (venda, aluguer de médio prazo ou aluguer de curta duração); (iii) soluções capazes de responder aos desafios atuais: automação, conectividade e produtividade; soluções energéticas mais eficientes e sustentáveis;
- Pensamento *Lean*: procurando a melhoria contínua (*Kaizen*) em tudo o que fazemos, no desenvolvimento dos produtos e na prestação de serviços, quer ao nível da redução de custos para o cliente quer ao nível da melhoria da produtividade;
- Competência como vantagem competitiva: forte imagem de marca, qualidade e fiabilidade do produto, aposta contínua na inovação, elevado *know-how* e experiência dos recursos (quer nas vendas quer no após venda), sempre imbuído da forte cultura do Toyota *Way*.

Os equipamentos Toyota ajudam a movimentar o mundo, numa forma eficiente para o cliente e sustentável para a sociedade.

Fielis a esta estratégia, a Toyota Caetano Portugal pretende manter o seu posicionamento de marca líder no mercado.

Numa ótica de sustentabilidade e orientação para o futuro, e com total respeito pela preservação ambiental, a TMHE tem investido fortemente no desenvolvimento de novas tecnologias, como por exemplo a tecnologia de hidrogénio, e pretende manter a marca na vanguarda do desenvolvimento, ajudando a construir um futuro mais sustentável para as gerações vindouras.

A Divisão Fabril de Ovar, alinhada com a visão Toyota, tem como objetivo atingir o *Leading manufacturer for compact car profitability*, seguindo uma abordagem estratégica industrial competitiva a longo prazo.

Esta estratégia assenta na aposta na diversidade de produtos e na otimização de investimentos, passando pelo aumento da competitividade da produção acompanhada da construção de uma base de fornecedores competitiva a nível mundial, na transformação digital (I4.0), flexibilidade da produção e otimização do *supply chain*. Tudo com o denominador comum que é a neutralidade carbónica e com o objetivo de construção de uma organização mais ágil, resiliente e qualificada, capaz de se auto-motivar e reter o talento.

Garantir que a sustentabilidade do negócio seja atingida a longo prazo e que seja um marco do seu futuro é uma preocupação constante. Nesse sentido, aposta na exploração de novas oportunidades de negócio em parceria com entidades externas e, com o apoio da Toyota Motor Corporation e Toyota Motor Europe, tem em análise vários projetos para a produção e conversão de veículos elétricos.

No que diz respeito à segurança, é compromisso da Toyota Caetano Portugal assegurar que continua a ser uma prioridade absoluta, nomeadamente garantir zero acidentes e aplicar princípios de ergonomia adaptados a fábricas que apresentem um *takt-time* longo.

Como estratégias de atividades de melhoria na produção, a Toyota Caetano Portugal, na sua fábrica de Ovar, vai continuar a executar o FMDS (*Floor Management Development System*), desenvolver as suas pessoas através de uma formação contínua e próxima e a implementar, em todas as seções, o “Melhor Processo, Melhores Pessoas, Melhor Gestão”. Objetiva ainda a

utilização permanente do ciclo PDCA (*Plan, Do, Check, Act*) e o desenvolvimento da automação inteligente, mantendo um equilíbrio entre o homem e a máquina.

Reforçar e reter o talento, desenvolver e implementar o projeto de digitalização "Fábrica sem papel" são outros pilares da estratégia da Fábrica de Ovar; hoje a atividade *Hoshin* é uma realidade na fábrica na procura da excelência na liderança em cada área, com maior envolvimento e compromisso.

A Fábrica encontra-se em processo de transformação, no sentido de se tornar mais eficiente e ecológica. Este processo engloba projetos muito importantes para o seu desenvolvimento e destaque, e que darão resposta ao Desafio Ambiental Toyota 2050. Este desafio, anunciado em 2015, inclui seis pilares:

- 1º Desafio: Novas viaturas com zero emissões de CO₂ => a redução das emissões CO₂ das viaturas Toyota em 90,0% até 2050;
- 2º Desafio: Ciclo de Vida do Produto com zero emissões => eliminar as emissões de CO₂ em toda a produção e condução de viaturas;
- 3º Desafio: Zero Emissões de CO₂ nas Fábricas => eliminar as emissões CO₂ no processo de produção da fábrica, reciclar e reutilizar o máximo possível;
- 4º Desafio: Minimizar e Otimizar a utilização de Água;
- 5º Desafio: Estabelecer um Sistema de Reciclagem => promover formas de reciclagem para contribuir para uma sociedade amiga do ambiente;
- 6º Desafio: Estabelecer uma Sociedade Futura em harmonia com a Natureza => operacionalização de projetos que contribuam para a conservação da Natureza.

DIVISÃO TOYOTA E LEXUS

Para a Toyota Caetano Portugal, o ano de 2023 ficou marcado por um conjunto variado de desafios e novos projetos.

Uma vez mais com o empenho, dedicação e esforço de todas as pessoas, os desafios foram ultrapassados com sucesso.

ATIVIDADE DE IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE VIATURAS TOYOTA

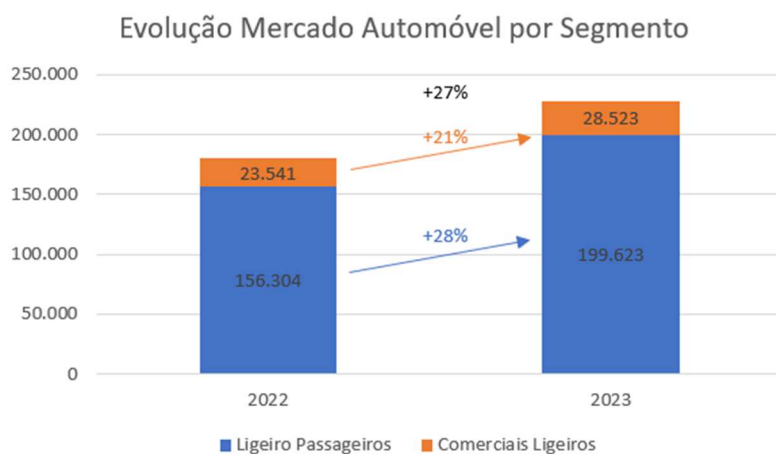
O ANO DE 2023

Enquadramento do Mercado de Viaturas Ligeiras

A evolução do mercado automóvel de viaturas ligeiras registou um expressivo crescimento de 27% face ao ano anterior, evidenciando uma normalização em termos de fornecimentos para a generalidade das marcas.

Após a forte quebra de 2020, a recuperação verificada decorreu a um ritmo bastante mais lento como consequência das restrições de produção e fornecimento que toda a indústria automóvel enfrentou, fruto das limitações de disponibilidade de semicondutores e outros componentes da extensa e complexa cadeia de fornecedores.

Desta forma, e refletindo esta progressiva normalização das cadeias de abastecimento que permitiu ir de encontro à maior procura e à satisfação de encomendas ainda pendentes, o mercado de viaturas ligeiras de passageiros registou crescimento de 28%, enquanto o mercado de viaturas comerciais, ainda condicionado por algumas limitações de fornecimento, registou um crescimento de 21%.



Fonte: ACAP

Viaturas Toyota

O desempenho da marca Toyota traduziu-se em incremento de volume de vendas em 1.522 unidades o que correspondeu um crescimento de 14%.

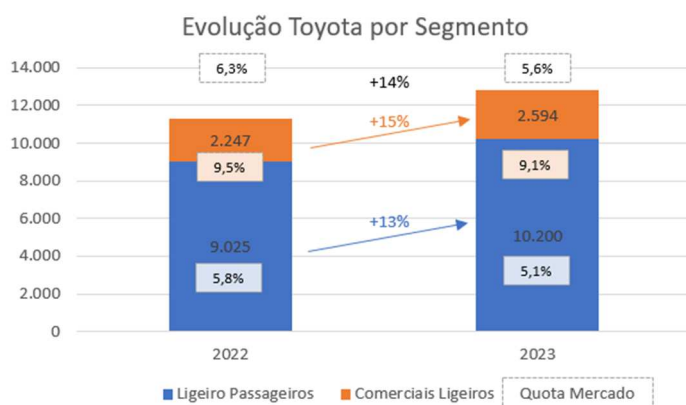
Após um ano de forte crescimento em termos de quota de mercado, o ano de 2023 refletiu algum abrandamento como consequência das limitações de fornecimento em alguns modelos de maior potencial de venda, em que não foi possível converter os elevados índices de procura na realização de vendas. Não obstante esta situação, a marca posicionou-se no 6º lugar no ranking de vendas de viaturas ligeiras com 5,6% de quota.

Detalhando esta performance por segmentos:

- Nos Ligeiros de Passageiros, a Toyota apresentou um crescimento de 13% com elevado contributo dos modelos Yaris, Yaris Cross, Corolla Cross, C-HR e bZ4X;

De assinalar ainda o início de vendas do novo modelo Prius Plug-In / PHEV que vem complementar e diversificar a oferta da marca nas motorizações híbridas Plug-In, juntando-se ao SUV RAV4. A vasta oferta de viaturas eletrificadas com tecnologias híbrida (10 modelos), híbrida Plug-In (2 modelos), elétrico a bateria (1 modelo) e célula de combustível a hidrogénio (1 modelo), vem dar um importante contributo no trajeto da marca para a obtenção da neutralidade carbónica, que visa proporcionar soluções flexíveis e sustentáveis de mobilidade para os mais diversos perfis de utilização. Em 2023 as viaturas eletrificadas representaram já cerca de 77% do total de vendas de ligeiros de passageiros Toyota.

- Nas viaturas Comerciais Ligeiras, o volume de crescimento foi um pouco mais expressivo o que permitiu a manutenção do valor de quota de mercado no patamar dos 9%, ascendendo também a marca à 4ª posição no ranking de vendas de viaturas comerciais.



Fonte: ACAP

PERSPETIVAS PARA O ANO 2024

Apesar de algumas incertezas na evolução das taxas de juro e alguma indefinição sobre o contexto sociopolítico mundial, será de esperar que o mercado mantenha a tendência de recuperação, perspetivando-se um crescimento de aproximadamente 5,0% no mercado total de viaturas ligeiras.

Relativamente à marca Toyota, espera-se já uma maior estabilidade na disponibilidade de fornecimento de alguns modelos, que permitirá alcançar um valor de crescimento ligeiramente superior ao projetado para o mercado.

As prioridades e os objetivos definidos para 2024 passam por:

- Continuar a aposta na reputação e no valor da marca, vincando a liderança a nível da redução de emissões, através de um portfólio diversificado de viaturas com várias tecnologias de eletrificação: híbrida – HEV; híbrida *Plug-In* – PHEV; elétrica a bateria – BEV; célula combustível a hidrogénio – FCEV.
- Focar nos segmentos com maior volume de vendas (segmentos B e C), onde a marca apresentará novidades durante o ano de 2024. No segmento B irá alargar a oferta para os modelos Yaris e Yaris Cross com a introdução de uma nova motorização híbrida (HEV) de 130 cavalos, tornando a Toyota na única marca a apresentar 2 motorizações híbridas neste segmento. No segmento C também será introduzida a motorização *Plug-In* (PHEV) para o modelo C-HR, aumentando as opções da Toyota neste mercado.
- Manter o foco na gama de viaturas comerciais, dando continuidade à longa liderança do modelo Hilux no seu segmento e explorando novos segmentos e áreas de atividade através da renovação, em maio, dos modelos Proace e Proace City, quer nas suas versões elétricas a bateria, quer nas versões a diesel. No final de 2024 com o lançamento da Proace Max (furgão de grandes dimensões), a Toyota passará a contar com modelos em todos os segmentos do mercado de comerciais, consolidando ainda mais a força da marca neste mercado.
- Continuar a expandir a oferta de soluções de mobilidade acessível e flexível, com os nossos parceiros Toyota Financial Services e Kinto Portugal.

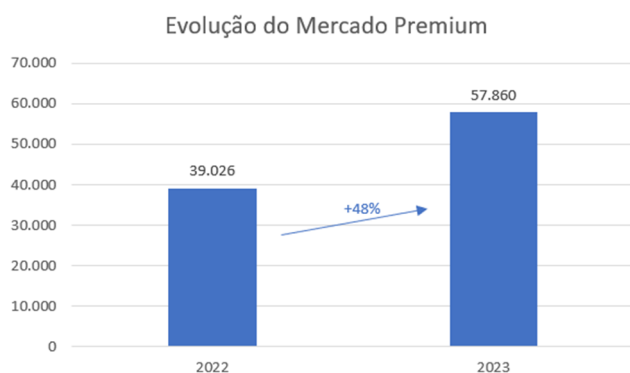
ATIVIDADE DE IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE VIATURAS LEXUS

O ANO DE 2023

Enquadramento do Mercado de Viaturas Premium

O Mercado *Premium* registou um volume de crescimento de 48%, valor superior ao verificado no mercado global de ligeiros de passageiros, incrementando desta forma a sua representatividade neste mercado para 29% do total de vendas.

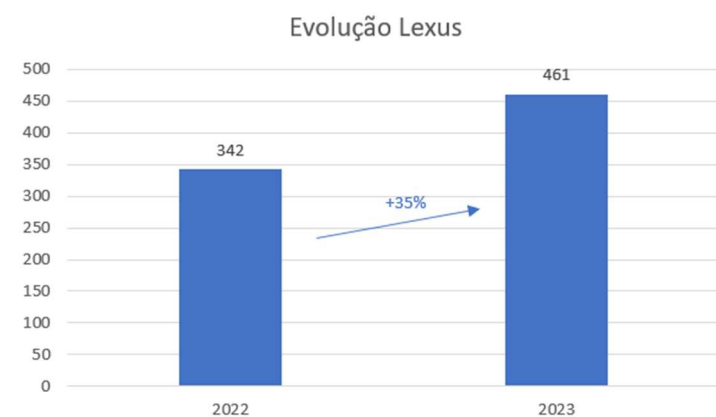
Durante 2023 verificou-se um crescimento do Mercado *Premium* fortemente impulsionado pela transição para viaturas elétricas a bateria e híbridas Plug-In, que representaram 2/3 do total das vendas.



Fonte: ACAP

Viaturas Lexus

A Lexus, durante o ano de 2023, alcançou o seu terceiro melhor resultado de sempre, com um total de 461 viaturas matriculadas e uma quota no Mercado *Premium* de 0,8%. Este resultado foi marcado pela performance dos modelos NX e RX (motorizações PHEV) e RZ (motorização BEV), os quais representaram 66% do total de matrículas da marca. O público-alvo deste tipo de motorização é predominantemente o mercado empresarial, fruto do conjunto de benefícios fiscais aplicáveis às viaturas com motorizações PHEV e BEV, e nos quais a Lexus se conseguiu integrar eficazmente. Os produtos financeiros da marca (Lexus Financial Services e Kinto) desempenharam um papel importante para os resultados da marca, tendo os mesmos sido a opção do Cliente Lexus na Rede de Retalho em 44% das viaturas novas vendidas.



Fonte: ACAP

PERSPETIVAS PARA O ANO 2024

Com a maior estabilidade esperada em termos de disponibilidade de fornecimento na generalidade dos modelos e com a entrada da marca no segmento B SUV, com o lançamento previsto para março do novo modelo LBX, as perspetivas passam por dar continuidade à tendência de significativo crescimento.

A introdução do modelo LBX virá preencher a lacuna deixada pela descontinuação do modelo CT200h em 2021, passando a ser o principal modelo de acesso à marca.

As prioridades e objetivos para o ano de 2024 passam por:

- Capitalizar os bons resultados obtidos e a oportunidade de crescimento na gama de viaturas *Plug-In* (NX 450h+, RX 450h+) e elétricas a bateria (RZ450e);
- Explorar as novas oportunidades de mercado proporcionadas pela introdução do novo modelo LBX;
- Dinamizar a oferta de soluções de mobilidade acessível e flexível, com os nossos parceiros Lexus Financial Services e Kinto Portugal.

ATIVIDADE DE APÓS VENDA TOYOTA E LEXUS

O ANO DE 2023

A Atividade Após Venda assume um papel fundamental na estratégia da Toyota, potenciando a retenção do cliente na rede Toyota e colocando a marca como primeira opção no momento de adquirir uma viatura nova.

Para a Toyota Caetano Portugal, a faturação Após Venda, no ano de 2023, gerou um total 45,2 Mio€. Este valor inclui as peças e os serviços relacionados com Extensões de Garantia e Assistência Total.

A atividade comercial de peças, excluindo as garantias e os serviços, totalizou 39,1 milhões de euros. Este valor traduz-se num crescimento de 10,0% face ao ano de 2022.

	2023	2022	Varição (%) 2023/2022
Peças	39.126.182 €	35.578.279 €	10,0%

Apesar das incertezas com que se iniciou o ano 2023, este apresentou um crescimento consolidado na área do Após Venda. Não deixou, contudo, de ser um ano de muitos desafios. Por esse motivo, a TCAP manteve o foco na estratégia orientada para o cliente, respondendo às suas necessidades e prestando um serviço de excelência. Os resultados positivos indicam estar no caminho certo.

Destacam-se algumas das iniciativas empreendidas que contribuíram para os resultados:

- Lançamento e divulgação do Programa Toyota e Lexus Relax – 10 anos de Garantia, para todos os Toyota e Lexus (novos e em circulação). Trata-se de um projeto pioneiro no mercado, com uma proposta única e diferenciadora que reforça a imagem de qualidade das viaturas Toyota e Lexus. A garantia Toyota / Lexus Relax é a garantia que chega até 10 anos ou 200.000 km (primeiro dos dois a terminar) e disponível para todos os clientes. Com base na confiança que depositamos nas nossas viaturas e nosso serviço especializado, foi criada uma garantia mais extensa, bastando ao cliente fazer uma revisão numa oficina autorizada Toyota / Lexus para usufruir da mesma. No final de 2023 já existiam mais de 25 mil clientes a usufruir deste serviço;
- Realização do Toyota *Day* a nível nacional, conseguindo reunir cerca de 3.700 clientes num dia de celebração da marca;

- Alargamento e atualização do Serviço 5+, passando a incluir um conjunto alargado de viaturas comerciais;
- Lançamento de várias campanhas com incentivos à venda de diversos componentes relevantes para os clientes, com a finalidade de aumentar a retenção nas Oficinas;
- Realização de várias campanhas *trade* nacionais, para dinamização da venda de peças ao balcão;
- Renovação dos Programa de Incentivos à venda de pneus bem como dinamização deste produto através de campanhas.

A performance Após Venda da TCAP foi ainda reconhecida internacionalmente pela Toyota Motor Corporation e Toyota Motor Europe, com a atribuição de:

- Reconhecimento europeu no âmbito do *Customer Excellence Award*, pela liderança, dedicação e esforço no ano anterior;
- Liderança europeia na área de gestão de cadeia de valor (VCPM 25), bem como seleção de várias iniciativas (exemplo: comunicação de acessórios, Toyota Programa de Avisos) como melhores práticas europeias no âmbito da Gestão da Cadeia de Valor.

PERSPETIVAS PARA O ANO 2024

O ano de 2024 continuará a ser um ano de transformação para o Após Venda, construindo um novo rumo face a uma verdadeira marca de mobilidade. Mais do que nunca, a equipa TCAP mantém a sua motivação e foco na retenção dos seus clientes.

ATIVIDADE DE ACESSÓRIOS TOYOTA E LEXUS

O ANO DE 2023

A faturação de acessórios (que inclui o *merchandising*) totalizou cerca de 3,8 Mio€ em 2023, o que representa um crescimento de 50,6% face à faturação obtida em 2022.

	2023	2022	Varição (%) 2023/2022
Acessórios	3.786.598 €	2.513.813 €	50,6%

Para o aumento da faturação de acessórios contribuíram:

- Crescente eletrificação de gama de viaturas Toyota e Lexus e consequente crescimento na venda de *Wallboxes* e cabos de carregamento;
- Desenvolvimento de uma política de acessórios para Viaturas de Demonstração e Exposição aquando do lançamento de um novo modelo;
- Reformulação da estratégia para acessórios incorporados de série;
- Excelente desempenho do modelo Hilux, o modelo com maior rácio de incorporação de acessórios;
- Aposta em produtos acessíveis de limpeza e cuidado, como o Kit Car Care;
- Maior presença de acessórios em viaturas usadas.

PERSPETIVAS PARA O ANO 2024

Com o objetivo de aumentar a incorporação de acessórios em 2024, prevê-se uma maior aposta nas viaturas ligeiras de mercadorias, nas viaturas usadas, um crescimento nas vendas *online* de *merchandising* e a utilização de novas plataformas de suporte à venda de acessórios.

DIVISÃO EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS

O ANO DE 2023

O ano de 2023 foi, para a Divisão de Equipamento Industrial da Toyota Caetano Portugal, um ano bastante desafiante, em que a pressão inflacionista e o aumento exponencial das taxas de juro, bem como toda a incerteza e insegurança geradas pelo conflito bélico na Ucrânia, impactaram negativamente a atividade económica portuguesa. Em concreto, na atividade de equipamentos industriais, tais fatores traduziram-se no acréscimo de dificuldade na concretização de novos

negócios ou renovação de frotas, tendo em alguns casos implicado o adiamento das decisões de investimento.

Não obstante, e apesar destas circunstâncias externas adversas, a atividade conseguiu, através duma reestruturação dos seus processos e do contínuo empenho dos seus colaboradores, superar com sucesso estas dificuldades, cumprindo com os seus objetivos.

Análise de mercado

	Mercado			Vendas Toyota				
	Set'23	Set'22	Variação (%) 2023/2022	Set'23		Set'22		Variação (%) 2023/2022
				Qt	Quota	Qt	Quota	
Empilhadores Contrabalançados	924	1.271	-27,3%	173	18,7%	447	35,2%	-61,3%
Equipamento de Armazém	1.974	2.659	-25,8%	662	33,5%	753	28,3%	-12,1%
Total	2.898	3.930	-26,3%	835	28,8%	1.200	30,5%	-30,4%

Fonte: FEM (European Material Handling Federation)

Analisando os dados disponíveis a setembro de 2023¹, verificou-se um decréscimo do mercado de Máquinas de Movimentação de Carga (MMC) na ordem dos 26%, que afetou igualmente ambos os segmentos (contrabalançados e equipamentos de armazém).

Em relação à TCAP, no mesmo período, as encomendas de Equipamentos Industriais às fábricas decresceram cerca de 30%. A conjugação destes fatores implicou um ligeiro decréscimo da quota de mercado de 30,5% para 28,8%, o que não deixa de representar um indicador bastante expressivo.

Desempenho das Vendas / Encomendas às Fábricas Toyota por segmento

Relativamente ao segmento de Empilhadores Contrabalançados registou-se uma diminuição de encomendas à fábrica face a igual período do ano anterior em 61,3%, colocando a quota de mercado da Toyota neste segmento nos 18,7%. É de salientar que em 2022, para fazer face aos constrangimentos da cadeia de abastecimentos, a TCAP optou por uma política de reforço dos seus stocks o que, se por um lado permitiu diminuir os prazos de entrega, por outro também inflacionou o número de encomendas à fábrica em 2022.

No segmento de Equipamentos de Armazém também se verificou a mesma tendência, mas com valores mais ténues- 12,1%, situando a quota de mercado da Toyota nos 33,5%.

¹ Por imposição comunitária, em 2022 os dados estatísticos passaram a ser divulgados com um atraso de 3 meses pelo que, à data, apenas se dispõe dos dados referentes a setembro 2023

PERSPETIVAS PARA 2024

Tendo em consideração a atual conjuntura, a incerteza e a volatilidade deverão continuar a marcar o ano de 2024, pelo que as perspetivas da marca sugerem alguma cautela e conservadorismo.

Não obstante, a Toyota Material Handling pretende manter a sua estratégia de foco na satisfação do cliente, na apresentação de propostas inovadoras e flexíveis e na prestação dum serviço de excelência, consolidando a sua postura como parceiro de confiança, sempre pronto a apresentar soluções que vão ao encontro às necessidades e expectativas dos nossos clientes.

A sustentabilidade continua a constituir um tema prioritário para a organização que, assentando a sua atuação na trilogia *People, Planet and Profit* no exercício das suas várias atividades, permanece na senda de otimizar os seus resultados, quer pela eficiência dos processos, quer pela atuação das pessoas, assumindo sempre as responsabilidades sociais com todos os seus *stakeholders*.

DIVISÃO FABRIL DE OVAR

PROJETOS AGENDAS MOBILIZADORAS/VERDES PARA A INOVAÇÃO EMPRESARIAL

A Toyota Caetano Portugal, através desta Divisão Fabril de Ovar, participa no programa Agendas Mobilizadoras/Verdes para a Inovação Empresarial integrado na Componente 5 – Capitalização e Inovação Empresarial do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), tendo integrado candidaturas à Fase I “Manifestação de Interesse” (Aviso N.º 01/C05-i01/2021) e à Fase II “Proposta Final” (Aviso N.º 02/C05-i01/2022), as quais obtiveram aprovação por parte do IAPMEI.

Neste sentido, participa em 3 Agendas que, para além de possuírem uma forte orientação para o reforço da competitividade e resiliência da economia portuguesa por via, nomeadamente, do aumento das exportações de bens e serviços, do aumento do investimento em I&D, da alteração do perfil de especialização da economia portuguesa, através do investimento em atividades de maior valor acrescentado e intensivas em conhecimento, orientadas para os mercados internacionais e da criação de empregos qualificados, procuram ainda promover a descarbonização da economia e a transição energética, visando a neutralidade carbónica em 2050, conforme previsto no Plano Nacional de Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

Aliança para a Transição Energética

No âmbito desta Agenda, a TCAP preconiza garantir a eletrificação do Toyota LC 70, produzido na fábrica de Ovar, tendo em vista a substituição do motor tradicional a combustão interna e componentes relacionados por um *powertrain* e baterias elétricas. Neste sentido, será realizado, numa primeira fase, (i) o desenvolvimento e prototipagem de unidades de cabine dupla do Toyota LC 70 elétrico e (ii) a testagem e homologação do produto em ambiente real, sendo que se prevê, numa segunda fase, um conjunto de investimentos estratégicos por forma a capacitar a TCAP de infraestruturas e meios tecnológicos para a produção, eficiente e sustentável, do novo modelo de veículo eletrificado.

Deste modo, a TCAP irá posicionar-se como a primeira fábrica a nível mundial a produzir uma versão elétrica do Toyota LC 70, o qual, para além de garantir a elevada robustez e durabilidade características deste modelo, configurará um veículo mais amigo do ambiente. De realçar que se perspetiva a aplicação deste novo veículo no setor das minas, contribuindo para a descarbonização deste setor.

Este projeto envolve um investimento de cerca de 3,9 Mio€, a realizar entre 2022 e 2025, com um incentivo não reembolsável estimado de 1,3 Mio€ sendo, o valor remanescente, financiado com recursos próprios da Empresa (autofinanciamento).

BeNeutral

No âmbito desta Agenda, a TCAP preconiza, numa primeira fase, o desenvolvimento de um veículo elétrico utilitário de pequenas dimensões para grandes eventos (modelo L7E), o qual se encontrará em demonstração já em 2024 e que servirá de prova de conceito para o desenvolvimento de um novo veículo comercial (modelo L6E) com elevado potencial para suportar uma mobilidade urbana mais sustentável.

Neste sentido, foi definido um cronograma de projeto bianual para cada modelo em apreço, compreendendo as atividades de desenvolvimento dos novos veículos e respetivos componentes a integrar os mesmos. De realçar que o projeto conta com o CEIIA como copromotor responsável pela seleção de materiais e definição das metodologias de fabrico dos novos veículos. Numa segunda fase, serão realizados investimentos estratégicos por forma a capacitar a TCAP das infraestruturas e meios tecnológicos para a industrialização do novo veículo elétrico utilitário de pequenas dimensões para grandes eventos (modelo L7E) e do novo veículo comercial (modelo L6E) com elevado potencial para suportar uma mobilidade urbana mais sustentável.

Este projeto envolve um investimento de cerca de 11,8 Mio€, a realizar entre 2022 e 2025, com um incentivo não reembolsável estimado de 4,0 Mio€, sendo, o valor remanescente, financiado com recursos próprios da Empresa (autofinanciamento).

AM2R

No âmbito desta Agenda, a TCAP preconiza desenvolver e produzir uma bicicleta elétrica para transporte de cargas leves (a ser designado de e-Cargo *bike*). Concretamente, para a obtenção deste produto será realizado, numa primeira fase, um projeto de investigação e desenvolvimento da nova e-Cargo *bike*, no qual se prevê (i) o desenvolvimento e prototipagem da nova bicicleta elétrica de carga e (ii) a testagem e homologação do produto em ambiente real. Numa segunda fase, a realização de um conjunto de investimentos estratégicos por forma a capacitar a TCAP de meios tecnológicos para a produção da nova tipologia de veículo eletrificado, com garantia do trinómio qualidade, cadência e eficiência.

Para além de ser mais respeitador do ambiente (zero emissões de CO2 e zero ruído), perspetiva-se que o referido veículo garanta uma elevada performance no segmento de mercado de entregas de mercadorias ligeiras dado que possibilitará um maior número de entregas num menor tempo possível como resultado da possibilidade de acesso quer a ciclovias, quer a percursos pedestres. Em termos de características técnicas, destaca-se a mobilidade através de ciclovias e percursos pedestres, velocidade máxima de 25 km/h, autonomia de 65 km, proteção contra as intempéries, iluminação e baterias intercambiáveis, bem como uma capacidade de carga de 2.000 litros com limite de 150 kg de carga.

Este projeto envolve um investimento de cerca de 3,0 Mio€, a realizar entre 2023 e 2025, com um incentivo não reembolsável estimado de 0,95 Mio€ sendo, o valor remanescente, financiado com recursos próprios da Empresa (autofinanciamento).

O ANO DE 2023

O ano de 2023 foi, para a Fábrica de Ovar, um ano muito exigente. Viveu-se um período de diminuição das encomendas e uma *model year change* no LC70 o que obrigou a ajustes de *tack time* e do próprio processo produtivo. Por outro lado, o desenvolvimento do projeto APM, inserido na agenda BeNeutral, para o fabrico de 260 viaturas para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2024 em Paris obrigou a um ajuste e aumento de procura de recursos.

Estas oscilações aliadas à mão de obra com pouca experiência nos processos produtivos e a ruturas na cadeia de abastecimento originaram instabilidade nos processos.

Os vários projetos de mobilidade que se encontram em execução na fábrica estão em progressão. Nem sempre ao ritmo inicialmente definido, alguns com alterações face aos conceitos iniciais para o negócio, mas todos eles com perspetivas de sucesso.

Indicadores de Produção

Em 2023, a Toyota Caetano Portugal – Fábrica de Ovar produziu um total de 1.874 viaturas do modelo Land Cruiser Serie 70 (LC70) representando um decréscimo de 36,9% face ao período homólogo.

Esta quebra de encomendas de veículos deveu-se, essencialmente, às limitações de produção de componentes pela TMC, o que obrigou a reajustar a capacidade produtiva da fábrica para minimizar impactos na produtividade. Foram efetuadas duas alterações de *takt-time*, que resultaram numa redução da capacidade da linha para 12 unidades/dia.

A conjugação da rutura na cadeia de abastecimento com os reajustes de *takt-time* obrigaram a 27 dias de paragem durante o 1º semestre, que foram utilizados para dar formação aos colaboradores, *on job training* e desenvolvimento de outras competências.

No 2º semestre, a *model year change* do modelo LC70 em setembro/outubro obrigou a reajustes no processo produtivo, especialmente na área da soldadura e da logística. A formação dos colaboradores, em *ramp up*, e confirmação de novos modelos fez com que a produção nesse período tivesse sido mais reduzida. Foram introduzidos novos *Katashikis* (versões), dos quais se destaca uma versão caixa automática do modelo. Também se realizou o *Kick-off* da fase de confirmação do protótipo (*Confirmation Vehicle*) relativo ao Projeto APM (*Accessible People Mover*, um veículo de mobilidade elétrica inclusiva).

Na atividade das viaturas Toyota: *Post Production Options* (montagem de opcionais localmente) e *Pre Delivery Inspection* (preparação para entrega) – PPO / PDI – foram transformadas/preparadas 7.229 unidades, um acréscimo de 26,6 % face a igual período do ano anterior.

	2023	2022	Varição (%) 2023/2022
Unidades Toyota (LC70)	1.874	2.969	-36,9%
Unidades Transformadas / Preparadas	7.229	5.708	26,6%
Unidades Chassis Elétricos para Autocarros	13	63	-79,4%
Total Colaboradores	191	193	-1,0%

De referir ainda que durante o 1º semestre foram produzidos os últimos chassis elétricos, num projeto iniciado em 2019. A transferência da produção para a Caetanobus ocorreu em fevereiro 2023.

De destacar ainda os seguintes acontecimentos ocorridos durante o ano de 2023:

- Visita de vários elementos da TME, com destaque para o Sr. Matt Harrison, Sr. Marvin Cooke, Sr. Gerald Killman; Sr. Stijn Peeters, Sr. Sugiura-Sa & outros da TME, para acompanhar e avaliar os projetos de mobilidade em preparação para o SOP;
- Apoio regular de equipas da TME em Ovar para dar suporte ao Projeto APM;
- Projeto Requalificação das Áreas Verdes, com o objetivo de tornar estas áreas mais confortáveis e promover a convivência entre colaboradores;
- Realização da 14ª Convenção QCC (*Quality Control Circle*) local. As equipas vencedoras foram representar a TCAP na Convenção Europeia (Reino Unido, em setembro) e Mundial (Japão, em outubro);
- Auditoria da Tokyo Marine, com o objetivo de avaliar e suportar a DFO na área da Segurança Industrial;
- Auditoria da APCER ao Sistema de Gestão integrado Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho.

PERSPETIVAS PARA 2024

O ano de 2024 será importante para a definição e implementação de novos projetos na Fábrica de Ovar relacionados com a Mobilidade Elétrica. Encontram-se em análise vários projetos que se espera venham a ser uma realidade produtiva no curto/médio prazo.

Em termos das atuais atividades as previsões são mais conservadoras. O contexto macroeconómico instável que se vive condiciona a produção do modelo LC70 para 2024 apontando para as 2 367 unidades.

Prevê-se entregar, até maio, 260 unidades da viatura APM para os jogos Olímpicos de Paris.

Ainda no 1º semestre de 2024 estima-se um incremento na atividade Unidades Físicas - Transformadas / Preparadas (PPO/PDI) com perspectivas de negócios de frotas e preparação de viaturas para *rent-a-car*, sendo previsível que, no segundo semestre, esta atividade estabilize para valores equivalentes a 2023.



A Caetano Auto, S.A. é a sociedade que engloba 11 concessões da marca Toyota e 7 da marca Lexus. Tem ainda a representação das marcas Caetano Colisão e GlassBack e está presente desde o Minho ao Algarve em 26 *Showrooms* e Oficinas.

A Caetano Auto tem a sua origem em 1968, com a chegada da Toyota a Portugal. Ao longo dos anos foram sendo adquiridas e criadas mais empresas de retalho da Toyota e em 2002 foi realizada uma fusão destas empresas, constituindo-se assim uma única empresa – Salvador Caetano Comércio Automóveis – atual Caetano Auto, S.A..

A Caetano Auto detém participação em 2 empresas:

- Destaque Mourisco – Sociedade Imobiliária, Lda: sociedade constituída com o objetivo de operacionalizar o loteamento de um terreno que a Caetano Auto detém em parte em Portimão. É uma parceria com proprietários de outras parcelas do mesmo terreno. Esta empresa não teve atividade operacional em 2023;
- Salvador Caetano Seguros – Mediação Seguros Unipessoal, Lda: é uma empresa de mediação de seguros; especializada nesta área, complementa os serviços já prestados pela Caetano Auto aos seus clientes. Disponibiliza várias opções de seguro automóvel e de crédito, tendo protocolos com várias entidades seguradoras e financeiras. Para além da oferta de seguros, faz ainda a gestão da carteira, quer nas renovações, quer em situação de sinistro. Tem como objetivo estar sempre perto do cliente e completar todo o ciclo de compra dos nossos clientes. Esta empresa iniciou a sua atividade operacional no segundo semestre de 2022.

A estratégia de crescimento a cinco anos da Caetano (2024 – 2028) Auto visa atingir 3,0% do mercado de ligeiros em 2028, o que representa um incremento nas unidades vendidas de 1.946, ou seja, um crescimento de 32,5%, face a um crescimento previsto do mercado de 14,0% em igual período (matrículas de viaturas novas em 2023: 5.979 unidades, representando uma quota de mercado de 2,6%); para isso, continuará a apostar em implementar soluções de mobilidade integradas e flexíveis, promover produtos de ciclo de troca e reforçar as políticas de *marketing* digital.

Na área de após venda o objetivo passa pelo crescimento através da diferenciação do serviço oferecido, nomeadamente com a implementação de novas formas de comunicação com o cliente,

comunicação digital com uso de vídeo, marcação *online* e digitalização da receção e acompanhamento das viaturas nas oficinas.

Em complemento, é enfoque da Caetano Auto intensificar a oferta de serviços na área da mediação de seguros automóvel e soluções de financiamento de viaturas com recurso a parceiros financeiros.

O reforço na promoção e divulgação do cartão de fidelização- Cartão Caetano Go é outro dos pilares da estratégia em implementação.

A Caetano Auto, alinhada com o posicionamento das marcas que representa, Toyota e Lexus, participará no reforço da estratégia por estas preconizada no que respeita à sustentabilidade e transição energética, contribuindo para a eletrificação do parque automóvel em Portugal, através da divulgação e venda de viaturas eletrificadas para os diversos perfis de utilizadores (híbridas, híbridas plug-in, 100% EV e *Fuel Cell*).

No âmbito do programa da Toyota *Best Retailer in Town* (BRiT), a Caetano Auto tem como estratégia ser BRiT, isto é: o melhor concessionário em todas as zonas em que detém instalações, envolvendo todos os colaboradores, ouvindo ativamente as suas equipas e os seus clientes, mantendo o foco no cliente. Colaboradores motivados e clientes que nos recomendam são um pilar estratégico para a sustentabilidade da Empresa. Outro pilar estratégico da Caetano Auto é a digitalização de processos, quer a nível administrativo quer a nível operacional. Este pilar, para além de motivar os colaboradores, visa ainda a eliminação de papel e desperdícios. A eliminação de desperdícios (*Zero Muda*) é algo que está muito presente no ADN da Caetano Auto e, claro, da Toyota Caetano Portugal, associado à cultura de melhoria contínua – Kaizen.

Na Caetano Auto a responsabilidade social também é um pilar fundamental que se manifesta em diversas iniciativas, nomeadamente, cedência de viaturas para apoio a instituições, para transporte de crianças, idosos, para voluntariado, bem como condições especiais na aquisição de viaturas e serviços após venda para instituições de carácter social.

O ANO DE 2023

A atividade no ano de 2023 iniciou-se condicionada pela pressão inflacionista e contexto de aumento das taxas de juro, o que afeta as decisões dos agentes económicos. Verificaram-se ainda impactos da quebra nas cadeias de abastecimento que foram sendo menores ao longo do ano.

Contudo, em especial na indústria automóvel e nas marcas que representamos, a escassez de stocks e o alargamento de prazos de entrega foi ainda condicionantes no negócio.

Na atividade de veículos novos, o número de viaturas vendidas pela Caetano Auto em 2023 foi superior em 21,2% face a 2022, sendo esta uma performance próxima à registada no mercado nacional de veículos ligeiros, que cresceu cerca de 27% (dados ACAP) face ao ano anterior. Na Caetano Auto, o crescimento foi mais significativo nos modelos ligeiros de passageiros (23,8%) e inferior nos ligeiros comerciais (11,5%), dado que nestes modelos as restrições de stock foram mais significativas.

Nos veículos usados, verifica-se uma redução de 3,2% nas unidades vendidas face a 2022 e uma quebra de 32,6% face ao nível atingido em 2019. Por canal de venda, a maior variação foi no canal de venda de Usados a profissionais, onde a quebra foi de 7,2% face ao ano anterior, isto porque os tempos de espera para entrega de viaturas novas levaram a uma quebra das taxas de retoma.

	2023	2022	2019	Variação (%) 2023/2022	Variação (%) 2023/2019
Vendas Viaturas Novas	5.510	4.548	4.836	21,2%	13,9%
Vendas Viaturas Usadas	4.087	4.224	6.061	-3,2%	-32,6%

Na atividade de após venda, apesar do parque automóvel continuar com tendência decrescente, verifica-se em 2023 um crescimento de 5,7% nas entradas de mecânica e um decréscimo de 1,0% na colisão. Ainda assim, este indicador mantém-se abaixo dos valores de 2019: -10,0% na mecânica e -12,9% na colisão.

	2023	2022	2019	Variação (%) 2023/2022	Variação (%) 2023/2019
Nº Entradas Mecânica	95.317	90.137	105.950	5,7%	-10,0%
Nº Entradas Colisão	24.643	24.886	28.296	-1,0%	-12,9%

Em termos globais, o volume de negócios da Caetano Auto em 2023 ascendeu a 273 Mio€, o que representa um acréscimo de 15,4% face ao ano anterior.

PERSPETIVAS PARA 2024

Para 2024, apesar da incerteza sobre a evolução do contexto macroeconómico e geopolítico, é expectativa da Caetano Auto continuar a estratégia de crescimento sustentado, com foco nos seguintes aspetos:

- Sustentabilidade e transição energética: divulgação e venda de viaturas eletrificadas (Híbridas, híbridas *plug-in*, elétricas a bateria, e célula combustível a hidrogénio), investimento em energias renováveis para autoconsumo e aproveitamento de águas pluviais, tornando mais sustentáveis os edifícios afetos à atividade;
- Soluções de mobilidade integradas e flexíveis no caminho do conceito *MaaS – Mobility as a Service*, nomeadamente, dinamizando os produtos Kinto Share e Kinto Flex, nas vendas e após venda;
- Foco no cliente e colaboradores: ser o melhor concessionário no meio local onde estamos representados (BRiT – *Best Retailer in Town*); promover o desenvolvimento dos colaboradores e programa de retenção de talento;
- Sustentabilidade ambiental e transformação digital do negócio: *marketing* digital, comunicação por vídeo com clientes, receção autónoma, marcação de serviços online, digitalização e simplificação de processos administrativos;
- Fidelização dos nossos clientes com a disponibilização de serviços / produtos complementares: contratos manutenção, extensão de garantia Relax, cartão de fidelização Caetano Go, Seguro Auto e Financiamentos;
- Dar continuidade à filosofia Toyota *Way*, nomeadamente, na melhoria contínua dos processos (*Kaizen*) e no desenvolvimento das pessoas.



A Caetano Auto CV, S.A. é a entidade responsável pela importação e comercialização da marca Toyota para o mercado de Cabo Verde.

Constituída em 1993 é uma das sociedades pioneiras da expansão do Grupo Salvador Caetano Auto no continente africano.

A estratégia da Caetano Auto CV passa por manter a sua posição de líder na venda de viaturas novas em Cabo Verde, reforçando políticas de *marketing* digital e exploração do ciclo de fidelização.

A Caetano Auto CV procura ainda diversificar a sua gama acompanhando a estratégia mundial da marca em termos de eletrificação, bem como a própria orientação mais ecológica do governo cabo-verdiano.

O ANO DE 2023

No ano de 2023 continuou a assistir-se a instabilidade no abastecimento de viaturas e de peças sendo este um dos principais obstáculos à manutenção e ao desenvolvimento de negócios.

Com impacto oposto na atividade desenvolvida pela Caetano Auto Cabo Verde, assistiu-se à aposta, pelo Governo de Cabo Verde, na transição da frota do país de veículos a combustão para viaturas elétricas, atribuindo isenção de impostos de importação e incentivos para viaturas 100% elétricas.

O impacto das dificuldades logísticas descritas foi, assim, parcialmente colmatado pela política fiscal do Governo via medidas de incentivo à comercialização de viaturas elétricas. Acresce ainda a participação da Empresa em concursos o que, em conjunto, contribuiu para o crescimento, em 2023, de 9,6% na atividade de vendas de viaturas novas.

Toyota	2023	2022	Varição (%) 2023/2022
Unidades	536	489	9,6%

Apesar deste crescimento, não foi possível evitar o aumento da dependência de dois modelos específicos: Hiace e Hilux; de facto, o peso das vendas destes modelos no total das vendas da Empresa passou de 45% em 2022 para 56% em 2023.

Note-se que este aumento ficou igualmente a dever-se a constrangimentos no abastecimento de outros modelos tais como o Rush, Urban Cruiser, Vitz, Belta e Starlet, onde se verificou uma quebra nas vendas em cerca de 40.

É importante ainda destacar que uma parte relevante das vendas do modelo Land Cruiser foi comercializada com isenção de impostos para a área de transporte executivo de passageiros, isenção esta que termina no final de 2023.

Na área de Após Venda registou-se um aumento relevante na faturação de peças e mão-de-obra:

Vendas	2023	2022	Varição (%) 2023/2022
Peças e Acessórios	1.402.580 €	1.204.967 €	16,4%
Oficina - Mão-de-obra	526.463 €	475.799 €	10,6%
Total	1.929.042 €	1.680.765 €	14,8%

Nas estações de serviço continuam a ser desenvolvidas campanhas de comunicação e promoção de forma a divulgar a existência de outros serviços colocados à disposição dos clientes para além dos serviços de troca de óleo e filtros.

PERSPETIVAS PARA 2024

Durante o ano de 2024 pretende dar-se continuidade à estratégia da Empresa, nomeadamente:

- Manter a sua posição dominante na comercialização de viaturas novas da marca Toyota, maximizando a oferta de gama, conseguindo, assim, atingir um maior público-alvo;
- Dinamizar ainda mais o comércio itinerante de peças;
- Manter e melhorar os processos internos ao nível da organização do após venda de modo a conseguir incrementar não só as vendas aos clientes particulares, mas aprofundar ainda mais as vendas pelo canal das seguradoras.



A Caetano Renting é a empresa dedicada ao aluguer de viaturas sem condutor, essencialmente das marcas Toyota e Lexus, a clientes diversos, como empresas de *Rent-a-Car*, outros grandes clientes e pontualmente a clientes particulares.

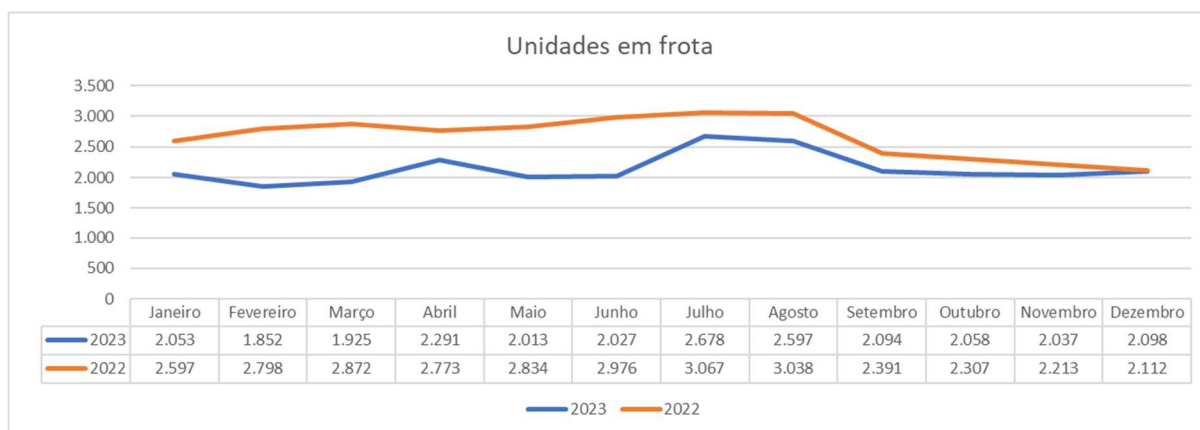
O ANO DE 2023

O mercado automóvel assistiu, em 2023 a um aumento de 26,9% nas vendas de veículos ligeiros de passageiros, para as empresas de *rent-a-car*.

Contudo, num ano em que a atividade de *rent-a-car* se encontra com maior oferta de viaturas disponíveis, as taxas de ocupação foram ligeiramente inferiores às registadas no ano anterior, o que originou preços de aluguer mais reduzidos; este contexto impactou de forma direta a rentabilidade das empresas deste setor.

As regiões do país que registaram maiores quebras foram Lisboa e Algarve, enquanto o Porto, Madeira e Açores registaram melhores taxas de ocupação, face ao resto do país, mas ainda assim inferiores a 2022, que foi, claramente, o melhor ano de sempre da atividade de *rent-a-car*.

É neste contexto que a Caetano Renting atinge, um valor médio de unidades em frota de 2.144, o que representa uma diminuição de quase 20% face a 2022, tendo terminado o ano com uma frota de 2.098 unidades, valor ligeiramente abaixo quanto comparado com 2022 (2.112 viaturas).



O valor da prestação de serviços refletiu o acima exposto assistindo-se, assim, a uma redução do mesmo na ordem dos 6,5% quando comparado com período homólogo.

	2023	2022	Variação (%) 2023/2022
Prestação Serviços	6.456.999 €	6.908.163 €	-6,5%

PERSPETIVAS PARA 2024

As previsões em sede da atividade turística para 2024 devem ser aferidas com prudência, uma vez que existem diversos fatores (contexto económico e geopolítico mundial) que poderão conduzir à diminuição da procura turística e que influenciarão o desempenho das empresas ligadas a esta atividade.

A Caetano Renting continuará a apostar em promover a sua atividade, focando-se na melhoria do serviço ao cliente, na otimização da gestão da sua frota e resiliência das suas pessoas.



A KINTO Portugal, S.A. é uma empresa dedicada à gestão de frotas automóveis e ao aluguer operacional de viaturas. É detida em 51% pela entidade KINTO Europe GMBH e em 49% pela Toyota Caetano Portugal.

A KINTO Portugal detém uma empresa associada – Caetano Renting Senegal, S.A., cuja missão é replicar a atividade da KINTO Portugal no mercado do Senegal.

A KINTO Portugal tem uma larga experiência em gestão de frotas de veículos automóveis no mercado nacional e pretende com a sua atividade, atender a todas as necessidades de mobilidade sustentável futuras no mercado automóvel.

Neste sentido, e ainda em 2021, a KINTO PORTUGAL iniciou o seu caminho de transição estratégica, em que pretende acelerar a evolução da empresa anteriormente puramente dedicada à gestão de frotas automóvel, para um *player* de soluções e serviços de mobilidade sustentável *Mobility as a Service (MaaS)* - para as pessoas e cidades.

O conceito KINTO pretende representar um serviço ou produto genuinamente diverso, pretendendo-se que a KINTO Portugal represente uma *one stop shop* para serviços de mobilidade, com o objetivo de fazer da KINTO o fornecedor de mobilidade de eleição para todos os tipos de clientes.

Foi neste contexto que começaram a ser desenvolvidas soluções alternativas de mobilidade, centradas na adequação da oferta à tipologia de utilização de viatura, que pode ir desde anos, até minutos. Na implementação desta estratégia, ainda em 2021 e 2022, foram adicionados dois novos produtos, o KINTO Flex e o KINTO Share, respetivamente, com experiência integralmente digital; oferecendo a possibilidade aos seus clientes de ter acesso ao *renting* flexível, com prazos mensais (KINTO Flex), diário ou horário (KINTO Share), neste último fomentando ainda a utilização partilhada de viaturas. A operacionalização destes novos produtos consolidou-se durante o exercício de 2023.

Em 2023 o produto KINTO Flex fez mais de 70 000 dias de aluguer. Já o produto KINTO Share atingiu mais de 3 000 dias de aluguer por mês.

Simultaneamente, a KINTO pretende continuar a intensificar a transição energética de motorizações de combustão para viaturas eletrificadas. Nesse sentido, a KINTO Portugal continuará a apostar na sua estratégia de produto orientada às especificidades da eletrificação, que inclui uma proposta de valor única, desde as viaturas até aos serviços necessários à gestão do carregamento e consumo de energia (*Mobility as a Service*).

Assim, o caminho da KINTO Portugal está muito orientado não só para soluções de mobilidade, com energias “limpas” e naturalmente sustentáveis, mas também aliadas a experiências digitais que permitem aos clientes a sua utilização de forma muito simples, eficiente e que garantam a integralidade da satisfação das necessidades do Cliente na área da mobilidade.

O ANO DE 2023

O exercício de 2023 continuou a ser um ano caracterizado por um elevado sentimento de incerteza e volatilidade. O prolongamento da invasão militar russa à Ucrânia e o surgimento de um conflito armado no Médio Oriente contribuíram para a continuação de um período de inflação, taxas de juro elevadas, custo de vida alto e restrições monetárias.

No que ao mercado automóvel diz respeito, a produção de semicondutores foi restabelecida durante o ano de 2023, contribuindo assim para um aumento de viaturas novas disponíveis no mercado, conduzindo a uma maior aproximação entre a oferta de veículos com a respetiva procura.

Não obstante, quando comparado com o registo acumulado de 2022, o número de matrículas de viaturas ligeiras aumentou 27% para 228.146 unidades². Já o mercado de *renting* operacional de viaturas aumentou cerca de 15,5%, para 15.678 viaturas³.

Fruto da instabilidade e incerteza que se vive no mercado, o exercício de 2023 foi marcado por uma diminuição significativa das extensões dos contratos de *renting* operacional. Em termos acumulados, em 2023, a KINTO Portugal registou cerca de 1.794 prolongamentos, o que representa menos de 25,8% dos pedidos registados em período homólogo.

Ainda no seguimento do processo de *rebranding* iniciado em 2021, destacamos o resultado positivo obtido no período em análise, com a subscrição do novo produto KINTO Flex – produto

² Relatório Junho 2023 da ALF– Associação Portuguesa de Leasing, factoring e Renting

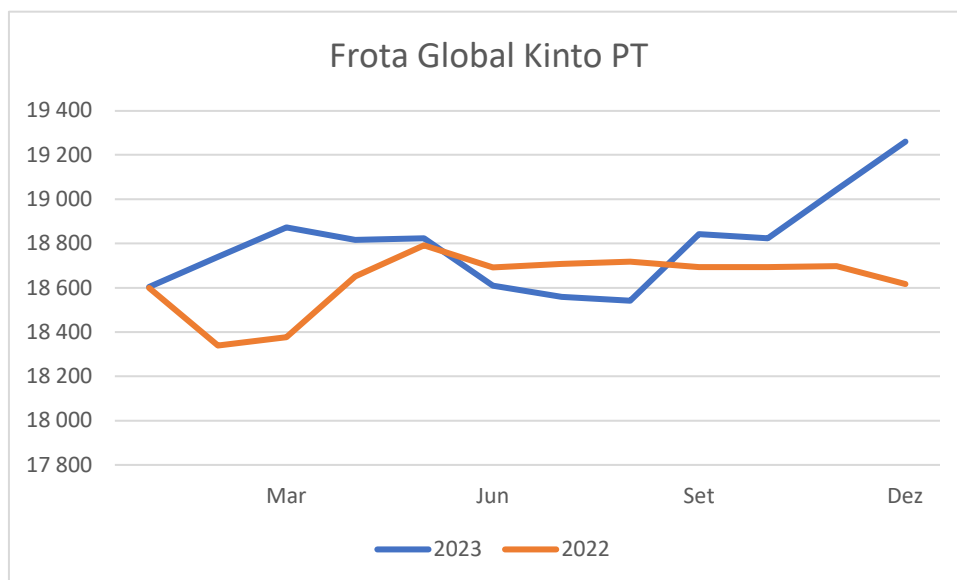
³ Relatório Junho 2023 ALF – Associação Portuguesa de Leasing, factoring e Renting

que oferece uma flexibilidade excecional para todas as necessidades de mobilidade. Além dos serviços disponibilizados num *renting* tradicional, o cliente pode receber a viatura com um único clique para prazos entre 1 e 12 meses com flexibilidade total e num processo integralmente digital. Em 2023, a frota média de viaturas ativas afeta a esta tipologia de serviço cresceu 70% versus período homólogo.

Em 2022, a KINTO apresentou ao mercado um novo produto, o KINTO Share. Este produto é uma solução que disponibiliza desde logo o aluguer diário de viaturas, sendo que o cliente pode reservar uma viatura durante 30 minutos ou até 30 dias. Em 2023, a frota média de viaturas afeta a esta tipologia de serviço mais do que quintuplicou versus período homólogo. Este produto encontra-se disponível quer para particulares, quer para empresas, podendo ser alugado apenas pelo tempo estritamente necessário, seja através de aplicação móvel ou *website*, tal como o KINTO Flex.

Em termos de frota eletrificada, também uma das linhas estratégicas, a KINTO Portugal terminou o ano de 2023 com 43,9% das suas encomendas dizendo respeito a esta tipologia de viaturas (vs, 38,9% em 2022).

Evolução da frota de FSL e FM da KINTO



A frota ativa do mercado automóvel e de *renting* operacional de viaturas tem vindo a ser impactada pelo grau de incerteza decorrente dos acontecimentos mundiais que têm assolado a economia global.

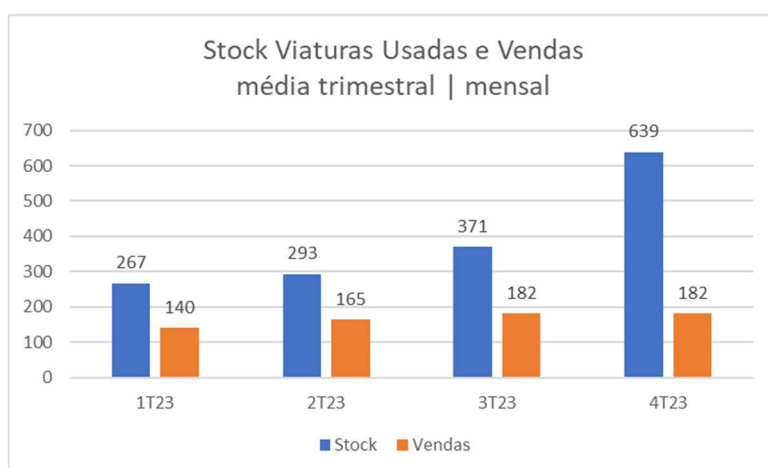
No que diz respeito à frota sob gestão da KINTO Portugal, podemos verificar que a mesma tem apresentado uma recuperação, que resulta do efeito combinado das ativações de novos contratos e das extensões de contratos já existentes com clientes.

A KINTO Portugal concluiu o exercício de 2023 com uma frota de 19.261 viaturas, o que representa uma variação de mais 640 contratos quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Contudo, e apesar da evolução favorável registada, espera-se que o mercado automóvel continue em recuperação pelos fatores já anteriormente referenciados.

O volume de negócios cresceu cerca de 11,3% face ao período transato, fruto fundamentalmente do aumento do volume da prestação de serviços, em aproximadamente 12,4%, já o volume de venda de viaturas usadas registou um aumento mais modesto, situando-se em 4,1% face a 2022.

	2023	2022	Varição (%) 2023/2022
Volume de Negócios	106.362.191 €	95.578.908 €	11,3%

Relativamente à evolução de vendas de viaturas usadas, a KINTO Portugal teve um exercício muito favorecido pela conjuntura de preços mais elevados, tendo feito uma gestão cautelosa dos seus stocks. Neste contexto, a atividade de *remarketing* e logística de viaturas usadas continuou a ser revista e acompanhada minuciosamente para responder a todos os desafios de mercado e dos diferentes clientes.



Face a 2022, as vendas de viaturas usadas a cliente final cresceram cerca de 16,9% (cerca de mais 291 viaturas) registando mesmo assim um nível inferior à média de vendas nos últimos 4 anos. Não obstante a evolução favorável do volume de vendas, quando comparado com o período homólogo, o nível de viaturas em stock em 2023 aumentou consideravelmente. Para a evolução deste indicador contribuiu em grande parte a recuperação do mercado de viaturas novas e a

concentração de renovação de frotas com clientes de grande dimensão no último trimestre de 2023.

Este incremento proporcionou uma maior disponibilidade de viaturas para a concretização de contratos de *renting* operacional com viaturas usadas e também para os produtos KINTO Flex e Share – sendo que esta reorganização potencializou o processo de logística interna das viaturas, uma tendência que faz parte da estratégia para fomentar a reutilização de viaturas.

PERSPETIVAS PARA 2024

Além do desafio crescente ao uso de veículos elétricos e híbridos, o mercado de aluguer automóvel continuará a ser pioneiro na divulgação das novas tendências de mobilidade, quer a nível operacional, quer a nível tecnológico, continuando a enfrentar enormes desafios.

Em complemento, o setor precisa de potencializar cada vez mais a interação com o utilizador para agilizar processos e melhorar a experiência do cliente. Nesse sentido, a alavancagem digital será um dos fatores determinantes para a competitividade das empresas de *renting*.

A digitalização das frotas será crucial não só para o cliente, como também para a empresa, permitindo aos gestores de frota uma monitorização mais cuidada da sua carteira de veículos.

A KINTO pretende continuar a expandir as suas soluções de mobilidade sustentável, garantindo uma solução KINTO para cada pessoa, independentemente do tipo de mobilidade que cada pessoa escolher.



A CaetanoBus, empresa detida em parceria pela Toyota Caetano Portugal e pela Mitsui & Co., Ltd. é o maior fabricante de carroçarias e autocarros em Portugal.

É na CaetanoBus que fica concentrada toda a atividade industrial de fabricação de carroçarias e autocarros, destinados ao serviço de transporte urbano, turismo, aeroporto e miniautocarro. A maioria dos seus produtos destina-se à exportação e estão ao serviço de operadores de transporte um pouco por todo o mundo. É uma empresa que usa a tecnologia, a inovação e o *design* para estar sempre um passo à frente, mais próxima do futuro.

A CaetanoBus detém 2 subsidiárias:

- COBUS- detida pela CaetanoBus, enquanto acionista maioritária, e pela Daimler Truck AG.
- Caetano UK- detida na totalidade pela CaetanoBus.

Num contexto de consciência global da população para a necessidade de preservação do meio ambiente e redução dos índices de poluição, a CaetanoBus posiciona-se na vanguarda do desenvolvimento de soluções diferenciadas de “mobilidade verde” e altamente inovadoras. Pretende-se atingir volumes de vendas e resultados relevantes, acelerando a sua posição no mercado emergente e crescente de veículos a baterias (BEV) ou veículos com pilha de combustível a hidrogénio (FCV), procurando o crescimento quer pelo seu próprio esforço e eficiência, quer pelo estabelecimento de parcerias, que promovam a partilha de custos de investimento no desenvolvimento de novas tecnologias e de custos com o acompanhamento dos mercados na promoção dos produtos.

O ANO DE 2023

Apesar das condicionantes encontradas ao longo do ano, o exercício de 2023 foi pautado pelo crescimento da atividade que refletiu nos indicadores financeiros da empresa os primeiros sinais positivos. No entanto, apesar da sentida melhoria, a atividade da empresa está ainda longe da performance desejada.

As naturezas das condicionantes resultaram em diferentes impactos na atividade da empresa:

- Conflito armado entre a Ucrânia e Rússia, com perturbações na expectativa da recuperação da economia europeia e na confiança dos agentes económicos, nomeadamente no perfil tendencialmente mais conservador do investimento público, com interferência na disponibilização de subsídios, e no pacote de investimentos privados pela incerteza futura e os excessivos custos do financiamento;
- Elevada rotatividade de colaboradores, motivada por uma forte dinâmica do mercado de trabalho, com impacto em todas as áreas da empresa, em especial nas equipas de Engenharia e de Produção. Estes efeitos provocaram inevitáveis atrasos nos projetos de desenvolvimento internos e também na capacidade produtiva da empresa. O que, conseqüentemente, limitou a CaetanoBus no seu objetivo de atingir níveis de produção definidos no plano de negócios;
- Atrasos nas cadeias de abastecimento, face à elevada dependência de fornecimentos de fonte única e à sua exposição a fluxos logísticos intercontinentais, toda a tensão geopolítica internacional tem implicado de forma direta ou indireta na produção da CaetanoBus. Recentemente, o conflito de domínio no Mar Vermelho, tem interferido na rota estratégica do ocidente, obrigando os operadores marítimos a identificarem rotas alternativas, com impacto na agenda de fornecimento e com aumento de custos operacionais;
- Elevadas tensões inflacionistas, motivaram uma pressão adicional de aumento sobre todos os custos de produção, nomeadamente no fator salário, que na sua generalidade acomodamos nas margens praticadas;
- Com impacto acautelado, mas que importa realçar, os custos energéticos voltaram à agenda com uma preocupação adicional. Nesta matéria importa referir que em 2021 foram celebrados contratos de fornecimento de energia elétrica a preços fixos até 2031, não se antevendo oscilações significativas de preços. Já em 2022 foram renegociados os contratos de fornecimento de gás natural, daqui resultando um esperado aumento do preço a pagar, mas com a vantagem de fixação do mesmo até meados de 2025;
- Taxas de juro elevadas, resultado do contexto financeiro global, as evoluções das taxas indexantes apresentaram um comportamento crescente em 2023 com significativos impactos no custo financeiro da empresa. Adicionalmente, acarretando um duplo efeito, ocorreu uma maior necessidade de financiamento durante o exercício de 2023.

Conscientes dos impactos destas adversidades, os acionistas Toyota Caetano Portugal e Mitsui & Co, não abdicaram do plano estratégico de expansão e crescimento. Reforçando o compromisso sobre a empresa, ocorreu em 2023 um apoio adicional: à data de fecho do exercício encontra-se registado um empréstimo por contrato de suprimentos de 7,6 milhões de euros e um novo aumento de capital próprio (via Prestações Suplementares) em 12,4 milhões de euros. Importa referir, que já nos exercícios de 2021 e 2022, os acionistas tinham injetado 25 milhões de euros no capital da CaetanoBus, totalizando em 2023 o montante de 37,4 milhões euros.

A injeção de capital conjuntamente com o apoio via contrato de suprimentos permitiu continuar e implementar os projetos de inovação em curso em tecnologias de mobilidade com zero emissões, responder aos objetivos de expansão para outras áreas geográficas, capacitação dos quadros da empresa e de crescimento do volume de produção.

Com a ambição de atingir as unidades vendidas no ano (2019) da pré-pandemia com 656 unidades, a CaetanoBus conseguiu atingir em 2023 as 355 unidades vendidas, representando um aumento de 31% face ao ano anterior. Importa referir que no pretérito exercício, já tinha alcançado um crescimento de 52%, em comparação com o exercício de 2021.

A CaetanoBus encerrou exercício de 2023 com um volume de negócios de 108 M€, dobrando o valor atingido em 2022. Com a exceção do segmento dos Miniautocarros, a CaetanoBus cresceu nos segmentos dos Urbanos, Turismo e Aeroporto, representando o crescimento de 318%, 100% e 71%, respetivamente, face ao anterior exercício.

Em 2023 o EBITDA apresentou uma melhoria de mais de 4,5 M€ face ao ano anterior, atingindo o valor negativo de 3,9 M€. Apesar do crescimento da atividade, este foi insuficiente para colocar o EBITDA em terreno positivo.

No que respeita ao Balanço, o aumento das vendas conduziu a um equilíbrio de fundo de maneiço com particular impacto em contas a receber (total de 21,9 M€ em 2023 vs 21 M€ em 2022) e inventários (total de 48 M€ em 2023 vs 41 M€ em 2022).

A CaetanoBus continuou a investir em I&D em tecnologias base para o plano de crescimento futuro, ascendendo em 2023 a 1,4 M€.

Face ao EBITDA negativo apresentado e ao plano de investimento, a gestão de liquidez em 2023 obrigou a uma estratégia cuidada e na procura de oportunidades junto da banca nacional e internacional.

PERSPETIVAS PARA 2024

Apesar da contínua dificuldade em contrariar os resultados negativos dos últimos anos, a CaetanoBus prevê alcançar resultados operacionais positivos em 2024; continua a identificar fortes oportunidades comerciais para alavancar o negócio, e perspectiva para 2024 um novo impulso de crescimento das vendas, já com um plano de encomendas firmes que suportam uma nova perspectiva de crescimento.

A CaetanoBus está comprometida em contribuir para uma sociedade mais sustentável, com soluções de mobilidade zero emissões. No próximo ano, a CaetanoBus continuará a focar-se na inovação e no desenvolvimento de novos padrões de produção e de processos, para um crescimento futuro à medida que os mercados crescem na substituição das suas frotas. Assim, o ano de 2024 será um ano de promoção de alterações na gestão, através da otimização para o crescimento, que face a uma concorrência cada vez mais feroz dos OEM asiáticos, não deixa alternativa senão de seguir por uma estratégia de alianças, promovendo a partilha de custos, investimentos e desenvolvimento de novas tecnologias.



A COBUS Industries GmbH resulta da parceria com a Daimler AG, detendo a CaetanoBus uma participação de 59,18% no capital social da COBUS Industries. A atividade principal da COBUS consiste na venda e assistência técnica de autocarros de aeroporto, a nível mundial. A COBUS não tem produção própria, adquirindo chassis à Daimler Busses e recorrendo à CaetanoBus para a produção das respetivas carroçarias e montagem.

A recuperação das indústrias de aviação está em curso e espera-se que o número de passageiros pré-pandemia a nível mundial seja novamente atingido até 2025. Com a expectativa de que não existam restrições de mobilidade nos próximos anos, espera-se uma aceleração das atividades aeroportuárias, o que naturalmente levará a uma maior dinâmica nas economias e à reabertura dos negócios de venda adiados nos últimos anos, encontrando-se a COBUS bem posicionada para satisfazer estas necessidades.

A COBUS pretende também acompanhar o compromisso dos Aeroportos na neutralidade carbónica das suas plataformas de estacionamento até 2035.

As tecnologias amigas do ambiente e os produtos sustentáveis para o sector da aviação e dos aeroportos continuam a ser o foco da COBUS. Com os novos autocarros COBUS Vega e COBUS Hydra, combinados com a expansão da prestação de serviços, a COBUS manterá a sua posição de líder do mercado mundial e estabelecerá o padrão.

O ANO DE 2023

O exercício de 2023 continuou a ser caracterizado pelas consequências negativas da guerra na Ucrânia, nomeadamente pelos preços ainda muito elevados dos combustíveis fósseis e de outras matérias-primas críticas, bem como pelo fluxo ainda difícil da logística e da cadeia de abastecimento.

A recuperação das indústrias da aviação está em curso e espera-se que o número de passageiros a nível mundial pré-pandemia seja novamente atingido até 2025 (embora em alguns aeroportos em determinadas regiões tal já tenha ocorrido). Para a COBUS Industries, o aumento do tráfego aéreo ainda não teve um impacto significativo nas vendas de novos autocarros, uma vez que os clientes continuaram a limitar os investimentos a um mínimo absoluto devido a perdas

significativas durante a pandemia. No exercício de 2023, a COBUS vendeu 108 (vs. 110 em 2022) autocarros. Em termos de volume de negócios, a COBUS passou de 32 M€ em 2022 para 47 M€ em 2023; com um EBITDA positivo de 955 m€ (mais 358 m€ em comparação com 2022).

A tendência para conceitos de condução alternativos é uma realidade, especialmente porque os aeroportos de todo o mundo se comprometeram a atingir a “neutralidade carbónica” nas suas plataformas de estacionamento até 2035. Depois de lançar o COBUS VEGA em 2022, a COBUS Industries continuou a dar passos importantes no sentido de expandir o portefólio de produtos existente. A introdução do novo e.COBUS ER (*Extended Range*), com baterias LFP, oferece uma solução com o dobro da capacidade da bateria, reduzindo os custos. A COBUS posicionou-se assim, mais uma vez, de forma mais forte face à concorrência e conseguiu ganhar concursos importantes. A Plataforma de serviço pós-venda COBUS e a Aplicação de serviço remoto COBUS REAL (*Remote Expert Assistance Live*), que foram apresentadas na GSE Expo Europe Fair em 2022, continuaram a ser desenvolvidas em 2023 e já mostram resultados na sua utilização pelos clientes.

PERSPETIVAS PARA 2024

Com a expectativa de que 2024 seja um ano inteiro sem restrições de mobilidade, espera-se uma aceleração das atividades aeroportuárias, o que naturalmente levará a uma maior dinâmica nas economias e à reabertura de negócios de venda adiados nos últimos anos. Paralelamente, a passagem da tecnologia baseada em combustíveis fósseis para a mobilidade elétrica é uma tendência crescente e provocará uma vontade adicional de renovação das frotas dos operadores. Prevê-se que o ano de 2024 registe um aumento das vendas de mais de 20% em relação a 2023. Este potencial de crescimento reflete-se na carteira de encomendas já registada, que em fevereiro de 2024 corresponde a cerca de 65% das vendas anuais previstas para 2024.



A Caetano UK é uma empresa detida na totalidade pela CaetanoBus, que se dedica à comercialização e serviços de pós-venda de autocarros CaetanoBus no Reino Unido.

Os principais clientes são a National Express e os seus operadores e parceiros, no segmento dos autocarros de turismo, e *Abellio London*, no segmento dos autocarros urbanos zero emissões.

O contrato vigente com a National Express permanece em vigor até o final de 2024, com a opção de extensão por mais um ano, que se prevê que aconteça pelo excelente desempenho da CaetanoBus como fabricante e da Caetano UK pela gestão da operação no Reino Unido. Contudo, a próxima renovação do contrato espera-se que aconteça em 2025 e que se prolongará por 3 anos, nesta altura já a contemplar veículos zero emissões assegurando uma base sólida para os negócios no Reino Unido nos próximos anos.

Durante 2023, foram realizadas várias demonstrações dos nossos produtos, em parceria com a Toyota UK junto de clientes e operadores estratégicos, que se espera que se traduzam em vendas para a Caetano UK num futuro próximo.

Importa salientar o grande espírito de resiliência da Caetano UK, uma vez que a empresa sofreu bastante com o surto pandémico de Covid 19 e hoje encontra-se estabilizada. Tem vindo a recuperar as suas relações com importantes parceiros, o que tem garantido um excecional crescimento das suas vendas.

ANO DE 2023

Durante o ano de 2023 foram realizadas várias operações de *marketing* e demonstrações dos modelos Caetano junto de grandes operadores em Londres e outras localizações com o objetivo de promover os autocarros elétricos a baterias e elétricos a hidrogénio. Muitas destas ações de *marketing* foram realizadas com o apoio da Toyota UK, por forma a promover os autocarros urbanos zero emissões Caetano, em *co-branding*.

O ano de 2023 marcou um capítulo muito positivo para a Caetano UK, com avanços significativos na comercialização do modelo de turismo, LEVANTE. Especialmente, tendo em consideração o impacto severo que o surto pandémico de Covid 19 teve na empresa, nos últimos 3 anos.

Em 2022, retomaram-se as vendas para a National Express, entregando 50 unidades do modelo LEVANTE. Em 2023, esse segmento testemunhou um notável crescimento, mais que dobrando o número de unidades vendidas para 116. Além disso, concluíram-se as entregas dos modelos LEVANTE III e iniciou-se a entrega do modelo mais recente, o LEVANTE IIIA. Destaque também para o cumprimento das entregas de mais 9 unidades do Caetano e.City Gold, para a Abellio, esta que foi a segunda encomenda deste importante operador Londrino.

Convém, no entanto, realçar que o Brexit introduziu desafios logísticos para a Caetano UK, bem como veio intensificar a preferência dos operadores pelo "*made in UK*", particularmente nos autocarros elétricos a bateria, favorecendo os OEMs do Reino Unido. Estes têm sido, sem sombra de dúvida, grandes obstáculos à comercialização dos autocarros urbanos zero emissões Caetano no Reino Unido.

Em 2023, a Caetano UK vendeu 125 autocarros, números bastante positivos, tendo em consideração as 50 unidades vendidas em 2022 e as 18 unidades em 2021. A empresa registou um volume de negócios de cerca de 47,7 ME.

PERSPETIVAS PARA 2024

Para o ano de 2024, os fornecimentos continuarão a ser efetuados de acordo com o contrato quadro que existe com a National Express. Paralelamente, mantém-se o empenho no maior fortalecimento da parceria com este importante cliente e parceiro de negócio, com o objetivo de fechar o próximo contrato de fornecimento de autocarros do modelo LEVANTE e que incluirá já soluções de zero emissões. Esta colaboração contínua é um testemunho da confiança depositada nos produtos e serviços Caetano, e a Caetano UK está entusiasmada com a oportunidade de continuar a oferecer soluções de transporte inovadoras e eficientes para a National Express.

O CONTEXTO MACROECONÓMICO E O DESEMPENHO DO GRUPO TOYOTA CAETANO

ECONOMIA MUNDIAL

A economia mundial revelou, segundo o Banco Mundial⁴, um perfil vincadamente resiliente face aos diversos choques a que foi sujeita nos últimos 4 anos, com as principais economias a emergir, na sua maioria, razoavelmente ilesas daquele que foi o mais rápido aumento das taxas de juro em 40 anos, em particular evitando tradicionais impactos negativos na taxa de desemprego ou colapsos financeiros. O processo desinflacionário em curso está a ser implementado sem precipitar a economia mundial para uma recessão, contrariando a experiência passada na qual é raro os países conseguirem reduzir a sua taxa de inflação sem impactar negativamente a sua performance económica, apresentando-se assim a designada “aterragem suave” como o caso base por parte desta instituição.

O crescimento económico global em 2023 terá sido de 2,6%, uma revisão em alta de 0,5p.p. face à previsão para o mesmo período realizada em junho 2023 pelo Banco Mundial. O crescimento em 2024 deverá moderar para 2,4% e posteriormente acelerar para 2,7% em 2025. O crescimento económico previsto é fortemente influenciado pela performance económica dos mercados emergentes e economias em desenvolvimento, com crescimento previsto de 4,0%, 3,9% e 4,0% para os anos 2023 a 2025 respetivamente, com as economias avançadas a crescer, no mesmo horizonte temporal, 1,5%, 1,2% e 1,6%.

Destaque para a expansão prevista do ritmo de crescimento do volume de comércio global, que em 2023 terá tido uma expansão de apenas 0,2%, a mais baixa em períodos não recessivos dos últimos 50 anos, devendo acelerar para 2,3% e 3,1% em 2024 e 2025. A inflação global, por seu turno, deverá ter-se fixado em 4,9% em 2023 e deverá retrair para 3,8% em 2024 e para 3,2% em 2025 segundo as previsões do Banco Mundial.

UNIÃO EUROPEIA

Segundo as Previsões de Outono da Comissão Europeia, a economia da União terá desacelerado do forte ritmo de expansão pós pandemia, devendo o seu PIB ter crescido 0,6% em 2023, mas com expectativa de nova aceleração em 2024 para 1,3% e em 2025 para 1,7%, com contributos do consumo via da recuperação do poder de compra dos salários reais, investimento e procura

⁴ World Bank, Global Economic Prospectus, January 2024

externa. O mercado de trabalho continua a apresentar-se dinâmico, com a taxa de desemprego a situar-se em 6,0% em 2023 e com *outlook* estável para 2024 e 2025, respetivamente 6,0% e 5,9%. Por sua vez a inflação, medida na Zona Euro, terá sido de 5,6% em 2023, devendo manter-se em trajetória vincadamente desinflacionária, com previsão de 3,5% em 2024 e 2,2% em 2025, com este último valor razoavelmente em linha com o objetivo do Banco Central Europeu, o que poderá permitir algum alívio na política monetária de acordo com as expetativas dos agentes de mercado⁵.

PORTUGAL

A economia portuguesa cresceu 2,3% em 2023 segundo o Instituto Nacional de Estatística, devendo manter-se com perfil de expansão para 2024 e 2025 de acordo com as previsões de Outono da Comissão Europeia, com taxas de crescimento do PIB de 1,3% e 1,8%. A taxa de inflação, medida pelo índice harmonizado de preços no consumidor foi de 5,3% segundo o INE, uma melhoria face aos 8,1% de 2022 resultante, entre outros, de um forte contributo do abrandamento dos preços da energia. Segundo a Comissão Europeia, a inflação em Portugal deverá continuar com trajetória fortemente descendente, estimando-se 3,2% para 2024 e 2,4% para 2025.

O mercado de trabalho deverá manter-se robusto, com previsão de idêntica taxa de desemprego em 2023 e 2024, de 6,5%, e ligeira descida em 2025 para 6,4%. Em 2023 destaque para o aumento do nível de emprego nos setores do turismo, construção e serviços administrativos, bem como elevado nível de atividade laboral, com contributo forte de trabalhadores estrangeiros, com estes dois indicadores a atingirem níveis recordes, tendo os salários crescido acima da taxa de inflação.

A expansão da economia portuguesa, não obstante limitada pela política monetária restritiva e alguma fragilidade da procura externa, deverá ser sustentada pelo consumo interno resultante de aumento do poder de compra das famílias, pela recuperação dos volumes de comércio global e pela execução do Plano de Recuperação e Resiliência

ANÁLISE CONSOLIDADA DO GRUPO TOYOTA CAETANO

Em 2023 a Toyota Caetano Portugal registou um volume de negócios consolidado de 512Mio€, crescendo em cerca de 6,5% comparando com o ano anterior. O lucro bruto também revelou uma tendência de crescimento, superando os valores de 2022, alcançando os 25% em função do volume de negócios. Seguindo a estratégia dos anos anteriores, as empresas do Grupo deram

⁵ Sondagem Reuters, 12 – 17 de janeiro 2024

prioridade à gestão de stocks, às vendas e à contenção de custos. Consequentemente, o peso dos fornecimentos e serviços externos sobre as vendas manteve-se em linha com o mesmo período do ano anterior, apesar da forte pressão inflacionista sentida durante o ano de 2023. Não obstante uma redução no número de colaboradores, os gastos com pessoal mantiveram-se semelhantes ao ano anterior, representando cerca de 9,5% sobre as vendas, demonstrando assim o esforço da Empresa para com os seus colaboradores. O EBITDA consolidado atingiu os 56Mio€, representando um aumento de cerca de 7,3Mio€ (+15%) face a igual período do ano passado. Os resultados financeiros fixaram-se nos 5,8Mio€ negativos, um aumento bastante considerável face ao ano anterior (+106%), que se justifica tanto pelo aumento das taxas de juro como pelo nível de financiamento, fruto do crescimento da atividade. O resultado líquido consolidado atingiu os 17,5Mio€, representando um aumento de 18% relativamente ao ano anterior. De notar ainda que o investimento líquido cresceu 99,6% face a ano homólogo, denotando assim o esforço considerável que o Grupo está a realizar nas diferentes áreas onde atua. A autonomia financeira do Grupo Toyota Caetano Portugal situa-se nos 37,3%, o que demonstra uma gestão eficaz da estrutura de capitais. Ainda no primeiro semestre deste ano os acionistas da CaetanoBus concederam, de forma proporcional à participação que cada um detém sobre o capital daquela sociedade, suprimentos para o apoio à respetiva atividade no valor total de 20 Mio€; tendo a Toyota Caetano Portugal contribuído com o valor de 12.388.000€. No final de 2023 foi aprovada a conversão, para prestações suplementares, dos suprimentos concedidos pela Toyota Caetano Portugal à CaetanoBus.

No quadro seguinte apresenta-se um resumo dos indicadores comparativos, em milhares de euros, que evidenciam o desempenho do Grupo:

	dez'23	dez'22	milhares€ variação
Volume de Negócios	511.571	480.226	6,5%
Lucro Bruto	130.167	119.257	9,1%
<i>% (f) Volume de Negócios</i>	25,4%	24,8%	
Fornecimentos e Serviços Externos	49.998	46.751	6,9%
<i>% (f) Volume de Negócios</i>	9,8%	9,7%	
Gastos com Pessoal	48.798	45.815	6,5%
<i>% (f) Volume de Negócios</i>	9,5%	9,5%	
EBITDA	55.853	48.539	15,1%
<i>% (f) Volume de Negócios</i>	10,9%	10,1%	
Resultado Operacional	36.860	32.761	12,5%
<i>% (f) Volume de Negócios</i>	7,2%	6,8%	
Resultados Financeiros	-5.813	-2.818	106,3%
<i>% (f) Volume de Negócios</i>	-1,1%	-0,6%	
Resultado Líquido Consolidado	17.468	14.820	17,9%
<i>% (f) Volume de Negócios</i>	3,4%	3,1%	
Investimento Líquido	33.940	17.006	99,6%
<i>% (f) Volume de Negócios</i>	6,6%	3,5%	
Grau de Autonomia Financeira	37,3%	50,0%	

OS RISCOS DO NEGÓCIO

ABORDAGEM AO RISCO

A prática de gestão do risco define como a empresa identifica, avalia, monitoriza e gere os riscos que podem afetar os seus negócios, operações e resultados financeiros. Esta abordagem é fundamental para garantir que a Empresa possa tomar decisões informadas e mitigar os riscos passíveis de prejudicar o seu desempenho ou reputação. Uma abordagem eficaz ao risco pode ajudar a Empresa a proteger seus ativos e garantir a continuidade dos seus negócios.

Um sistema de gestão do risco será eficaz quando a cultura de risco estiver amadurecida na Empresa. A cultura organizacional deve promover a consciencialização e a responsabilidade em relação aos riscos. Isto significa que todos os colaboradores, desde a gestão de topo até à base, compreendem a importância da gestão de riscos, sendo incentivados a relatar e discutir riscos potenciais.

O Grupo Toyota Caetano tem implementado um modelo de gestão de risco com quatro linhas de defesa, com envolvimento dos vários níveis da organização, particularmente da gestão de topo. Na Toyota Caetano Portugal, S.A., a política de risco e o controlo dos mesmos é efetuado diretamente pelo Conselho de Administração e avaliado anualmente pelo Conselho Fiscal.

A Sociedade é ainda apoiada por departamentos internos da Salvador Caetano Auto, com os quais mantém sinergias, como sejam, Direção Jurídica e *Compliance* / Comissão de *Compliance*/ Direção de Planeamento, Controlo de Gestão e Auditoria Interna /Fiscalidade/ Serviços Informáticos e pela Auditoria realizada pelos Auditores Externos. Sempre que oportuno, os relatórios são partilhados com o Conselho Fiscal.



MATRIZ DE RISCO

A Gestão de Risco e correspondente matriz de risco do Grupo Toyota Caetano é elaborada e atualizada por uma equipa representativa da gestão executiva do Grupo, diretores de departamento e demais colaboradores, com suporte dos Serviços Partilhados da Salvador Caetano Auto.

O impacto do risco na Sociedade é efetuado, avaliando o grau de repercussão que os mesmos terão na atividade e determinando estratégias a curto e médio/longo prazo para prevenir, reagir e mitigar esses riscos. Refira-se que esta gestão dos riscos contempla:

- análises de sensibilidade (mensuração de impactos potenciais em função da probabilidade de ocorrência de cada risco);
- alinhamento estratégico da Sociedade em função dos riscos efetivamente incorridos;

- mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adotadas e da sua eficácia;
- mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema de alerta de risco.

O Conselho Fiscal acompanha e toma conhecimento dos trabalhos e seus resultados efetuados pelos serviços de controlo interno, gestão de riscos, *compliance* e auditoria interna.

Em 2023 a Sociedade continuou a desenvolver a atualização substancial do seu modelo de gestão de risco, iniciada em 2022, com enfoque no sistema de monitorização e controlo dos riscos mais relevantes nas suas áreas de atividade. O modelo atual confere à Sociedade uma posição mais resiliente e preparada para enfrentar os desafios vindouros com maior confiança e eficiência.

Da gestão de riscos efetuada cumpre referir que os riscos sofreram evolução relativamente ao ano passado, verificando-se uma diminuição em alguns dos níveis de risco. Nesta avaliação, foi identificado um novo risco relacionado com a área de *Compliance* e Cibersegurança, nomeadamente no plano da Inteligência Artificial (IA), no qual se pretende gerir os riscos relacionados com a utilização de dados pessoais em IA generativa.

Adicionalmente, na área de Capital Humano, verificou-se uma agregação. Com a evolução em 2023, o tema da retenção de talento adquiriu uma importância ao mesmo nível da atração. A análise dos riscos de 'Aumento da taxa de turnover de colaboradores' e 'Atração e retenção de talento qualificado', levou a que fosse considerada a sua aglutinação num só risco, de forma a atingir uma gestão mais eficaz e uma abordagem integrada dos riscos globais.

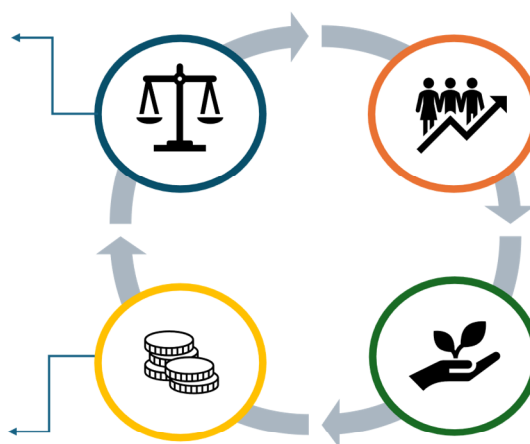
PRINCIPAIS RISCOS

Compliance e Cibersegurança

- Complexidade e dimensão legislativa =
- Ataques informáticos e exfiltração de dados =
- Riscos relacionados com a introdução de dados pessoais em IA generativa e ou sistemas de tradução online **NOVO**

Negócio

- Impacto da evolução da taxa de juro na decisão de compra dos clientes ↓
- Risco de Liquidez ↓
- Disrupção nas cadeias de fornecimento de mercadorias e materiais ↓



Capital Humano

- Atração e retenção de talento qualificado =
- Bem-estar e motivação colaboradores =

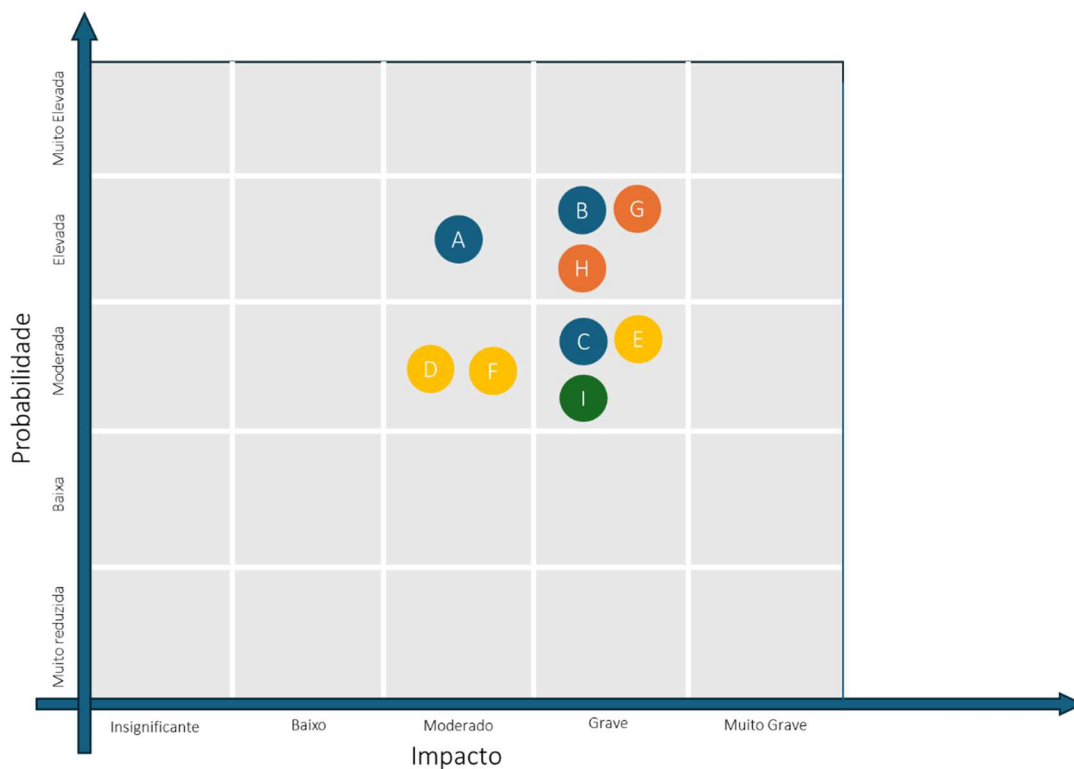
Ambiente

- Não atingir metas da Estratégia de Sustentabilidade =

Legenda das figuras

- = Nível do risco mantém-se
- ↓ Nível do risco diminuiu
- ↑ Nível do risco aumentou

NOVO Novo risco identificado



- A Complexidade e dimensão legislativa
- B Ataques informáticos e exfiltração de dados
- C Riscos relacionados com a Introdução de dados pessoais em IA generativa e ou sistemas de tradução online
- D Impacto da evolução da taxa de juro na decisão de compra dos clientes
- E Disrupção nas cadeias de abastecimento de mercadorias e materiais
- F Liquidez
- G Atração e retenção de talento qualificado
- H Bem-estar e motivação de colaboradores
- I Não atingir metas da Estratégia de Sustentabilidade

ÁREA	RISCO	FATORES QUE CONTRIBUEM PARA O RISCO	INICIATIVAS PARA CONTROLAR O RISCO
Compliance e Cibersegurança	Complexidade e dimensão legislativa	<ul style="list-style-type: none"> • Dispersão geográfica do Grupo. • Complexidade das alterações regulamentares e foco em múltiplas vertentes legislativas. • Incremento substancial das áreas abrangidas por nova regulamentação. • Variabilidade normativa. • A rápida evolução tecnológica tem impacto nos modelos de negócio com exigências ao nível de <i>compliance</i> e na transformação digital das autoridades fiscalizadoras. • Riscos resultantes das alterações climáticas, sanitárias e sociais que resultam em medidas regulamentares. • Potenciais consequências legais resultantes de incumprimento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Equipas de <i>compliance</i> centralizadas e especializadas por áreas. • Análise diária de legislação emitida. • Consultoria externa na identificação dos requisitos legais, apoio no acompanhamento e implementação de alterações decorrentes de legislação, quando necessário. • Reforço na preparação e disponibilização de recursos da equipa. • Formação específica regular das equipas. • Formação e-learning permanentemente disponível para todos os colaboradores. • Newsletters internas periódicas de divulgação. • Comunicação e divulgação de informação especificamente orientada para responsáveis das diversas áreas abrangidas. • Monitorização periódica.
	Ataques informáticos e exfiltração de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Incremento de ciberataques (tais como <i>Phishing, Ramsonware, Malware</i>, entre outros). • Incremento de ataques bem sucedidos de <i>ransomware</i> e violação de dados à marca Toyota (a nível global). • Incidentes de Violação de Dados. • Elevado nível de integração com sistemas informáticos das marcas representadas: a dependência do nível de segurança dessas entidades pode potenciar vulnerabilidades. • Ataques de negação de serviço (DDoS). • Exposição a situações que originem coimas e contra-ordenações. 	<ul style="list-style-type: none"> • Política de <i>Governance</i> ATSG - All Toyota Security Guidelines. • Política de segurança SC Group - SCG Security Guidelines. • Segmentação e segregação das comunicações. • Plano de auditoria periódica. • Equipas dedicadas de cibersegurança. • Ações de Formação e sensibilização periódicas a colaboradores. • Simulacros de <i>phishing</i> regulares. • Serviço SOC 24*7. • Proteção dos Websites e sistema Anti-DDoS. • EDR em todos os <i>endpoints</i>. • WAF nos sistemas externos mais críticos. • Segundo fator de autenticação (MFA) • Implementação de <i>Data Lost Prevention</i> (DLP).

ÁREA	RISCO	FATORES QUE CONTRIBUEM PARA O RISCO	INICIATIVAS PARA CONTROLAR O RISCO
	<p>Riscos relacionados com a introdução de dados pessoais em IA generativa e/ou sistemas de tradução <i>online</i>.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de controlo sobre a utilização e tratamento de dados pessoais dentro dos sistemas de IA generativa, podendo originar violações de confidencialidade e proteção de dados. • Possibilidade de ocorrência de fugas de dados pessoais devido a falhas de segurança nos sistemas de IA generativa. • Potencial enviesamento ou discriminação algorítmica ao introduzir dados pessoais em modelos de IA generativa, originando decisões injustas ou prejudiciais. • Falta de transparência nos algoritmos de IA generativa, dificultando a compreensão de como os dados dos utilizadores são utilizados e quais os impactos na sua privacidade. • Necessidade de cumprimento dos regulamentos de proteção de dados, como o RGPD, ao lidar com dados pessoais em contextos de IA generativa, o que pode aumentar a complexidade e os custos operacionais para as organizações. • Ausência de controlo sobre a utilização de sistemas externos, cuja informação pode ser utilizada por sistemas de IA generativa. Ex: dicionários <i>online</i> e <i>softwares</i> de tratamento de imagem. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de políticas claras e rigorosas para a utilização de dados pessoais em sistemas de IA generativa, incluindo protocolos de consentimento explícito dos utilizadores. • Desenvolvimento e aplicação de medidas de cibersegurança robustas para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados ou fugas de informação. • Realização de avaliações de impacto para identificar e mitigar potenciais riscos relacionados com a introdução de dados pessoais em sistemas de IA generativa. • Investimento em investigação e desenvolvimento de técnicas de IA éticas e transparentes que minimizem o enviesamento algorítmico e garantam a equidade na utilização de dados pessoais. • Promoção da transparência e responsabilidade por parte de quem desenvolve IA generativa, incentivando a divulgação dos algoritmos e processos utilizados na manipulação de dados pessoais. • Formação e sensibilização dos utilizadores sobre os riscos associados à introdução de dados pessoais em sistemas de IA generativa, a par das melhores práticas para proteção da sua privacidade.

ÁREA	RISCO	FATORES QUE CONTRIBUEM PARA O RISCO	INICIATIVAS PARA CONTROLAR O RISCO
Capital Humano	Atração e retenção de talento qualificado	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em atrair recursos humanos qualificados. • Redução da taxa de retenção de colaboradores, com especial atenção para os perfis mais jovens. • Situação de quase pleno emprego em setores <i>core</i> para a organização. • Período de formação longo em diversas funções. • Necessidade de funções muito específicas com escassez de oferta no mercado de trabalho. • Nova geração de colaboradores que procuram uma cultura organizacional cada vez mais alinhada com os seus valores e propósito. 	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação e revisão do pacote de benefícios global para os colaboradores. • Políticas de flexibilidade de horário. • Investimento em melhor comunicação da marca empregadora e do <i>feedback</i> por parte das chefias. • Barómetro Ser Caetano –auscultação do nível de satisfação dos colaboradores, definição de planos de ação, respetiva monitorização e implementação de contra-medidas quando aplicável. • Programas formativos intensivos que promovam a aquisição de novas competências e o crescimento profissional, para resposta mais célere às necessidades. • Programa Talento Sénior. • Otimização da mobilidade interna e promoção de carreira no Grupo. • Nível 3 Kaizen - standards de processos, procedimentos e normas. • Reforço de iniciativas que estimulem uma liderança participativa e colaborativa • Formação em Inteligência Artificial.
	Bem-estar e motivação dos colaboradores	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento das doenças mentais ou situações de <i>burnout</i>, em resultado dos elevados índices de ansiedade e stress amplificados pela pandemia, mas também decorrentes da quantidade, diversidade e complexidade das solicitações fruto do ritmo acelerado e mudança dos modelos de negócio. • Dificuldade na conciliação de vida profissional e pessoal. 	<ul style="list-style-type: none"> • Introdução de consultas de psicologia. • Introdução de medidas de conciliação da vida profissional e pessoal. • Formação de desenvolvimento de lideranças em gestão do tempo, organização, produtividade e <i>data analytics</i>. • Programa Liderança Ser Caetano para promoção da liderança transformacional e mentoria. • Clube Ser com protocolos e descontos em várias empresas e atividades de <i>teambuilding</i>. • Aplicação Team 24 para apoio psicológico e recursos de bem-estar.

ÁREA	RISCO	FATORES QUE CONTRIBUEM PARA O RISCO	INICIATIVAS PARA CONTROLAR O RISCO
Negócio	Incerteza na evolução das taxas de juro e impacto na decisão de compra dos clientes, adiando ou suspendendo a aquisição	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento dos Indexantes e dos <i>spreads</i>, bem como das exigências dos financiadores para concessão de crédito provocam um aumento do custo de crédito. • Volatilidade das taxas de juro aumenta incerteza na decisão. • Capacidade de os clientes conseguirem obter financiamento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Negociação antecipada de condições e soluções mais vantajosas para os clientes. • Novas soluções de financiamento e/ou de diversificação de produto. • Novas campanhas comerciais.
	Potencial risco de liquidez que afete o normal desenrolar da atividade operacional	<ul style="list-style-type: none"> • Evolução desfavorável dos indexantes e dos <i>spreads</i>. • Aumento das exigências dos financiadores para concessão de crédito. • Aumento do custo de garantias bancárias. • Dificuldade nas cadeias logísticas e escoamento de produto, originando maiores níveis de stock. 	<ul style="list-style-type: none"> • Negociação com a Banca. • Gestão atenta das componentes do <i>working capital</i>. • Testes de <i>stress</i> periódicos. • Planeamento de tesouraria. • Diversificação da origem de financiamentos por instrumento, Banco, taxas de juro e maturidades. • Negociação permanente com parceiros, de forma a aumentar o leque de ofertas.
	Disrupção nas cadeias de abastecimento de mercadorias e materiais	<ul style="list-style-type: none"> • Incremento substancial de prazo de entrega de produtos e materiais. • Dificuldade associada ao aumento de complexidade logística e dos preços de transporte. • Falhas na cadeia de abastecimento podem colocar em risco a sobrevivência de fornecedores de componentes ou prestadores de serviço, cuja substituição seja difícil. • Substancial aumento do custo energético. • Incremento significativo do custo de matérias-primas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sempre que possível, gestão centralizada de stocks tornando-a mais eficiente. • Alargamento do portefólio de fornecedores, quando o negócio o permita. • Otimização de fluxos logísticos. • Soluções alternativas que assegurem a satisfação de clientes. • Negociação com operadores logísticos apoiada pelos canais Toyota.
Ambiental	Não atingir metas da Estratégia de Sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Visões, negócios, necessidades, estruturas e culturas organizacionais diferentes podem levar a perda de foco. • Maturidade de algumas das tecnologias necessárias à substituição de gás por eletricidade, que possa colocar em risco o objetivo. Potencial impedimento na concretização de redução de emissões CO2. • Incremento do volume e complexidade legislativa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Comité de Sustentabilidade. • Centralização da informação e transferência de <i>know-how</i>. • Implementação do processo de coordenação centralizada. • Avaliação do impacto na produtividade pela introdução de cabines elétricas, de forma acelerar a alteração (mesmo que implique aumento de investimento). • Avaliar soluções alternativas como hidrogénio. • Procura de soluções alternativas de descarbonização em áreas diferenciadas por forma a mitigar a dificuldade de redução em algumas áreas. • Iniciativas de aumento de resiliência das instalações a eventos climáticos (autonomia em energia e água) ou

ÁREA	RISCO	FATORES QUE CONTRIBUEM PARA O RISCO	INICIATIVAS PARA CONTROLAR O RISCO
			aumentos expectáveis de custo de energia. <ul style="list-style-type: none"> Estratificar atividades por grau de importância e definir diferentes métodos de acompanhamento.

OUTRAS INFORMAÇÕES

A Empresa não adquiriu, nem alienou ações próprias durante o exercício. À data de 31 de dezembro de 2023, a Sociedade não detinha ações próprias.

Cumpre-nos ainda informar a inexistência de dívidas ao setor público estatal e à Segurança Social, cujo pagamento se encontre em mora.

A Empresa não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Não foram realizados negócios entre a Empresa e os seus administradores.

DECLARAÇÃO

Declaramos nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº 1 do artigo 29.º-G do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do nosso conhecimento, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Toyota Caetano Portugal, relativas ao ano de 2023, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados desta Sociedade e das empresas incluídas no seu perímetro de consolidação e que o Relatório Único de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição desta Sociedade e das suas subsidiárias incluídas no perímetro de consolidação, bem como uma descrição dos riscos e incertezas mais significativos com que se defrontam.

EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 10 de março ocorreram em Portugal eleições para a Assembleia da República cujos resultados permitem desde já concluir que nenhuma força política ou coligação pré-eleitoral atingiu um resultado em mandatos que lhes permita, unilateralmente, formar uma solução de governo maioritária. A geometria possível de coligações e apoios parlamentares e interrogação sobre o nível de suporte na Assembleia a um novo Governo coloca incerteza no horizonte temporal imediato, nomeadamente sobre a sustentabilidade de qualquer solução governativa que poderá não conseguir fazer aprovar orçamentos e ou diplomas centrais no seu programa, em cuja eventualidade poderia o país ir novamente a eleições. A situação política é vincadamente relevante na performance económica do país, designadamente pela necessária clarificação de temas centrais na vida económica do país que foram amplamente debatidos em contexto eleitoral, nomeadamente a sustentabilidade orçamental do Estado, a política fiscal, particularmente taxas de IRS e IRC, execução do PRR e grandes obras públicas, regulação de diversos setores económicos.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em conformidade com o disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, propomos a seguinte aplicação do resultado líquido apurado no exercício, no valor de 17.119.170,02€ expresso nas demonstrações financeiras individuais da Toyota Caetano Portugal:

- a) Para a conta de ajustamentos em ativos financeiros decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial: 4.340.219,57 €

- b) Para dividendos a atribuir ao capital, 0,30 € por ação, o que, atendendo ao seu número (35 000 000) perfaz: 10.500.000,00 €

- c) Para a conta de Resultados Transitados: 2.278.950,45 €

CONSIDERAÇÕES FINAIS E AGRADECIMENTOS

Ao concluir este relatório pretendemos transmitir uma palavra de agradecimento:

- Aos nossos Colaboradores que, pela sua disponibilidade e entusiasmo, se empenharam no desenvolvimento da Empresa;
- Aos nossos Clientes e Concessionários pela permanente confiança que depositaram nos nossos produtos e pela distinção da sua escolha;
- Às Entidades Bancárias pela colaboração e apoio que sempre manifestaram no acompanhamento da nossa atividade;
- Aos restantes Órgãos Sociais pela colaboração prestada ao longo da sua atuação.

Aprovado na reunião do Conselho de Administração do dia 23 abril 2024

O Conselho de Administração:

José Reis da Silva Ramos –Presidente

Maria Angelina Martins Caetano Ramos

Miguel Pedro Caetano Ramos

Gisela Maria Falcão Sousa Pires Passos

Tom Fux

Kazunori Takagi

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA TOYOTA CAETANO PORTUGAL, SA

Nos termos do n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que, na data de 31 de dezembro de 2023, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade não detinham quaisquer ações ou obrigações da mesma.

Declara-se ainda que os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade não realizaram durante o exercício de 2023 quaisquer aquisições, onerações ou cessações de titularidade que tenham por objeto ações ou obrigações da Sociedade.

Mais se declara de seguida, os valores mobiliários da sociedade detidos por sociedades em que os membros dos órgãos de administração e fiscalização exercem cargos nos órgãos sociais:

- a acionista Salvador Caetano Auto, SGPS, S.A. (da qual Maria Angelina Martins Caetano Ramos é Presidente do Conselho de Administração, José Reis da Silva Ramos e Miguel Pedro Caetano Ramos são Vogais do Conselho de Administração), não teve movimentos, pelo que em 31 de dezembro de 2023 detinha 24.429.144 ações com o valor nominal de 1 euro cada.
- a acionista COVIM – Sociedade Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A. não teve movimentos (da qual Maria Angelina Martins Caetano Ramos é Presidente do Conselho de Administração, José Reis da Silva Ramos é cônjuge da Presidente do Conselho de Administração), pelo que em 31 de dezembro de 2023 detinha 393.252 ações, com o valor nominal de 1 euro cada.

Para os efeitos previstos na parte final do número 1 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais (sociedades em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade), declara-se que:

- José Reis da Silva Ramos, Presidente do Conselho de Administração, é titular de 39,49% do capital social da Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A., sociedade que está em relação de domínio com a Sociedade;
- Maria Angelina Martins Caetano Ramos, Vogal do Conselho de Administração, é titular de 39,49% do capital social da Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A., sociedade que está em relação de domínio com a Sociedade;
- Miguel Pedro Caetano Ramos, Vogal do Conselho de Administração, é titular de 0,00223% do capital social da Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A., sociedade que está em relação de domínio com a Sociedade.

FORMULÁRIO

Neste relatório utilizam-se os seguintes indicadores com as seguintes fórmulas:

- $\text{Autonomia Financeira} = \text{Total Capital Próprio} / \text{Total Ativo}$
- $\text{Colaboradores} = \text{Número médio de colaboradores}$
- $\text{Dívida Líquida} = \text{Financiamentos Obtidos} - \text{Caixa e Equivalentes}$
- $\text{Dividendo por ação} = \text{Dividendos distribuídos} / \text{Número de ações}$
- $\text{EBITDA} = \text{Resultados Operacionais} + \text{Amortizações e Depreciações} + \text{Imparidade de Inventários} + \text{Imparidade de Dívidas a Receber} + \text{Provisões e Perdas por Imparidade}$
- $\text{EBITDA Ajustado} = \text{EBITDA} + \text{Resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos}$
- $\text{Lucro Bruto} = \text{Volume de negócios} + \text{Custo das Vendas} + \text{Variação da Produção}$
- $\text{N}^{\circ} \text{ Formandos percurso terminado} = \text{Saídas para o mercado de trabalho}$
- $\text{Turnover (Recursos Humanos)} = [\text{Número de Colaboradores que saíram da empresa nos últimos 6 meses} / \text{Número total de Colaboradores na Sociedade à data de referência do indicador}] \times 100$
- $\text{Unidades vendidas} = \text{Vendas de viaturas novas e usadas} + \text{venda de empilhadores novos e usados}$
- $\text{Volume de Negócios} = \text{Vendas} + \text{Prestações de Serviços}$

CONTAS INDIVIDUAIS

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	31/12/2023	31/12/2022
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Goodwill	8	611 997	611 997
Ativos intangíveis	9	4 489 020	2 375 303
Ativos fixos tangíveis	5	31 134 424	25 314 203
Propriedades de investimento	6	10 874 890	11 374 484
Participações financeiras em subsidiárias e associadas	10	112 868 487	96 995 572
Outros ativos financeiros	29	4 600	19 600
Ativos por impostos diferidos	16	1 366 355	628 800
Total de ativos não correntes		161 349 774	137 319 960
ATIVOS CORRENTES:			
Inventários	12	90 492 269	40 839 400
Clientes	13	87 481 499	83 414 863
Outras dívidas de terceiros	14	4 569 720	1 475 937
Outros ativos correntes	15	5 504 458	888 644
Outros ativos financeiros	11	-	3 375 000
Caixa e equivalentes a caixa	4	16 743 033	5 501 727
Total de ativos correntes		204 790 978	135 495 572
Ativos não correntes detidos para venda	7	299 181	-
Total do ativo		366 439 933	272 815 532

As notas anexas fazem parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis Da Silva Ramos- Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Miguel Pedro Caetano Ramos; Gisela Maria Falcão Sousa Pires Passos; Tom Fux; Kazunori Takagi

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em Euros)

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	31/12/2023	31/12/2022
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social		35 000 000	35 000 000
Reserva legal		7 498 903	7 498 903
Ajustamentos em ativos financeiros		8 586 944	9 322 533
Reserva de reavaliação		6 195 184	6 195 184
Outras reservas		69 280 449	70 168 977
Resultados transitados		24 539 929	17 128 213
Resultado líquido do exercício		17 119 170	14 701 870
Total do capital próprio	17	168 220 580	160 015 681
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	18	30 802 469	11 933 595
Provisões	23	1 571 316	-
Responsabilidades por planos de benefícios definidos	22	1 169 598	284 397
Passivos por impostos diferidos	16	80 031	78 658
Total de passivos não correntes		33 623 415	12 296 650
PASSIVO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	18	64 150 514	37 837 462
Fornecedores	19	23 665 778	27 313 547
Outras dívidas a terceiros	20	27 192 503	14 220 705
Imposto sobre o rendimento a pagar	16	3 133 679	1 984 769
Outros passivos correntes	21	46 453 465	19 146 718
Total de passivos correntes		164 595 938	100 503 201
Total do passivo		198 219 353	112 799 851
Total do passivo e capital próprio		366 439 933	272 815 532

As notas anexas fazem parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis Da Silva Ramos- Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Miguel Pedro Caetano Ramos; Gisela Maria Falcão Sousa Pires Passos; Tom Fux; Kazunori Takagi

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Rendimentos operacionais:			
Vendas e prestações de serviços	24	465 479 354	421 705 653
Outros rendimentos operacionais	27	24 014 466	21 382 709
Variação da produção	12	-2 255 711	3 526 956
Total de rendimentos operacionais		487 238 109	446 615 317
Gastos operacionais:			
Custo das vendas	12	-379 971 277	-341 826 900
Fornecimentos e serviços externos	25	-49 972 755	-46 393 505
Gastos com o pessoal	26	-20 869 822	-19 053 704
Amortizações e depreciações	5, 6 e 9	-9 207 512	-7 006 390
Imparidade de dívidas a receber	23	-36 890	-14 309
Provisões	23	-1 571 316	-
Outros gastos operacionais	27	-2 860 925	-10 275 781
Total de gastos operacionais		-464 490 496	-424 570 589
Resultados operacionais		22 747 613	22 044 728
Resultados relativos a participações financeiras em empresas subsidiárias e associadas	10	4 340 220	119 716
Juros e outros custos financeiros	28	-5 386 819	-2 262 860
Outros rendimentos financeiros	28	859 067	57 330
Resultado antes de impostos		22 560 081	19 958 913
Impostos sobre o rendimento do exercício	16	-5 440 911	-5 257 043
Resultado líquido do exercício		17 119 170	14 701 870

As notas anexas fazem parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis Da Silva Ramos- Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Miguel Pedro Caetano Ramos; Gisela Maria Falcão Sousa Pires Passos; Tom Fux; Kazunori Takagi

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Outras Reservas								Resultado líquido do período	Total Capital próprio
		Capital social	Reserva legal	Reservas de reavaliação	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras reservas	Total de reservas	Resultado transitados	Resultado líquido do período		
Saldos em 1 de janeiro de 2022		35 000 000	7 498 903	6 195 184	11 548 164	67 892 107	93 134 358	8 773 476	11 695 006	148 602 839	
Alterações no período:											
Aplicação do Resultado líquido do ano anterior		-	-	-	-734 406	-	-734 406	5 429 411	-4 695 005	0	
Rendimento integral do exercício		-	-	-	1 434 101	2 276 871	3 710 972		14 701 870	18 412 842	
Operações com detentores de Capital no período					-2 925 326		-2 925 326	2 925 326		0	
Dividendos distribuídos	17	-	-	-	-	-	-	-	-7 000 000	-7 000 000	
Saldos em 31 de dezembro de 2022		35 000 000	7 498 903	6 195 184	9 322 533	70 168 977	93 185 598	17 128 213	14 701 870	160 015 681	
Saldos em 1 de janeiro de 2023		35 000 000	7 498 903	6 195 184	9 322 533	70 168 977	93 185 598	17 128 213	14 701 870	160 015 681	
Alterações no período:											
Aplicação do Resultado líquido do ano anterior		-	-	-	119 716	-	119 716	5 832 154	-5 951 869	0	
Rendimento integral do exercício		-	-	-	724 258	-888 528	-164 270		17 119 170	16 954 900	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					-1 579 562		-1 579 562	1 579 562		0	
Operações com detentores de Capital no período											
Dividendos distribuídos	17	-	-	-	-	-	-	0	-8 750 000	-8 750 000	
Saldos em 31 de dezembro de 2023		35 000 000	7 498 903	6 195 184	8 586 944	69 280 449	91 561 481	24 539 929	17 119 170	168 220 580	

As notas anexas fazem parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis Da Silva Ramos- Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Miguel Pedro Caetano Ramos; Gisela Maria Falcão Sousa Pires Passos; Tom Fux; Kazunori Takagi

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em Euros)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	17 119 170	14 701 870
Componentes de rendimento integral consolidado do exercício passíveis de serem reclassificáveis por resultados:		
Método equivalência patrimonial - Efeito em Capital próprio (Nota 10) Associadas	123 883	309 376
Componentes de rendimento integral consolidado do exercício, que não reclassificáveis por resultados:		
Remensurações (perdas atuariais valor bruto) (Nota 22)	-890 542	2 937 898
Imposto diferido perdas atuariais (Nota 16)	2 014	-661 027
Método equivalência patrimonial - Efeito em Capital próprio (Nota 10) Subsidiárias	600 375	1 124 725
Rendimento integral do exercício	16 954 900	18 412 842

As notas anexas fazem parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis Da Silva Ramos- Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Miguel Pedro Caetano Ramos; Gisela Maria Falcão Sousa Pires Passos; Tom Fux; Kazunori Takagi

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de Clientes		639 656 800	502 887 327
Pagamentos a Fornecedores		-529 135 218	-392 215 725
Pagamentos ao Pessoal		-14 896 733	-12 544 732
Fluxo gerado pelas Operações		95 624 849	98 126 870
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento		-5 504 427	-3 302 086
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à Atividade Operacional		-100 089 115	-97 652 277
Fluxo das Atividades Operacionais		-9 968 692	-2 827 493
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamento concedidos a Empresas participadas	10	-	9 581 303
Investimentos Financeiros	11	10 001 630	-
Ativos Fixos Tangíveis	5	-	135 000
Propriedade de Investimento	6	-	570 000
Ativos não correntes detidos para venda	7	410 000	-
Subsídios ao investimento		923 781	521 809
Juros e Proveitos Similares		-	69 980
Dividendos	10	1 579 562	2 295 328
		12 914 973	13 173 419
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos Financeiros	10	-12 388 000	-6 193 549
Financiamento concedidos a Empresas participadas	11	-6 626 630	-8 700 000
Ativos Fixos Tangíveis	5	-4 875 983	-1 805 584
Ativos Intangíveis	8	-2 156 827	-809 395
		-26 047 440	-17 508 528
Fluxo das Atividades de Investimento		-13 132 467	-4 335 109
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos Obtidos	18	375 500 083	124 500 000
Passivos de Locação	18	9 062 112	6 601 048
		384 562 195	131 101 048
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos	18	-335 000 083	-117 500 000
Amortizações de Passivos de Locação	18	-4 380 187	-5 533 304
Juros e Custos Similares		-2 099 771	-1 149 564
Dividendos	17	-8 739 690	-7 003 924
		-350 219 729	-131 186 791
Fluxo das Atividades de Financiamento		34 342 466	-85 743
CAIXA E EQUIVALENTES:			
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período	4	5 501 727	12 750 072
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período	4	16 743 033	5 501 727
Variação de Caixa e Seus Equivalentes		11 241 306	-7 248 345

As notas anexas fazem parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis Da Silva Ramos- Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Miguel Pedro Caetano Ramos; Gisela Maria Falcão Sousa Pires Passos; Tom Fux; Kazunori Takagi

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Toyota Caetano” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 1946, que tem a sua sede social em Vila Nova de Gaia, tendo como atividades a importação, montagem e comercialização de veículos ligeiros e pesados bem como a importação e comercialização de equipamento industrial de movimentação de cargas e respetiva assistência após-venda, a criação e operacionalização de projetos de formação e desenvolvimento de recursos humanos, bem como a gestão de imóveis próprios, incluindo o arrendamento dos mesmos, e ainda o aluguer de veículos de curta ou longa duração, com ou sem condutor.

As ações da Toyota Caetano estão cotadas na Euronext Lisboa desde outubro de 1987.

A Toyota Caetano Portugal, S.A., pertence ao Grupo Salvador Caetano (Grupo liderado pela sociedade Grupo Salvador Caetano, S.G.P.S., S.A.), sendo detida diretamente pela sociedade Salvador Caetano Auto- S.G.P.S., S.A., desde finais do ano de 2016.

A Toyota Caetano é o importador e distribuidor das marcas Toyota (viaturas e empilhadores), Lexus (viaturas) e BT (empilhadores) para Portugal, encabeçando um Grupo (“Grupo Toyota Caetano”) que se apresenta da seguinte forma a 31 de dezembro de 2023:

Empresas	Sede
Subsidiárias	
Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Empresa-mãe”)	Vila Nova de Gaia
Caetano Renting, S.A. (“Caetano Renting”)	Vila Nova de Gaia
Caetano Auto, S.A. (“Caetano Auto”)	Vila Nova de Gaia
Caetano Auto CV, S.A. (“Caetano Auto CV”)	Praia (Cabo Verde)
Salvador Caetano Seguros - Mediação de Seguros, Unipessoal Lda. (“Salvador Caetano Seguros”)	Vila Nova de Gaia
Destaque Mourisco – Sociedade Imobiliária Lda (Destaque Mourisco)	Faro
Empreendimento conjunto	
Caetanobus – Fabricação de Carroçarias, S.A. (“Caetanobus”)	Vila Nova de Gaia

Empresas	Sede
Associada	
KINTO Portugal, S.A. (“Kinto”)	Vila Nova de Gaia

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros (com arredondamento à unidade), dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As bases de apresentação e principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – *International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Committee* (“IASC”) e respetivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas, respetivamente, pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”) e pelo *Standing Interpretation Committee* (“SIC”), que tenham sido endossadas pela União Europeia, em vigor para o exercício económico iniciado em 1 de janeiro de 2023.

As demonstrações financeiras da Empresa anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o princípio do custo histórico e, no caso de alguns instrumentos financeiros, do justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para

manter as suas atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Adicionalmente, para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é categorizada em Nível 1, 2 e 3, de acordo com o grau em que os pressupostos utilizados são observáveis e a sua significância ao nível da valorização a justo valor utilizada na mensuração de ativos/passivos ou na divulgação dos mesmos.

Nível 1 – Justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo para idênticos ativos / passivos;

Nível 2 – o justo valor é determinado com base em outros dados que não sejam os preços de mercado identificados no Nível 1, mas que possam ser observáveis no mercado; e

Nível 3 – O justo valor é determinado com base em modelos de avaliação cujos principais pressupostos não são observáveis no mercado.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas na Nota 2.4.

2.2 ADOÇÃO DE IAS/IFRS NOVOS OU REVISTOS

Novas normas e alterações às normas que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2023

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas e alterações às normas, com aplicação obrigatória aos exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2023:

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas “materiais”, em detrimento de políticas contabilísticas “significativas”	1 de janeiro de 2023
IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados, em termos de agregação, reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa	Esta alteração permite evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro, para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9	1 de janeiro de 2023
IAS 12 – Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças	1 de janeiro de 2023

Descrição	Alteração	Data efetiva
	temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais	
IAS 12 – Reforma da tributação internacional – Regras do modelo Pilar Dois	Introdução de uma exceção temporária aos requisitos de reconhecimento e divulgação de informação sobre impostos diferidos ativos e passivos relacionados com os impostos sobre o rendimento do modelo Pilar Dois. Exigências de divulgação direcionadas para as entidades afetadas (entidades pertencentes a grupos multinacionais que tenham réditos consolidados de €750 milhões em pelo menos dois dos últimos quatro anos)	Imediatamente ou 1 de janeiro de 2023

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, decorrente da adoção das normas e alterações às normas acima referidas.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024, e que União Europeia já endossou

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras foram aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas e alterações às normas, com aplicação obrigatória aos exercícios a iniciar em 1 de janeiro de 2024:

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 1 – Classificação de passivos como não correntes e correntes e Passivos não correntes com “ <i>covenants</i> ”	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses, após a data de relato, quando sujeito a “ <i>covenants</i> ”	1 de janeiro de 2024

Descrição	Alteração	Data efetiva
IFRS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação	Requisitos de contabilização de transações de venda e relocação após a data da transação, quando alguns ou todos os pagamentos da locação são variáveis	1 de janeiro de 2024

Relativamente a estas normas (novas e alterações), não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024, e que a União Europeia ainda não endossou:

As seguintes normas contabilísticas e alterações às normas foram emitidas pelo IASB com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros e que, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, não se encontram ainda aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 7 e IFRS 7 – Acordos de financiamento de fornecedores	Requisitos de divulgação adicionais sobre acordos de financiamento de fornecedores (ou “ <i>reverse factoring</i> ”), o impacto nos passivos e fluxos de caixa, bem como o impacto na análise de risco de liquidez e como é que a entidade seria afetada caso estes acordos deixassem de estar disponíveis	1 de janeiro de 2024
IAS 21 – Efeito das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade	Requisitos para determinar se a moeda é passível de ser trocada por outra moeda e quando não for possível efetuar a troca por um longo período, as opções para calcular a taxa de câmbio à vista a utilizar. Divulgação dos impactos desta situação na liquidez, <i>performance</i> financeira e situação	1 de janeiro de 2025

Descrição	Alteração	Data efetiva
	patrimonial da entidade, bem como a taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato	

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Relativamente a estas normas, emitidas pelo IASB, mas ainda não aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.

2.3 PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Os principais critérios valorimétricos usados pela Toyota Caetano na preparação das suas demonstrações financeiras são os seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) encontram-se registados ao seu “*deemed cost*”, o qual corresponde ao seu custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos financeiros incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

As perdas por imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica “Perdas por imparidade” da demonstração dos resultados.

As depreciações são calculadas a partir do momento em que os bens estejam em condições de utilização, pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
– Edifícios e outras construções	20 - 50
– Equipamento básico e ferramentas	7 - 16
– Equipamento de transporte	4 - 6
– Equipamento administrativo	3 - 14
– Outros ativos fixos tangíveis	4 - 8

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Os terrenos não são depreciados. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

As despesas com reparação e manutenção dos ativos fixos tangíveis são consideradas como gasto no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens são capitalizadas e depreciadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de construção / desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos são transferidos para ativos fixos tangíveis e depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

Nas locações em que a Empresa age como locador ao abrigo de contratos de locação operacional, os valores dos bens afetos são mantidos na demonstração da posição financeira

da Empresa e os proveitos são reconhecidos de forma linear durante o período de contrato de locação.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, se a Empresa possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis são amortizados, pelo método das quotas constantes, durante um período de três a cinco anos. As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as amortizações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

As amortizações do exercício dos ativos intangíveis são registadas na demonstração dos resultados na rubrica “Amortizações e depreciações”.

c) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, que correspondem a ativos imobiliários detidos para obtenção de rendimento através do seu arrendamento ou para valorização do capital, e não para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços ou para fins administrativos, são registadas ao custo de aquisição, sendo o respetivo justo valor objeto de divulgação (Nota 6).

A Empresa promove a realização periódica e rotativa de avaliações dos referidos ativos imobiliários por entidades especializadas independentes. Nos exercícios em que determinado ativo imobiliário não é selecionado para efeitos de avaliação externa independente, é requerido à equipa interna do Grupo (que tem competências técnicas nesta área) uma avaliação sobre a possibilidade de existência de alterações relevantes no valor de mercado de tais ativos imobiliários, face à última avaliação externa obtida.

As propriedades de investimento são igualmente depreciadas, pelo método das quotas constantes, durante um período de dez a cinquenta anos. As depreciações do exercício das propriedades de investimento são registadas na demonstração dos resultados na rubrica “Amortizações e depreciações”.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As beneficiações, relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas.

Quando o justo valor destes ativos imobiliários se revele inferior ao seu respetivo custo de aquisição, é registada, sempre que se justifique, uma perda por imparidade no exercício em que esta é estimada, por contrapartida da rubrica “Perdas por imparidade” na demonstração dos resultados. Quando as perdas por imparidade acumuladas registadas se deixem de verificar, são imediatamente revertidas por contrapartida da rubrica “Perdas por imparidade” na demonstração dos resultados até ao limite do montante que teria sido determinado, líquido de amortizações ou depreciações, se nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

O justo valor resultante das avaliações externas das propriedades de investimento, que é objeto de divulgação, foi determinado com base em avaliações imobiliárias efetuadas por

entidades especializadas independentes (utilizando habitualmente o Método de mercado, o Método do custo ou o Método do rendimento).

d) Locações (na ótica do locatário)

Identificação de locações

Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, que transfere o direito de uso de um bem (o ativo subjacente), por um período, em troca de um valor. No início de cada contrato, é avaliado e identificado se este é ou contém uma locação. Esta avaliação envolve um exercício de julgamento sobre se cada contrato depende de um ativo específico, se a Empresa, enquanto locatário, obtém substancialmente todos os benefícios económicos do uso desse ativo e se tem o direito de controlar o uso do ativo.

Todos os contratos que constituam uma locação são contabilizados pelo locatário com base num modelo único de reconhecimento na demonstração da posição financeira.

Na data de entrada em vigor, a Empresa reconhece a responsabilidade relacionada com os pagamentos da locação (i.e., o passivo da locação) e o ativo que representa o direito a usar o ativo subjacente durante o período da locação (i.e., o direito de uso – *right-of-use* ou “RoU”). O custo do juro sobre o passivo da locação e a depreciação do RoU são reconhecidos separadamente.

O passivo da locação é remensurado aquando da ocorrência de certos eventos (como sejam a mudança do período da locação, uma alteração nos pagamentos futuros que resultem de uma alteração do índice de referência ou da taxa usada para determinar esses pagamentos). Esta remensuração do passivo da locação é reconhecida como um ajustamento no RoU.

Direitos de uso de ativos

A Empresa reconhece um ativo sob direito de uso na data de entrada em vigor do contrato de arrendamento/locação (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). O direito de uso dos ativos encontra-se registado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas e ajustado por eventuais novas mensurações do passivo das locações. O custo do direito de uso dos ativos inclui o valor inicial do passivo da locação, eventuais custos diretos inicialmente incorridos e pagamentos já

efetuados antes da data de entrada em vigor, deduzido de quaisquer incentivos recebidos e acrescido dos custos de restauro, se existentes. Os ativos de direito de uso encontram-se registados na rubrica de “Ativos fixos tangíveis” da demonstração da posição financeira.

Sempre que a Empresa incorre numa obrigação de desmantelamento e remoção de um ativo locado, restauração do local no qual este se encontra, ou restauração do ativo subjacente para a condição requerida pelos termos e condições da locação, é reconhecida uma provisão, de acordo com os termos da IAS 37. Os gastos são incluídos no respetivo direito de uso.

Os incentivos de locação (ex.: períodos de carência de rendas) são reconhecidos como elementos de mensuração do direito de uso e passivos da locação. As rendas variáveis que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidas como gastos no exercício em que são apuradas ou ocorre o pagamento.

Os ativos de direitos de uso são depreciados de acordo com o prazo da locação, pelo método linear, ou de acordo com a vida útil estimada do ativo sob direito de uso, quando esta é superior ao período de locação e a gestão tem a intenção de exercer a opção de compra.

A menos que seja razoavelmente certo que a Empresa obtenha a propriedade do ativo arrendado no final do prazo da locação, o direito de uso dos ativos reconhecido é depreciado pelo método linear com base no prazo da locação.

A imparidade dos direitos de uso é testada de acordo com o preconizado pela IAS-36 – imparidade de ativos (Nota 2.3 h).

Nas locações de ativos de baixo valor e de curta duração, a Empresa não reconhece os direitos de uso de ativos ou responsabilidade de locações, reconhecendo os dispêndios associados a estas locações como gastos do exercício durante o período de vida dos contratos.

Os contratos de locação podem conter componentes de locação e não-locação. Foi considerado, no entanto, o expediente previsto na norma de não separar os componentes de serviço dos componentes de locação, contabilizando-os como um único componente de arrendamento.

Passivos de locação

Na data de entrada em vigor, a Empresa reconhece os passivos mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros a serem efetuados até ao final do contrato de locação, e inclui os referidos saldos na rubrica da demonstração da posição financeira “Financiamentos obtidos”.

Os pagamentos da locação incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na substância), deduzidos de quaisquer incentivos a receber, pagamentos variáveis, dependentes de um índice ou de uma taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos da locação também incluem o preço de exercício de uma opção de compra, se for razoavelmente certo que a Empresa exerça a opção, e pagamentos de penalidades pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que a Empresa rescinda o contrato.

Os pagamentos relativos a componentes não locação não são reconhecidos como passivos de locação. Os pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa são reconhecidos como despesa no exercício em que o evento que lhes der origem ocorra.

No cálculo do valor presente dos pagamentos da locação, a Empresa usa a taxa de empréstimo incremental na data de entrada em vigor, se a taxa de juro implícita não for facilmente determinável.

As opções de extensão e de rescisão estão previstas em vários contratos de locação e a sua aplicação tem por base a maximização operacional. Para determinar o prazo da locação, o Conselho de Administração considera todos os factos e circunstâncias que criam um incentivo económico para exercer uma opção de extensão ou não exercer uma opção de rescisão. A maioria das opções de extensão não foi incluída no passivo da locação e, quando exercidas, são-no pela Empresa e não pelo locador.

O prazo é revisto apenas se ocorrer um evento significativo ou uma mudança significativa nas circunstâncias que afete essa avaliação e que esteja sob o controle do locatário.

Após a data de entrada em vigor, o valor do passivo da locação aumenta de modo a refletir o acréscimo de juros e reduz pelos pagamentos efetuados. Adicionalmente, o valor contabilístico do passivo da locação é remensurado se houver uma modificação, como uma alteração no prazo da locação, nos pagamentos fixos ou na decisão de compra do ativo subjacente.

Tratamento contabilístico de operações de Sale and Leaseback

O tratamento contabilístico das operações de *Sale and Leaseback* depende da substância da transação por aplicação dos princípios explicitados no reconhecimento do rédito. De acordo com o IFRS 16, caso a transferência do ativo cumpra com os requisitos da IFRS 15, então a mesma deverá ser contabilizada como uma venda de um ativo, sendo que, o vendedor-locatário deverá mensurar o direito de uso (RoU) do ativo como uma proporção do valor contabilístico anterior do ativo que está relacionado com o direito de uso, reconhecendo apenas como ganho e perda o relacionado com os direitos transferidos para o comprador-locador, i.e. aqueles que decorrem para além do período de locação.

De acordo com a IFRS 16 o valor do direito de uso a reconhecer (RoU) é inferior ao que seria caso o contrato de locação fosse celebrado sem a operação de venda anterior. Efetivamente o valor do RoU é calculado pela proporção do valor retido sobre o valor do ativo vendido.

Nas situações em que a Empresa recebe um preço superior ao seu justo valor como compensação por despesas a incorrer que tradicionalmente são da responsabilidade do proprietário, tais montantes são diferidos pelo período de locação.

e) Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando o valor dos mesmos for recuperado através de uma operação de venda, ao invés do seu uso continuado. Contudo, tal classificação exige que a transação de venda seja altamente provável, que o ativo se encontre disponível para venda imediata, que o Conselho de Administração da Empresa esteja comprometido com a alienação do mesmo e que a mesma ocorra no curto prazo (normalmente, mas não exclusivamente, no prazo de um ano).

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são registados ao mais baixo do seu valor contabilístico, ou do seu justo valor, deduzido dos gastos com a sua alienação, sendo, no caso dos ativos fixos afetos à unidade operacional detida para venda, interrompida a depreciação durante tal período

f) Inventários

Os inventários da Empresa associados à atividade de importação e retalho da área automóvel e equipamento industrial (que compreendem essencialmente mercadorias compostas por viaturas novas e usadas, equipamento de movimentação de carga, bem como peças e acessórios) são valorizados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável. O custo compreende as despesas incorridas para trazer os inventários à sua localização e condição atuais. A fórmula de custeio utilizada para as peças e acessórios corresponde ao custo médio, sendo que em relação às viaturas (novas e usadas) o custeio é específico por chassis ou matrícula.

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado menos todos os custos estimados de conclusão e custos a serem incorridos em marketing, venda e distribuição. As viaturas usadas são contabilizadas pelo menor valor entre o custo ou o justo valor menos os custos de venda, geralmente com base em dados de mercado externo disponíveis para veículos usados. Uma imparidade de inventários é reconhecida em situações em que o valor realizável líquido seja menor que o custo (em resultado de obsolescência, deterioração e queda no preço de venda). Ao calcular a imparidade, o Conselho de Administração considera a natureza e o estado do inventário (viatura), bem como aplica premissas em torno da possibilidade de venda antecipada, determinada nas condições existentes no final do período de relato financeiro. Com exceção no que respeita a peças e acessórios, geralmente os ajustamentos ao valor realizável líquido são aplicados item a item.

Finalmente, nos trabalhos em curso (reparação e assistência automóvel), a mão-de-obra aplicada encontra-se valorizada ao preço de custo.

Relativamente à atividade industrial relacionada com a montagem de viaturas nas instalações fabris de Ovar (os inventários nesta atividade correspondem a matérias-primas e subsidiárias, produção em curso e produtos acabados), as matérias-primas encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, sendo utilizada como fórmula de custeio o custo médio. Relativamente ao custo dos produtos acabados e intermédios, assim como dos produtos e trabalhos em curso, o mesmo corresponde ao seu custo de produção, o qual inclui o custo das matérias-primas incorporadas na produção, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico incorporados, tomando por base o nível normal de produção. O diferencial de encargos capitalizados e reconhecidos como estas naturezas de inventários entre o início e o final do exercício é reconhecido como variação

da produção na demonstração dos resultados. A fórmula de custeio das saídas corresponde ao custo específico de cada viatura / chassis produzido.

São igualmente constituídas imparidades para reduzir o valor contabilístico dos mesmos ao respetivo valor realizável, essencialmente com base em indicadores de rotação.

g) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com gastos incorridos são registados como ganho na medida em que exista uma garantia razoável que vão ser recebidos, que a Empresa já tenha incorrido nos gastos subsidiados e que cumpram com as condições exigidas para a sua concessão.

h) Imparidade de ativos

Ativos não correntes exceto *Goodwill*

É efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos da Empresa à data de cada demonstração da posição financeira sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável (definida como a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso, ou como o preço de venda líquido para ativos detidos para alienação), é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Perdas por imparidade". O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como “Perdas por imparidade”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Goodwill

O valor do *Goodwill* não é amortizado sendo testado anualmente, no final de cada exercício, para verificar se existem perdas por imparidade, ou seja, se o *Goodwill* não se encontra registado por um valor superior à sua quantia recuperável. A quantia recuperável é determinada com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo. As perdas por imparidade do *Goodwill* são registadas na demonstração de resultados do exercício em que a perda é constatada na rubrica “Perdas por imparidade” ou, no caso dos empreendimentos conjuntos ou das associadas, tais perdas por imparidade do *Goodwill* incluído no investimento financeiro são consideradas na rubrica “Resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos”. As perdas por imparidade relativas a *Goodwill* não podem ser revertidas.

i) Encargos financeiros

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, exceto se esses encargos estiverem diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo fixo que leve necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para a sua venda, caso em que são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando o ativo se encontra pronto a ser utilizado ou quando o projeto se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

j) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado, sempre que seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data (Nota 23).

k) Ativos Financeiros

Reconhecimento

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a Empresa se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Classificação

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio seguido pela Empresa na gestão do recebimento dos ativos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa, venda dos fluxos de caixa, ou apropriação de variações de justo valor) e os termos contratuais dos fluxos de caixa a receber (se inclui apenas capital mais juro ou se inclui outras variáveis).

Alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

- (i) Ativos financeiros ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;

- (ii) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade):
- a. Quando se trate de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda;
 - b. Quando se trate de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais a Empresa não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que a Empresa optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através de capital, por se referirem a investimentos que não são detidos para negociação.
- (iii) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de outro rendimento integral.

A classificação dos ativos financeiros da Empresa por categoria encontra-se na Nota 29.

Mensuração

A Empresa mensura inicialmente os ativos financeiros ao justo valor, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros que não são mensurados ao justo valor através dos resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas por imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em “Rendimentos e ganhos financeiros”, nos resultados financeiros.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor com as variações de justo valor reconhecidas por contrapartida de outro rendimento integral, à exceção das variações respeitantes ao reconhecimento de imparidades, rendimentos de juros e ganhos/(perdas) por diferenças cambiais, as quais são reconhecidas em resultados do exercício. Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral estão sujeitos a imparidade.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no Capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento. Os dividendos obtidos destes investimentos são reconhecidos como ganhos, em resultados do exercício, na data em que são atribuídos.

Perdas por imparidade

A Empresa avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral.

A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros” e aos Ativos de contratos com clientes, a Empresa aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimento históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível (“*on demand*”); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses.

Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses, então a Empresa apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, a Empresa aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito a Empresa calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, a Empresa calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

Desreconhecimento de ativos financeiros

A Empresa desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e a Entidade tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

Justo valor de investimentos financeiros

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado – Nível 1. Um mercado é considerado ativo se existirem preços cotados fácil e regularmente disponíveis através de trocas, corretagem ou agências reguladoras, e se esses preços representarem transações atuais e regulares ocorridas em mercado em livre concorrência. No caso de não existir um mercado ativo, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado (ex: modelos de fluxos de caixa descontados que incorporam curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado, no caso de instrumentos financeiros derivados) – Nível 2. Para os restantes casos, são utilizadas técnicas de valorização, não baseadas em dados de mercado observáveis – Nível 3.

Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os “investimentos registados ao justo valor através de resultados”. Neste

último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os “instrumentos de capital ao justo valor por via de capital” são posteriormente mantidos ao justo valor por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos instrumentos de capital ao justo valor por via de capital são registados no capital próprio, na rubrica “Reservas de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que a Empresa assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo.

O justo valor dos instrumentos de capital ao justo valor por via de capital é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/ líquido (investimentos não cotados), a Empresa regista ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas por imparidade. É convicção do Conselho de Administração da Empresa que o justo valor destes investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho do mercado bolsista onde os mesmos são transacionados, à data da demonstração da posição financeira.

A Empresa efetua avaliações à data de cada demonstração da posição financeira sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativa de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para ‘Instrumentos de capital ao justo valor por via de capital’, as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda por imparidade anteriormente reconhecida na demonstração dos resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

(i) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e equivalentes a caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

(ii) Clientes e Dívidas de terceiros

Estas rubricas incluem principalmente os saldos de clientes resultantes de vendas e serviços prestados no âmbito da atividade ordinária da Empresa e outros saldos relacionados com atividades operacionais. Os saldos são classificados como ativo corrente quando a cobrança é estimada dentro de um período de 12 meses. Os saldos são classificados como não correntes, se a cobrança estimada ocorrer a mais de 12 meses após a data de relato.

As rubricas de “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros” são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade. As perdas por imparidade dos Clientes e Outras dívidas de terceiros são registadas de acordo com os princípios descritos em “Perdas por imparidade”. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados em “imparidade de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados.

I) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- (i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e
- (ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Financiamentos obtidos” (Nota 18), “Fornecedores” (Nota 19) e “Outras dívidas a terceiros” (Nota 20). Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”.

(i) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

(ii) Fornecedores e Dívidas a terceiros

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que a Empresa adquiriu no decurso normal da sua atividade. Os itens que as compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de “Fornecedores” e “Dívidas a terceiros” serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica “Fornecedores” são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva.

As dívidas a fornecedores e terceiros que não vençam juros são mensuradas ao custo, para que as mesmas reflitam o seu valor presente realizável líquido. Todavia, estes montantes não se encontram descontados por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

m) Complementos de reforma (Plano de Benefícios Definidos e Plano de Contribuição Definida)

A Toyota Caetano Portugal constituiu, em conjunto com outras entidades (“Associados”) por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988, o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de fevereiro de 1994, em 30 de abril de 1996, 9 de agosto de 1996, 4 de julho de 2003, 2 de fevereiro de 2007, 30 de dezembro de 2008, 23 de dezembro de 2011 e 31 dezembro de 2013.

As responsabilidades por pensões reconhecidas à data da demonstração da posição financeira representam o valor presente dos benefícios futuros, ajustado de ganhos ou perdas atuariais e/ou de responsabilidades por serviços passados não reconhecidas, reduzido do justo valor dos ativos líquidos do fundo de pensões (Nota 22). Este plano de pensões define o montante de benefício de pensão que um empregado irá receber na reforma, normalmente dependente de um ou mais fatores, como a idade, anos de serviço e remuneração. Este plano de pensões está a cargo e é gerido pela entidade externa independente BPI Vida e Pensões, S.A..

O passivo reconhecido na demonstração da posição financeira relativamente ao plano de benefícios definidos é o valor presente da obrigação dos benefícios definidos à data das demonstrações financeiras. As obrigações do plano de benefícios definidos são calculadas anualmente por atuário independente, utilizando o método da unidade de crédito projetada (*Projected Unit Credit Method*). O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto das saídas de caixa futuras, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

Todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de ajustamentos em função da experiência e alterações nas premissas atuariais são reconhecidos diretamente no capital próprio e apresentados em “Outro rendimento integral”.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos em resultados, exceto se as alterações no plano de pensões são condicionadas pela permanência dos empregados em serviço por um determinado período (o período que qualifica para o benefício). Neste caso, os custos de serviços passados são amortizados numa base de linha reta ao longo do período em causa.

Os ganhos e perdas gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos são reconhecidos nos resultados do exercício em que o corte ou a liquidação ocorre. Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados ou o plano é alterado para que os benefícios definidos sejam reduzidos, com efeito material, originando assim uma redução nas responsabilidades com o plano.

As contribuições para o Plano de Contribuição Definida são registadas em gastos do exercício.

n) Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa, sendo os mesmos divulgados nas notas às demonstrações financeiras, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa, mas divulgados nas notas às demonstrações financeiras quando é provável a existência de benefício económico futuro.

o) Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento do exercício são calculados com base no Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (“RETGS”) previsto nos artigos 69º e 70º do Código do IRC, com início de aplicação em 1 de janeiro de 2007. Neste regime, a sociedade dominante, Toyota Caetano Portugal, S.A., deve registar os impostos calculados nas filiais com sede em Portugal incluídas no perímetro fiscal, Caetano Renting, S.A., Caetano Auto, S.A. e Salvador Caetano Seguros – Mediação de Seguros Unipessoal, Lda., de forma a determinar o imposto sobre o rendimento.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos não são reconhecidos quando as diferenças temporárias resultem de *Goodwill* ou do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não através de operações de concentração Empresarial. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data expectável de reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado por contrapartida da mesma rubrica.

p) Especialização de exercícios

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registados nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas “Outros ativos correntes” e “Outros passivos correntes”.

Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação do Conselho de Administração da Empresa.

q) Rédito - Contratos com clientes

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da Empresa. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

Na determinação do valor do rédito, a Empresa avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais a Empresa efetua a sua melhor estimativa.

O rédito é registado na demonstração dos resultados quando é transferido o controlo sobre o produto ou serviço para o cliente, ou seja, no momento a partir do qual o cliente passa a ter capacidade de gerir a utilização do produto ou serviço e obter todos os benefícios económicos remanescentes que lhe estão associados.

A Empresa considera que, atendendo à natureza do produto ou serviço que está associado às obrigações de desempenho assumidas, a transferência do controlo ocorre maioritariamente em data específica, mas poderão existir transações em que a transferência do controlo ocorre de forma contínua ao longo do período contratual definido.

O rédito da venda de mercadorias é reconhecido quando a obrigação de transferir a mercadoria (viaturas, peças ou acessórios) para o cliente for satisfeita e o rédito pode ser mensurado com segurança. A obrigação de transferir mercadorias para o cliente é considerada satisfeita quando as viaturas ou peças são faturadas e fisicamente despachadas ou recolhidas.

A receita com a prestação de serviços ao cliente é considerada satisfeita quando o serviço é realizado.

Quando um veículo ou um equipamento industrial é vendido a uma Empresa de leasing e a Empresa se compromete a recomprar o veículo por um valor especificado a uma data predeterminada, a venda não é reconhecida na base de que a possibilidade de a recompra ser exercida é altamente provável. Consequentemente, tais veículos e equipamentos são retidos dentro de "ativos fixos tangíveis" na demonstração da posição financeira ao custo e são depreciados pelo seu valor residual ao longo da vida do arrendamento.

Quando serviços adicionais estão incluídos na venda de uma viatura ou equipamento industrial a um cliente como parte do pacote total do veículo (nomeadamente contratos de manutenção) e a Empresa atua como principal no cumprimento do serviço, o valor dos serviços adicionais é identificado separadamente, deduzido da contraprestação a receber, reconhecido como receita diferida na demonstração da posição financeira e subsequentemente reconhecido como receita quando o serviço é prestado, ou reconhecido numa base de entrada com referência à quantidade de tempo decorrido sob o contrato ao qual o serviço se refere. Esses saldos são considerados passivos contratuais. A consideração alocada a serviços adicionais é baseada na venda autónoma relativa ao preço dos serviços adicionais dentro do contrato.

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

O rédito da Empresa Toyota Caetano Portugal, é composto pelo rédito proveniente das atividades mencionadas na Nota 1.

Os valores registados na rubrica "Outras dívidas a terceiros" com o montante de 4.387.093 Euros em 31 de dezembro de 2023 (636.706 Euros em 31 de dezembro de 2022) constituem adiantamentos de clientes (Nota 20). Os valores registados na rubrica " Outros passivos correntes " com o montante de 28.899.330 Euros em 31 de dezembro de 2023 (9.164.794

Euros em 31 de dezembro de 2022) constituem *contract liabilities* no âmbito da IFRS 15, incluindo contratos de manutenção de veículos (Nota 21).

r) Classificação de ativos e passivos na demonstração da posição financeira

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, as rubricas “Ativos por impostos diferidos”, “Passivos por impostos diferidos” e “Provisões” são classificadas como ativos e passivos não correntes.

s) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações da posição financeira. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas como ganhos e gastos na demonstração dos resultados do exercício.

t) Política do resultado por ação

Básico:

O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro tributável aos acionistas, pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias adquiridas pela Empresa e detidas como ações próprias.

Diluído:

O resultado diluído por ação é calculado dividindo o lucro atribuível aos acionistas, ajustado pelos dividendos de ações preferenciais convertíveis, juros de dívida convertível e ganhos e despesas resultantes da conversão, pelo número médio ponderado de ações ordinárias

emitidas durante o período acrescido do número médio de ações ordinárias possíveis de emitir na conversão de ações ordinárias potenciais diluidoras.

u) Informação por segmentos

Em cada exercício são identificados todos os segmentos de negócio aplicáveis à Empresa. Os mesmos encontram-se definidos de acordo com o organigrama funcional da Empresa, e do modo como a informação de gestão está organizada.

Em conformidade com o estabelecido na IFRS 8, um segmento operacional é uma componente da Empresa:

- (i) que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter réditos e incorrer em gastos;
- (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Empresa para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho; e
- (iii) relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

A informação relativa ao nível dos segmentos operacionais identificados (veículos automóveis e equipamento industrial), é incluída na Nota 24.

Na referida nota é ainda dada informação por geografia e por subsegmentos. Para o segmento de veículos automóveis foram agregados os subsegmentos, indústria, comércio, serviços e aluguer. Para o segmento de equipamento industrial foram agregados o subsegmento de máquinas, serviços e aluguer.

v) Participações financeiras em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas

Os investimentos financeiros em Empresas subsidiárias (Empresas controladas pela Entidade), empreendimentos conjuntos (Empresas na qual a Empresa detém controlo conjunto) e associadas (Empresas onde a Empresa exerce uma influência significativa, mas não detém o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais das

Empresas - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma Empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição e anualmente ajustadas pelo valor correspondente à participação da Empresa nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das participadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício, bem como pelos dividendos recebidos e outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis da participada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como *Goodwill* e mantidas no valor da rubrica “Participações financeiras em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associada”. Se essas diferenças forem negativas são registadas como um ganho do período na rubrica da demonstração dos resultados “Resultados relativos a investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas”, após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se confirmem. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da participada excede o valor pelo qual o investimento financeiro se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da participada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a participada, sendo nesses casos registada uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com participadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa na participada, por contrapartida do investimento financeiro nessa mesma Entidade. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto que não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

w) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira (*adjusting events*) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira (*non adjusting events*), se materiais, são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

2.4 JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração da Empresa baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, bem como das propriedades de investimento;
- b) Registo de ajustamentos aos valores do ativo (contas a receber e inventários) e provisões;
- c) Testes de imparidade realizados ao *Goodwill* (Nota 8);
- d) Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos;
- e) Apuramento das responsabilidades com complementos de reforma (Nota 22);
- f) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento; e
- g) Análises de imparidade relativamente a investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e associadas (Nota 10).

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

Os pressupostos com maior impacto nas estimativas referidas acima são os da taxa de desconto, para efeitos de cálculo das responsabilidades por pensões de reformas, imparidade de *Goodwill* e investimentos financeiros e das tábuas de mortalidade para efeitos do cálculo das responsabilidades por pensões.

As principais estimativas e os julgamentos significativos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas.

2.5 POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO

Na Toyota Caetano Portugal, S.A., a política de risco e o controlo dos mesmos é efetuada diretamente pelo Conselho de Administração e avaliada anualmente pelo Conselho Fiscal.

A Empresa é ainda apoiada por departamentos internos do Grupo Salvador Caetano onde se insere e com os quais mantém sinergias, como sejam, Direção Jurídica e Compliance /Comissão de Compliance / Direção de Planeamento, Controlo de Gestão e Auditoria Interna /Fiscalidade/ Serviços Informáticos e pela Auditoria realizada pelos Auditores Externos. Sempre que oportuno, os relatórios são partilhados com o Conselho Fiscal.

Neste contexto, adotou um modelo de quatro linhas de defesa, com envolvimento dos vários níveis da organização, particularmente da gestão de topo:

- Áreas operacionais: primeira linha de defesa, operacionalização de procedimentos, e mecanismos de controlo de riscos;
- Gestão de risco e *compliance*: planeamento e controlo; monitorização de risco, suporte à gestão;

- Conselho de Administração: a estratégia de risco é definida pelo Conselho de Administração, que tem como principal função o controlo;
- Auditoria interna e externa: validação da eficácia dos mecanismos de gestão de risco. A estratégia e política de risco é avaliada pelo Conselho Fiscal que emite opinião fundamentada.

Com a gestão de risco pretende-se detetar, gerir, controlar e mitigar as ameaças, bem como identificar e potenciar as oportunidades criando, desta forma, valor acrescentado para a Empresa. Assim sendo, o Conselho de Administração da Empresa suporta-se nos diretores responsáveis por cada uma das divisões, com os quais se reúne periodicamente, para análise e acompanhamento da informação financeira e não-financeira.

Neste contexto, a identificação e determinação da probabilidade de ocorrência dos riscos pelo Conselho de Administração da Empresa surge através de (i) acompanhamento regular e muito próximo das atividades desenvolvidas; (ii) participação em seminários, formações e workshops promovidos por entidades externas e por departamentos corporativos da Salvador Caetano; (iii) reuniões e comités internos da Salvador Caetano para partilha de informação e experiências, entre outros.

Paralelamente, é efetuada uma análise dos impactos do risco na Empresa, avaliando o grau de repercussão que os mesmos terão na atividade e determinando estratégias a curto e médio/longo prazo para prevenir, reagir e mitigar esses riscos.

Refira-se adicionalmente que esta gestão dos riscos contempla:

- análises de sensibilidade (mensuração de impactos potenciais em função da probabilidade de ocorrência de cada risco);
- alinhamento estratégico da Empresa em função dos riscos efetivamente incorridos;
- mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adotadas e da sua eficácia;
- mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema de alerta de risco.

O Conselho Fiscal acompanha e toma conhecimento dos trabalhos e seus resultados efetuados pelos serviços de controlo interno, gestão de riscos, *compliance* e auditoria interna.

No desenvolvimento das suas atividades a Toyota Caetano Portugal, S.A. está sujeita, em cada uma das suas áreas de negócio, a uma multiplicidade de riscos, que se identificaram com o objetivo de os mitigar e controlar.

RISCOS FINANCEIROS

A gestão dos riscos financeiros da Empresa é essencialmente controlada pelo departamento financeiro da Toyota Caetano Portugal, S.A., de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definidos os princípios de gestão de risco globais bem como políticas específicas para determinadas áreas, como sejam (a) o risco de taxa de câmbio, (b) o risco de taxa de juro, (c) o risco de liquidez, (d) o risco de capital e (e) o risco de crédito.

a) Risco de taxa de câmbio

No desenvolvimento da sua atividade, a Empresa opera internacionalmente e detém uma subsidiária a operar em Cabo Verde e, desde dezembro de 2020, um empreendimento conjunto a operar no Reino Unido (a subsidiária do Grupo Caetano Bus, a entidade Caetano UK) e uma associada a operar no Senegal (associada do Grupo Kinto, a Caetano Renting Senegal). Por política da Empresa, é definida uma moeda funcional por cada participada (Escudo de Cabo Verde, relativamente à subsidiária Caetano Auto Cabo Verde, a Libra Esterlina, relativamente à participada da Caetano Bus sediada no Reino Unido e o Franco Senegalês, relativamente à associada do Grupo Kinto sediada no Senegal), correspondendo à moeda do seu ambiente económico principal e aquela que melhor representa a composição dos seus *cash flows*. O risco de taxa de câmbio resulta assim essencialmente de transações comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

A política de gestão do risco de taxa de câmbio da Empresa vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação.

O risco de taxa de câmbio associado à conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras, também denominado de risco contabilístico, traduz o potencial de alteração da

situação líquida da Empresa-mãe por força da necessidade de converter as demonstrações financeiras das participadas no exterior.

b) Risco de taxa de juro

O endividamento da Empresa encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da Empresa não é significativo pelo efeito dos seguintes fatores:

- (i) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados (nomeadamente operacionais) da Empresa, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (*“natural hedge”*); e
- (ii) existência de liquidez ou disponibilidades igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. aprova os termos e condições dos financiamentos, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixa/variável) e, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, é responsável pela decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações nos prazos definidos e a um preço razoável.

A existência de liquidez na Empresa implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez, que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

O Conselho de Administração entende que este é um dos principais riscos da Empresa. No entanto, da análise de risco efetuada durante o ano de 2023, resultou que o Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. entendeu ter havido uma diminuição do nível deste risco como resultado não apenas da robustez das contas desta Empresa mas também considerando o valor das linhas negociadas e não utilizadas, assim como da disponibilidade sentida junto das instituições financeiras em apoiar a atividade da Sociedade. Adicionalmente, o impacto recessivo associado ao aumento das taxas de juro acabou por não se materializar na dimensão esperada.

O *Chief Financial Officer* da Empresa monitoriza regularmente o nível de financiamentos obtidos, facilidades de crédito disponíveis, disponibilidades de tesouraria, bem como as perspetivas de *cash outflow* no curto e médio prazo, por forma a gerir o risco de liquidez.

A gestão de risco de liquidez na Empresa tem por objetivo:

- (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos;
- (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- (iii) Eficiência financeira, isto é, garantir que a Empresa maximiza o valor /minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Todo e qualquer excedente de liquidez existente na Empresa e nas suas participadas é aplicado na amortização de dívida de curto prazo, de acordo com critérios de razoabilidade económico-financeira.

Com este propósito, a gestão de liquidez compreende os seguintes aspetos que se traduzem em medidas para controlar este risco:

- i) Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de *cash flows* ao nível das operações, de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- ii) Monitorização atenta e próxima dos diversos componentes do *working capital*;

- (iii) Diversificação de fontes de financiamento (banco, região, taxas de juro);
- (iv) Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida;
- (v) Contratação com bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial, e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de *commitment fees* suportados.

Importa salientar que a Empresa, com exceção do financiamento com garantia real onde está previsto o rácio *covenant* entre dívida líquida e EBITDA* calculado com base nas contas consolidadas do ano anterior, não tem contratualizados quaisquer instrumentos de dívida com cláusulas de reembolso acelerado, para além das que decorrem das cláusulas habituais relacionadas com o cumprimento das obrigações por parte da Empresa, nomeadamente, obrigações de pagamento, interrupção de atividade, *ownership clause*, *pari passu*, *negative pledge*, sendo que as situações em que os financiamentos obtidos incluem garantias reais encontram-se divulgadas na Nota 31.

* EBITDA = Res. Operacionais + Depreciações/Amortizações + Imparidades inventários/dívidas a receber + Provisões e outras imparidades

d) Risco de capital

O objetivo primordial da Administração é assegurar a continuidade das operações, proporcionando uma adequada remuneração aos acionistas e os correspondentes benefícios aos restantes *stakeholders* da Empresa. Para a prossecução deste objetivo é fundamental uma gestão cuidadosa dos capitais empregues no negócio, procurando assegurar uma estrutura ótima dos mesmos, conseguindo desse modo a necessária redução do seu custo. No sentido de manter ou ajustar a estrutura de capitais considerada adequada, a Administração pode propor à Assembleia Geral de acionistas as medidas consideradas necessárias.

A Empresa procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio e a assegurar a continuidade e expansão. O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida / (dívida remunerada líquida + capital próprio)).

	2023	2022
Financiamentos obtidos	94 952 983	49.771.058
Caixa e Equivalentes a Caixa	(16 743 033)	(5.501.727)
Endividamento líquido	78 209 950	44.269.331
Capital Próprio	168.220.582	160.015.680
Rácio de alavancagem financeira	31,73%	21,67%

O *gearing* permanece dentro de níveis aceitáveis, conforme estabelecido pela gestão.

e) Risco de crédito

O risco de crédito é avaliado no momento inicial e ao longo do tempo, de forma a acompanhar a sua evolução.

Uma parte significativa dos valores a receber de clientes encontra-se dispersa por um número elevado de entidades, um fator que contribui para a redução do risco de concentração de crédito. Regra geral, os clientes do Grupo não têm rating de crédito atribuído.

O acompanhamento do risco de crédito é efetuado pelo departamento financeiro da Empresa, supervisionado pelo Conselho de Administração, com base: i) na natureza societária dos devedores; ii) no tipo de transações originadoras dos saldos a receber; iii) na experiência de transações realizadas no passado; iv) nos limites de crédito estabelecidos para cada cliente e v) nas eventuais garantias prestadas por alguns clientes, nomeadamente concessionários e reparadores independentes com quem estão celebrados contratos de concessão automóvel.

A Empresa considera a probabilidade de incumprimento com o reconhecimento inicial do ativo e consoante a ocorrência de aumentos significativos do risco de crédito de forma contínua em cada período de reporte. De modo a avaliar se existiu um aumento significativo no risco de crédito, a Empresa compara o risco de incumprimento ocorrer por referência à data de relato, com o risco de incumprimento avaliado por referência à data de reconhecimento inicial.

De modo a avaliar se existiu um aumento significativo no risco de crédito, a Empresa tem em consideração, entre outros, os seguintes indicadores:

- Risco de crédito interno;
- Risco de crédito externo (caso disponível);

- Alterações adversas correntes ou expectáveis ao nível dos resultados operacionais do devedor;
- Aumentos significativos no risco de crédito dos outros instrumentos financeiros do devedor;
- Alterações significativas no valor dos colaterais sobre as responsabilidades, ou na qualidade das garantias de terceiros;
- Alterações significativas na performance e comportamento expectável do devedor, incluindo alterações nas condições de pagamento do devedor ao nível do grupo a que pertence, assim como alterações ao nível dos seus resultados operacionais;
- Informações macroeconómicas (tais como taxas de juro de mercado ou taxas de crescimento) são incorporadas no modelo de crédito interno.

Independentemente da análise acima, presume-se um aumento significativo no risco de crédito, se um devedor se atrasar mais de 30 dias a contar da data de pagamento contratual.

Em termos de instrumentos de melhoria creditícia associados às contas a receber de clientes, a Empresa dispõe da seguinte situação:

- Concessionários e Reparadores Independentes: esta tipologia de terceiro respeita à rede de retalho automóvel dos concessionários das marcas “Toyota” e “Lexus”, os quais operam ao abrigo de contratos de concessão para a compra, revenda de viaturas e prestação de serviços de assistência técnica (a Empresa tem atualmente 21 contratos estabelecidos com concessionários e reparadores independentes). Cada um destes concessionários e reparadores independentes mantém uma garantia bancária “*on first demand*” a favor da Empresa, com um plafond previamente estabelecido, assegurando-se a Empresa que tal limite não é ultrapassado.

Considera-se que existe incumprimento quando a contraparte não cumpre com os pagamentos contratuais até 90 dias da data de vencimento das faturas. A Empresa analisa casuisticamente os saldos a receber de clientes que evidenciam problemas de cobrança e realização, desenvolvendo todos os esforços no sentido da respetiva recuperação, por via de acordo com o cliente ou por via judicial, mantendo igualmente tais saldos (ainda que objeto de registo de uma perda por imparidade) na demonstração da posição financeira, até que

sejam esgotadas todas as ações de tentativa de recuperação do saldo em aberto e verificada a inexistência de ativos para recuperação dos referidos saldos em caso de falência.

Desta forma, os ativos financeiros correspondentes a contas a receber de clientes são desreconhecidos quando não há expectativa real de recuperação e após o processo acima descrito ter sido concluído, sendo obtidas as necessárias aprovações internas para tal desreconhecimento. Não existem assim situações de possibilidade de recuperação de contas a receber que tenham sido objeto de desreconhecimento ao nível das demonstrações financeiras.

Imparidade de ativos financeiros

(i) Clientes e Outras dívidas de terceiros

A Empresa aplica a abordagem simplificada para calcular e registar as perdas de crédito estimadas exigidas pela IFRS 9, a qual permite a utilização das imparidades para perdas estimadas para todos os saldos de “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros”. De modo a mensurar as perdas de crédito estimadas, os saldos de Clientes e “Outras dívidas de terceiros” foram agregados com base nas características de risco de crédito partilhadas e antiguidade. As perdas de crédito estimadas incorporam informação de estimativas prospetivas

(ii) Financiamentos concedidos a entidades relacionadas

Considera-se que os saldos de “Financiamentos concedidos a entidades relacionadas” têm risco de crédito baixo, pelo que, conseqüentemente, as imparidades para perdas de crédito reconhecidas durante o período ficaram limitadas às perdas de crédito estimadas a 12 meses. Estes ativos financeiros são considerados como tendo “risco de crédito baixo” quando têm risco de incobrabilidade reduzido e o devedor tem uma elevada capacidade para cumprir com as suas responsabilidades contratuais de fluxos de caixa no curto prazo.

Com efeito, relativamente aos clientes que representam concessionários e reparadores automóveis, a Empresa exige a obtenção de garantias bancárias *on first demand*, cujo montante, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 era de, aproximadamente, 8.859.771 Euros e 9.129.470 Euros, respetivamente, que quando ultrapassado, implica a cessação dos fornecimentos.

As imparidades de contas a receber são calculadas tomando em consideração (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, e (c) a condição financeira do cliente. Os

movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 encontram-se divulgados na Nota 23.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa considera que não existe a necessidade de perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de uma forma resumida, na Nota 23.

Os montantes relativos a clientes e outras dívidas de terceiros apresentados nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição da Empresa ao risco de crédito.

(iii) Equivalentes a caixa

As seguintes tabelas apresentam um resumo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 da qualidade do crédito dos depósitos bancários:

Rating Depósitos LP	Agência de <i>Rating</i>	Depósitos à Ordem 31 dez. 2023
A2	Moody's	5 551 607
A3	Moody's	8 310 339
Baa2	Moody's	555 181
Baa3	Moody's	1 126 740
	Outros sem <i>rating</i> atribuído	1 093 074
Total	(Nota 4)	16 636 940

Rating Depósitos LP	Agência de <i>Rating</i>	Depósitos à Ordem 31 dez. 2022
A1	Moody's	30.627
A3	Moody's	575.799
Aa3	Moody's	14.418
Ba3	Moody's	715.288
Baa2	Moody's	3.514.410
	Outros sem <i>rating</i> atribuído	563.435
Total	(Nota 4)	5.413.977

Os ratings apresentados correspondem às notações atribuídas pela Agência de rating Moody's.

OUTROS RISCOS

A Empresa depara-se ainda com outro tipo de riscos, que, não sendo do seu espectro direto, têm influência no mesmo.

São de realçar os seguintes que o Conselho de Administração entende serem os mais significativos considerando, para cada um, a conjugação dos dois vetores: (i) a probabilidade de ocorrência e (ii) impacto previsível:

a) Riscos de negócio:

- Impacto da evolução da taxa de juro na decisão de compra dos clientes;
- Disrupção nas cadeias de fornecimento de mercadorias e materiais.

b) Riscos de capital humano:

- Atração e retenção de talento qualificado;
- Bem-estar e motivação dos colaboradores.

c) Compliance e Cibersegurança

- Complexidade e dimensão legislativa;
- Ataques informáticos e exfiltração de dados;
- Riscos relacionados com a introdução de dados pessoais em IA generativa e / ou sistemas de tradução online.

d) Ambiental

- Não atingimento das metas da estratégia de sustentabilidade.

No Relatório Único de Gestão (capítulo 2 deste documento), no sub-capítulo "Os riscos do negócio" encontra-se informação mais detalhada sobre os riscos: a abordagem, a matriz e os principais riscos com informação relevante sobre os fatores que contribuem para a ocorrência / relevância dos mesmos, bem como iniciativas para o respetivo controlo.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, CORREÇÃO DE ERROS E ALTERAÇÕES DE ESTIMATIVAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas nem correções de erros materiais relativos a exercícios anteriores.

4. FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o detalhe de Caixa e depósitos bancários era o seguinte:

	2023	2022
Numerário	106.092	87.750
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	16.636.940	5.413.977
Meios financeiros líquidos	16.743.033	5.501.727

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

2023	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico e ferramentas	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outro ativo fixo tangível	Ativos fixos tangíveis em curso	Ativos sob direito de uso	Total
Valor bruto:									
Saldo inicial	6.373.889	33.209.769	54.607.678	31.778.926	6.284.124	3.209.150	579.422	20.427.141	156.470.100
Adições	-	67.107	3.544.104	447.073	36.628	358.909	710.039	9.083.066	14.246.926
Alienações	-	-	-26.324	-1.028.846	-	-	-	-	-1.055.170
Transferências (reg existências)	-	-	792	-4.201.918	-	-	-3.250	-406.714	-4.611.090
Transferências classes	-141.686	-	-372.095	2.997.277	-	609.676	-801.307	-1.594.838	697.027
Saldo final	6.232.203	33.276.876	57.754.155	29.992.512	6.320.752	4.177.735	484.904	27.508.655	165.747.792
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:									
Saldo inicial	-	31.200.735	53.153.015	28.707.285	6.254.737	3.034.021	-	8.806.103	131.155.896
Depreciações do exercício	-	263.654	1.151.759	2.172.990	20.255	299.916	-	4.561.501	8.470.075
Alienações	-	-	-15.295	-541.472	-	-	-	-	-556.767
Transferências (reg existências)	-	-	-	-4.087.653	-	-	-	-368.183	-4.455.836
Transferências classes	-	-	-	1.387.573	-	-	-	-1.387.573	-
Saldo final	0	31.464.389	54.289.479	27.638.723	6.274.992	3.333.937	-	11.611.848	134.613.368
Valor líquido	6.232.203	1.812.487	3.464.676	2.353.789	45.760	843.798	484.904	15.896.807	31.134.424

2022

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico e ferramentas	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outro ativo fixo tangível	Ativos fixos tangíveis em curso	Ativos sob direito de uso	Total
Valor bruto:									
Saldo inicial	5.421.689	33.178.309	54.230.162	25.718.462	6.269.074	3.087.237	101.118	25.015.472	153.021.523
Adições	952.200	31.460	211.382	950.849	15.050	78.871	814.185	6.625.583	9.679.581
Alienações	-	-	-31.866	-5.447.329	-	-	-	-	-5.479.195
Transferências (reg. existências)	-	-	-	-	-	-	-	-656.971	-656.971
Transferências e abates	-	-	198.000	10.556.944	-	43.042	-335.880	-10.556.944	-94.838
Saldo final	6.373.889	33.209.769	54.607.678	31.778.926	6.284.124	3.209.150	579.422	20.427.141	156.470.100
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:									
Saldo inicial	-	30.939.610	52.627.268	23.533.249	6.241.530	2.992.346	-	13.606.654	129.940.656
Depreciações do exercício	-	261.125	557.612	1.118.075	13.208	41.675	-	4.612.536	6.604.231
Alienações	-	-	-31.866	-4.830.352	-	-	-	-526.774	-5.388.992
Transferências, alienações e abates	-	-	-	8.886.313	-	-	-	-8.886.313	-
Saldo final	0	31.200.735	53.153.015	28.707.285	6.254.737	3.034.021	-	8.806.103	131.155.896
Valor líquido	6.373.889	2.009.034	1.454.664	3.071.642	29.387	175.129	579.422	11.621.038	25.314.203

Os movimentos registados na rubrica “Equipamento de transporte” referem-se essencialmente a viaturas e a máquinas de movimentação de carga (“Empilhadores”) ao serviço da Empresa, bem como para aluguer operacional a clientes.

As transferências entre a rubrica “Ativos sob direito de uso” e “Equipamento de transporte” no montante líquido de amortizações de 207.265 Euros a 31 de dezembro de 2023 (1.670.631 Euros a 31 de dezembro de 2022) corresponde à reclassificação pela Empresa das máquinas de movimentação de carga cujo contrato de financiamento terminou, tendo a Empresa adquirido as mesmas de acordo com a contratualização estabelecida.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os bens utilizados em regime de locação financeira apresentam-se como segue:

2023			
	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Ativos sob direito de uso Equipamentos industriais	27.508.655	-11.611.848	15.896.807

2022			
	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Ativos sob direito de uso Equipamentos industriais	20.427.141	-8.806.103	11.621.038

6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Propriedades de investimento” corresponde a ativos imobiliários detidos pela Empresa que se encontram a gerar rendimento através do respetivo arrendamento ou para valorização. Estes ativos encontram-se registados ao custo de aquisição, sendo subsequentemente sujeitos a depreciação em conformidade com as vidas úteis definidas.

Os rendimentos associados às Propriedades de investimento encontram-se registados na rubrica “Outros rendimentos operacionais” e ascenderam 3.582.155 Euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (3.466.571 Euros em 31 de dezembro de 2022) divulgados na Nota 27.

Adicionalmente, de acordo com avaliações externas efetuadas por entidades especializadas independentes, reportadas a 31 de dezembro de 2023 ou a exercícios anteriores, o justo valor daquelas propriedades de investimento ascendia a, aproximadamente, 63,3 milhões de Euros (64,9 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2022).

A Administração entende que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor não irá originar perdas por imparidade.

O detalhe do valor líquido contabilístico em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 dos ativos imobiliários registados na rubrica “Propriedades de Investimento”, bem como o respetivo justo valor, pode ser resumido como segue:

Imóvel	Local	2023			2022		
		Valor líquido contabilístico	Valor de avaliação	Data de avaliação externa	Valor líquido contabilístico	Valor de avaliação	Data de avaliação externa
Instalações fabris - Av. Vasco da Gama (Ed. A e B)	V.N. Gaia	1.901.890	17.169.000	27/12/2022	2.079.836	17.169.000	27/12/2022
Instalações fabris - Quinta da Boa Água e Quinta do Peixoto	Carregado	4.857.014	19.172.000	29/12/2022	4.877.702	19.172.000	29/12/2022
Armazém industrial - Av. Vasco da Gama (Ed. G)	V.N. Gaia	702.770	8.878.000	27/12/2023	723.112	8.918.700	20/12/2021
Instalações comerciais	Cascais	-	-	-	237.147	1.606.000	20/12/2021
Instalações comerciais	Prior Velho	3.131.389	16.368.000	29/12/2022	3.152.780	16.368.000	29/12/2022
Instalações comerciais	Vila Franca Xira	281.828	1.762.000	28/12/2022	303.906	1.762.000	28/12/2022
		10.874.890	63.349.000		11.374.484	64.995.700	

O justo valor das avaliações externas das propriedades de investimento que são objeto de divulgação em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, foi determinado por

avaliação imobiliária efetuada por entidades especializadas independentes por um dos seguintes métodos consoante a situação concreta do imóvel: Método de comparativo de mercado, Método do custo ou Método do rendimento. A Empresa promove a realização, a cada dois anos, de avaliação imobiliária por entidade independente e especializada às suas propriedades de investimento, assegurando desta forma que a divulgação do justo valor se mantém atualizada.

No que respeita à classificação das metodologias de avaliação acima referidas, para efeitos de enquadramento em sede de hierarquia de justo valor (IFRS 13), as mesmas classificam-se essencialmente no Nível 3 (justo valor determinado com base em inputs não observáveis no mercado, desenvolvidos para refletir os pressupostos a utilizar pelos agentes de mercado).

As avaliações externas independentes efetuadas suportam-se essencialmente na aplicação do método comparativo de mercado que tem por inputs, nomeadamente, o índice unitário de venda por metro quadrado de ativos comparáveis e a área do imóvel e o método do rendimento que tem como inputs os rendimentos passíveis de serem gerados pelo mesmo e uma taxa de capitalização (yield) considerada adequada face às características e localização do ativo imobiliário em questão.

Durante o exercício de 2023 foi celebrado um contrato promessa de compra e venda das instalações Comerciais de Cascais, conhecido por “Imóvel de Alcabideche”, passando a ser reconhecido com ativo não corrente detido para venda (Nota 7).

O movimento da rubrica “Propriedades de investimento” em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi como segue:

2023			
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Ativo bruto:			
Saldo inicial	8.812.413	29.880.991	38.693.404
Adições	-	-	0
Alienações e Abates	-	-594.237	-594.237
Transferências e abates	-157.495	-	-157.495
Saldo final	8.654.917	29.286.753	37.941.671
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo inicial	-	27.318.920	27.318.920
Depreciações do exercício	-	262.446	262.446
Transferências, alienações e abates	-	-514.585	-514.586
Saldo final	-	27.066.780	27.066.780
Valor líquido	8.654.917	2.219.973	10.874.890

2022			
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Ativo bruto:			
Saldo inicial	8.884.303	30.117.653	39.001.955
Adições	-	-	0
Alienações	-71.890	-236.662	-308.551
Transferências e abates	-	-	0
Saldo final	8.812.413	29.880.991	38.693.404
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo inicial	-	27.148.115	27.148.115
Depreciações do exercício	-	277.302	277.302
Transferências, alienações e abates	-	-106.497	-106.498
Saldo final	-	27.318.920	27.318.920
Valor líquido	8.812.413	2.562.071	11.374.484

7. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os “Ativos Não Correntes Detidos para Venda” correspondem a ativos não operacionais do Grupo que estavam ao abrigo de contratos promessa de compra e venda celebrados durante o ano, sendo expectativa do Conselho de Administração que a correspondente venda se processará durante o ano de 2024.

O detalhe dos ativos não correntes detidos para venda em 31 de dezembro de 2023 é como se segue:

	2023
Imóvel Alcabideche	195.463
Imóvel São João da Talha	103.718
Valor Líquido	299.181

8. GOODWILL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não ocorreram quaisquer movimentos na rubrica *Goodwill*.

A rubrica *Goodwill* diz integralmente respeito à Atividade BT (empilhadores) resultante da aquisição, em anos anteriores, da subsidiária Movicargo cuja atividade foi transferida (através de um processo de incorporação por fusão) para a Toyota Caetano Portugal, S.A. em anos anteriores.

O *Goodwill* não é amortizado. São efetuados testes de imparidade ao valor do *Goodwill* com uma periodicidade anual.

Para efeitos da análise de imparidade, a quantia recuperável foi determinada com base no valor de uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados, tendo por base business plans desenvolvidos pelos responsáveis da Empresa e devidamente aprovados pelo Conselho de Administração e utilizando taxas de desconto que refletem os riscos inerentes do negócio.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o método e pressupostos utilizados na aferição da existência, ou não, de imparidade, foram como se segue:

	2023	2022
Períodos de projeção (anos)	5	5
Taxa de crescimento das vendas no período de projeção	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento (g) (1)	0%	0%
Taxa de desconto utilizada (2)	7,94%	8,14%

1 Taxa de crescimento usada para extrapolar os *cash flows* para além do período considerado no *business plan*

2 Taxa de desconto aplicada aos *cash flows* projetados

O Conselho de Administração, suportado no valor dos fluxos de caixa previsionais, descontados à taxa considerada aplicável, concluiu que em 31 de dezembro de 2023 o valor contabilístico dos ativos líquidos, incluindo *Goodwill* (612 milhares de Euros), não excede o seu valor recuperável.

As projeções dos fluxos de caixa basearam-se no desempenho histórico e nas expectativas de melhoria de eficiência. Os responsáveis deste segmento acreditam que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do valor recuperável não irá originar perdas por imparidade.

9. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

2023	Despesas de desenvolvimento	Programas de computador	Ativos intangíveis em curso	Total
Valor bruto:				
Saldo inicial	1.477.217	1.549.472	2.125.590	5.152.279
Adições	255.989	-	1.686.856	1.942.845
Transferências entre classes	765.139	-	-119.277	645.862
Saldo final	2.498.345	1.549.472	3.693.170	7.740.987
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:				
Saldo inicial	1.477.217	1.299.758	-	2.776.976
Depreciações do exercício	350.134	124.857	-	474.991
Saldo final	1.827.351	1.424.615	-	3.251.966
Valor líquido	670.994	124.857	3.693.170	4.489.020

2022	Despesas de desenvolvimento	Programas de computador	Ativos intangíveis em curso	Total
Valor bruto:				
Saldo inicial	1.477.217	1.174.902	904.167	3.556.287
Adições	-	51.034	1.519.743	1.570.777
Transferências e abates	-	323.536	-298.320	25.216
Saldo final	1.477.217	1.549.472	2.125.590	5.152.279
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:				
Saldo inicial	1.477.217	1.174.902	-	2.652.119
Depreciações do exercício	-	124.857	-	124.857
Saldo final	1.477.217	1.299.758	-	2.776.976
Valor líquido	-	249.713	2.125.590	2.375.303

Os valores registrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 na rubrica “Ativos intangíveis em curso” estão relacionados com projetos de implementação de novos softwares de gestão e projetos de mobilidade, estando previsto passar a firme durante os anos de 2024 e 2025.

10. INVESTIMENTOS FINANCEIROS EM SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Na rubrica em causa encontram-se contabilizados os investimentos em subsidiárias, associadas e em empreendimentos conjuntos. O detalhe dos investimentos financeiros em subsidiárias a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	Participadas			MEP Ajustamentos	TOTAL
	CAETANO AUTO	CAETANO AUTO CV	CAETANO RENTING		
Participações financeiras - Associadas					
Saldo em 31 de dezembro 2021	45.593.683	3.230.964	2.949.844	-4.225.578	47.548.912
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial no Resultado Líquido do exercício					
Apropriação do resultado líquido da participada	4.884.498	246.474	3.508.645	-	8.639.617
Suspensão de margens em inventários e ativos fixos	-	-	-	-19.107	-19.107
Outros ajustamentos de homogeneização de políticas contabilísticas	-157.024	7.005	-	-	-150.019
	4.727.475	253.479	3.508.645	-19.107	8.470.493
Outro rendimento integral					
Apropriação do outro rendimento integral do exercício da participada	907.440	-	-	-	907.440
Outros ajustamentos de homogeneização de políticas contabilísticas	217.285	-	-	-	217.285
	1.124.725	-	-	-	1.124.725
Saldo em 31 de dezembro 2022	51.445.882	3.484.443	6.458.488	-4.244.685	57.144.129
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial no Resultado Líquido do exercício					
Apropriação do resultado líquido da participada	7.410.518	1.056.805	1.335.797	-	9.803.121
Suspensão de margens em inventários e ativos fixos	-	-	-	-415.112	-415.112
Outros ajustamentos de homogeneização de políticas contabilísticas	-227.251	34.775	-	-	-192.476
	7.183.267	1.091.580	1.335.797	-415.112	9.195.533
Outro rendimento integral					
Apropriação do outro rendimento integral do exercício da participada	582.015	-	18.360	-	600.375
	582.015	-	18.360	-	600.375
Saldo em 31 de dezembro 2023	59.211.164	4.576.023	7.812.645	-4.659.797	66.940.037

As percentagens de capital detidas nas participações financeiras em subsidiárias, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 podem ser resumidas como segue:

Caetano Auto		Caetano Renting		Caetano Auto CV	
2023	2022	2023	2022	2023	2022
98,74%	98,74%	100,00%	100,00%	81,24%	81,24%

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 encontram-se evidenciados no quadro abaixo os principais indicadores financeiros das subsidiárias com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023		
	Caetano Auto	Caetano Auto CV	Caetano Renting
Ativos			
Corrente	101.991.943	8.944.551	4.289.569
Não corrente	51.825.359	1.142.651	36.804.813
Passivos			
Corrente	89.926.653	3.151.975	29.497.992
Não corrente	4.268.017	1.439.482	3.783.742
Capital próprio	59.722.632	5.495.845	7.812.647
Volume de negócios	273.373.786	19.366.383	38.861.037
Resultado operacional	9.958.216	1.548.364	2.789.597
Resultados financeiros	12.205	28.412	-1.099.381
Resultado líquido	7.505.082	1.300.793	1.335.797

	2022		
	Caetano Auto	Caetano Auto CV	Caetano Renting
Ativos			
Corrente	56 571 322	7 034 359	3 087 909
Não corrente	50 747 466	1 232 801	33 222 748
Passivos			
Corrente	49 975 178	2 632 509	28 980 766
Não corrente	5 392 037	1 439 437	871 402
Capital próprio	51 951 573	4 195 214	6.458.489
Volume de negócios	236 799 136	16 073 817	35 756 404
Resultado operacional	6 876 228	384 197	3 963 393
Resultados financeiros	(339 342)	14 703	(532 413)
Resultado líquido	4 948 216	303 389	3 508 645

Decomposição do valor contabilístico de investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a rubrica de investimentos financeiros em associadas e empreendimentos conjuntos detalha-se como segue:

	Sede	% de detenção	2023	2022
Associada				
Kinto Portugal, S.A. (consolidado)	Vila Nova de Gaia	49%	23.597.473	21.459.516
Empreendimento conjunto				
CaetanoBus - Fabricação de Carroçarias, S.A. (consolidado)	Vila Nova de Gaia	61,94%	22.330.978	18.391.927
			45.928.450	39.851.443

Relativamente à CaetanoBus, apesar da percentagem de capital detido ser de 61,94%, atendendo à existência de um acordo de investimento com o outro acionista daquela sociedade, que prevê que as decisões sobre as atividades relevantes (operacionais e financeiras) deverão ser tomadas com unanimidade dos dois acionistas, foi considerado pelo Conselho de Administração que o investimento efetuado corresponde a um empreendimento conjunto, facto pelo qual o mesmo é contabilizado de acordo com o método de equivalência patrimonial.

No âmbito da transação efetuada, o acordo de investimento que anteriormente vigorava em sede da anterior estrutura acionista foi integralmente mantido e transposto para a estrutura acionista pós transação. Assim, tal acordo, que já era considerado pelo anterior acionista e vendedor da participação como um empreendimento conjunto, foi objeto de uma avaliação e análise por parte do Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A., que manteve o mesmo entendimento. Com efeito, o referido acordo de investimento (e igualmente os Estatutos da sociedade adquirida), estabelece que as decisões sobre as atividades relevantes da participada carecem de unanimidade ao nível da Assembleia Geral de Acionistas. As principais atividades / decisões relevantes são ao nível da Assembleia Geral como segue:

- Qualquer alteração à escritura de constituição, aos estatutos ou de qualquer outro documento constituinte da sociedade;
- Qualquer alteração ao tipo societário da sociedade, qualquer fusão, ou consolidação com outra entidade, qualquer alienação ou transferência da totalidade ou de parte substancial dos ativos ou negócio, bem como a sua liquidação ou dissolução;

- Qualquer emissão ou resgate de ações da sociedade ou qualquer outro aumento, diminuição ou outra modificação ao capital social da sociedade;
- Qualquer alteração à política de dividendos da sociedade ou qualquer alteração à distribuição de lucros ou bens;
- Constituição de uma participada ou aquisição de uma outra entidade pela sociedade;
- Qualquer oferta pública ou cotação em bolsa de quaisquer ações da sociedade;
- Adoção ou modificação das compensações dos administradores ou das chefias da sociedade ou da política geral de compensações para os colaboradores da sociedade;
- Concessão de garantias de valor igual ou superior a 500.000 Euros para garantir as obrigações das participadas da sociedade;
- Alteração e aprovação do Plano de Negócios Anual da sociedade ou de Novo Plano de Negócios;
- Designação ou remoção de qualquer Diretor Executivo, Diretor Financeiro, Diretor Operacional ou qualquer Diretor ou Diretor Geral, ou qualquer posição similar ao Diretor Geral da sociedade.

Por outro lado, em sede de Conselho de Administração (composto por um máximo de nove membros), as decisões sobre as atividades relevantes carecem de voto favorável de, pelo menos, três administradores nomeados pela Toyota Caetano Portugal, S.A. e do voto favorável de dois administradores nomeados pelo acionista Mitsui & Co., Ltd.. Ao nível do Conselho de Administração, as atividades / decisões relevantes que carecem de unanimidade são como segue:

- Quaisquer transações entre a sociedade e as suas participadas, exceto transações no curso ordinário do negócio;
- Qualquer venda (outra que não no curso ordinário do negócio) de qualquer bem, ou transferência ou outra alienação ou concessão de qualquer garantia ou outro encargo sobre quaisquer ativos da sociedade, desde que não estejam incluídos ou previstos em nenhum dos Planos de Negócio ou com um valor superior a 100.000 Euros numa transação ou numa série de transações no mesmo ano;

- Início de qualquer litígio, arbitragem ou processo legal, cujo valor do processo exceda 10.000 Euros;
- Qualquer empréstimo ou outro financiamento pela sociedade (excluindo financiamento comercial a clientes no curso ordinário do negócio até ao montante individual que não exceda 1.000.000 Euros, desde que tal montante não esteja coberto por carta de crédito, seguro comercial, ou qualquer garantia de instituições confiáveis como bancos) a qualquer pessoa ou qualquer garantia a prestar pela sociedade para garantir obrigações de qualquer entidade que não a sociedade ou as suas participadas, exceto se os referidos empréstimos ou financiamentos forem prestados até ao montante individual que não exceda 100.000 Euros;
- Qualquer empréstimo ou outro facto que gere dívida, ou emissão de obrigações ou debentures (quer sejam convertíveis ou não), pela sociedade, no valor superior a 1.500.000 Euros numa transação ou numa série de transações no mesmo ano;
- Qualquer compra, locação (exceto no curso ordinário do negócio) ou outra aquisição de quaisquer bens ou outros investimentos pela sociedade não incluídas em nenhum dos Planos de Negócio ou envolvendo um montante superior a 500.000 Euros numa transação ou numa série de transações num mesmo ano;
- Qualquer locação no curso normal do negócio pela sociedade não incluída em qualquer dos Planos de Negócio ou envolvendo um montante superior a 1.000.000 Euros numa transação ou numa série de transações num mesmo ano;
- Celebração, alteração ou termo de qualquer contrato entre a sociedade e suas participadas que contenha compromissos de recompra dos produtos vendidos pelas participadas;
- Garantias prestadas pela sociedade para garantir as obrigações de qualquer das suas participadas ou terceiros, com valor inferior a 500.000 Euros;
- Celebrar, alterar ou terminar contrato com um acionista ou suas participadas (do acionista);
- Qualquer desenvolvimento de novo produto ou linha de produção com um valor superior a 500.000 Euros pela sociedade, se não estiver incluído ou previsto no Plano de Negócios;

- Celebrar, alterar ou terminar qualquer contrato com prazo superior a um ano ou envolvendo um montante superior a 10 milhões de Euros numa transação ou numa série de transações, ou de qualquer distribuição, agência, representante de vendas ou outro contrato-quadro, contrato-mestre ou contrato básico ou qualquer contrato que conceda exclusividade a qualquer pessoa ou entidade.

Por fim, em conformidade com o acordo de investimento, é de realçar que em caso de deadlock (impasse), uma eventual decisão nunca decorrerá por maioria simples de direitos de voto, e qualquer um dos acionistas tem direito em última instância a adquirir a participação ao outro acionista.

O acima exposto constitui assim a base de avaliação que o Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. considerou para concluir sobre a classificação deste investimento como um empreendimento conjunto.

A Caetanobus – Fabricação de Carroçarias, S.A. detém subsidiárias na Alemanha (Cobus Industries, GmbH), e no Reino Unido (Caetano UK, Ltd) e a Kinto Portugal, S.A. detém uma associada no Senegal (Caetano Renting Senegal, S.A.).

Informação financeira resumida das participadas:

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a informação financeira resumida da associada e do empreendimento conjunto acima detalhados pode ser analisada como segue:

2023	Caetanobus consolidado b)	Kinto Portugal consolidado a)
Ativos		
Corrente	92.467.592	33.940.981
Não corrente	32.696.743	232.501.506
Passivos		
Corrente	87.434.226	76.735.263
Não corrente	11.006.614	169.296.608
Capital próprio	26.723.495	20.410.616
Volume de negócios	135.193.062	108.378.266
Resultado operacional	-7.846.753	11.121.342
Resultados financeiros	-3.335.360	-4.818.686
Resultado líquido	-11.164.497	4.574.549

2022		
	Caetanobus consolidado b)	Kinto Portugal consolidado a)
Ativos		
Corrente	77 302 409	18 485 521
Não corrente	33 287 088	173 354 526
Passivos		
Corrente	80 491 339	74 650 304
Não corrente	4 798 185	98 130 080
Capital próprio	25 299 973	19 059 663
Volume de negócios	64 275 565	97 427 189
Resultado operacional	(12 486 798)	8 923 089
Resultados financeiros	(1 490 344)	(3 046 306)
Resultado líquido	(13 065 648)	3 089 890

O volume de negócios e os resultados operacionais do empreendimento conjunto CaetanoBus – Fabricação de Carroçarias, S.A. foram no exercício de 2020 impactados de modo negativo pela Pandemia Covid-19, tendo-se estendido durante todo o exercício de 2021 e até inícios de 2022 com estrangulamentos na cadeia de abastecimento, nomeadamente de componentes eletrónicos e atrasos na disponibilização de subsídios, levando a novos adiamentos de concursos nacionais e internacionais. Em fevereiro de 2022, o desencadear da invasão à Ucrânia acrescentou um novo efeito negativo na expectativa inicial de recuperação da atividade, provocando aumento de custos energéticos e consequentemente elevadas tensões inflacionistas que, por sua vez, levou a um aumento das taxas de juro de referência. Os factos acima relatados determinam o apuramento de resultados operacionais e resultados líquidos negativos em 2023 e exercícios anteriores, tendo contribuído para uma deterioração na situação financeira e operacional do empreendimento conjunto. Face a esta situação, os acionistas levaram a cabo injeções de capital a título de aumentos de capital e suprimentos entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2023 nos montantes totais de 10.000.000 Euros e 20.000.000€ Euros, dos quais os montantes de 6.193.549 Euros e 12.388.000 Euros, respetivamente foram efetuados pela Toyota Caetano Portugal, S.A..

No final do exercício de 2023 foi aprovada a conversão, para Prestações suplementares, dos suprimentos concedidos pela Empresa à CaetanoBus, no montante de 12.388.000 Euros.

O Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, em coordenação com o Conselho de Administração daquele empreendimento conjunto, perante a existência de indícios de imparidade ao nível dos seus ativos não correntes, levou a cabo uma análise de imparidade formal sobre os mesmos. Considerando os resultados históricos desta sociedade, a volatilidade atual dos mercados e a incerteza associada a uma alteração da estratégia / parceria, o Conselho de

Administração da Empresa assumiu um cenário conservador sendo que, como resultado deste processo de análise, registou, nas suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023, uma perda por imparidade no montante de 1.578.107 Euros, correspondente à totalidade do valor do *Goodwill* associado a este empreendimento conjunto (mais à frente, nesta Nota, detalha-se informação adicional sobre este ponto).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o movimento ocorrido na rubrica de investimentos financeiros em associadas e empreendimentos conjuntos, detalha-se como segue:

	Empreendimento		TOTAL
	conjunto	Associada	
	CAETANOBUS	KINTO	
Saldo em 31 de dezembro 2021	20.295.498	23.699.124	43.994.621
Aquisições durante o exercício	6.193.549		6.193.549
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial			
Resultado líquido do exercício			
Apropriação do resultado líquido da participada	-8.092.272	1.514.046	-6.578.226
Ajustamento	-448.539	-1.324.011	-1.772.550
	-8.540.811	190.035	-8.350.774
Outro rendimento integral			
Outros ajustamentos de homogeneização de políticas contabilísticas	443.690	-134.314	309.376
	443.690	-134.314	309.376
Dividendos recebidos	-	-2.295.328	-2.295.328
	443.690	-2.429.642	-1.985.952
Saldo em 31 de dezembro 2022	18.391.926	21.459.517	39.851.443
Realização de Prestações Suplementares	12.388.000	-	12.388.000
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial			
Resultado líquido do exercício			
Apropriação do resultado líquido da participada	-6.914,785	5.041.529	-1.873.256
Ajustamento	-79.939	-1.324.011	-1.403.950
	-6.994.724	3.717.518	-3.277.206
Outro rendimento integral			
Outros ajustamentos de homogeneização de políticas contabilísticas	123.883	-	123.883
	123.883	-	123.883
Dividendos recebidos	-	-1.579.562	-1.579.562
	-	-1.579.562	-1.579.562
Imparidade <i>Goodwill</i>	-1.578.107		-1.578.107
	-1.578.107		-1.578.107
Saldo em 31 de dezembro 2023	22.330.978	23.597.473	45.928.450

No exercício de 2020 ocorreu a compra por parte da Toyota Caetano Portugal, S.A. de 12.000.000 ações da CaetanoBus - Fabricação de Carroçarias, S.A. anteriormente detidas pela empresa

Salvador Caetano Indústria, S.G.P.S., S.A. (entidade relacionada pertencente ao perímetro acionista “Grupo Salvador Caetano”), correspondente a cerca de 61,94% dos respetivos direitos de voto, por 16.320.000 Euros e adquiriu 7.350 ações da empresa Kinto Portugal, S.A. (49%) (anteriormente denominada Finlog – Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.) à empresa-mãe Salvador Caetano Auto - S.G.P.S., S.A. (entidade acionista da Toyota Caetano) correspondente a 49% dos respetivos direitos de voto, pelo montante de 22.785.000 Euros. Alargando a sua atividade a outros domínios da mobilidade, em 2020, a Toyota Caetano Portugal, tornou-se acionista direta da CaetanoBus e da Kinto, empresas do Grupo Salvador Caetano. Nesta estratégia, a Toyota Motor Europe (TME), acionista da Toyota Caetano Portugal, assume um papel preponderante. Se até aqui a TME já fornecia à CaetanoBus a pilha de combustível para integrar no autocarro movido a hidrogénio, o reforço da parceria permite à Toyota Caetano Portugal contribuir para a expansão da mobilidade sustentável, explorando sinergias com a CaetanoBus no desenvolvimento, produção e venda de autocarros "zero emissões". O reforço da parceria com a Kinto, visa desenvolver projetos de mobilidade.

O exercício de determinação do justo valor dos ativos e passivos identificáveis e consequente determinação do *Goodwill* implícito nas referidas transações, realizado no exercício de 2021, pode resumir-se como segue por participada:

a) Associada - Kinto Portugal, S.A. (consolidado)

	2020	Ajustamentos de justo valor	Ativos líquidos a 31/12/2020 (justo valor)
Ativos fixos tangíveis	151.874.693	13.976.470	165.851.163
Ativos intangíveis	87.628	3.456.202	3.543.830
Outros ativos financeiros	19.435	-	19.435
Inventários	7.163.599	-	7.163.599
Clientes	8.708.339	-	8.708.339
Outros ativos correntes	16.911.697	-	16.911.697
Caixa e equivalentes a caixa	2.225.112	-	2.225.112
Financiamentos obtidos	(149.406.140)	-	(149.406.140)
Provisões	(1.134.398)	-	(1.134.398)
Passivos por impostos diferidos	-	(3.922.351)	(3.922.351)
Fornecedores	(13.472.533)	-	(13.472.533)
Imposto sobre o rendimento	(120.307)	-	(120.307)
Outros passivos correntes	(6.496.520)	-	(6.496.520)
	16.360.605	13.510.321	29.870.926
% de detenção			49%
Ativos líquidos proporcionalizados			14.636.754
Custo de aquisição			22.785.000
<i>Goodwill</i>			8.148.246

Os ajustamentos de justo valor acima apresentados correspondem essencialmente ao seguinte:

- i. Reconhecimento a justo valor das viaturas registadas em ativos fixos tangíveis, tendo em conta a estimativa de valor de venda das referidas viaturas, atendendo ao histórico de transações efetuadas relativamente a ativos semelhantes;
- ii. Reconhecimento, como ativo intangível, da relação com clientes estabelecida a 31 de dezembro de 2020, tendo por base a metodologia de *Income approach*, considerando os contratos estabelecidos àquela data.

No seguimento da análise efetuada, foram reconhecidos os passivos por impostos diferidos associados aos referidos ajustamentos, sendo que foi entendimento do Conselho de Administração que o justo valor dos restantes ativos líquidos não diferia significativamente da quantia escriturada dos mesmos nas demonstrações financeiras consolidadas da Kinto Portugal, S.A..

b) Empreendimento conjunto - CaetanoBus – Fabricação de Carroçarias, S.A. (consolidado)

	2020	Ajustamentos de justo valor	Ativos líquidos a 31/12/2020 (justo valor)
Investimento financeiro em empreendimento conjunto	14.533.921	(5.129.647)	9.404.274
<i>Goodwill</i>	475.700	(475.700)	-
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	9.971.138	1.951.718	11.922.856
Ativos por impostos diferidos	2.249.927	-	2.249.927
Inventários	39.713.973	2.297.080	42.011.053
Clientes	10.327.931	-	10.327.931
Outros ativos correntes	2.818.790	-	2.818.790
Caixa e equivalentes a caixa	389.343	-	389.343
Financiamentos obtidos	(25.810.618)	-	(25.810.618)
Responsabilidades por planos de benefícios definidos	(3.109.843)	-	(3.109.843)
Passivos por impostos diferidos	-	(847.351)	(847.351)
Passivos por locação	(2.107.970)	-	(2.107.970)
Fornecedores	(16.670.388)	-	(16.670.388)
Imposto sobre o rendimento	(280.987)	-	(280.987)
Outros passivos correntes	(12.763.471)	-	(12.763.471)
	19.737.446	(2.203.900)	17.533.546

% de detenção	62%
Ativos líquidos proporcionalizados por percentagem de detenção	10.860.278
Custo de aquisição	16.320.000
<i>Goodwill</i>	5.459.722
Anulação do <i>Goodwill</i> Cobus	(3.586.966)
Anulação do <i>Goodwill</i> Caetano UK	(294.649)
<i>Goodwill</i> líquido	1.578.107

Os ajustamentos de justo valor acima apresentados correspondem essencialmente ao seguinte:

- i. Investimento financeiro em empreendimento conjunto:
 - a. Desconsideração do *Goodwill* gerado na aquisição da Cobus Industries, GmbH pela CaetanoBus – Fabricação de Carroçarias, S.A. em exercícios anteriores;
 - b. Reconhecimento a justo valor dos ativos imobiliários detidos por aquela entidade, tendo por base avaliação efetuada por entidade especializada e independente;
 - c. Reconhecimento a justo valor dos inventários daquela participada, tendo em consideração a estimativa do valor de venda dos referidos ativos, atendendo ao histórico de transações efetuadas e preços de venda acordados para inventários semelhantes;
 - d. Reconhecimento dos passivos por impostos diferidos associados aos referidos ajustamentos.

Adicionalmente, foi entendimento do Conselho de Administração que o justo valor dos restantes ativos líquidos não diferia significativamente da quantia escriturada dos mesmos nas demonstrações financeiras consolidadas da CaetanoBus – Fabricação de Carroçarias, S.A..

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a reconciliação do capital próprio daquelas entidades participadas com o valor registado como participação financeira, detalha-se como segue:

	Caetano Bus		Kinto	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Capital próprio sem interesses que não controlam	14 335 495	25 299 973	20 410 616	19.059.663
% de detenção	61,94%	61,94%	49,00%	49,00%
	8 879 406	15 670 803	10 001 202	9 339 235
Prestações suplementares	12 388 000	-		
Valorização a justo valor de imóveis	1 365 682	1 457 877	-	-
Valorização a justo valor de viaturas - Ativos fixos	-	-	2 739 389	4 109 083
Carteira de clientes	-	-	677 416	1 016 123
Valorização a justo valor de inventários	-	12 830		-
Passivos por impostos diferidos	(302 109)	(327 690)	(768 781)	(1 153 171)
<i>Goodwill</i>	-	1 578 107	8 148 246	8 148 246
	22 330 979	18 391 927	20 797 472	21 459 516

Conforme descrito na secção “Informação financeira resumida das participadas” da presente Nota, foram identificados, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, indícios de imparidade relativamente à participação financeira no empreendimento conjunto CaetanoBus –

Fabricação de Carroçarias, S.A., tendo por esse motivo o Conselho de Administração levado a cabo uma análise de imparidade formal sobre a referida participação financeira.

Os principais pressupostos que serviram de base à referida análise, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, divididos por geografia em que o referido empreendimento conjunto opera, são como segue:

2023			
	Portugal	Reino Unido	Alemanha
Taxa de crescimento composta das vendas na projeção	27,2%	-5,1%	30,8%
Margem EBITDA	[1,0% a 6,6%]	[3,1% a 4,3%]	[2,6% a 4,4%]
G (taxa de crescimento na perpetuidade)	2,00%	2,00%	2,00%
WACC (taxa de desconto)	10,93%	10,39%	10,08%

2022			
	Portugal	Reino Unido	Alemanha
Taxa de crescimento composta das vendas na projeção	33,6%	35%	31,8%
Margem EBITDA	[0,6% a 6,6%]	[2,8% a 3,8%]	[1,0% a ,1,5%]
G (taxa de crescimento na perpetuidade)	2,00%	2,00%	2,00%
WACC (taxa de desconto)	8,07%	6,90%	6,13%

Os pressupostos que estão na base do teste de imparidade preparado pelo Conselho de Administração consideram (i) as perspetivas associadas à retoma de atividade no período pós-pandemia, (ii) uma alteração estrutural no segmento de atividade associado à fabricação e montagem de autocarros urbanos, a qual passa pela concretização de uma parceria que envolve a subcontratação de uma parte significativa da produção e montagem daqueles autocarros, (iii) bem como a materialização do crescimento projetado pelo órgão de gestão daquele empreendimento conjunto para o respetivo mercado-alvo, relativamente aos modelos de autocarros ambientalmente mais sustentáveis.

Como resultado do seu processo de análise, e tendo em consideração alguma incerteza quanto à expectativa de continuação da retoma de atividade e recuperação da rentabilidade do empreendimento conjunto, a qual está associada à parceria acima referida, bem como a atual conjuntura macroeconómica global impactada pelos atuais conflitos armados em curso na Ucrânia e no Médio Oriente que poderão continuar a produzir efeitos adversos nas principais

economias de destino das vendas da Caetanobus – Fabricação de Carroçarias, S.A., a Empresa registou nas suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023, uma perda por imparidade no montante de 1.578.107 Euros, correspondente à totalidade do *Goodwill* associado à aquisição do referido empreendimento conjunto.

11. FINANCIAMENTOS A EMPRESAS PARTICIPADAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2023 os movimentos ocorridos na presente rubrica foram como segue:

	2023	2022
<u>Outros ativos financeiros</u>		
Saldo em 1 de janeiro	3.375.000	4.256.303
Desembolsos durante o exercício	19.014.630	8.700.000
Reembolsos durante o exercício	-10.001.630	-9.581.303
Conversão em prestações suplementares	-12.388.000	
Saldo em 31 de dezembro	-	3.375.000

Os “Financiamentos a Empresas Participadas” compreende empréstimos de tesouraria concedido às subsidiárias vencendo juros a taxas de mercado.

O saldo a 31 de dezembro de 2022 respeita exclusivamente à Caetano Renting (Nota 30). Durante o exercício de 2023 a Empresa manteve o seu apoio a esta sociedade que amortizou os valores em dívida até o final desse ano.

Adicionalmente, também em 2023, a Empresa concedeu suprimentos à Caetanobus no montante de 12.388.000 Euros, valor este que, no final do exercício, foi objeto de conversão em prestações suplementares naquela sociedade (Nota 10).

12. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2023	2022
Mercadorias	77.732.497	21.753.732
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	8.242.298	12.312.484
Produtos acabados e intermédios	2.052.019	3.945.939
Produtos e trabalhos em curso	2.602.585	2.964.376
	90.629.399	40.976.531
Perdas por imparidade acumuladas em inventários (Nota 23)	-137.131	-137.131
	90.492.269	40.839.400

O valor das mercadorias evidenciadas na demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2023, repartido por escalões de antiguidade, é como segue:

Mercadorias	<6	6 a 12	12 a 24	>24	total
Peças	1.187.639	148.520	133.496	57.115	1.526.770
Viaturas Novas	51.114.977	1.388.185	553	-	52.503.714
Viaturas Usadas	13.125.563	6.258.612	1.476.566	329.040	21.189.782
Outros	2.011.437	403.483	83.854	13.456	2.512.231
Total	67.439.616	8.198.801	1.694.469	399.611	77.732.497

A rubrica de mercadorias inclui o montante de 21,2 milhões de Euros relativamente a viaturas usadas (10,5 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2022).

A Empresa tem definidos critérios de imparidade relativamente a viaturas usadas que assumem uma desvalorização face à antiguidade das mesmas. Os critérios seguidos pela Empresa encontram-se suportados por informação de mercado obtida junto de entidades externas com referência a 31 de dezembro. Desta forma, não é expectativa do Conselho de Administração que em exercícios futuros venham a ser geradas perdas no processo de alienação e realização das referidas viaturas usadas.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existem bens do inventário da Empresa que estejam dados como penhor na garantia de passivos contratados.

O custo das vendas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi apurado como se segue:

	2023			2022		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Existências iniciais	21.753.732	12.312.484	34.066.216	44.205.972	13.775.081	57.981.054
Compras Líquidas	403.352.752	38.649.893	442.002.645	261.593.262	63.327.789	324.921.051
Regularização de inventários	-10.122.788	-	-10.122.788	-7.008.988	-	-7.008.988
Existências finais	77.732.497	8.242.298	85.974.796	21.753.732	12.312.484	34.066.216
Total	337.251.198	42.720.079	379.971.277	277.036.515	64.790.386	341.826.900

A variação da produção nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi apurada como segue:

	Produtos acabados, intermédios e produtos e trabalhos em curso	
	2023	2022
Existências finais	4.654.604	6.910.315
Existências iniciais	6.910.315	3.383.359
Total	-2.255.711	3.526.956

13. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2023	2022
	Ativos correntes	Ativos correntes
Cientes, conta corrente	87.384.977	83.378.896
Cientes cobrança duvidosa	5.398.000	5.307.223
	92.782.977	88.686.119
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 23)	-5.301.478	-5.271.256
	87.481.499	83.414.863

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe por tipologia de clientes da antiguidade das contas a receber, incluindo a informação sobre a existência de instrumentos de melhoria creditícia de que a Empresa dispõe, é como segue:

2023	- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total	Instrumento melhoria creditícia
Entidades Relacionadas	52.657.045	782.307	317.241	3.404.095	57.160.688	n.a.
Estado	1.138.220	90.236	125.047	-	1.353.503	n.a.
Financeiras	3.725.512	63.828	123.486	633.689	4.546.515	n.a.
Concessionários independentes	7.466.270	263	-32.072	7.382	7.441.844	Garantias Bancárias
Outros	13.917.977	1.367.773	879.881	716.797	16.882.427	n.a.
Total	78.905.024	2.304.406	1.413.583	4.761.963	87.384.977	

2022	- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total	Instrumento melhoria creditícia
Entidades Relacionadas	55.730.507	2.082.813	493.979	2.062.170	60.369.469	n.a.
Estado	591.837	4.464	217	-	596.518	n.a.
Financeiras	5.239.352	153.614	155.898	728.243	6.277.108	n.a.
Concessionários independentes	7.491.485	4.928	-	6.919	7.503.333	Garantias Bancárias
Outros	7.868.613	475.414	88.117	200.325	8.632.469	n.a.
Total	76.921.794	2.721.233	738.211	2.997.658	83.378.896	

Maturidade das dívidas com reconhecimento de perda de imparidade

2023	- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total
Cientes cobrança duvidosa	1.796	1.552	2.240	5.392.412	5.398.000

Maturidade das dividas com reconhecimento de perda de imparidade

2022	- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total
Cientes cobrança duvidosa	17.328	-	543	5.289.352	5.307.223

É entendimento do Conselho de Administração que o risco de crédito associado aos clientes que compõe o escalão etário mais antigo é diminuto, em resultado de:

- Clientes com acordos de pagamento: tendo em consideração as análises de crédito efetuadas, o conhecimento dos clientes em causa e a informação externa obtida sobre a situação financeira dos mesmos, é entendimento que estes clientes não apresentam risco de crédito significativo, sendo que o Conselho de Administração mantém regularmente uma monitorização do cumprimento dos acordos estabelecidos, envolvendo tais acordos um número reduzido de entidades;
- Empresas relacionadas: nesta tipologia de clientes encontram-se incluídas diversas entidades pertencentes à esfera do Grupo Salvador Caetano, com quem a Toyota Caetano Portugal mantém transações de índole comercial regulares, sendo que a Empresa mantém igualmente transações enquanto cliente com entidades do mesmo Grupo Salvador Caetano. É assim entendimento do Conselho de Administração que os valores incluídos no escalão etário “+120 dias” relativos a esta tipologia de clientes são integralmente recuperáveis, sendo que uma parte substancial daquele montante respeita ao empreendimento conjunto detido pela Empresa, CaetanoBus – Fabricação de Carroçarias, S.A.;
- Outros clientes: nesta tipologia encontram-se incluídos, entre outros, clientes gerais de viaturas relativamente aos quais existe habitualmente uma cláusula de reserva de propriedade associada à viatura vendida ou, em alternativa, não é transferida a sua propriedade até que a viatura alienada esteja integralmente liquidada. Entende, contudo, o

Conselho de Administração que, nesta tipologia de clientes existem situações de risco de crédito moderado, as quais não são materialmente relevantes. O departamento de controlo de crédito e cobranças da Empresa mantém uma monitorização constante destas situações.

Relativamente à aplicação do modelo de Expected Credit Losses preconizado na IFRS 9, a Empresa aplicou na análise efetuada a abordagem simplificada de reconhecer as perdas de crédito esperadas na vida económica das contas a receber comerciais, tendo em consideração que as mesmas não apresentam uma componente de financiamento significativa.

Importa igualmente referir que, no que respeita aos instrumentos financeiros correspondentes a contas a receber de clientes, não ocorreu genericamente no exercício de 2023 uma alteração relevante no tempo médio de recebimento.

Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Empresa, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas na data da demonstração da posição financeira. Assim, o Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber de clientes se aproximam do seu justo valor.

14. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Outras dívidas de terceiros	Ativos Correntes	
	2023	2022
Pessoal	206.383	146.023
Adiantamentos a fornecedores	2.711.063	175.400
Acionistas (Nota 30)	1.652.274	1.154.514
	4.569.720	1.475.937

15. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2023	2022
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Recuperação de encargos	50.616	15.197
Juros a receber	42.223	26.112
Subsídios à formação	623.009	384.597
Rendas	-	32.545
Outros	410.832	67.080
	1.126.680	525.532
Gastos a reconhecer		
Seguros pagos antecipadamente	166.801	166.342
Encargos com financiamento “Papel comercial”	92.573	102.906
Outros	4.118.405	93.865
	4.377.778	363.112
	5.504.458	888.644

A rubrica “Outros” em “Gastos a reconhecer” inclui encargos suportados pela Empresa no montante de 3,7 milhões de Euros associados ao projeto APM (*Accessible People Mover*), relativo ao desenvolvimento de um veículo elétrico utilitário de pequenas dimensões para grandes eventos, o qual se encontrará em demonstração, já em 2024, nos Jogos Olímpicos de Paris, e cujo investimento se insere na agenda BeNeutral do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR). Estes montantes (que correspondem essencialmente a custos diretos com colaboradores internos, fornecimentos e serviços externos e consumos de materiais) serão reconhecidos como custo no exercício de 2024 aquando da venda (e reconhecimento do proveito) destes veículos, a qual será efetuada a uma entidade relacionada do Grupo multinacional Toyota.

16. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Impostos sobre o Rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a IRC à taxa de 21% para a matéria coletável em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, acrescida de derrama à taxa de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregada de, no máximo, 22,5%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte da Autoridade Tributária durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa desde 2020 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspeção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, as Empresas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado. Adicionalmente, ao lucro tributável apurado em excesso entre 1,5 Milhões de Euros e 7,5 Milhões de Euros, acresce uma Derrama Estadual de 3%, superior a 7,5 Milhões de Euros e até 35 Milhões de Euros acresce uma Derrama Estadual de 5% e ao lucro tributável apurado em excesso superior a 35 Milhões de Euros acresce uma Derrama Estadual de 7%.

Em março de 2007, a Empresa optou pela aplicação do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (“RETGS”) previsto nos artigos 69º e 70º do Código do IRC, com início de aplicação em 1 de janeiro de 2007. Neste regime, a sociedade dominante (Toyota Caetano Portugal, S.A.) deve registar os impostos calculados nas filiais incluídas no perímetro fiscal (Caetano Auto, Salvador Caetano Seguros e Caetano Renting) de forma a determinar o imposto sobre o rendimento do Grupo.

O detalhe do saldo evidenciado na Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	2023	2022
Estimativa de imposto individual da Entidade	(6.175.079)	(5 216 050)
Pagamentos por conta / Pagamento especial por conta	4.705.855	4 009 674
Retenção na fonte	452.426	543 017
RETGS	(2.116.881)	(1 321 409)
	(3.133.679)	(1 984 769)

O imposto sobre o rendimento evidenciado na demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 pode ser decomposto da seguinte forma:

	2023	2022
Imposto corrente	6.175.079	5.216.050
Imposto diferido	(734.168)	40.993
	5.440.911	5.257.043

A reconciliação do encargo de imposto efetivo, com o encargo de imposto teórico dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 pode ser analisada como se segue:

	2023	2022
Resultado antes de imposto	22.560.081	19.958.913
Taxa nominal de imposto	22,50%	22,50%
Imposto teórico (coleta + derrama)	5.076.018	4.490.755
Método de equivalência patrimonial	-1.331.624	-26.936
Outros	1.999.885	-135.967
Tributação autônoma	88.148	120.870
Derrama estadual	342.651	767.328
Encargos de imposto efetivo	6.175.079	5.216.050

O detalhe e movimento dos montantes e a natureza dos ativos e passivos por impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022, podem ser resumidos como se segue:

2023	Saldo	Movimentos refletidos em resultados	Movimentos refletidos em capitais próprios	Saldo
------	-------	-------------------------------------	--	-------

	inicial	Aumento	Diminuição	Aumento	Diminuição	final
<u>Ativos por impostos diferidos:</u>						
Por provisões e ajustamentos não aceites como custo fiscal	222.294	4.779	-191.440	-	-	35.634
Acréscimos de gastos não aceites fiscalmente	104.424	1.026.629	-104.424	-	-	1.026.629
Responsabilidades por pensões	302.082	-	-	-	2.014	304.093
	<u>628.800</u>	<u>1.031.409</u>	<u>-295.864</u>	<u>-</u>	<u>2.014</u>	<u>1.366.355</u>
<u>Passivos por impostos diferidos:</u>						
40% Amortizações resultantes de reavaliações legais efetuadas	34.092	-	5.470	-	-	39.562
Gerados com alienações de imobilizações	44.567	-	-4.097	-	-	40.470
	<u>78.658</u>	<u>-</u>	<u>1.373</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>80.031</u>

2022	Saldo inicial	Movimentos refletidos em resultados		Movimentos refletidos em capitais próprios		Saldo final
		Aumento	Diminuição	Aumento	Diminuição	
<u>Ativos por impostos diferidos:</u>						
Por provisões e ajustamentos não aceites como custo fiscal	222.294	-	-	-	-	222.294
Acréscimos de gastos não aceites fiscalmente	154.817	104.427	(154.821)	-	-	104.424
Responsabilidade por pensões	963.109	-	-	661.027	-	302.082
	<u>1.340.220</u>	<u>104.427</u>	<u>(154.821)</u>	<u>661.027</u>	<u>-</u>	<u>628.800</u>
<u>Passivos por impostos diferidos:</u>						
40% Amortizações resultantes de reavaliações legais efetuadas	34.092	-	-	-	-	34.092
Gerados com alienações de imobilizações	53.967	-	(9.400)	-	-	44.567
	<u>88.058</u>	<u>-</u>	<u>(9.400)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>78.658</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Empresa não tinha prejuízos fiscais reportáveis.

17. CAPITAL PRÓPRIO

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, é constituído por 35.000.000 de ações nominativas, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada.

A identificação das pessoas coletivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

- Salvador Caetano - Auto S.G.P.S., S.A. 69,79%
- Toyota Motor Europe NV/SA 27,00%

Dividendos

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de maio de 2023, foi aprovada pelos acionistas a distribuição de dividendos a atribuir ao capital de 0,25 Euros por ação, no montante de 8,75 milhões de Euros.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de maio de 2022, foi aprovada pelos acionistas a distribuição de dividendos a atribuir ao capital de 0,20 Euros por ação, no montante de 7 milhões de Euros.

Em 31 de dezembro de 2023 não existem quaisquer restrições à distribuição de dividendos.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital da Empresa. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Ajustamentos em ativos financeiros

O valor considerado em “Ajustamentos em ativos financeiros” refere-se aos resultados apropriados pelo Método de Equivalência Patrimonial ainda não distribuídos e aos ajustamentos de transição da aplicação inicial do Método de Equivalência Patrimonial.

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação não podem ser distribuídas aos acionistas, exceto se se encontrarem totalmente amortizadas ou se os respetivos bens objeto de reavaliação tenham sido alienados.

Os montantes distribuíveis em Capital Próprio, excluindo o Resultado Líquido do Exercício apresentam um total de 93.820.378 Euros nas rubricas Reservas Livres e Resultados Transitados.

Proposta de Aplicação de Resultados 2023

Em conformidade com o disposto na alínea b), do nº 1, do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, propomos a seguinte aplicação dos resultados líquidos apurados no exercício, no valor de 17.119.170,02 Euros expressos nas demonstrações financeiras individuais da Toyota Caetano Portugal:

- Para a conta de reservas não distribuíveis por lucros em participações financeiras decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial: 4.340.219,57 Euros;
- Para dividendos a atribuir ao capital, 0,3 Euros por ação, o que atento o seu número 35.000.000 de ações, perfaz 10.500.000,00 Euros;
- O remanescente para a conta de Resultados Transitados 2.278.950,45 Euros.

18. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a rubrica de “Financiamentos Obtidos” tem o seguinte detalhe:

	2023			2022		
	Corrente	Não corrente	TOTAL	Corrente	Não corrente	TOTAL
Contas correntes caucionadas	20.000.000	-	20.000.000	15.000.000	-	15.000.000
Papel comercial	40.000.000	-	40.000.000	7.000.000	-	7.000.000
Passivos de locação	4.150.514	15.802.469	19.952.983	3.337.462	11.933.595	15.271.058
Empréstimo obrigacionista	-	15.000.000	15.000.000	12.500.000	-	12.500.000
	64.150.514	30.802.469	94.952.983	37.837.462	11.933.595	49.771.058

O movimento ocorrido nos financiamentos obtidos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi o seguinte:

2023				
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Contas correntes caucionadas	15.000.000	47.000.000	42.000.000	20.000.000
Papel comercial	7.000.000	313.500.083	280.500.083	40.000.000
Passivos de locação	15.271.058	9.062.112	4.380.187	19.952.983
Empréstimo obrigacionista	12.500.000	15.000.000	12.500.000	15.000.000
	49.771.058	384.562.195	339.380.270	94.952.983

2022				
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Contas correntes caucionadas	15.000.000	60.000.000	60.000.000	15.000.000
Papel comercial	0	64.500.000	57.500.000	7.000.000
Passivos de locação	14.203.313	6.601.048	5.533.304	15.271.058
Empréstimo obrigacionista	12.500.000	-	-	12.500.000
	41.703.313	131.101.048	123.033.304	49.771.058

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe dos empréstimos bancários, descobertos bancários, programas de Papel Comercial e empréstimo obrigacionista, bem como as suas respetivas condições, é como segue:

2023	Montante utilizado	Limite
<u>Corrente</u>		
Conta corrente caucionada	20.000.000	22.000.000
Descoberto bancário	-	4.000.000
<i>Confirming</i>	-	10.000.000
Papel comercial	40.000.000	49.500.000
Passivos de locação	4.150.514	4.150.514
	64.150.514	89.650.514
<u>Não corrente</u>		
Passivos de locação	15.802.469	15.802.469
Empréstimo obrigacionista	15.000.000	15.000.000
	30.802.469	30.802.469
	94.952.983	120.452.983

2022	Montante utilizado	Limite
<u>Corrente</u>		
Conta corrente caucionada	15.000.000	22.000.000
Descoberto bancário	-	4.000.000
<i>Confirming</i>	-	4.500.000
Papel comercial	7.000.000	48.000.000
Passivos de locação	3.337.462	3.337.462
Empréstimo obrigacionista	12.500.000	12.500.000
	37.837.462	94.337.462
<u>Não corrente</u>		
Passivos de locação	11.933.595	11.933.595
Empréstimo obrigacionista		
	11.933.595	11.933.595
	49.771.058	106.271.058

No corrente exercício, a Empresa procedeu à emissão de dois empréstimos obrigacionistas por oferta particular e direta, sendo um deles, de 7.500.000 Euros, a taxa variável e o outro, de igual montante, a taxa fixa; ambos por um prazo de 5 anos (a contar da data de subscrição: 7 de agosto de 2023) e com reembolso *bullet* no final do prazo. Estes financiamentos destinaram-se a amortizar o anterior empréstimo obrigacionista, no montante de 12.500,000 Euros que se venceu no início de agosto de 2023.

Detalhamos, em seguida, o valor relativo a financiamentos obtidos ou linhas de crédito contratadas para os quais foram concedidas garantias reais relativas a hipotecas sobre imóveis (Nota 31):

- Papel Comercial: 15.000.000

Os juros respeitantes aos empréstimos bancários acima referidos encontram-se indexados à Euribor (floor zero), acrescidos de um spread que varia entre 0,45% e 2,0%.

A Empresa tinha linhas de crédito em 31 de dezembro de 2023 no montante de, aproximadamente, 120,4 Milhões de Euros (dos quais estavam utilizadas cerca de 94,9 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2023) que poderão ser utilizadas para futuras atividades operacionais e para satisfazer compromissos financeiros, não havendo qualquer restrição à utilização dessa facilidade. Este valor está aplicado em diversas instituições financeiras não existindo concentração excessiva em nenhuma delas.

A rubrica Passivos de locação (corrente e não corrente) corresponde a responsabilidades da Empresa, como locatário, relativas aos direitos de uso relacionados com equipamentos de movimentação de carga.

O detalhe desta rubrica, bem como o plano de pagamentos pode ser resumido como segue:

Contrato	Bem locado	Corrente		Não Corrente			TOTAL	TOTAL
		2024	2025	2026	2027	> 2028		
Diversos	Equipamento industrial	4.150.514	3.986.863	3.737.320	3.320.720	4.757.567	15.802.469	19.952.983
	Capital	637.100	1.135.922	850.269	560.508	461.976	3.008.675	3.645.775
	Juros							
	Total Capital	4.150.514	3.986.863	3.737.320	3.320.720	4.757.567	15.802.469	19.952.983
	Total Juros	637.100	1.135.922	850.269	560.508	461.976	3.008.675	3.645.775

Maturidade da Dívida

As maturidades dos empréstimos existentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são as seguintes:

Financiamentos

2023	< 1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	> 5 anos	Total
Contas correntes caucionadas	20.000.000	-	-	-	20.000.000
Papel comercial	40.000.000	-	-	-	40.000.000
Passivo de locação	4.150.514	7.724.183	6.139.621	1.938.666	19.952.983
Empréstimo obrigacionista	-	-	15.000.000	-	15.000.000
Total de financiamentos	64.150.514	7.724.183	21.139.621	1.938.666	94.952.983

2022	< 1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	> 5 anos	Total
Contas correntes caucionadas	15.000.000	-	-	-	15.000.000
Papel comercial	7.000.000	-	-	-	7.000.000
Passivo de locação	3.337.462	7.156.498	4.609.990	167.107	15.271.058
Empréstimo obrigacionista	12.500.000	-	-	-	12.500.000
Total de financiamentos	37.837.462	7.156.498	4.609.990	167.107	49.771.058

Juros

Etária juros:	2024	2025	2026	2027	> 2028	Total
Conta corrente caucionada	239.483	-	-	-	-	239.483
Passivo de locação	637.100	1.135.922	850.269	560.508	461.976	3.645.775
Empréstimo obrigacionista	719.910	719.003	719.003	719.003	720.064	3.596.984

19. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 esta rubrica era composta por saldos correntes a pagar a fornecedores resultantes da atividade ordinária da Empresa, que se vencem todos no curto prazo.

A Empresa, no âmbito da gestão dos riscos financeiros, implementou políticas para assegurar que todas as responsabilidades serão liquidadas dentro dos prazos de pagamento definidos.

20. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 esta rubrica tinha a seguinte composição:

Outras dívidas a terceiros	Passivos Correntes	
	2023	2022
Pessoal	53.720	254.350
Adiantamentos de clientes	4.387.093	636.706
Estado e outros entes públicos	22.134.349	13.164.669
Acionistas	40.088	29.742
Outras dívidas a terceiros	577.252	135.238
	27.192.503	14.220.705

Associado ao projeto APM (*Accessible People Mover*), relativo ao desenvolvimento de um veículo elétrico utilitário de pequena dimensão para grandes eventos, o qual se encontrará em demonstração, já em 2024, nos Jogos Olímpicos de Paris, a Empresa recebeu um adiantamento no montante de 4,1 milhões de euros por conta da venda destes veículos a serem efetuados no exercício de 2024.

A decomposição da rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos” em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	2023	2022
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	191.781	183.585
Imposto sobre o valor acrescentado	18.746.083	11.436.656
Contribuições para a Segurança Social	271.458	293.314
Tributo das autarquias locais	163.897	165.839
Outros	2.761.130	1.085.276
	22.134.349	13.164.669

Em 31 de dezembro de 2023 não existem dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social.

21. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica “Outro passivo corrente” pode ser detalhada como segue:

	2023	2022
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	3.623.623	3.943.520
Comparticipações na promoção de vendas	5.619.483	2.067.027
Juros a liquidar	515.783	203.479
Especialização de gastos afetos a viaturas vendidas	743.033	399.635
Seguros a liquidar	85.257	5.834
Imposto automóvel de viaturas vendidas e não matriculadas	2.461.012	1.032.644
Reclamações de garantia	39.670	10.535
Pessoal	731.178	622.828
Antecipação de encargos com FSE's	1.262.029	995.919
Royalties	62.077	152.285
	15.143.144	9.433.706
Rendimentos a reconhecer		
Contratos de manutenção de veículos	6.334.817	6.146.284
Subsídios ao investimento	1.461.018	539.441
Rédito diferido	22.564.513	3.018.510
Outros	949.974	8.777
	31.310.322	9.713.012
	46.453.465	19.146.718

Relativamente à rubrica “Rédito diferido”, a mesma refere-se a transações em que não houve transferência do controlo da viatura para o respetivo cliente, não sendo assim reconhecida como

uma venda do exercício, ficando a mesma diferida até ao momento em que as condições de transferência de controlo se efetivam.

22. RESPONSABILIDADES POR PENSÕES

A Toyota Caetano Portugal (em conjunto com outros associados) constituiu por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988 o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de fevereiro de 1994, em 30 de abril de 1996, em 9 de agosto de 1996, em 4 de julho de 2003, em 2 de fevereiro de 2007, em 30 de dezembro de 2008, em 23 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2013.

Este Fundo de Pensões constituído previa que, enquanto os seus associados mantivessem a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que a generalidade dos trabalhadores pudesse vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento não atualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições, configurando um plano de benefícios definidos. Para cobrir estas responsabilidades, encontra-se constituído um Fundo Autónomo (o qual é atualmente gerido pela BPI Vida e Pensões, S.A.).

Em 18 de dezembro de 2007, foi enviado à ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões um dossier contendo as propostas de alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Salvador Caetano, bem como a ata de aprovação das mesmas pela Comissão de Acompanhamento do Fundo, propondo, com efeitos a 1 de janeiro de 2008, a aprovação por aquele organismo dessas mesmas alterações.

A proposta anteriormente mencionada, de alteração ao regime dos complementos de reforma devidamente aprovada pela Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões, inclui a manutenção de um regime de Benefício Definido (Plano A) para os então reformados e beneficiários de pensões diferidas, bem como para todos os trabalhadores dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano que, à data de 1 de janeiro de 2008, tinham completado 50 anos de idade e mais de 15 anos de serviço nos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano, sendo ainda criado um novo grupo (formado pelo restante universo de trabalhadores ao serviço dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano) que passou, a partir daquela data, a estar incluído num Plano de Contribuição Definida (Plano B).

Em 29 de dezembro de 2008, foi rececionada uma carta contendo a aprovação pela ASF, das alterações pretendidas e a vigorar desde 1/1/2008.

A ASF determinou na referida aprovação que os funcionários dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano que, em 1 de janeiro de 2008 tivessem atingido 15 anos ao serviço do associado e tivessem uma idade inferior a 50 anos (e que passarão a integrar um Plano de Contribuição Definida) tivessem direito a um “capital inicial” individual segundo o novo plano, determinado em função das responsabilidades atuariais apuradas com referência a 31 de dezembro de 2007 e com base nos pressupostos e critérios utilizados naquele exercício.

Os ativos do Fundo de Pensões Salvador Caetano foram naquela data alocados àqueles dois Planos mediante as regras então instituídas pela ASF, mantendo-se assim aquele formato até à data atual.

No final de 2023, foi criado um novo plano de Contribuição Definida (Plano C) que abrange todos os colaboradores admitidos após 1 de dezembro de 2023.

Desta forma, o Fundo de Pensões Salvador Caetano é um fundo único e contempla três planos distintos: um plano de Benefícios Definidos (Plano A) e dois planos de Contribuição Definida (Plano B e Plano C).

As principais características destes três planos são como segue:

Plano A - (Benefício Definido): Abrange todos os colaboradores (incluindo membros dos órgãos sociais) que à data de 01.01.2008 já tinham perfazido, cumulativamente, 50 anos de idade e 15 anos de antiguidade na empresa. Consubstancia-se no direito à atribuição de uma pensão complementar paga pelo referido Fundo de Pensões, de valor equivalente a 20% do último salário pensionável.

Plano B – (Contribuição Definida): Abrange todos os colaboradores (incluindo membros dos órgãos sociais) admitidos até 30 de novembro de 2023. O benefício resulta do valor acumulado das contribuições efetuadas pela empresa e pelo trabalhador, caso este decida contribuir, e pelos rendimentos gerados pelas contribuições. A empresa contribui, numa base anual, para o Fundo de Pensões com um montante correspondente a 3% do salário bruto anual de cada colaborador abrangido por este Plano. Na idade legal de reforma, 2/3 do valor acumulado será transformado num valor mensal a ser pago ao Colaborador/Membro do Órgão Social, dado que 1/3 do valor acumulado pode ser recebido sob a forma de capital.

Plano C – (Contribuição Definida): abrange todos os colaboradores (incluindo membros dos órgãos sociais) admitidos após 1 dez. 2023. O benefício resulta do valor acumulado das contribuições efetuadas pela empresa e pelo trabalhador, caso este decida contribuir, e pelos rendimentos gerados pelas contribuições. A empresa contribui, numa base anual, para o Fundo de Pensões com um montante correspondente a 0,5% do salário bruto anual de cada colaborador abrangido por este Plano. Na idade legal de reforma, 2/3 do valor acumulado será transformado num valor mensal a ser pago ao Colaborador/Membro do Órgão Social, dado que 1/3 do valor acumulado pode ser recebido sob a forma de capital.

No que respeita ao Plano de Benefício Definido e em termos de nível mínimo de solvência, o valor dos ativos do Fundo de Pensões Salvador Caetano não poderá ser inferior ao montante mínimo de solvência calculado de acordo com as regras estabelecidas pela norma regulamentar ASF. O “Cenário Mínimo de Solvência” é assim calculado pelo atuário responsável em conformidade com A Norma nº 12/2023-R, de 12 de dezembro, que procede à alteração da Norma nº 8/2021-R, de 16 de novembro.

O Fundo de Pensões Salvador Caetano é atualmente gerido pela BPI Vida e Pensões Companhia de Seguros, S.A.. Em conformidade com a atual legislação em vigor, a entidade gestora deve assegurar que os ativos que integram o património do Fundo de Pensões Salvador Caetano são adequados às responsabilidades decorrentes dos planos de pensões, devendo para o efeito ter em conta, nomeadamente:

- A natureza dos benefícios previstos;
- O horizonte temporal das responsabilidades;
- A política de investimento estabelecida e os riscos a que os ativos estão sujeitos; e
- O nível de financiamento das responsabilidades, no que se refere ao Plano de Benefício Definido.

De acordo com a política de investimentos estabelecida no Contrato de Gestão do Fundo de Pensões, a tabela abaixo apresenta a alocação objetivo (“Peso”) excluindo imobiliário e outros ativos nacionais:

	Limite Mínimo	Valor Central	Limite Máximo
Obrigações dívida Privada da zona Euro	45,0%	50,0%	55,0%
Obrigações dívida Pública da zona Euro	20,0%	25,0%	30,0%
Ações Globais	13,0%	17,0%	22,0%
Retorno Absoluto	3,0%	8,0%	13,0%
Outros ativos	0,0%	-	10,0%
High Yield	0,0%	-	10,0%
Cash	0,0%	0,0%	12,8%

Adicionalmente, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não existiu qualquer alteração, cancelamento antecipado ou liquidação do Plano de Benefício Definido.

De acordo com estudo atuarial realizado pelo Atuário Responsável, a Empresa tem vindo a efetuar contribuições para o plano de benefício definido, permitindo que a situação patrimonial desse Fundo ascendesse em 31 de dezembro de 2023 a, aproximadamente 13.123 milhares de Euros (13.762 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2022). A parcela da responsabilidade global estimada actuarialmente para o Plano de Benefícios Definido, na quota-parte respeitante à Empresa ascende em 31 de dezembro de 2023 a, aproximadamente, 14.293 milhares de Euros (14.046 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2022).

Os pressupostos atuariais utilizados para a avaliação de 2023 e 2022 pelo Atuário Responsável são como segue:

	2023	2022
Taxa de desconto	3,05%	3,60%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%
Taxa de crescimento dos salários	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Data efeito dos cálculos	31 de dezembro	31 de dezembro

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a duração das responsabilidades determinada pelo Atuário Responsável é de 7 anos.

Com referência a 31 de dezembro de 2023, a população da Empresa apresenta-se como segue:

	Número de pessoas	Idade média
Participantes (Ativos e ex-participantes)		
Ativos < 66 anos	-	-
Ativos > 66 anos	1	68,4
Ex-participantes	11	74,4
Pré-reformados	0	0
	12	73,93
Reformados		
Reforma por velhice	462	76,1
Reforma por invalidez	12	72,8
Pré-reforma/reforma antecipada	0	0
Viuvez/Orfandade	0	0
	474	76,0

O movimento das responsabilidades com o plano de benefícios definidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 pode ser resumido como segue:

	2023	2022
Situação inicial	14.046.066	19.041.108
Efeito no resultado do exercício		
Custo dos serviços correntes	12.484	26.613
Custo dos juros	481.005	181.578
Efeito no resultado integral do exercício		
(Ganhos) e perdas atuariais	798.630	-616.430
Benefícios previstos	-1.394.576	-1.452.948
Cortes no plano		
Alteração de pressupostos	530.356	-3.064.157
Transferências líquidas efetuadas	-181.351	-69.698
Situação final	14.292.614	14.046.066

O movimento da situação patrimonial do Fundo de Pensões relativamente à quota-parte do Plano de Benefício Definido, durante o exercício de 2023 e 2022, foi como se segue:

	2023	2022
Situação inicial	13.761.669	14.824.674
Efeito no resultado do exercício		
Custo dos serviços correntes		
Custo dos juros	470.767	139.836
Efeito no resultado integral do exercício		
(Ganhos) e perdas atuariais	545.092	-712.200
Benefícios previstos	-1.473.159	-1.483.437
Cortes no plano		
Contribuições da Empresa (inclui pagamentos diretos)		1.062.494
Transferências líquidas efetuadas	-181.351	-69.698
Situação final	13.123.018	13.761.669

A 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a composição da carteira de ativos do Fundo de Pensões Salvador Caetano que cobre o Plano de Benefícios Definidos, é como segue:

Carteira do Fundo	Peso da carteira	Valor	Peso da carteira	Valor
	2023		2022	
Ações	7.8%	918.611	7,4%	1.018.364
Obrigações taxa fixa	30.6%	3 936 905	30,0%	4.128.501
Obrigações taxa variável	0.1%	393 691	2,7%	371.565
Imobiliário	54.2%	6 692 739	50,9%	7.004.690
Liquidez	4.1%	524 921	4,4%	605.513
Retorno absoluto	3.3%	656 151	4,6%	633.037
Total	100,0%	13.123.018	100,0%	13.761.669

A 31 de dezembro de 2023, os investimentos individuais com um peso superior a 5% do total da carteira de ativos do Fundo de Pensões Salvador, apresentam-se como se segue:

	Peso Carteira	Valor 31-12-2023
Cimóvel – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	54,2%	6.692.739
MGI Funds-PLC-Global EQ.Fund-M7	7,8%	918.611

As responsabilidades da Empresa com o Plano de Benefício Definido e a situação patrimonial do Fundo de Pensões Salvador Caetano afeto pode ser resumido como se segue:

Plano de Benefício Definido	2023	2022
Valor da Responsabilidade	14.292.615	14.046.066
Valor do Fundo	13.123.017	13.761.669

A responsabilidade líquida da Empresa acima evidenciada encontra-se acautelada, não apenas pelos ativos do Fundo de Pensões Salvador Caetano afetos ao Plano de Benefício Definido, mas igualmente através de uma provisão constituída no valor de cerca de 1,2 milhões de Euros (284 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2022), refletida na demonstração da posição financeira na rubrica “Responsabilidades por planos de benefícios definidos”.

Adicionalmente e conforme acima referido, a Empresa é parte integrante de um plano de contribuição definida, tendo durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 efetuado contribuições para o mesmo no montante de 300.143,26€ (130.000 Euros em 31 de dezembro de 2022), registados na demonstração dos resultados na rubrica de gastos com pessoal.

23. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi o seguinte:

2023	Saldo Inicial	Aumentos	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Imparidade de dívidas a receber (Nota 13)	5.271.256	55.135	-6.667	-18.245	5.301.478
Imparidade de inventários (Nota 12)	137.131	-	-	-	137.131
Provisões	-	1.571.316	-	-	1.571.316
Total	5.408.386	1.626.451	-6.667	-18.245	7.009.925

No exercício de 2023 perante a informação de um possível processo contencioso, a Empresa registou uma provisão no valor de 1,5 milhões de Euros.

2022	Saldo Inicial	Aumentos	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Imparidade de dívidas a receber (Nota 13)	5.256.947	35.540	-	(21.231)	5.271.256
Imparidade de inventários (Nota 12)	137.131	-	-	-	137.131
Total	5.394.077	35.540	-	(21.231)	5.408.386

24. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS E INFORMAÇÃO SEGMENTOS

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foi como segue:

	2023	2022	Var (%)	2023	2022	Var (%)	2023	2022	Var (%)
	Mercado interno			Mercado externo			Total		
Viaturas ligeiras	323.341.154	291.926.773	11%	47.339.131	69.587.515	-32%	370.680.285	361.514.288	3%
Veículos pesados	6.990.227	4.702.929	49%	573.677	483.850	19%	7.563.904	5.186.779	46%
Máquinas industriais	14.915.524	9.121.584	64%	1.676	2.068	-19%	14.917.200	9.123.652	64%
Peças e acessórios	51.837.801	43.069.750	20%	477.453	371.380	29%	52.315.255	43.441.130	20%
Outros	19.977.269	2.420.425	725%	25.440	19.380	31%	20.002.709	2.439.805	720%
	417.061.976	351.241.461	19%	48.417.378,06	70.464.192	-31%	465.479.354	421.705.653	10%

INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe do relato por segmentos é o seguinte:

2023	Nacional					Outros	Externo					TOTAL
	Veículos automóveis		Equipamento industrial				Veículos automóveis		Equipamento industrial			
	Indústria	Comércio	Máquinas	Serviços	Aluguer		Indústria	Comércio	Máquinas	Serviços	Aluguer	
RÉDITO												
Volume de negócios	8.161.654	385.917.180	14.915.524	5.849.994	2.217.623		39.001.473	9.294.582	1.676	67.444	52.203	465.479.354
RESULTADOS												
Resultados operacionais	121.801	13.901.837	2.157.249	2.696.332	701.687		-2.483.071	5.612.154	412	34.209	5.003	22.747.613
Resultados financeiros	-70.725	-3.820.874	-162.393-	-42.404-	-35.164		-328.194	-66.935	-18	-969	-75	-4.527.751
Resultados em associadas												
Resultados participações financeiras em empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas						4.340.220						4.320.220
Imposto s/ rendimento exercício						-5.440.911						-5.440.911
Resultados líquidos	51.076	11.276.906	1.546.013	2.056.794	516.555	-1.100.691	-2.811.265	5.545.219	394	33.240	4.928	17.119.170
OUTRAS INFORMAÇÕES												
Depreciações	1.642.735	1.325.957	113.591	61.826	6.063.403		-	-	-	-	-	9.207.512

2022	Nacional						Externo					TOTAL
	Veículos automóveis		Equipamento industrial			Outros	Veículos automóveis		Equipamento industrial			
	Indústria	Comércio	Máquinas	Serviços	Aluguer		Indústria	Comércio	Máquinas	Serviços	Aluguer	
RÉDITO												
Volume de negócios	4.736.868	321.406.810	9.121.584	4.954.666	11.021.531		62.552.375	7.842.365	2.068	61.648	5.736	421.705.653
RESULTADOS												
Resultados operacionais	-909.504	18.287.075	1.503.083	1.739.600	1.545.648		-24.603	-120.507	298	20.777	2.861	22.044.728
Resultados financeiros	-15.375	-1.764.675	-66.406	-19.519	-39.057		-272.346	-27.870	-4	-257	-20	-2.205.530
Resultados participações financeiras em empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas						119.716						119.716
Imposto s/ rendimento exercício						-5.257.043						-5.257.043
Resultados líquidos	-924.878	16.522.399	1.436.677	1.720.080	1.506.590	5.137.327	-296.950	-148.378	294	20.520	2.841	14.701.869
Depreciações	617.940	1.033.543	111.152	60.409	5.183.345							7.006.390

A informação por segmentos acima apresentada corresponde àquela que é apresentada em sede do Conselho de Administração para efeitos de aprovação das contas da Empresa e igualmente utilizada no processo de tomada de decisão. O subsegmento respeitante à atividade industrial de montagem de viaturas está incluído no segmento “Veículos Automóveis - Indústria”. Adicionalmente, a atividade de formação e desenvolvimento de recursos humanos, assim como a atividade de gestão de imóveis (propriedades de investimento), uma vez que representam uma atividade secundária e sem grande expressão, estão repartidas pelos vários segmentos. O Conselho de Administração entende que a apresentação destas atividades em segmentos autónomos não aportaria qualquer valor acrescentado ao nível do relato financeiro da Empresa.

Não existem réditos associados a transações entre o segmento de veículos automóveis e o segmento de equipamento industrial.

25. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 apresenta-se da seguinte forma:

	2023	2022
Subcontratos	790.316	880.905
Serviços especializados	33.793.484	31.876.914
Trabalhos especializados	4.446.926	5.266.589
Publicidade e propaganda	20.142.647	18.393.385
Vigilância e segurança	497.877	428.272
Honorários	1.402.980	1.326.358
Comissões	573.839	712.041
Conservação e reparação	3.021.695	2.192.904
Outros	3.707.520	3.557.366
Materiais	8.086.991	6.863.279
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	154.283	141.437
Livros e documentação técnica	258.470	278.057
Material de escritório	172.522	128.224
Artigos para oferta	35.546	32.051
Outros	7.466.170	6.283.512
Energia e fluidos	1.297.664	794.928
Eletricidade	297.965	195.076
Combustíveis	882.082	573.018
Água	117.617	26.834
Outros		
Deslocações, estadas e transportes	3.677.604	3.206.925
Deslocações e estadas	1.796.471	1.310.003
Transportes de pessoal	88.266	112.523
Transportes de mercadorias	1.792.868	1.784.400
Outros		
Serviços diversos	2.326.695	2.770.555
Rendas e alugueres	604.611	641.911
Comunicação	287.019	299.736
Seguros	792.524	862.892
Royalties	253.580	464.520
Contencioso e notariado	3.863	3.868
Limpeza, higiene e conforto	385.098	497.629
	49.972.755	46.393.505

26. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 decompõem-se da seguinte forma:

	2023	2022
Remunerações dos órgãos sociais	572.296	410.078
Remunerações do pessoal	13.059.531	12.246.048
Pensões	341.383	174.470
Indemnizações	412.413	406.611
Encargos sobre remunerações	3.886.681	3.578.951
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	295.551	301.069
Outros gastos com o pessoal	2.301.967	1.936.477
	20.869.822	19.053.704

Durante os exercícios findos em dezembro de 2023 e 2022, o número médio de pessoal ao serviço da Empresa foi o seguinte:

Pessoal	2023	2022
Empregados	405	393
Assalariados	175	154
	580	547

27. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Outros rendimentos operacionais” tem a seguinte composição:

Outros rendimentos operacionais	2023	2022
Rendimentos de imóveis (Nota 6)	3.582.155	3.466.571
Subsídios à exploração	4.744.663	4.216.900
Recuperação de encargos com publicidade e promoção de vendas	514.033	383.275
Ganhos em inventários	159.065	170.905
Ganhos nos restantes investimentos não financeiros	539.511	737.077
Imputação de subsídios para investimento	-	4.408
Descontos pronto pagamento obtidos	5.892	9.269
Outros não especificados	14.469.146	12.394.304
	24.014.466	21.382.709

Detalhando os principais valores acima mencionados, temos a referir que:

- A rubrica “Recuperação de encargos com publicidade e promoção de vendas” inclui a recuperação de diversos encargos suportados pela Empresa com atividades de *marketing* e promoção comercial associados às suas operações, junto do fornecedor Grupo Toyota Japão. Os gastos incorridos associados àquela recuperação de encargos encontram-se reconhecidos na rubrica “Fornecimentos e serviços externos”;
- A rubrica “Rendimentos de imóveis” inclui o valor relativo a rendas de propriedades de investimento. As referidas rendas são maioritariamente provenientes de contratos de locação de ativos imobiliários celebrados com diversas entidades relacionadas, sendo o respetivo detalhe relativamente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, como segue:

Entidade	2023	2022
Caetano.Auto, S.A.	672.440	656.240
Caetano.Coatings, S.A.	567.784	560.761
Caetano Aeronautic, S.a.	174.471	169.206
Caetanobus - Fabricação Carroçarias, S.A.	1.419.770	1.361.773
NIW - IT Services & Consulting, S.A.	87.400	82.196
Toyota Kredit Bank	38.087	35.861
Toyota Logistic Services Portugal, Unip., Lda	571.839	569.109
Outros	50.365	31.426
Total Geral	3.582.155	3.466.571

- A rubrica “Subsídios à exploração” respeita a apoios do IEF – Instituto de Emprego e Formação Profissional associado a ações de formação ministradas pela Empresa nos seus vários centros de formação profissional bem como apoios ao emprego.
- A rubrica de “Outros não especificados” refere-se essencialmente a serviços prestados, recuperação de gastos com garantias automóvel às marcas Toyota e Lexus que são previamente debitados pelas concessões e de custos de transporte. Os gastos incorridos associados àquela recuperação de encargos encontram-se reconhecidos na rubrica “Fornecimentos e serviços externos”

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Outros gastos operacionais” tem a seguinte composição:

Outros gastos operacionais	2023	2022
Impostos	916.550	761.876
Perdas em inventários	59.168	32.660
Descontos pronto pagamento concedidos	2.241	2.589
Perdas nos restantes investimentos não financeiros	106.463	10.640
Donativos	72.027	37.986
Quotizações	17.965	23.777
Multas e penalidades	19.722	10.627
Outros não especificados	1.666.789	9.395.625
	2.860.925	10.275.781

A rubrica de “Outros não especificados” inclui essencialmente no exercício findo em 2022 gastos com incentivos comerciais e bonificações concedidas aos concessionários automóveis.

No exercício de 2023 esses incentivos e bonificações passaram a ser registados em descontos e abatimentos em vendas.

28. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os resultados financeiros têm a seguinte composição:

Juros e rendimentos similares obtidos	2023	2022
Outros	859.067	57.330
	859.067	57.330

Juros e gastos similares suportados	2023	2022
Empréstimos bancários e locações	3.975.017	1.013.642
Outros	1.411.802	1.249.219
	5.386.819	2.262.860

29. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Apresentamos abaixo um quadro resumo dos instrumentos financeiros da Empresa em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Instrumentos financeiros	Nota	Ativos financeiros		Passivos financeiros	
		2023	2022	2023	2022
Outros ativos financeiros		4.600	19.600		
Financiamentos a empresas Participadas	11	-	3.375.000		
Clientes	13	87.481.499	83.414.863		
Outras dívidas de terceiros	14	4.569.720	1.475.937		
Outros Ativos Correntes	15	1.126.680	525.532		
Financiamentos obtidos	18			94.952.983	49.771.058
Outras dívidas a terceiros	20			5.058.153	1.056.036
Fornecedores	19			23.665.778	27.313.547
Outros passivos correntes	21			15.143.144	9.433.706
Caixa e equivalentes a caixa	4	16.743.033	5.501.727		

Instrumentos financeiros ao justo valor	Nota	Ativos financeiros		Passivos financeiros	
		2023	2022	2023	2022
Outros ativos financeiros		4.600	19.600		

30. ENTIDADES RELACIONADAS

Os saldos a receber e a pagar com as Empresas do Grupo Toyota Caetano Portugal, que em 31 de dezembro de 2023 e 2022 se encontram refletidos nas rubricas da demonstração da posição financeira “Clientes”, “Fornecedores”, “Acionistas”, e “Outros Ativos Financeiros” podem ser resumidos como segue:

	2023	2022
Contas a receber	46.449.879	32 556 747
Contas a pagar	(3.919.790)	(1.618 516)
Empresas do Grupo inseridas no "RETGS" (Nota 14)		
Caetano Renting, S.A.	(1.046.330)	(77.665)
Caetano Auto, S.A.	2.664.598	1.232.179
Salvador Caetano Seguros - Mediação de Seguros, Unipessoal, Lda	34.005	
	1.652.274	1.154.514
Empréstimos a Empresas Participadas (Nota 11)		
Caetano Renting, S.A.		3.375.000
		3.375.000

Apresenta-se em seguida o quadro-resumo de saldos e fluxos (contas de Clientes e Fornecedores) com subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos do Grupo Toyota Caetano Portugal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Empresas relacionadas 2023	Dívidas		Outros Ativos e Passivos correntes		Produtos		Ativos fixos tangíveis		Serviços		Outros	
	A receber	A pagar	Outros Passivos Correntes	Outros Ativos Correntes	Vendas e Serv Prestados	Compras	Aquisições	Alienações	Obtidos	Gastos	Rendimentos	
Subsidiárias	36.933.786	4.627.842	3.518.044	217.414	202.798.421	33.344.772	41.612	579.979	14.980.290	828.546	3.272.641	
Associadas	3.135.355	117.371	469.376	-	8.022.328	836.796	-	-	988.324	758	235.894	
Empreendimentos Conjuntos	9.079.341	220.906	570	65.068	8.315.580	536.657	-	15.984	82.420	-	3.052.411	

Empresas relacionadas 2022	Dívidas		Outros Ativos e Passivos correntes		Produtos		Ativos fixos tangíveis			Serviços		Outros		Financeiros	
	A receber	A pagar	Outros Passivos Correntes	Outros Ativos Correntes	Vendas e Serv Prestados	Compras	Aquisições	Alienações	Obtidos	Gastos	Rendimentos	Gastos	Rendimentos		
Subsidiárias	33.788.926	-1.696.181	-1.081.724	29.627	-156.740.235	29.165.060	245	-613.235	11.586.806	4.595.359	-2.632.112	-	-69.664		
Associada	223.933	-49.322	-362.582	-	-3.111.918	294.195	-	-	939.357	60	-198.958	-	-		
Empreendimentos Conjuntos	3.845.427	-354.394	-	31.794	-4.848.515	4.007.313	-	-	283.388	-	-2.362.200	-	-		

O detalhe dos saldos e transações entre a Empresa e as entidades relacionadas (essencialmente pertencentes ao denominado Grupo Salvador Caetano e ao Grupo Toyota Motor Corporation), pode ser resumido como segue em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Empresas relacionadas 2023	Dívidas		Outros Ativos e Passivos correntes		Produtos		Ativos fixos tangíveis		Serviços		Outros		Financeiros	
	A receber	A pagar	Outros Passivos Correntes	Outros Ativos Correntes	Vendas e Serv Prestados	Compras	Aquisições	Alienações	Obtidos	Gastos	Rendimentos	Gastos	Rendimentos	
Acionistas	3.838.252	42.534.349	514.152	-	38.375.401	345.372.259	-	-	1.024.515	59.501	3.640.868	962.894	144.976	
Outras Partes Relacionadas Grupo Salvador Caetano	5.133.805	4.408.949	1.010.268	57.119	8.440.951	1.140.755	335.728	202.063	12.411.530	927.429	3.389.431	-	-	
Outras Partes Relacionadas Grupo Toyota Japão	1.717.559	12.097.190	7.268.030	-	55.400.893	64.749.491	27.962	-	397.603	20.428	1.629.692	600.857	-	
Outras Partes Relacionadas	42.006	241.945	-	-	29.842	21.650	595	-	2.457.098	-	7.497	-	-	

Empresas relacionadas 2022	Dívidas		Outros Ativos e Passivos correntes		Produtos		Ativos fixos tangíveis		Serviços		Outros		Financeiros	
	A receber	A pagar	Outros Passivos Correntes	Outros Ativos Correntes	Vendas e Serv Prestados	Compras	Aquisições	Alienações	Obtidos	Gastos	Rendimentos	Gastos	Rendimentos	
Acionistas	18.567.535	-25.544.597	-4.316.026	-	-62.101.443	222.618.618	-	-	943.529	17.000	-4.392.783	31.565	-11.040	
Entidades Relacionadas Grupo Salvador Caetano	5.183.085	-2.540.088	-903.489	-	-7.560.192	865.609	334.756	174.750	8.663.051	727.483	-2.099.610	48	-	
Entidades Relacionadas Grupo Toyota Japão	-15.179	-9.978.657	1.988	6.449.870	-52.491.200	78.550.878	3.500	-	462.465	1.202.230	-1.340.237	60.385	-	
Outras entidades Relacionadas	7.921	-115.921	-108.033	-	-70	-	1.838	-	766.001	6.540	-9.560	-	-	

Em 31 de dezembro de 2023, não existem saldos correntes pendentes com o pessoal-chave da gestão da Empresa (incluindo Órgãos Sociais).

As entidades relacionadas com que a Empresa tem relações são as seguintes:

ACIONISTAS	
Salvador Caetano Auto, SGPS, S.A.	Portugal
Toyota Motor Europe, Nv/Sa	Bélgica

SUBSIDIÁRIAS	
Caetano Auto, S.A.	Portugal
Caetano Auto CV, S.A.	Cabo Verde
Caetano Renting S.A.	Portugal
Salvador Caetano Seguros - Mediação de Seguros, Unipessoal Lda.	Portugal

ASSOCIADA	
Kinto Portugal, S.A.	Portugal

EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	
Caetanobus - Fabricação de Carroçarias, S.A.	Portugal
Cobus industries, GMBH	Alemanha
Caetano UK, LTD	Inglaterra

OUTRAS PARTES RELACIONADAS GRUPO SALVADOR CAETANO	
Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A.	Portugal
23 Portugal, S.A.	Portugal
Amorim, Brito & Sardinha, Lda.	Portugal
Caetano Active , S.A.	Portugal
Caetano Aeronautic, S.A.	Portugal
Caetano Automotive Portugal, S.A.	Portugal
Caetano City, S.A.	Portugal
Caetano Drive, Sport E Urban, S.A.	Portugal
Caetano Energy, S.A.	Portugal
Caetano Formula Cádiz, SLU	Espanha
Caetano Fórmula West Africa, S.A.	Portugal
Caetano Formula Galicia, SLU	Espanha
Caetano Fórmula, S.A.	Portugal
Caetano Gamobar Motors, S.A.	Portugal
Caetano Move África, S.A.	Portugal

OUTRAS PARTES RELACIONADAS GRUPO SALVADOR CAETANO

Caetano Parts, Lda.	Portugal
Caetano Power, S.A.	Portugal
Caetano Retail España, Sau	Espanha
Caetano Retail, SGPS, S.A.	Portugal
Caetano Shared Services, SA	Portugal
Caetano Squadra África, S.A.	Portugal
Caetano Star, S.A.	Portugal
Caetano Tec, S.A	Portugal
Caetsu Publicidade, S.A.	Portugal
Carplus, S.A.	Portugal
Choice Car, S.A.	Portugal
Fundação Salvador Caetano	Portugal
Gocharge, S.A.	Portugal
Guérin - Rent-A-Car (Dois), Lda.	Portugal
Hyundai Portugal, S.A.	Portugal
Lidera Soluciones, SI	Espanha
Lusilectra - Veículos E Equipamentos, S.A.	Portugal
Mds Auto - Mediação Seguros, S.A.	Portugal
NIW-IT Services and Consulting, S.A.	Portugal
P.O.A.L. - Pavimentações E Obras Acessórias, S.A.	Portugal
Portianga - Comércio Internacional E Participações, S.A.	Portugal
Robert Hudson, Ltd.	Angola
Salvador Caetano Auto África, SGPS, S.A.	Portugal
Salvador Caetano Capital, SGPS, S.A.	Portugal
Sózó Portugal, S.A.	Portugal
Turispaiva - Sociedade Turística Paivense, S.A.	Portugal
Vas África, S.A.	Portugal

OUTRAS PARTES RELACIONADAS GRUPO TOYOTA MOTOR CORPORATION

Toyota Motor Corporation	Japão
Toyota Kreditbank, Gmbh - Sucursal Em Portugal	Portugal
Toyota Logísticos Serviços Portugal, Unipessoal, Lda.	Portugal
Toyota Material Handling Deutschland	Alemanha
Toyota Material Handling Espanha, S.A.	Espanha
Toyota Material Handling Europe	Bélgica
Toyota Material Handling Europe Brussels	Bélgica
Toyota Material Handling Europe Logistics	Suécia
Toyota Material Handling France	França
Toyota Material Handling Manufact, France, Sas	França
Toyota Material Handling Manufact, Italy, Spa	Itália
Toyota Material Handling Manufact, Sweden	Suécia
Toyota Material Handling Netherlands	Países Baixos
Toyota Tsusho Asia Pacific Pte, Ltd.	Singapura
Toyota Tsusho Corporation	Japão
Toyota Tsusho Europe, S.A.	Bélgica

OUTRAS PARTES RELACIONADAS	
Cociga - Construções Civas De Gaia, S.A.	Portugal
Covim - Soc Agricola S Imobiliária, S.A.	Portugal
Rarcon - Arquitectura, Consultadoria E Med. Imobiliária, S.A.	Portugal
Simoga - Sociedade Imobiliária De Gaia, S.A.	Portugal
Unboxagency - Agência De Publicidade, Unipessoal, Lda.	Portugal

31. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Compromissos financeiros assumidos e não incluídos na Demonstração da Posição Financeira:

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Empresa tinha assumido os seguintes compromissos financeiros:

Responsabilidades	2023	2022
Caução	4.000.000	6.000.000
Outras garantias financeiras	545.132	566.490
	4.545.132	6.566.490

Dos montantes apresentados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 relativos a “Fianças Prestadas”, o montante de 4 milhões de Euros refere-se à caução prestada à A.T.A. (Autoridade Tributária e Aduaneira) que se destina a garantir junto desta o pagamento à posteriori dos valores resultantes dos direitos e imposições, assim como o imposto sobre veículos nos despachos e pedidos de matrícula efetuados.

Na sequência de financiamentos contratados no valor de 15 milhões de Euros, a Toyota Caetano concedeu à respetiva instituição financeira, garantias reais relativas a hipotecas sobre imóveis avaliados em cerca de 22,2 milhões de Euros.

Veículos em fim de vida

Em setembro de 2000, a Comissão Europeia votou uma diretiva respeitante aos veículos em fim de vida e a correspondente responsabilidade dos Produtores/Distribuidores pelo seu desmantelamento e reciclagem.

Os Produtores/Distribuidores terão, segundo este normativo, que suportar no mínimo uma parte significativa do custo de retoma dos veículos, colocados no mercado a partir de 1 de julho de 2002 bem como, para os comercializados anteriormente a esta data, quando apresentados a partir de 1 janeiro de 2007.

Esta legislação terá impacto nos veículos Toyota vendidos em Portugal. A Empresa e a sua representada Toyota, estão a monitorar atentamente o desenvolvimento da Legislação Nacional Portuguesa de forma a, em devido tempo, poderem quantificar o impacto destas operações nas suas demonstrações financeiras.

É, no entanto, nossa convicção, face aos estudos já elaborados sobre o mercado português, e atendendo à possível valorização dos resíduos resultantes do desmantelamento dos veículos em causa, que o impacto efetivo desta legislação nas contas da Empresa será diminuto, senão nulo.

Entretanto, e para cumprimento da legislação introduzida no normativo nacional (Dec./Lei 196/2003), a Empresa concretizou a contratualização com a “ValorCar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda.” – Empresa licenciada como entidade gestora do sistema integrado de gestão de VFV – a transferência das responsabilidades inerentes a todo este processo.

Informação relativa à área ambiental

A Empresa adota as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objetivo de cumprir com a legislação vigente.

O Conselho de Administração da Toyota Caetano não estima que existam riscos relacionados com a proteção e melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contraordenações relacionadas com esta matéria durante o exercício de 2023.

32. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	2023	2022
Resultado	17.119.170	14.701.870
Número de ações	35.000.000	35.000.000
Resultados por ação (básico e diluído)	0,49	0,42
Rendimento integral	16.954.901	18.412.842
Número de ações	35.000.000	35.000.000
Rendimento integral (básico e diluído)	0,48	0,53

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não ocorreu qualquer alteração ao número de ações.

33. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos membros dos órgãos sociais da Empresa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram como segue:

Órgãos sociais	2023	2022
Conselho de Administração	670.598	514.185
Conselho Fiscal	8.149	5.040

34. REMUNERAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Os honorários pagos aos Revisores Oficiais de Contas da Empresa nos exercícios de 2023 e 2022 foram como segue:

	2023	2022
Honorários totais referentes à revisão de contas	72.200	60.220
Honorários totais referentes a outros serviços de garantia de fiabilidade	24.050	70.206
	96.250	130.426

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 10 de março ocorreram em Portugal eleições para a Assembleia da República cujos resultados permitem desde já concluir que nenhuma força política ou coligação pré-eleitoral atingiu um resultado em mandatos que lhes permita, unilateralmente, formar uma solução de governo maioritária. A geometria possível de coligações e apoios parlamentares e interrogação sobre o nível de suporte na Assembleia a um novo Governo coloca incerteza no horizonte temporal imediato, nomeadamente sobre a sustentabilidade de qualquer solução governativa que poderá não conseguir fazer aprovar orçamentos e ou diplomas centrais no seu programa, em cuja eventualidade poderia o país ir novamente a eleições. A situação política é vincadamente relevante na performance económica do país, designadamente pela necessária clarificação de temas centrais na vida económica do país que foram amplamente debatidos em contexto eleitoral, nomeadamente a sustentabilidade orçamental do Estado, a política fiscal, particularmente taxas de IRS e IRC, execução do PRR e grandes obras públicas, regulação de diversos setores económicos.

36. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de abril de 2024.

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis Da Silva Ramos- Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Miguel Pedro Caetano Ramos; Gisela Maria Falcão Sousa Pires Passos; Tom Fux; Kazunori Takagi

CONTAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE
2023 E 2022

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	NOTAS	31/12/2023	31/12/2022
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
<i>Goodwill</i>	9	875.997	611.997
Ativos intangíveis	5	4.502.520	2.404.404
Ativos fixos tangíveis	6	114.839.875	106.237.907
Propriedades de investimento	7	9.238.419	9.495.026
Investimentos financeiros em associadas e empreendimentos conjuntos	10	45.928.451	39.851.443
Outros investimentos	11	5.394.224	4.966.404
Ativos por impostos diferidos	16	3.158.216	2.386.092
Clientes	13	52.314	146.833
Total de ativos não correntes		183.990.016	166.100.106
ATIVOS CORRENTES:			
Inventários	12	147.053.173	70.247.870
Clientes	13	86.171.610	67.701.452
Outras dívidas de terceiros	14	3.877.802	2.277.279
Outros ativos correntes	15	7.103.855	2.975.313
Caixa e equivalentes a caixa	17	24.827.114	11.299.747
Total de ativos correntes excluindo ativos não correntes detidos para venda		269.033.554	154.501.661
Ativos não correntes detidos para venda	8	2.474.403	2.175.221
Total de ativos correntes		271.507.957	156.676.882
Total do ativo		455.497.973	322.776.988

As notas anexas fazem parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis Da Silva Ramos- Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Miguel Pedro Caetano Ramos; Gisela Maria Falcão Sousa Pires Passos; Tom Fux; Kazunori Takagi

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em Euros)

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	NOTAS	31/12/2023	31/12/2022
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social		35.000.000	35.000.000
Reserva legal		7.498.903	7.498.903
Reservas de justo valor		2.042.622	1.723.238
Outras reservas e resultados transitados		106.559.886	101.091.670
Resultado líquido consolidado do exercício		17.119.170	14.701.869
	18	168.220.581	160.015.680
Interesses que não controlam	19	1.807.434	1.451.563
Total do capital próprio		170.028.015	161.467.243
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	20	32.431.252	14.663.934
Responsabilidades por planos de benefícios definidos	15 e 25	1.211.669	542.455
Provisões	26	3.337.677	1.887.033
Outras dívidas a terceiros	22	2.417.931	805.640
Passivos por impostos diferidos	16	3.392.365	1.941.436
Total de passivos não correntes		42.790.894	19.840.498
PASSIVO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	20	80.796.382	39.520.309
Fornecedores	21	27.892.084	30.945.755
Outras dívidas a terceiros	22	71.247.771	44.209.031
Imposto sobre o rendimento a pagar	23	3.333.158	2.116.541
Outros passivos correntes	24	59.409.669	24.677.611
Total de passivos correntes		242.679.064	141.469.247
Total do passivo		285.469.958	161.309.745
Total do passivo e capital próprio		455.497.973	322.776.988

As notas anexas fazem parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis Da Silva Ramos- Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Miguel Pedro Caetano Ramos; Gisela Maria Falcão Sousa Pires Passos; Tom Fux; Kazunori Takagi

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Rendimentos operacionais:			
Vendas	30	464.900.086	437.323.345
Prestações de serviços	30	46.670.546	42.903.032
Outros rendimentos operacionais	33	27.739.438	24.942.817
Variação da produção	12	(2.205.290)	3.556.721
Total de rendimentos operacionais		537.104.780	508.725.915
Gastos operacionais:			
Custo das vendas	12	(379.198.024)	(364.526.087)
Fornecimentos e serviços externos	31	(49.997.937)	(46.751.125)
Gastos com o pessoal	32	(48.798.349)	(45.814.618)
Amortizações e depreciações	5, 6 e 7	(16.992.177)	(15.093.762)
Imparidade de inventários	26	(779.622)	(211.348)
Imparidade de dívidas a receber	26	427.844	(281.420)
Provisões e perdas por imparidade	26	(1.648.880)	(191.634)
Outros gastos operacionais	33	(3.257.713)	(3.095.147)
Total de gastos operacionais		(500.244.858)	(475.965.141)
Resultados operacionais		36.859.922	32.760.774
Resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos	10	(4.855.313)	(8.350.777)
Gastos e perdas financeiros	34	(6.554.306)	(2.871.186)
Rendimentos e ganhos financeiros	34	740.929	53.169
Resultados antes de impostos		26.191.232	21.591.980
Impostos sobre o rendimento	27	(8.723.608)	(6.772.416)
Resultado líquido consolidado do exercício		17.467.624	14.819.564
Resultado líquido consolidado atribuível:			
ao Grupo		17.119.170	14.701.869
a interesses que não controlam	19	348.454	117.695
		17.467.624	14.819.564
Básico	28	0,499	0,423
Diluído	28	0,499	0,423

As notas anexas fazem parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis Da Silva Ramos- Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Miguel Pedro Caetano Ramos; Gisela Maria Falcão Sousa Pires Passos; Tom Fux; Kazunori Takagi

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Capital Social	Reserva legal	Reservas de justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Total de reservas e resultados transitados	Resultado consolidado líquido do exercício	Subtotal	Interesses que não controlam	Total Capital Próprio
Saldos em 1 de janeiro de 2022		35.000.000	7.498.903	1.460.711	92.948.220	94.408.931	11.695.005	148.602.839	1.329.406	149.932.245
Aplicação do resultado consolidado de 2021		-	-	-	11.695.005	11.695.005	(11.695.005)	-	-	-
Rendimento integral consolidado do exercício		-	-	262.527	3.448.445	3.710.972	14.701.869	18.412.841	122.157	18.534.998
Distribuição de dividendos	18	-	-	-	(7.000.000)	(7.000.000)	-	(7.000.000)	-	(7.000.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		35.000.000	7.498.903	1.723.238	101.091.670	102.814.908	14.701.869	160.015.680	1.451.563	161.467.243
Saldos em 1 de janeiro de 2023		35.000.000	7.498.903	1.723.238	101.091.670	102.814.908	14.701.869	160.015.680	1.451.563	161.467.243
Aplicação do resultado consolidado de 2022		-	-	-	14.701.869	14.701.869	(14.701.869)	-	-	-
Rendimento integral consolidado do exercício		-	-	319.384	(483.653)	(164.269)	17.119.170	16.954.901	355.871	17.310.772
Distribuição de dividendos	18	-	-	-	(8.750.000)	(8.750.000)	-	(8.750.000)	-	(8.750.000)
Saldos em 30 de junho de 2023		35.000.000	7.498.903	2.042.622	106.559.886	108.602.508	17.119.170	168.220.581	1.807.434	170.028.015

As notas anexas fazem parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis Da Silva Ramos- Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Miguel Pedro Caetano Ramos; Gisela Maria Falcão Sousa Pires Passos; Tom Fux; Kazunori Takagi

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em Euros)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido consolidado do exercício	17.467.624	14.819.564
Componentes de outro rendimento integral consolidado do exercício, passíveis de serem subsequentemente reclassificados para a demonstração dos resultados:		
Método Equivalência Patrimonial - Associadas e Empreendimento conjuntos (Nota 10)	123.883	309.376
Componentes de outro rendimento integral consolidado do exercício, que não serão subsequentemente reclassificados para a demonstração dos resultados:		
Variação do justo valor de instrumentos de capital ao justo valor por via de capital - valor bruto (Nota 11)	417.363	343.061
Variação do justo valor de instrumentos de capital ao justo valor por via de capital - efeito imposto (Nota 11)	(93.907)	(77.189)
Variação nas responsabilidades com plano de benefícios definidos – valor bruto (Nota 25)	(525.698)	4.123.710
Variação nas responsabilidades com plano de benefícios definidos – efeito imposto (Nota 16)	(78.493)	(927.835)
Outros – valor bruto	-	(55.689)
Rendimento integral consolidado do exercício	17.310.772	18.534.998
Atribuível a:		
Acionistas da empresa mãe	16.954.901	18.412.841
Interesses que não controlam	355.871	122.157

As notas anexas fazem parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis Da Silva Ramos- Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Miguel Pedro Caetano Ramos; Gisela Maria Falcão Sousa Pires Passos; Tom Fux; Kazunori Takagi

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em Euros)

	31/12/2023	31/12/2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de Clientes	775.586.738	808.275.460
Pagamentos a Fornecedores	(635.954.524)	(671.288.835)
Pagamentos ao Pessoal	(43.123.360)	(40.689.981)
Fluxo gerado pelas Operações	96.508.854	96.296.644
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento	(6.822.815)	(2.667.421)
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à Atividade Operacional	(102.544.616)	(93.820.127)
Fluxo das Atividades Operacionais	(12.858.577)	(190.904)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Propriedades de Investimento	100.000	695.000
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 8)	410.000	885.000
Ativos Fixos Tangíveis	1.184	159.364
Subsídios ao Investimento	923.781	521.809
Juros e Proveitos Similares	13.557	69.980
Dividendos (Nota 10)	1.579.562	2.305.405
	3.028.084	4.636.558
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos Financeiros (Nota 10)	(12.388.000)	(6.193.549)
Ativos Fixos Tangíveis	(8.100.045)	(5.063.614)
Ativos Intangíveis	(2.420.827)	(825.596)
	(22.908.872)	(12.082.759)
Fluxo das Atividades de Investimento	(19.880.788)	(7.446.201)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos Obtidos (Nota 20)	390.500.083	124.500.000
Passivos de Locação (Nota 20)	9.062.112	6.601.048
Juros e rendimentos similares	30.477	-
	399.592.672	131.101.048
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos Obtidos (Nota 20)	(335.136.286)	(117.644.327)
Rendas de Passivos de Locação (Nota 20)	(6.034.944)	(7.487.497)
Juros e Custos Similares	(3.178.431)	(1.937.790)
Outros Credores	(236.590)	(213.418)
Dividendos (Nota 18)	(8.739.690)	(7.003.924)
	(353.325.941)	(134.286.956)
Fluxo das Atividades de Financiamento	46.266.731	(3.185.908)
CAIXA E EQUIVALENTES		
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Exercício (Nota 17)	11.299.747	22.122.760
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Exercício (Nota 17)	24.827.114	11.299.747
Variação de Caixa e Seus Equivalentes	13.527.367	(10.823.013)

As notas anexas fazem parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis Da Silva Ramos- Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Miguel Pedro Caetano Ramos; Gisela Maria Falcão Sousa Pires Passos; Tom Fux; Kazunori Takagi

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Toyota Caetano” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 1946, que tem a sua sede social em Vila Nova de Gaia e é a empresa-mãe de um Grupo (“Grupo Toyota Caetano” ou “Grupo”), cujas empresas exercem, sobretudo, atividades económicas inseridas no ramo automóvel, nomeadamente a importação, montagem e comercialização de veículos ligeiros e pesados bem como a importação e comercialização de equipamento industrial de movimentação de cargas e respetiva assistência após-venda, a criação e operacionalização de projetos de formação e desenvolvimento de recursos humanos, bem como a gestão de imóveis próprios, incluindo o arrendamento dos mesmos, e ainda o aluguer de veículos de curta ou longa duração, com ou sem condutor.

A Toyota Caetano Portugal, S.A. pertence ao Grupo Salvador Caetano Auto (Grupo liderado pela sociedade Grupo Salvador Caetano, S.G.P.S., S.A.), sendo detida diretamente pela sociedade Salvador Caetano Auto- S.G.P.S., S.A., desde finais do ano de 2016.

A Toyota Caetano é o importador e distribuidor das marcas Toyota (viaturas e empilhadores), Lexus (viaturas) e BT (empilhadores) para Portugal, encabeçando um Grupo (“Grupo Toyota Caetano”) cujo perímetro de consolidação em 31 de dezembro de 2023 se detalha na Nota 4.

O Grupo detém ainda participações financeiras num empreendimento conjunto e numa associada que se detalham na Nota 10.

As ações da Toyota Caetano estão cotadas na Euronext Lisboa desde outubro de 1987.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas são apresentadas em Euros (com arredondamento à unidade), dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente

económico em que o Grupo opera. As operações estrangeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o referido no ponto 2.3. c).

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As bases de apresentação e principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são as seguintes:

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Toyota Caetano e foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – *International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Committee* (“IASC”) e respetivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas, respetivamente, pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”) e pelo *Standing Interpretation Committee* (“SIC”), que tenham sido endossadas pela União Europeia, em vigor para o exercício económico iniciado em 1 de janeiro de 2023.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o princípio do custo histórico e, no caso de alguns instrumentos financeiros, do justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4).

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de o Grupo operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras consolidadas, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que o Grupo dispõe de recursos adequados para manter as suas atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Adicionalmente, para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é categorizada em Nível 1, 2 e 3, de acordo com o grau em que os pressupostos utilizados são observáveis e a sua significância ao nível da valorização a justo valor utilizada na mensuração de ativos/passivos ou na divulgação dos mesmos.

Nível 1 – Justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo para idênticos ativos / passivos;

Nível 2 – o justo valor é determinado com base em outros dados que não sejam os preços de mercado identificados no Nível 1, mas que possam ser observáveis no mercado; e

Nível 3 – O justo valor é determinado com base em modelos de avaliação cujos principais pressupostos não são observáveis no mercado.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pelo Grupo, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas na Nota 2.5.

2.2 ADOÇÃO DE IAS/IFRS NOVOS OU REVISTOS

Novas normas e alterações às normas que se tornaram efetivas em 1 de janeiro de 2023:

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras consolidadas, foram aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas e alterações às normas, com aplicação obrigatória aos exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2023:

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas “materiais”, em detrimento de políticas contabilísticas “significativas”	1 de janeiro de 2023
IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados, em termos de agregação, reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9- Informação Comparativa	Esta alteração permite evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um “ <i>overlay</i> ” na classificação de um ativo financeiro, para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9	1 de janeiro de 2023
IAS 12- Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e	1 de janeiro de 2023

Descrição	Alteração	Data efetiva
	diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais	
IAS 12 – Reforma da tributação internacional – Regras do modelo Pilar Dois	Introdução de uma exceção temporária aos requisitos de reconhecimento e divulgação de informação sobre impostos diferidos ativos e passivos relacionados com os impostos sobre o rendimento do modelo Pilar Dois. Exigências de divulgação direcionadas para as entidades afetadas (entidades pertencentes a grupos multinacionais que tenham réditos consolidados de €750 milhões em pelo menos dois dos últimos quatro anos)	Imediatamente ou 1 de janeiro de 2023

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, decorrentes da adoção das normas e alterações às normas acima referidas.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024, e que a União Europeia já endossou:

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras consolidadas, foram aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas e alterações às normas, com aplicação obrigatória aos exercícios a iniciar em 1 de janeiro de 2024:

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 1 – Classificação de passivos como não correntes e correntes e Passivos não correntes com “covenants”	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses, após a data de relato, quando sujeito a “covenants”	1 de janeiro de 2024
IFRS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação	Requisitos de contabilização de transações de venda e relocação após a data da transação,	1 de janeiro de 2024

Descrição	Alteração	Data efetiva
	quando alguns ou todos os pagamentos da locação são variáveis	

Relativamente a estas normas (novas e alterações), não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024, e que a União Europeia ainda não endossou:

As seguintes normas contabilísticas e alterações às normas foram emitidas pelo IASB com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros e que, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras consolidadas, não se encontram ainda aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 7 e IFRS 7 – Acordos de financiamento de fornecedores	Requisitos de divulgação adicionais sobre acordos de financiamento de fornecedores (ou “reverse factoring”), o impacto nos passivos e fluxos de caixa, bem como o impacto na análise de risco de liquidez e como é que a entidade seria afetada caso estes acordos deixassem de estar disponíveis	1 de janeiro de 2024
IAS 21 – Efeito das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade	Requisitos para determinar se a moeda é passível de ser trocada por outra moeda e quando não for possível efetuar a troca por um longo período, as opções para calcular a taxa de câmbio à vista a utilizar. Divulgação dos impactos desta situação na liquidez, performance financeira e situação patrimonial	1 de janeiro de 2025

Descrição	Alteração	Data efetiva
	da entidade, bem como a taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato	

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Relativamente a estas normas, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras consolidadas anexas.

2.3 BASES E PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

São os seguintes os princípios de consolidação adotados pelo Grupo:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo esteja exposto, ou tenha direitos, a retornos variáveis, em consequência do seu envolvimento nessas empresas, e tenha a capacidade de afetar esses retornos, através do poder sobre essas empresas (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral.

O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração consolidada dos resultados por naturezas, na rubrica “Interesses que não controlam”. As empresas do Grupo incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se detalhadas na Nota 4.

Quando os prejuízos atribuíveis aos acionistas que não controlam excedem os interesses que não controlam no capital próprio da subsidiárias, os interesses que não controlam absorvem esse excesso na proporção da percentagem detida.

Para as concentrações empresariais anteriores a 2010 foi utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição das subsidiárias. O custo de uma aquisição corresponderá ao justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial corresponderão inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses que não controlam. A diferença positiva entre o custo de aquisição e o justo valor da parcela do grupo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registada como *Goodwill*. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração consolidada dos resultados.

Para as concentrações de atividades empresariais ocorridas após 1 de janeiro de 2010 o Grupo aplicou a IFRS 3 revista. Segunda esta norma revista, o método da compra continua a ser aplicado nas concentrações de atividades, com algumas alterações significativas:

- (i) os montantes que compõem o preço de compra são valorizados ao justo valor, existindo a opção, de transação a transação, mensurar os “interesses que não controlam” pela proporção do valor dos ativos líquidos do Grupo adquiridos ou ao justo valor dos ativos e passivos adquiridos;
- (ii) os custos associados à aquisição são registados como gastos.

Quando à data de aquisição do controlo o Grupo já detém uma participação adquirida previamente, o justo valor dessa participação concorre para a determinação do *Goodwill* ou *Goodwill* negativo.

Igualmente foi aplicada desde 1 de janeiro de 2010 a IAS 27 revista, entretanto substituída para este efeito pela IFRS 10, a qual exige que todas as transações com os interesses que não controlam sejam registadas no Capital Próprio, quando não há alteração no controlo sobre o Grupo, não havendo lugar ao registo de *Goodwill* ou ganhos ou perdas. Quando há perda do controlo exercido pelo Grupo, qualquer interesse remanescente detido pelo Grupo é remensurado ao justo valor, e um ganho ou perda é reconhecido nos resultados do exercício.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração consolidada dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contabilísticas com as usadas pelo Grupo. As transações, as margens geradas entre empresas do Grupo, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas e empreendimentos conjuntos

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa, mas não detém o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais das Empresas- geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) e empreendimentos conjuntos (empresas em que as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relacionadas com a atividade exigem o consentimento unânime das partes que partilham o controlo) são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica “Investimentos financeiros em associadas e empreendimentos conjuntos”.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição e anualmente ajustadas pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das participadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício, bem como pelos dividendos recebidos e outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis da adquirida na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como *Goodwill* e mantidas no valor da rubrica “Investimentos financeiros em associadas e empreendimentos conjuntos” (Nota 10). Se essas diferenças forem negativas são registadas como um ganho do período na rubrica da demonstração consolidada dos resultados “Resultados relativos a investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos”, após reconfirmação do justo valor atribuído.

É efetuada uma análise de imparidade formal dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos quando existem indícios de que o ativo possa estar em

imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se confirmem. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da participada excede o valor pelo qual o investimento financeiro se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da participada não for positivo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a mesma, sendo nesses casos registada uma provisão na rubrica do passivo “Provisões” para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com associadas e empreendimentos conjuntos são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na participada, por contrapartida do investimento financeiro nessa mesma participada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto que não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

As participações em associadas e empreendimentos conjuntos encontram-se detalhadas na Nota 10.

c) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio em vigor à data da demonstração da posição financeira consolidada, e os gastos e os rendimentos bem como os fluxos de caixa são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial gerada após 1 de janeiro de 2004 é registada no capital próprio na rubrica “Reservas de conversão”. As diferenças cambiais acumuladas geradas até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida da rubrica do capital próprio “Outras reservas e resultados transitados”.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados como um ganho ou perda na alienação.

2.4 PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Os principais critérios valorimétricos usados pelo Grupo Toyota Caetano na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao seu “*deemed cost*”, o qual corresponde ao seu custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (e nos países das respetivas subsidiárias do Grupo) até àquela data, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos financeiros incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

As perdas por imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica “Perdas por imparidade” da demonstração consolidada dos resultados.

As depreciações são calculadas a partir do momento em que os bens estejam em condições de utilização, pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
– Edifícios e outras construções	20 - 50
– Equipamento básico e ferramentas	7 - 16
– Equipamento de transporte	4 - 6
– Equipamento administrativo	3 - 14
– Outros ativos fixos tangíveis	4 - 8

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Os terrenos não são depreciados. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

As despesas com reparação e manutenção dos ativos fixos tangíveis são consideradas como gasto no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens são capitalizadas e depreciadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de construção / desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos são transferidos para ativos fixos tangíveis e depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração consolidada dos resultados como “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

No caso das viaturas detidas para locação o critério de mensuração é o custo de aquisição deduzido do valor residual e de depreciações e imparidades. As depreciações são calculadas tendo por base o período de vigência do contrato de locação.

No caso das mais ou menos valias resultantes da venda de viaturas classificadas como ativos fixos tangíveis, os proveitos desses ativos transferidos para inventários e são reconhecidos na demonstração dos resultados como “vendas” e “custo das vendas”.

O Grupo tem contratos de locação celebrados com terceiras entidades, adotando a IFRS 16- Locações na ótica do locador, sendo que a contabilização de acordo com esta norma não difere do tratamento contabilístico anteriormente adotado de acordo com a IAS 17- Locações. No final dos contratos de locação com terceiros, o Grupo reclassifica os ativos fixos tangíveis locados para a rubrica de “Inventários”, promovendo posteriormente a respetiva alienação, habitualmente a entidades relacionadas pertencentes ao Grupo Toyota Caetano Portugal.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se o Grupo possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas como gasto na demonstração consolidada dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto na demonstração consolidada dos resultados do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de *software* são registados como gastos na demonstração consolidada dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis são amortizados, pelo método das quotas constantes, durante um período de três a cinco anos. As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as amortizações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

As amortizações do exercício dos ativos intangíveis são registadas na demonstração consolidada dos resultados na rubrica “Amortizações e depreciações”.

c) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, que correspondem a ativos imobiliários detidos para obtenção de rendimento através do seu arrendamento ou para valorização do capital, e não

para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços ou para fins administrativos, são registadas ao custo de aquisição, sendo o respetivo justo valor objeto de divulgação (Nota 7). O Grupo promove a realização periódica e rotativa de avaliações dos referidos ativos imobiliários por entidades especializadas independentes. Nos exercícios em que determinado ativo imobiliário não é selecionado para efeitos de avaliação externa independente, é requerido à equipa interna do Grupo (que tem competências técnicas nesta área) uma avaliação sobre a possibilidade de existência de alterações relevantes no valor de mercado de tais ativos imobiliários, face à última avaliação externa obtida.

As propriedades de investimento são igualmente depreciadas, pelo método das quotas constantes, durante um período de dez a cinquenta anos. As depreciações do exercício das propriedades de investimento são registadas na demonstração consolidada dos resultados na rubrica “Amortizações e depreciações”.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados do exercício a que se referem. As beneficiações, relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas.

Quando o justo valor destes ativos imobiliários se revele inferior ao seu respetivo custo de aquisição é registada, sempre que se justifique, uma perda por imparidade no exercício em que esta é estimada, por contrapartida da rubrica “Perdas por imparidade” na demonstração consolidada dos resultados. Quando as perdas por imparidade acumuladas registadas se deixem de verificar, são imediatamente revertidas por contrapartida da rubrica “Perdas por imparidade” na demonstração consolidada dos resultados até ao limite do montante que teria sido determinado, líquido de amortizações ou depreciações, se nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

O justo valor resultante das avaliações externas das propriedades de investimento, que é objeto de divulgação, foi determinado com base em avaliações imobiliárias efetuadas por entidades especializadas independentes (utilizando habitualmente o Método de mercado, o Método do custo ou o Método do rendimento).

d) Locações (na ótica do locatário)

Identificação de locações

Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, que transfere o direito de uso de um bem (o ativo subjacente), por um período, em troca de um valor. No início de cada contrato, é avaliado e identificado se este é ou contém uma locação. Esta avaliação envolve um exercício de julgamento sobre se cada contrato depende de um ativo específico, se o Grupo, enquanto locatário, obtém substancialmente todos os benefícios económicos do uso desse ativo e se tem o direito de controlar o uso do ativo.

Todos os contratos que constituam uma locação são contabilizados pelo locatário com base num modelo único de reconhecimento na demonstração da posição financeira consolidada.

Na data de entrada em vigor, o Grupo reconhece a responsabilidade relacionada com os pagamentos da locação (i.e., o passivo da locação) e o ativo que representa o direito a usar o ativo subjacente durante o período da locação (i.e., o direito de uso – “*right-of-use*” ou “*RoU*”). O custo do juro sobre o passivo da locação e a depreciação do *RoU* são reconhecidos separadamente.

O passivo da locação é remensurado aquando da ocorrência de certos eventos (como sejam a mudança do período da locação, uma alteração nos pagamentos futuros que resultem de uma alteração do índice de referência ou da taxa usada para determinar esses pagamentos). Esta remensuração do passivo da locação é reconhecida como um ajustamento no *RoU*.

Direitos de uso de ativos

O Grupo reconhece um ativo sob direito de uso na data de entrada em vigor do contrato de arrendamento/locação (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). O direito de uso dos ativos encontra-se registado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas e ajustado por eventuais novas mensurações do passivo das locações. O custo do direito de uso dos ativos inclui o valor inicial do passivo da locação, eventuais custos diretos inicialmente incorridos e pagamentos já efetuados antes da data de entrada em vigor, deduzido de quaisquer incentivos recebidos e acrescido dos custos de restauro, se existentes. Os ativos de direito de uso encontram-se registados na rubrica de “Ativos fixos tangíveis” da demonstração da posição financeira consolidada.

Sempre que o Grupo incorre numa obrigação de desmantelamento e remoção de um ativo locado, restauração do local no qual este se encontra, ou restauração do ativo subjacente para a condição requerida pelos termos e condições da locação, é reconhecida uma provisão, de acordo com os termos da IAS 37. Os gastos são incluídos no respetivo direito de uso.

Os incentivos de locação (ex.: períodos de carência de rendas) são reconhecidos como elementos de mensuração do direito de uso e passivos da locação. As rendas variáveis que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidas como gastos no exercício em que são apuradas ou ocorre o pagamento.

Os ativos de direitos de uso são depreciados de acordo com o prazo da locação, pelo método linear, ou de acordo com a vida útil estimada do ativo sob direito de uso, quando esta é superior ao período de locação e a gestão tem a intenção de exercer a opção de compra.

A menos que seja razoavelmente certo que o Grupo obtenha a propriedade do ativo arrendado no final do prazo da locação, o direito de uso dos ativos reconhecido é depreciado pelo método linear com base no prazo da locação.

A imparidade dos direitos de uso é testada de acordo com o preconizado pela IAS 36 – Imparidade de ativos (nota 2.4.i)).

Nas locações de ativos de baixo valor e de curta duração, o Grupo não reconhece os direitos de uso de ativos ou responsabilidade de locações, reconhecendo os dispêndios associados a estas locações como gastos do exercício durante o período de vida dos contratos.

Os contratos de locação podem conter componentes de locação e não-locação. Foi considerado, no entanto, o expediente previsto na norma de não separar os componentes de serviço dos componentes de locação, contabilizando-os como um único componente de arrendamento.

Passivos de locação

Na data de entrada em vigor, o Grupo reconhece os passivos mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros a serem efetuados até ao final do contrato de locação, e inclui os referidos saldos na rubrica da demonstração da posição financeira consolidada “Financiamentos obtidos”.

Os pagamentos da locação incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na substância), deduzidos de quaisquer incentivos a receber, pagamentos variáveis, dependentes de um índice ou de uma taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos da locação também incluem o preço de exercício de uma opção de compra, se for razoavelmente certo que o Grupo exerça a opção, e pagamentos de penalidades pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que o Grupo rescinda o contrato.

Os pagamentos relativos a componentes não locação não são reconhecidos como passivos de locação. Os pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa são reconhecidos como despesa no exercício em que o evento que lhes der origem ocorra.

No cálculo do valor presente dos pagamentos da locação, o Grupo usa a taxa de empréstimo incremental na data de entrada em vigor, se a taxa de juro implícita não for facilmente determinável.

As opções de extensão e de rescisão estão previstas em vários contratos de locação e a sua aplicação tem por base a maximização operacional. Para determinar o prazo da locação, o Conselho de Administração considera todos os factos e circunstâncias que criam um incentivo económico para exercer uma opção de extensão ou não exercer uma opção de rescisão. A maioria das opções de extensão não foi incluída no passivo da locação e, quando exercidas, são-no pelo Grupo e não pelo locador.

O prazo é revisto apenas se ocorrer um evento significativo ou uma mudança significativa nas circunstâncias que afete essa avaliação e que esteja sob o controle do locatário.

Após a data de entrada em vigor, o valor do passivo de locação aumenta de modo a refletir o acréscimo de juros e reduz pelos pagamentos efetuados. Adicionalmente, o valor contabilístico do passivo da locação é remensurado se houver uma modificação, como uma alteração no prazo da locação, nos pagamentos fixos ou na decisão de compra do ativo subjacente.

Tratamento contabilístico de operações de “Sale and Leaseback”

O tratamento contabilístico das operações de “Sale and Leaseback” depende da substância da transação por aplicação dos princípios explicitados no reconhecimento do rédito. De acordo com a IFRS 16, caso a transferência do ativo cumpra com os requisitos da IFRS 15, então a mesma deverá ser contabilizada como uma venda de um ativo, sendo que, o vendedor-locatário deverá mensurar o direito de uso (*RoU*) do ativo como uma proporção do valor

contabilístico anterior do ativo que está relacionado com o direito de uso, reconhecendo apenas como ganho e perda o relacionado com os direitos transferidos para o comprador-locador, i.e. aqueles que decorrem para além do período de locação.

De acordo com a IFRS 16 o valor do direito de uso a reconhecer (*RoU*) é inferior ao que seria caso o contrato de locação fosse celebrado sem a operação de venda anterior. Efetivamente o valor do *RoU* é calculado pela proporção do valor retido sobre o valor do ativo vendido.

Nas situações em que o Grupo recebe um preço superior ao seu justo valor como compensação por despesas a incorrer que tradicionalmente são da responsabilidade do proprietário, tais montantes são diferidos pelo período de locação.

e) Locações (na ótica do locador)

Nas locações em que o Grupo age como locador ao abrigo de contratos de locação operacional, os valores dos bens afetos são mantidos na demonstração da posição financeira consolidada do Grupo e os proveitos são reconhecidos de forma linear durante o período de contrato de locação na rubrica “Outros rendimentos operacionais” quando respeitante a imóveis (atividade imobiliária do Grupo apresenta-se como secundária e residual), e reconhecida na rubrica de “Prestações de serviços” quando relacionada com a locação de viaturas.

f) Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando o valor dos mesmos for recuperado através de uma operação de venda, ao invés do seu uso continuado. Contudo, tal classificação exige que a transação de venda seja altamente provável, que o ativo se encontre disponível para venda imediata, que o Conselho de Administração do Grupo esteja comprometido com a alienação do mesmo e que a mesma ocorra no curto prazo (normalmente, mas não exclusivamente, no prazo de um ano).

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são registados ao mais baixo do seu valor contabilístico, ou do seu justo valor, deduzido dos gastos com a sua alienação, sendo, no caso dos ativos fixos afetos à unidade operacional detida para venda, interrompida a depreciação durante tal período.

g) Inventários

Os inventários do Grupo associados à atividade de importação e retalho da área automóvel e equipamento industrial (que compreendem essencialmente mercadorias compostas por viaturas novas e usadas, equipamento de movimentação de carga, bem como peças e acessórios) são valorizados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável. O custo compreende as despesas incorridas para trazer os inventários à sua localização e condição atuais. A fórmula de custeio utilizada para as peças e acessórios corresponde ao custo médio, sendo que em relação às viaturas (novas e usadas) o custeio é específico por chassis ou matrícula.

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado menos todos os custos estimados de conclusão e custos a serem incorridos em *marketing*, venda e distribuição. As viaturas usadas são contabilizadas pelo menor valor entre o custo ou valor justo menos os custos de venda, geralmente com base em dados de mercado externo disponíveis para veículos usados. Uma imparidade de inventários é reconhecida em situações em que o valor realizável líquido seja menor que o custo (em resultado de obsolescência, deterioração, e queda no preço de venda). Ao calcular a imparidade, o Conselho de Administração considera a natureza e o estado do inventário (viatura), bem como aplica premissas em torno da possibilidade de venda antecipada, determinada nas condições existentes no final do período de relato financeiro. Com exceção no que respeita a peças e acessórios, geralmente os ajustamentos ao valor realizável líquido são aplicados item a item.

Finalmente, nos trabalhos em curso (reparação e assistência automóvel), a mão-de-obra aplicada encontra-se valorizada ao preço de custo.

Relativamente à atividade industrial relacionada com a montagem de viaturas nas instalações fabris de Ovar (os inventários nesta atividade correspondem a matérias-primas e subsidiárias, produção em curso e produtos acabados), as matérias-primas encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, sendo utilizada como fórmula de custeio o custo médio. Relativamente ao custo dos produtos acabados e intermédios, assim como dos produtos e trabalhos em curso, o mesmo corresponde ao seu custo de produção, o qual inclui o custo das matérias-primas incorporadas na produção, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico incorporados, tomando por base o nível normal de produção. O diferencial de encargos capitalizados e reconhecidos como estas naturezas de inventários entre o início e o final do exercício é reconhecido como variação

da produção na demonstração consolidada dos resultados. A fórmula de custeio das saídas corresponde ao custo específico de cada viatura / *chassis* produzido.

São igualmente constituídas imparidades para estes inventários, para reduzir o valor contabilístico dos mesmos ao respetivo valor realizável, essencialmente com base em indicadores de rotação.

h) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com gastos incorridos são registados como ganho na medida em que exista uma garantia razoável que vão ser recebidos, que o Grupo já tenha incorrido nos gastos subsidiados e que cumpram com as condições exigidas para a sua concessão.

i) Imparidade de ativos

Ativos não correntes exceto *Goodwill*

É efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos do Grupo à data de cada demonstração da posição financeira consolidada sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável (definida como a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso, ou como o preço de venda líquido para ativos detidos para alienação), é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração consolidada dos resultados na rubrica “Perdas por imparidade”. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo,

individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados como “Perdas por imparidade”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Goodwill

O valor do *Goodwill* não é amortizado sendo testado anualmente, no final de cada exercício, para verificar se existem perdas por imparidade, ou seja, se o *Goodwill* não se encontra registado por um valor superior à sua quantia recuperável. A quantia recuperável é determinada com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo. As perdas por imparidade do *Goodwill* são registadas na demonstração consolidada dos resultados do exercício em que a perda é constatada na rubrica “Perdas por imparidade” ou, no caso dos empreendimentos conjuntos ou das associadas tais perdas por imparidade do *Goodwill* incluído no investimento financeiro na rubrica “Resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos. As perdas por imparidade relativas a *Goodwill* não podem ser revertidas.

j) Encargos financeiros

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração consolidada dos resultados do período em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, exceto se esses encargos estiverem diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo fixo que leve necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para a sua venda, caso em que são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando o ativo se encontra pronto a ser

utilizado ou quando o projeto se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

k) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado, sempre que seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira consolidada e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data (Nota 26).

l) Ativos Financeiros

Reconhecimento

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Classificação

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio seguido pelo Grupo na gestão do recebimento dos ativos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa, venda dos fluxos de caixa, ou apropriação de variações de justo valor) e os termos contratuais dos fluxos de caixa a receber (se inclui apenas capital mais juro ou se inclui outras variáveis).

Alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

- (i) Ativos financeiros ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem

apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;

- (ii) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade):
 - a. Quando se trate de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda;
 - b. Quando se trate de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais o Grupo não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que o Grupo optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através de capital, por se referirem a investimentos que não são detidos para negociação.
- (iii) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de outro rendimento integral.

A classificação dos ativos financeiros do Grupo por categoria encontra-se na Nota 35.

Mensuração

O Grupo mensura inicialmente os ativos financeiros ao justo valor, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros que não são mensurados ao justo valor através dos resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas por imparidade. Os rendimentos de

juros destes ativos financeiros são incluídos em “Rendimentos e ganhos financeiros”, nos resultados financeiros.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor com as variações de justo valor reconhecidas por contrapartida de outro rendimento integral, à exceção das variações respeitantes ao reconhecimento de imparidades, rendimentos de juros e ganhos/(perdas) por diferenças cambiais, as quais são reconhecidas em resultados do exercício. Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral estão sujeitos a imparidade.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no Capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento. Os dividendos obtidos destes investimentos são reconhecidos como ganhos, em resultados do exercício, na data em que são atribuídos.

Perdas por imparidade

O Grupo avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral.

A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros” e aos Ativos de contratos com clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimento históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada

atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível (“*on demand*”); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses.

Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses, então o Grupo apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, o Grupo aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito o Grupo calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, o Grupo calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

Desreconhecimento de ativos financeiros

O Grupo desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e a Entidade tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

Justo Valor de Investimentos Financeiros

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado (Nível 1). Um mercado é considerado ativo se existirem preços cotados fácil e regularmente disponíveis através de trocas, corretagem ou agências reguladoras, e se esses preços representarem transações atuais e regulares ocorridas em mercado em livre concorrência. No caso de não existir um mercado ativo, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado (ex: modelos de fluxos de caixa descontados que incorporam curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado, no caso de instrumentos financeiros derivados) – Nível 2. Para os restantes casos, são utilizadas técnicas de valorização, não baseadas em dados de mercado observáveis – Nível 3.

Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os “investimentos registados ao justo valor através de resultados”. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados.

Os “instrumentos de capital ao justo valor por via de capital” são posteriormente mantidos ao justo valor por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira consolidada, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos instrumentos de capital ao justo valor por via de capital são registados no capital próprio, na rubrica “Reservas de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração consolidada dos resultados.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que o Grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo.

O justo valor dos instrumentos de capital ao justo valor por via de capital é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/ líquido (investimentos não cotados), o Grupo regista ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas por imparidade. É convicção do Conselho de Administração do Grupo que o justo valor destes investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho do mercado bolsista onde os mesmos são transacionados, à data da demonstração da posição financeira consolidada.

O Grupo efetua avaliações à data de cada demonstração da posição financeira consolidada sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativa de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para Instrumentos de capital ao justo valor por via de capital, as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda

por imparidade anteriormente reconhecida na demonstração consolidada dos resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados.

Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

(i) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e equivalentes a caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Os descobertos bancários são apresentados na demonstração da posição financeira consolidada, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

(ii) Clientes e Dívidas de terceiros

Estas rubricas incluem principalmente os saldos de clientes resultantes de vendas e serviços prestados no âmbito da atividade ordinária do Grupo e outros saldos relacionados com atividades operacionais. Os saldos são classificados como ativo corrente quando a cobrança é estimada dentro de um período de 12 meses. Os saldos são classificados como não correntes, se a cobrança estimada ocorrer a mais de 12 meses após a data de relato.

As rubricas de “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros” são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subseqüentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade. As perdas por imparidade dos Clientes e Outras dívidas de terceiros são registadas de acordo com os princípios descritos em “Perdas por imparidade”. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração consolidada dos resultados em “imparidade de dívidas a receber”, sendo subseqüentemente revertidas por resultados.

m) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- (i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e
- (ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Financiamentos obtidos” (Nota 20), “Fornecedores” (Nota 21) e “Outras dívidas a terceiros” (Nota 22). Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”.

(i) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração consolidada dos resultados ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração consolidada dos resultados do período de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

(ii) Fornecedores e Dívidas a terceiros

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que o Grupo adquiriu no decurso normal da sua atividade. Os itens que as compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de “Fornecedores” e “Dívidas a terceiros” serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica “Fornecedores” são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva.

As dívidas a fornecedores e terceiros que não vençam juros são mensuradas ao custo, para que as mesmas reflitam o seu valor presente realizável líquido. Todavia, estes montantes não se encontram descontados por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

n) Complementos de reforma (Plano de Benefícios Definidos e Plano de Contribuição Definida)

A Toyota Caetano Portugal constituiu, em conjunto com outras entidades (“Associados”) por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988, o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de fevereiro de 1994, em 30 de abril de 1996, 9 de agosto de 1996, 4 de julho de 2003, 2 de fevereiro de 2007, 30 de dezembro de 2008, 23 de dezembro de 2011 e 31 dezembro de 2013.

As responsabilidades por pensões reconhecidas à data da demonstração da posição financeira consolidada representam o valor presente dos benefícios futuros, ajustado de ganhos ou perdas atuariais e/ou de responsabilidades por serviços passados não reconhecidas, reduzido do justo valor dos ativos líquidos do fundo de pensões (Nota 25). Este plano de pensões define o montante de benefício de pensão que um empregado irá receber na reforma, normalmente dependente de um ou mais fatores, como a idade, anos de serviço e remuneração. Este plano de pensões está a cargo e é gerido pela entidade externa independente BPI Vida e Pensões, S.A..

O passivo reconhecido na demonstração da posição financeira consolidada relativamente ao plano de benefícios definidos é o valor presente da obrigação dos benefícios definidos à data das demonstrações financeiras consolidadas. As obrigações do plano de benefícios definidos são calculadas anualmente por atuário independente, utilizando o método da unidade de crédito projetada (“*Projected Unit Credit Method*”). O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto das saídas de caixa futuras, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

Todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de ajustamentos em função da experiência e alterações nas premissas atuariais são reconhecidos diretamente no capital próprio e apresentados em “Outro rendimento integral”.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos em resultados, exceto se as alterações no plano de pensões são condicionadas pela permanência dos empregados em serviço por um determinado período (o período que qualifica para o benefício). Neste caso, os custos de serviços passados são amortizados numa base de linha reta ao longo do período em causa.

Os ganhos e perdas gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos são reconhecidos nos resultados do exercício em que o corte ou a liquidação ocorre. Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados ou o plano é alterado para que os benefícios definidos sejam reduzidos, com efeito material, originando assim uma redução nas responsabilidades com o plano.

As contribuições para o Plano de Contribuição Definida são registadas em gastos do exercício.

o) Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios

económicos seja necessária para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, sendo os mesmos divulgados nas notas às demonstrações financeiras consolidadas, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, mas divulgados nas notas às demonstrações financeiras consolidadas quando é provável a existência de benefício económico futuro.

p) Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento do exercício são calculados com base no Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (“RETGS”), o qual inclui as empresas subsidiárias do Grupo Toyota Caetano com sede em Portugal: Toyota Caetano Portugal, S.A., Caetano Renting, S.A., Caetano Auto, S.A. e Salvador Caetano Seguros, Unipessoal, Lda..

Para as restantes empresas com sede em Portugal e para as empresas do Grupo Toyota Caetano com sede no estrangeiro (Caetano Auto Cabo Verde), a tributação é efetuada numa base individual e em conformidade com a legislação aplicável.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira consolidada e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos não são reconhecidos quando as diferenças temporárias resultem de *Goodwill* ou do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não através de operações de concentração empresarial. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data expectável de reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado por contrapartida da mesma rubrica.

q) Especialização de exercícios

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registados nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas “Outros ativos correntes” e “Outros passivos correntes”.

Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação do Conselho de Administração das empresas do Grupo.

r) Rédito- Contratos com clientes

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade do Grupo. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

Na determinação do valor do rédito, o Grupo avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais o Grupo efetua a sua melhor estimativa.

O rédito é registado na demonstração consolidada dos resultados quando é transferido o controlo sobre o produto ou serviço para o cliente, ou seja, no momento a partir do qual o cliente passa a ter capacidade de gerir a utilização do produto ou serviço e obter todos os benefícios económicos remanescentes que lhe estão associados.

O Grupo considera que, atendendo à natureza do produto ou serviço que está associado às obrigações de desempenho assumidas, a transferência do controlo ocorre maioritariamente em data específica, mas poderão existir transações em que a transferência do controlo ocorre de forma contínua ao longo do período contratual definido.

O rédito da venda de mercadorias é reconhecido quando a obrigação de transferir a mercadoria (viaturas, peças ou acessórios) para o cliente for satisfeita e o rédito pode ser mensurado com segurança. A obrigação de transferir mercadorias para o cliente é considerada satisfeita quando as viaturas ou peças são faturadas e fisicamente despachadas ou recolhidas.

A receita com a prestação de serviços ao cliente é considerada satisfeita quando o serviço é realizado.

Quando um veículo ou um equipamento industrial é vendido a uma empresa de *leasing* e o Grupo se compromete a recomprar o veículo por um valor especificado a uma data predeterminada, a venda não é reconhecida na base de que a possibilidade de a recompra ser exercida é altamente provável. Consequentemente, tais veículos e equipamentos são retidos dentro de “ativos fixos tangíveis” na demonstração da posição financeira consolidada ao custo e são depreciados pelo seu valor residual ao longo da vida do arrendamento.

Quando serviços adicionais estão incluídos na venda de uma viatura ou equipamento industrial a um cliente como parte do pacote total do veículo (nomeadamente contratos de manutenção) e o Grupo atua como principal no cumprimento do serviço, o valor dos serviços adicionais é identificado separadamente, deduzido da contraprestação a receber, reconhecido como receita diferida na demonstração da posição financeira consolidada e subsequentemente reconhecido como receita quando o serviço é prestado, ou reconhecido numa base de entrada com referência à quantidade de tempo decorrido sob o contrato ao qual o serviço se refere. Esses saldos são considerados passivos contratuais. A consideração alocada a serviços adicionais é baseada na venda autónoma relativa ao preço dos serviços adicionais dentro do contrato.

Quando o Grupo atua como um agente em nome de um principal em relação a financiamentos para aquisição de viaturas a crédito, seguros e produtos semelhantes, o rédito da comissão é reconhecido como rédito, na rubrica “Prestações de serviços” (Nota 30) no período em que o produto financeiro ou o seguro relacionado é vendido e o correspondente pagamento pode ser assegurado.

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

O rédito do Grupo Toyota Caetano Portugal, é composto pelo rédito proveniente das atividades mencionadas na Nota 1.

Os valores registados na rubrica " Outros ativos correntes " com o montante de 263.830 euros (311.573 euros em 31 de dezembro de 2022) constituem *contract assets* no âmbito da IFRS 15 (Nota 15). Os valores registados nas rubricas "Outras dívidas a terceiros" e " Outros passivos correntes " com o montante de 7.392.363 euros e 30.009.772 euros (3.254.006 euros e 1.488.904 euros em 31 de dezembro de 2022), respetivamente, constituem *contract liabilities* no âmbito da IFRS 15 (Notas 22 e 24).

s) Classificação na demonstração da posição financeira consolidada

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data da demonstração da posição financeira consolidada são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, as rubricas “Ativos por impostos diferidos”, “Passivos por impostos diferidos” e “Provisões” são classificadas como ativos e passivos não correntes.

t) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data da demonstração da posição financeira consolidada. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou

à data da demonstração da posição financeira consolidada, são registadas como ganhos e gastos na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

u) Política do resultado por ação

Básico:

O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro tributável aos acionistas, pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias adquiridas pela Empresa e detidas como ações próprias.

Diluído:

O resultado diluído por ação é calculado dividindo o lucro atribuível aos acionistas, ajustado pelos dividendos de ações preferenciais convertíveis, juros de dívida convertível e ganhos e despesas resultantes da conversão, pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas durante o período, acrescido do número médio de ações ordinárias possíveis de emitir na conversão de ações ordinárias potenciais diluidoras.

v) Informação por segmentos

Em cada exercício são identificados todos os segmentos de negócio aplicáveis ao Grupo. Os mesmos encontram-se definidos de acordo com o organigrama funcional do Grupo, e do modo como a informação de gestão está organizada.

Em conformidade com o estabelecido na IFRS 8, um segmento operacional é uma componente do Grupo:

- (i) que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter réditos e incorrer em gastos;
- (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais do Grupo, para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho; e
- (iii) relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

A informação relativa ao nível dos segmentos operacionais identificados (veículos automóveis e equipamento industrial), é incluída na Nota 29.

Na referida nota é ainda dada informação por geografia e por subsegmentos. Para o segmento de veículos automóveis foram agregados os subsegmentos, indústria, comércio, serviços e aluguer. Para o segmento de equipamento industrial foram agregados o subsegmento de máquinas, serviços e aluguer.

w) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira consolidada que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira consolidada (“*adjusting events*”) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira consolidada que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira consolidada (“*non adjusting events*”), se materiais, são divulgados nas notas às demonstrações financeiras consolidadas.

2.5 JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Conselho de Administração do Grupo baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, bem como das propriedades de investimento;
- b) Registo de ajustamentos aos valores do ativo (contas a receber e inventários) e provisões;
- c) Testes de imparidade realizados ao *Goodwill* (Nota 9);
- d) Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos;

- e) Apuramento das responsabilidades com complementos de reforma (Nota 25);
- f) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;
- g) Análises de imparidade relativamente a investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e associadas (Nota 10).

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

Os pressupostos com maior impacto nas estimativas referidas acima são os da taxa de desconto, para efeitos de cálculo das responsabilidades por pensões de reformas e imparidade de *Goodwill* e investimentos financeiros e das tábuas de mortalidade para efeitos do cálculo das responsabilidades por pensões.

As principais estimativas e os julgamentos significativos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

2.6 POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO

No Grupo Toyota Caetano Portugal, a política de risco e o controlo dos mesmos é efetuado diretamente pelo Conselho de Administração e avaliado anualmente pelo Conselho Fiscal.

O Grupo Toyota Caetano Portugal é ainda apoiado por departamentos internos da Salvador Caetano, com os quais mantém sinergias, como sejam, Direção Jurídica e *Compliance* /

Comissão de *Compliance* / Direção de Planeamento, Controlo de Gestão e Auditoria Interna / Fiscalidade / Serviços Informáticos e pela Auditoria realizada pelos Auditores Externos. Sempre que oportuno, os relatórios são partilhados com o Conselho Fiscal.

Neste contexto, adotou um modelo de quatro linhas de defesa, com envolvimento dos vários níveis da organização, particularmente da gestão de topo:

- Áreas operacionais: primeira linha de defesa, operacionalização de procedimentos, e mecanismos de controlo de riscos;
- Gestão de risco e *compliance*: planeamento e controlo; monitorização de risco, suporte à gestão;
- Conselho de Administração: a estratégia de risco é definida pelo Conselho de Administração, que tem como principal função o controlo;
- Auditoria: linha de auditoria interna e externa, validação da eficácia dos mecanismos de gestão de risco. A estratégia e política de risco é avaliada pelo Conselho Fiscal que emite opinião fundamentada.

Com a gestão de risco pretende-se detetar, gerir, controlar e mitigar as ameaças, bem como identificar e potenciar as oportunidades criando, desta forma, valor acrescentado para o Grupo. Assim sendo, o Conselho de Administração suporta-se nos diretores responsáveis por cada uma das divisões, com os quais se reúne periodicamente, para análise e acompanhamento da informação financeira e não-financeira.

Neste contexto, a identificação e determinação da probabilidade de ocorrência dos riscos pelo Conselho de Administração surge através de (i) acompanhamento regular e muito próximo das atividades desenvolvidas; (ii) participação em seminários, formações e *workshops* promovidos por entidades externas e por departamentos corporativos da Salvador Caetano; (iii) reuniões e *comités* internos da Salvador Caetano para partilha de informação e experiências, entre outros.

Paralelamente, é efetuada uma análise dos impactos do risco no Grupo, avaliando o grau de repercussão que os mesmos terão na atividade e determinando estratégias a curto e médio/longo prazo para prevenir, reagir e mitigar esses riscos.

Refira-se adicionalmente que esta gestão dos riscos contempla:

- análises de sensibilidade (mensuração de impactos potenciais em função da probabilidade de ocorrência de cada risco);
- alinhamento estratégico do Grupo em função dos riscos efetivamente incorridos;
- mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adotadas e da sua eficácia;
- mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema de alerta de risco.

O Conselho Fiscal acompanha e toma conhecimento dos trabalhos e seus resultados efetuados pelos serviços de controlo interno, gestão de riscos, *compliance* e auditoria interna.

No desenvolvimento das suas atividades o Grupo Toyota Caetano Portugal S.A. está sujeito, em cada uma das suas áreas de negócio ou das suas participadas, a uma multiplicidade de riscos, que se identificaram com o objetivo de os mitigar e controlar.

RISCOS FINANCEIROS

A gestão dos riscos financeiros do Grupo é essencialmente controlada pelo departamento financeiro da Toyota Caetano Portugal, S.A. de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração do Grupo. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definidos os princípios de gestão de risco globais bem como políticas específicas para determinadas áreas, como sejam (a) o risco de taxa de câmbio, (b) o risco de preço, (c) o risco de taxa de juro, (d) o risco de liquidez, (e) o risco de capital e (f) o risco de crédito.

a) Risco de taxa de câmbio

No desenvolvimento da sua atividade, o Grupo opera internacionalmente e detém uma subsidiária a operar em Cabo Verde e, desde dezembro de 2020, um empreendimento conjunto a operar no Reino Unido (a subsidiária do Grupo CaetanoBus, a entidade Caetano UK) e uma associada a operar no Senegal (associada do Grupo Kinto, a Caetano Renting Senegal).

Por política do Grupo, é definida uma moeda funcional por cada participada (Escudo de Cabo Verde, relativamente à subsidiária Caetano Auto Cabo Verde, a Libra Esterlina, relativamente à participada da CaetanoBus sediada no Reino Unido e o Franco Senegalês, relativamente à associada do Grupo Kinto sediada no Senegal), correspondendo à moeda do seu ambiente económico principal e aquela que melhor representa a composição dos seus *cash flows*. O risco de taxa de câmbio resulta assim essencialmente de transações comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

A política de gestão do risco de taxa de câmbio do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação.

O risco de taxa de câmbio associado à conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras, também denominado de risco contabilístico, traduz o potencial de alteração da situação líquida da Empresa-mãe por força da necessidade de converter as demonstrações financeiras das participadas no exterior.

Conforme mencionado na Nota 2.3 c), os ativos e passivos de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data de demonstração da posição financeira consolidada e os gastos e rendimentos dessas entidades são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média do exercício. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica “Outras reservas e resultados transitados”.

O montante de ativos e passivos (em Euros) do Grupo registados em moeda diferente do Euro, podem ser resumidos como segue:

	Ativos		Passivos	
	2023	2022	2023	2022
Escudo de Cabo Verde (CVE)	10.087.592	8.267.160	4.591.534	4.071.946
Libra Esterlina (GBP)	-	-	30.413	1.405
Yene Japonês (JPY)	-	-	1.460.702	1.699.333
Dólar Americano (USD)	-	-	-	11.193

A sensibilidade do Grupo a variações da taxa de câmbio pode ser resumida como segue:

	Variação	2023		2022	
		Resultados	Capital Próprio	Resultados	Capital Próprio
Libra Esterlina (GBP)	5%	(1.521)	-	(70)	-
Yene Japonês (JPY)	5%	(73.035)	-	(84.967)	-
Dólar Americano (USD)	5%	-	-	(560)	-

Relativamente à sensibilidade de variações da taxa de câmbio do Escudo de Cabo Verde (CVE), dado que a taxa de câmbio definida não sofre alterações (taxa de câmbio fixa face ao Euro), o Grupo não tem risco cambial associado.

b) Risco de preço dos Outros Investimentos

O Grupo Toyota Caetano, durante os exercícios de 2023 e 2022, esteve exposto ao risco de variação de preço dos “Outros investimentos”. Aquela rubrica é composta em 31 de dezembro de 2023 e 2022 unicamente por Unidades de Participação do Cimóvel- Fundo de Investimento Imobiliário Fechado. Em virtude de aqueles instrumentos financeiros estarem classificados como “Instrumentos de capital ao justo valor por via de capital”, o efeito de alterações no respetivo justo valor é reconhecido de acordo com os princípios descritos na Nota 2.4.l) para aquele tipo de instrumento financeiro.

A sensibilidade do Grupo a variações da cotação nos referidos “Instrumentos de capital ao justo valor por via de capital” pode ser resumida como segue (aumentos/(diminuições)):

	Variação	2023		2022	
		Resultados	Capital Próprio	Resultados	Capital Próprio
FUNDO CIMÓVEL	10%	-	523.508	-	481.772
FUNDO CIMÓVEL	-10%	-	(523.508)	-	(481.772)

c) Risco da taxa de juro

O endividamento do Grupo encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio do Grupo não é significativo pelo efeito dos seguintes fatores:

- (i) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados (nomeadamente operacionais) do Grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (“*natural hedge*”); e
- (ii) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O Conselho de Administração do Grupo Toyota Caetano Portugal aprova os termos e condições dos financiamentos, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixa/variável) e, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, é responsável pela decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro

A análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro abaixo descrita foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros existentes à data da demonstração da posição financeira consolidada. Para os passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- (i) A taxa de juro efetiva é superior em 0,25 p.p. face à taxa de juro suportada;
- (ii) A base utilizada para o cálculo foi o financiamento do Grupo no final do exercício;
- (iii) Manutenção dos *spreads* negociados.

As análises de sensibilidade pressupõem a manipulação de uma variável, mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar relacionadas.

A sensibilidade do Grupo a variações de taxas de juro nos referidos instrumentos financeiros pode ser resumida como segue (aumentos/(diminuições)):

	Variação	2023		2022	
		Resultados	Capital Próprio	Resultados	Capital Próprio
Contas correntes caucionadas	0,25 p.p.	50.000	-	37.500	-
Descobertos Bancários	0,25 p.p.	155	-	17	-
Papel Comercial	0,25 p.p.	100.000	-	17.500	-
Empréstimo bancário	0,25 p.p.	37.500	-	341	-
Empréstimo obrigacionista	0,25 p.p.	37.500	-	31.250	-
Total		225.155	-	86.608	-
Contas correntes caucionadas	(0,25 p.p.)	(50.000)	-	(37.500)	-
Descobertos Bancários	(0,25 p.p.)	(155)	-	(17)	-
Papel Comercial	(0,25 p.p.)	(100.000)	-	(17.500)	-
Empréstimo bancário	(0,25 p.p.)	(37.500)	-	(341)	-
Empréstimo obrigacionista	(0,25 p.p.)	(37.500)	-	(31.250)	-
Total		(225.155)	-	(86.608)	-

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações nos prazos definidos e a um preço razoável.

A existência de liquidez nas empresas do Grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

O Conselho de Administração entende que este é um dos principais riscos do Grupo. No entanto, da análise de risco efetuada durante o ano de 2023, resultou que o Conselho de Administração entendeu ter havido uma diminuição do nível deste risco como resultado não apenas da robustez das contas deste grupo de sociedades mas também considerando o valor das linhas negociadas e não utilizadas, assim como da disponibilidade sentida junto das instituições financeiras em apoiar a atividade do Grupo. Adicionalmente, o impacto recessivo associado ao aumento das taxas de juro acabou por não se materializar na dimensão esperada.

O *Chief Financial Officer* do Grupo monitoriza regularmente o nível de financiamentos obtidos, facilidades de crédito disponíveis, disponibilidades de tesouraria, bem como as perspetivas de *cash outflow* no curto e médio prazo, por forma a gerir o risco de liquidez.

A gestão de risco de liquidez no Grupo Toyota Caetano tem por objetivo:

- (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos;
- (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- (iii) Eficiência financeira, isto é, garantir que as empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Todo e qualquer excedente de liquidez existente no Grupo é aplicado na amortização de dívida de curto prazo, de acordo com critérios de razoabilidade económico-financeira.

Com este propósito, a gestão de liquidez compreende os seguintes aspetos que se traduzem em medidas para controlar este risco:

- (i) Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de *cash flows* ao nível das operações, de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- (ii) Monitorização atenta e próxima dos diversos componentes do *working capital*;
- (iii) Diversificação de fontes de financiamento (banco, região, taxas de juro);
- (iv) Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida;
- (v) Contratação com bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial, e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de *commitment fees* suportados.

No quadro seguinte pode-se verificar a maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, com valores não descontados e tendo por base o cenário mais pessimista, isto é, o período mais curto em que o passivo se torna exigível.

2023	Menos de 1 ano	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 e 4 anos	Mais de 4 anos	Total
Financiamentos obtidos	80.796.382	4.574.125	7.451.306	20.405.821	113.227.634
Fornecedores	27.892.084	-	-	-	27.892.084
Outras dívidas a terceiros	40.519.072	2.417.931	-	-	42.937.003
	149.207.538	6.992.056	7.451.306	20.405.821	184.056.721

2022	Menos de 1 ano	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 e 4 anos	Mais de 4 anos	Total
Financiamentos obtidos	39.520.309	5.857.359	5.800.384	3.006.191	54.184.243
Fornecedores	30.945.755	-	-	-	30.945.755
Outras dívidas a terceiros	26.988.302	805.640	-	-	27.793.942
	97.454.366	6.662.999	5.800.384	3.006.191	112.923.940

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo apresenta um endividamento líquido de 88.400.520 Euros e 42.884.496 Euros, respetivamente, divididos entre financiamentos correntes e não correntes (Nota 20) e caixa e equivalentes de caixa (Nota 17) contratados junto

de diversas instituições. As linhas de crédito disponíveis e não utilizadas àquela data totalizam, aproximadamente, 27 milhões de Euros.

Importa salientar que o Grupo, com exceção do financiamento com garantia real onde está previsto o rácio (“*covenant*”) entre dívida líquida e EBITDA⁶ calculado com base nas contas consolidadas do ano anterior, não tem contratualizados quaisquer instrumentos de dívida com cláusulas de reembolso acelerado, para além das que decorrem das cláusulas habituais relacionadas com o cumprimento das obrigações por parte do Grupo, nomeadamente, obrigações de pagamento, interrupção de atividade, *ownership clause*, *pari passu*, *negative pledge*, sendo que as situações em que os financiamentos obtidos incluem garantias reais encontram-se divulgadas na Nota 37.

e) Risco de capital

O objetivo primordial da Administração é assegurar a continuidade das operações, proporcionando uma adequada remuneração aos acionistas e os correspondentes benefícios aos restantes *stakeholders* do Grupo. Para a prossecução deste objetivo é fundamental uma gestão cuidadosa dos capitais empregues no negócio, procurando assegurar uma estrutura ótima dos mesmos, conseguindo desse modo a necessária redução do seu custo. No sentido de manter ou ajustar a estrutura de capitais considerada adequada, a Administração pode propor à Assembleia Geral de acionistas as medidas consideradas necessárias.

O Grupo procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio e assegurar a continuidade e expansão. O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida / (dívida remunerada líquida + capital próprio)).

	2023	2022
Financiamentos obtidos	113.227.634	54.184.243
Caixa e Equivalentes a Caixa	(24.827.114)	(11.299.747)
Endividamento líquido	88.400.520	42.884.496
Capital Próprio	170.028.015	161.467.243
Rácio de alavancagem financeira	34,21%	20,99%

⁶ EBITDA = Resultados Operacionais + Depreciações/Amortizações + Imparidades inventários/dívidas a receber + Provisões e outras imparidades

O *gearing* permanece assim dentro de níveis aceitáveis, conforme estabelecido pela gestão.

f) Risco de crédito

O risco de crédito é avaliado no momento inicial e ao longo do tempo, de forma a acompanhar a sua evolução.

Uma parte significativa dos valores a receber de clientes encontra-se dispersa por um número elevado de entidades, um fator que contribui para a redução do risco de concentração de crédito. Regra geral, os clientes do Grupo não têm *rating* de crédito atribuído.

O acompanhamento do risco de crédito é efetuado pelo departamento financeiro do Grupo, supervisionado pelo Conselho de Administração, com base: i) na natureza societária dos devedores; ii) no tipo de transações originadoras dos saldos a receber; iii) na experiência de transações realizadas no passado; iv) nos limites de crédito estabelecidos para cada cliente e v) nas eventuais garantias prestadas por alguns clientes, nomeadamente concessionários e reparadores independentes com quem estão celebrados contratos de concessão automóvel.

O Grupo considera a probabilidade de incumprimento com o reconhecimento inicial do ativo e consoante a ocorrência de aumentos significativos do risco de crédito de forma contínua em cada período de reporte. De modo a avaliar se existiu um aumento significativo no risco de crédito, o Grupo compara o risco de incumprimento ocorrer por referência à data de relato, com o risco de incumprimento avaliado por referência à data de reconhecimento inicial.

De modo a avaliar se existiu um aumento significativo no risco de crédito, o Grupo tem em consideração, entre outros, os seguintes indicadores:

- Risco de crédito interno;
- Risco de crédito externo (caso disponível);
- Alterações adversas correntes ou expectáveis ao nível dos resultados operacionais do devedor;
- Aumentos significativos no risco de crédito dos outros instrumentos financeiros do devedor;

- Alterações significativas no valor dos colaterais sobre as responsabilidades, ou na qualidade das garantias de terceiros;
- Alterações significativas na *performance* e comportamento expectável do devedor, incluindo alterações nas condições de pagamento do devedor ao nível do Grupo a que pertence, assim como alterações ao nível dos seus resultados operacionais;
- Informações macroeconómicas (tais como taxas de juro de mercado ou taxas de crescimento) são incorporadas no modelo de crédito interno.

Independentemente da análise acima, presume-se um aumento significativo no risco de crédito, se um devedor se atrasa mais de 30 dias a contar da data de pagamento contratual.

Em termos de instrumentos de melhoria creditícia associados às contas a receber de clientes, o Grupo dispõe das seguintes situações:

- (i) Concessionários e Reparadores Independentes: esta tipologia de terceiro respeita à rede de retalho automóvel dos concessionários das marcas “Toyota” e “Lexus”, os quais operam ao abrigo de contratos de concessão para a compra, revenda de viaturas e prestação de serviços de assistência técnica (O Grupo tem atualmente 21 contratos estabelecidos com concessionários e reparadores independentes). Cada um destes concessionários e reparadores independentes mantém uma garantia bancária “*on first demand*” a favor do Grupo, com um *plafond* previamente estabelecido, assegurando-se o Grupo que tal limite não é ultrapassado;
- (ii) Clientes gerais de viaturas: apesar de esta tipologia de clientes genericamente adquirir viaturas a pronto pagamento, existem, contudo, situações em que o Grupo aceita condições de pagamento a prazo (nomeadamente em alguns clientes da área de *rent-a-car* e escolas de condução). Na generalidade destas situações, a venda efetuada considera uma cláusula de reserva de propriedade associada à viatura vendida ou, em alternativa, não é transferida a sua propriedade até que a viatura esteja integralmente liquidada.

Considera-se que existe incumprimento quando a contraparte não cumpre com os pagamentos contratuais até 90 dias da data de vencimento das faturas. O Grupo analisa casuisticamente os saldos a receber de clientes que evidenciam problemas de cobrança e realização, desenvolvendo todos os esforços no sentido da respetiva recuperação, por via de acordo com o cliente ou por via judicial, mantendo igualmente tais saldos (ainda que objeto de registo de

uma perda por imparidade) na demonstração da posição financeira consolidada, até que sejam esgotadas todas as ações de tentativa de recuperação do saldo em aberto e verificada a inexistência de ativos para recuperação (incluindo a componente respeitante ao Imposto sobre o Valor Acrescentado junto da Autoridade Tributária) dos referidos saldos em caso de falência.

Desta forma, os ativos financeiros correspondentes a contas a receber de clientes são desreconhecidos quando não há expectativa real de recuperação e após o processo acima descrito ter sido concluído, sendo obtidas as necessárias aprovações internas para tal desreconhecimento. Não existem assim situações de possibilidade de recuperação de contas a receber que tenham sido objeto de desreconhecimento ao nível das demonstrações financeiras consolidadas.

Imparidade de ativos financeiros

(i) Clientes e Outras dívidas de terceiros

O Grupo aplica a abordagem simplificada para calcular e registar as perdas de crédito estimadas exigidas pela IFRS 9, a qual permite a utilização das imparidades para perdas estimadas para todos os saldos de “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros”. De modo a mensurar as perdas de crédito estimadas, os saldos de “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros” foram agregados com base nas características de risco de crédito partilhadas e antiguidade. As perdas de crédito estimadas incorporam informação de estimativas prospetivas.

(ii) Financiamentos concedidos a entidades relacionadas

Considera-se que os saldos de “Financiamentos concedidos a entidades relacionadas” têm risco de crédito baixo, pelo que, conseqüentemente, as imparidades para perdas de crédito reconhecidas durante o período ficaram limitadas às perdas de crédito estimadas a 12 meses. Estes ativos financeiros são considerados como tendo “risco de crédito baixo” quando têm risco de incobabilidade reduzido e o devedor tem uma elevada capacidade para cumprir com as suas responsabilidades contratuais de fluxos de caixa no curto prazo.

Com efeito, relativamente aos clientes que representam concessionários e reparadores automóveis, o Grupo exige a obtenção de garantias bancárias “*on first demand*”, cujo montante, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, era de, aproximadamente, 8.859.771 Euros e

9.129.470 Euros, respetivamente, que quando ultrapassado, implica a cessação dos fornecimentos.

As imparidades de contas a receber são calculadas tomando em consideração (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 encontram-se divulgados na Nota 26.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo considera que não existe a necessidade de perdas por imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de uma forma resumida, na Nota 26.

Os montantes relativos a clientes e outras dívidas de terceiros apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do Grupo ao risco de crédito.

(iii) Equivalentes a caixa

As seguintes tabelas apresentam um resumo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 da qualidade do crédito dos depósitos bancários:

2023		
Rating Depósitos	Agência de Rating	Valor
A1	Moody's	162.436
A2	Moody's	6.434.102
A3	Moody's	10.354.863
Aa3	Moody's	19.177
Baa2	Moody's	958.214
Baa3	Moody's	1.156.032
	Outros sem <i>rating</i> atribuído	5.601.350
Total	Nota 17	24.686.174

2022		
Rating Depósitos	Agência de Rating	Valor
A1	Moody's	30.872
A2	Moody's	(2.392)
A3	Moody's	1.241.409
Aa3	Moody's	16.778
Ba3	Moody's	794.565
Baa2	Moody's	5.056.126
Baa3	Moody's	5.709
	Outros sem <i>rating</i> atribuído	4.030.696
Total	Nota 17	11.173.763

Os *ratings* apresentados correspondem às notações atribuídas pela Agência de *rating* Moody's.

OUTROS RISCOS

O Grupo depara-se ainda com outro tipo de riscos, que, não sendo do seu espectro direto, têm influência no mesmo.

São de realçar os seguintes, que o Conselho de Administração considera os mais significativos considerando, para cada um, a conjugação dos dois vetores: (i) a probabilidade de ocorrência e (ii) impacto previsível:

a) Riscos de negócio

- Impacto da evolução da taxa de juro na decisão de compra dos clientes;
- Disrupção nas cadeias de fornecimento de mercadorias e materiais.

b) Riscos de capital humano

- Atração e retenção de talento qualificado;
- Bem-estar e motivação dos colaboradores.

c) Compliance e Cibersegurança

- Complexidade e dimensão legislativa;
- Ataques informáticos e exfiltração de dados;
- Riscos relacionados com a introdução de dados pessoais em IA generativa e / ou sistemas de tradução online.

d) Ambiental

- Não atingimento das metas da estratégia de sustentabilidade.

No Relatório Único de Gestão (capítulo 2 deste documento), no sub-capítulo "Os riscos do negócio" encontra-se informação mais detalhada sobre os riscos: a abordagem, a matriz e os principais riscos com informação relevante sobre os fatores que contribuem para a ocorrência / relevância dos mesmos, bem como iniciativas para o respetivo controlo.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, CORREÇÃO DE ERROS E ALTERAÇÕES DE ESTIMATIVAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas nem correções de erros materiais relativos a exercícios anteriores.

4. EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As Empresas do Grupo incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral e a respetiva proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2023 e 2022, são como se segue:

Empresas	Percentagem de participação efetiva	
	2023	2022
Toyota Caetano Portugal, S.A.	Empresa Mãe	
Caetano Auto CV, S.A.	81,24%	81,24%
Caetano Renting, S.A.	100,00%	100,00%
Caetano - Auto, S.A.	98,74%	98,74%
Destaque Mourisco - Sociedade Imobiliária, Lda. a)	56,28%	56,28%
Salvador Caetano Seguros - Mediação de Seguros, Unipessoal Lda.	98,74%	98,74%

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método da consolidação integral, conforme estabelecido pela IFRS 10 – “Demonstrações financeiras consolidadas” (controlo da subsidiária através da maioria dos direitos de voto e exposição aos retornos das atividades relevantes).

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

2023						
	Despesas de Desenvolvimento	Propriedade Industrial e outros direitos	Programas de computador	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto:						
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2022	1.477.217	669.006	2.572.231	5.070	2.125.589	6.849.113
Adições	338.125	-	-	-	1.686.856	2.024.981
Transferências	683.003	-	-	-	(119.277)	563.726
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	2.498.345	669.006	2.572.231	5.070	3.693.168	9.437.820
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:						
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2022	1.477.217	667.631	2.298.557	1.304	-	4.444.709
Amortização do exercício	350.134	198	138.569	1.690	-	490.591
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	1.827.351	667.829	2.437.126	2.994	-	4.935.300
Valor líquido	670.994	1.177	135.105	2.076	3.693.168	4.502.520

2022						
	Despesas de Desenvolvimento	Propriedade Industrial e outros direitos	Programas de computador	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto:						
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2021	1.477.217	667.481	2.196.011	-	935.871	5.276.580
Adições	-	1.525	52.684	5.070	1.532.769	1.592.048
Alienações e abates	-	-	-	-	(44.731)	(44.731)
Transferências	-	-	323.536	-	(298.320)	25.216
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	1.477.217	669.006	2.572.231	5.070	2.125.589	6.849.113
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:						
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2021	1.477.217	645.566	2.158.832	-	-	4.281.615
Amortização do exercício	-	22.065	139.725	1.304	-	163.094
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	1.477.217	667.631	2.298.557	1.304	-	4.444.709
Valor líquido	-	1.375	273.674	3.766	2.125.589	2.404.404

Os valores registados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 na rubrica “Ativos intangíveis em curso” estão relacionados com projetos de implementação de novos *softwares* de gestão e projetos de mobilidade no âmbito do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, estando previsto passarem a firme durante os anos de 2024 e 2025.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	2023								Total
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Ativos fixos Tangíveis em Curso	Ativos sob direito de Uso	
Ativo bruto:									
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2022	19.412.062	92.682.469	65.730.043	72.380.654	9.189.032	5.592.669	819.504	31.269.026	297.075.459
Adições	-	242.561	4.457.933	6.473.049	102.150	943.311	2.110.162	9.680.107	24.009.273
Alienações e abates	-	(701.544)	(40.141)	(837.941)	(292)	-	(183)	-	(1.580.101)
Transferências de/para Inventários (Nota 12)	-	-	792	(7.701.804)	-	-	(3.250)	(406.714)	(8.110.976)
Transferências e reclassificações	(32.500)	683.461	(437.906)	65.811	4.513	659.313	(1.506.418)	-	(563.726)
Transferência p. ativos não correntes detidos p. venda (Nota 8)	(299.181)	-	-	-	-	-	-	-	(299.181)
Reversão de ativos para a entidade com término de locação	-	-	-	1.594.838	-	-	-	(1.594.838)	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	19.080.381	92.906.947	69.710.721	71.974.607	9.295.403	7.195.293	1.419.815	38.947.581	310.530.748
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:									
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2022	-	68.851.701	60.829.835	34.631.385	8.483.951	4.674.235	-	13.366.444	190.837.551
Depreciação do exercício	-	1.684.764	1.536.548	6.287.109	225.206	453.267	-	6.058.084	16.244.978
Alienações e abates	-	(560.866)	(27.333)	(825.782)	(292)	-	-	-	(1.414.273)
Transferências de/para Inventários (Nota 12)	-	-	-	(9.609.200)	-	-	-	(368.183)	(9.977.383)
Transferências e reclassificações	-	(6.317)	-	6.317	-	-	-	-	-
Reversão de ativos para a entidade com término de locação	-	-	-	1.387.573	-	-	-	(1.387.573)	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	-	69.969.282	62.339.050	31.877.402	8.708.865	5.127.502	-	17.668.772	195.690.873
Valor líquido	19.080.381	22.937.665	7.371.671	40.097.205	586.538	2.067.791	1.419.815	21.278.809	114.839.875

2022									
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Ativos fixos Tangíveis em Curso	Ativos sob direito de Uso	Total
Ativo bruto:									
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2021	18.046.963	90.360.212	64.176.139	67.222.269	9.155.895	5.029.037	479.286	36.558.061	291.027.862
Adições	1.072.140	661.303	1.388.224	3.206.132	70.913	473.185	1.626.253	7.185.835	15.683.985
Alienações e abates	-	-	(32.321)	(5.443.057)	(43.748)	-	(184.667)	(89.117)	(5.792.910)
Transferências de/para Inventários (Nota 12)	-	-	-	(3.161.634)	-	-	-	(656.971)	(3.818.605)
Transferências e reclassificações	-	781.733	198.000	-	5.973	90.447	(1.101.369)	-	(25.216)
Outras regularizações	-	343	-	-	-	-	-	-	343
Reversão de ativos para a entidade com término de locação	292.960	878.878	-	10.556.944	-	-	-	(11.728.782)	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	19.412.063	92.682.469	65.730.042	72.380.654	9.189.033	5.592.669	819.503	31.269.026	297.075.459
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:									
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2021	-	66.835.828	59.917.001	33.095.375	8.262.847	4.539.318	-	17.006.295	189.656.664
Depreciação do exercício	-	1.896.121	942.905	5.500.821	220.697	134.916	-	5.975.444	14.670.904
Alienações e abates	-	-	(30.071)	(4.783.766)	407	-	-	(89.117)	(4.902.547)
Transferências de/para Inventários (Nota 12)	-	-	-	(8.067.354)	-	-	-	(526.774)	(8.594.128)
Outras regularizações	-	6.659	-	-	-	-	-	-	6.659
Reversão de ativos para a entidade com término de locação	-	113.091	-	8.886.313	-	-	-	(8.999.404)	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	-	68.851.699	60.829.835	34.631.389	8.483.951	4.674.234	-	13.366.444	190.837.552
Valor líquido	19.412.063	23.830.770	4.900.207	37.749.265	705.082	918.435	819.503	17.902.582	106.237.907

Os movimentos registados na rubrica “Equipamento de transporte” referem-se essencialmente a viaturas e a máquinas de movimentação de carga (“Empilhadores”) ao serviço do Grupo, bem como para aluguer operacional a clientes.

As transferências entre a rubrica “Ativos sob direito de uso” e “Equipamento de transporte” no montante de 207.265 Euros (1.670.631 Euros em 31 de dezembro de 2022) correspondem à reclassificação pelo Grupo das máquinas de movimentação de carga cujo contrato de financiamento terminou, tendo o Grupo adquirido as mesmas de acordo com a contratualização estabelecida.

Durante o exercício de 2023 foi celebrado um contrato promessa de compra e venda dos terrenos de S. João da Talha e de Alcabideche, passando a serem reconhecidos com ativos não correntes detidos para venda (Nota 8).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não estão reconhecidas perdas por imparidade acumuladas relativamente a ativos fixos tangíveis.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os bens utilizados em regime de locação (financeira ou operacional) apresentam-se como segue:

Posição de bens adquiridos por <i>leasing</i>	Valores no AFT em 2023			Valores no AFT em 2022		
	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Carnaxide	3.246.231	872.425	2.373.806	3.246.231	811.558	2.434.673
Equipamentos industriais	27.508.656	11.611.847	15.896.809	20.427.141	8.806.103	11.621.038
Guimarães - Edifício	949.578	591.990	357.588	940.138	472.794	467.344
Aveiro - Edifício	421.044	293.178	127.866	417.314	234.153	183.161
Tomar - Stand	39.630	34.975	4.655	39.630	27.992	11.638
Tomar - Oficina	28.370	26.914	1.456	28.370	21.085	7.285
Rio de Mouro - Edifício	5.193.810	3.878.691	1.315.119	5.145.728	2.826.595	2.319.133
Braga - Garagem	368.245	171.849	196.396	368.245	135.024	233.221
Equipamento básico	112.479	32.806	79.673	112.479	18.746	93.733
Maia	515.751	45.845	469.906	515.751	11.461	504.290
Tomar	27.999	6.533	21.466	27.999	933	27.066
Rio Tinto	535.788	101.719	434.069	-	-	-
TOTAL	38.947.581	17.668.772	21.278.809	31.269.026	13.366.444	17.902.582

7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Propriedades de investimento” corresponde a ativos imobiliários detidos pelo Grupo que se encontram a gerar rendimento através do

respetivo arrendamento ou para valorização. Estes ativos encontram-se registados ao custo de aquisição, sendo subsequentemente sujeitos a depreciação em conformidade com as vidas úteis definidas, bem como ao registo de perdas por imparidade sempre que tal se revele necessário.

As rendas obtidas referentes a Propriedades de Investimento ascenderam a 3.006.341 Euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (2.888.331 Euros em 31 de dezembro de 2022), encontrando-se as mesmas incluídas na divulgação efetuada na Nota 33.

Adicionalmente, de acordo com avaliações externas efetuadas por entidades especializadas independentes, reportadas a 31 de dezembro de 2023 ou a exercícios anteriores, o justo valor daquelas propriedades de investimento ascendia a, aproximadamente, 52,7 milhões de Euros (52,6 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2022).

A Administração entende que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor não irá originar perdas por imparidade, para além das perdas que se encontram refletidas em 31 de dezembro de 2023.

O detalhe do valor líquido contabilístico em 31 de dezembro de 2023 e 2022 dos ativos imobiliários registados na rubrica “Propriedades de Investimento”, bem como o respetivo justo valor, pode ser resumido como segue:

Localização	2023			2022		
	Valor Líquido Contabilístico	Valor de avaliação	Data de avaliação externa	Valor Líquido Contabilístico	Valor de avaliação	Data de avaliação externa
Vila Nova de Gaia - Av. da República	106.022	1.164.000	29/12/2022	110.010	1.164.000	29/12/2022
Braga - Av. da Liberdade	-	2.146.800	20/12/2021	-	2.146.800	20/12/2021
Porto - Rua do Campo Alegre	627.064	3.009.000	27/12/2023	652.719	2.886.000	20/12/2021
Caldas da Rainha - Rua Dr. Miguel Bombarda	17.531	88.000	27/12/2023	17.531	86.000	28/12/2021
Amadora - Rua Elias Garcia	135.265	139.000	29/12/2022	138.724	139.000	29/12/2022
Portalegre - Zona Industrial	138.581	144.000	29/12/2022	143.108	144.000	29/12/2022
Portimão - Cabeço do Mocho	707.282	708.000	27/12/2023	707.282	707.700	20/12/2021
Rio Maior	45.000	48.000	29/12/2022	45.000	48.000	29/12/2022
Vila Nova de Gaia - Av. Vasco da Gama (edifícios A e B)	1.901.890	17.169.000	27/12/2022	2.079.836	17.169.000	29/12/2022
Vila Nova de Gaia - Av. Vasco da Gama (edifícios G)	702.770	8.878.000	27/12/2023	723.114	8.918.700	20/12/2020
Carregado - Quinta da Boa Água / Quinta do Peixoto	4.857.014	19.172.000	29/12/2022	4.877.702	19.172.000	29/12/2022
	9.238.419	52.665.800		9.495.026	52.581.200	

O justo valor das avaliações externas das propriedades de investimento que são objeto de divulgação em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi determinado por avaliação imobiliária efetuada por entidades especializadas independentes por um dos seguintes métodos

consoante a situação concreta do imóvel: Método de comparativo de mercado, Método do custo ou Método do rendimento. O Grupo promove a realização periódica e rotativa de avaliações imobiliárias por entidades independentes e especializadas às suas propriedades de investimento, assegurando desta forma que a divulgação do justo valor se mantém atualizada.

No que respeita à classificação das metodologias de avaliação acima referidas, para efeitos de enquadramento, em sede de hierarquia de justo valor (IFRS 13), as mesmas classificam-se essencialmente no Nível 3 (justo valor determinado com base em *inputs* não observáveis no mercado, desenvolvidos para refletir os pressupostos a utilizar pelos agentes de mercado).

As avaliações externas independentes efetuadas suportam-se essencialmente na aplicação do método comparativo de mercado que tem por *inputs*, nomeadamente, o índice unitário de venda por metro quadrado de ativos comparáveis e a área do imóvel, e o método do rendimento que tem como *inputs* os rendimentos passíveis de serem gerados pelo mesmo e uma taxa de capitalização (*yield*) considerada adequada face às características e localização do ativo imobiliário em questão.

O movimento da rubrica “Propriedades de investimento” em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi como segue:

2023			
	Terrenos	Edifícios	Total
Valor Bruto:			
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2022	6.785.337	28.703.594	35.488.931
Alienações e abates	-	-	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	6.785.337	28.703.594	35.488.931
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2022	-	25.993.905	25.993.905
Depreciações do exercício	-	256.607	256.607
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	-	26.250.512	26.250.512
Valor Líquido	6.785.337	2.453.082	9.238.419

2022			
Valor Bruto:	Terrenos	Edifícios	Total
Valor Bruto:			
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2021	6.919.227	28.940.256	35.859.483
Alienações e abates	(133.890)	(236.662)	(370.552)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	6.785.337	28.703.594	35.488.931
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2021	-	25.783.140	25.783.140
Depreciações do exercício	-	259.763	259.763
Alienações e abates	-	(106.498)	(106.498)
Perda por imparidade	-	57.500	57.500
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	-	25.993.905	25.993.905
Valor Líquido	6.785.337	2.709.689	9.495.026

O valor de perdas por imparidade acumuladas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 ascende a 257.500 Euros (Nota 26).

Em 2022 foi alienado o imóvel situado na Rua das Pereiras em Vila Nova de Gaia.

8. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os “Ativos Não Correntes Detidos para Venda” correspondiam a ativos não operacionais do Grupo que estavam ao abrigo de contratos promessa de compra e venda celebrados durante o ano, sendo expectativa do Conselho de Administração que a correspondente venda se processará essencialmente no ano de 2024.

O detalhe dos ativos não correntes detidos para venda em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

Ativos não correntes detidos para venda	2023	2022
- Imóvel de Castelo Branco	680.334	680.334
- Imóvel da Quinta do Cano, Viseu	1.494.887	1.494.887
- Terreno Alcabideche	195.464	-
- Terreno São João da Talha	103.718	-
Valor Líquido	2.474.403	2.175.221

Os movimentos ocorridos no exercício de 31 de dezembro de 2023, foi como segue:

2023		
	Ativos não correntes detidos para venda	Total
Valor Bruto:		
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2022	3.505.221	3.505.221
Transferências de ativos fixos tangíveis (Nota 6)	299.182	299.182
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	3.804.403	3.804.403
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas (Nota 26):		
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2022	(1.330.000)	(1.330.000)
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	(1.330.000)	(1.330.000)
Valor Líquido	2.474.403	2.474.403

9. GOODWILL

No âmbito do contrato de trespasse da instalação de Leiria, ocorrido a 01 de dezembro de 2023, efetuado pela subsidiária Caetano Auto, foi registado um *Goodwill* no montante de 261.800 Euros.

A rubrica "*Goodwill*" inclui também o montante de 611.997 Euros apurado na aquisição, em anos anteriores, da subsidiária Movicargo, cuja atividade foi transferida (através de um processo de incorporação por fusão) para a empresa-mãe Toyota Caetano Portugal, S.A. em anos anteriores.

O *Goodwill* não é amortizado. São efetuados testes de imparidade ao valor do *Goodwill* com uma periodicidade anual.

Para efeitos da análise de imparidade, a quantia recuperável foi determinada com base no valor de uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados, tendo por base *business plans* desenvolvidos pelos responsáveis do Grupo, e devidamente aprovados pelo Conselho de Administração, utilizando taxas de desconto que refletem os riscos inerentes do negócio.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o método e pressupostos utilizados na aferição da existência, ou não, de imparidade, foram como se segue:

	2023	2022
Período de projeção (anos):	5	5
Taxa de crescimento das vendas no período de projeção:	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento (g) (1):	0%	0%
Taxa de desconto utilizada (2):	7,94%	8,14%

(1) Taxa de crescimento usada para extrapolar os *cash flows* para além do período considerado no *business plan*

(2) Taxa de desconto aplicada aos *cash flows* projetados

O Conselho de Administração, suportado no valor dos fluxos de caixa previsionais, descontados à taxa considerada aplicável, concluiu que, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor contabilístico dos ativos líquidos, incluindo *Goodwill* (612 milhares de Euros), não excede o seu valor recuperável.

As projeções dos fluxos de caixa basearam-se no desempenho histórico e nas expectativas de melhoria de eficiência. Os responsáveis deste segmento consideram que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do valor recuperável não irá originar perdas por imparidade.

10. INVESTIMENTOS FINANCEIROS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Decomposição do valor contabilístico de investimentos em empreendimento conjunto e em associada

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica de investimentos financeiros em associadas e empreendimentos conjuntos detalha-se como segue:

	Sede	% detenção	2023	2022
Associada				
Kinto Portugal, S.A. (consolidado)	Vila Nova de Gaia	49,00%	23.597.472	21.459.516
Empreendimento conjunto				
CaetanoBus - Fabricação de Carroçarias, S.A. (consolidado)	Vila Nova de Gaia	61,94%	22.330.979	18.391.927
			45.928.451	39.851.443

Relativamente à CaetanoBus, apesar da percentagem de capital detido ser de 61,94%, atendendo à existência de um acordo de investimento com o outro acionista daquela sociedade, que prevê que as decisões sobre as atividades relevantes (operacionais e financeiras) deverão ser tomadas com unanimidade dos dois acionistas, foi considerado pelo Conselho de Administração que o investimento efetuado corresponde a um empreendimento conjunto, facto pelo qual o mesmo é contabilizado de acordo com o método de equivalência patrimonial.

No âmbito da transação efetuada, o acordo de investimento que anteriormente vigorava em sede da anterior estrutura acionista foi integralmente mantido e transposto para a estrutura acionista pós transação. Assim, tal acordo, que já era considerado pelo anterior acionista e vendedor da participação como um empreendimento conjunto, foi objeto de uma avaliação e análise por parte do Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A., que manteve o mesmo entendimento. Com efeito, o referido acordo de investimento (e igualmente os Estatutos da sociedade adquirida), estabelece que as decisões sobre as atividades relevantes da participada carecem de unanimidade ao nível da Assembleia Geral de Acionistas. As principais atividades / decisões relevantes são, ao nível da Assembleia Geral, como segue:

- Qualquer alteração à escritura de constituição, aos estatutos ou de qualquer outro documento constituinte da sociedade;
- Qualquer alteração ao tipo societário da Sociedade, qualquer fusão, ou consolidação com outra entidade, qualquer alienação ou transferência da totalidade ou de parte substancial dos ativos ou negócio, bem como a sua liquidação ou dissolução;
- Qualquer emissão ou resgate de ações da Sociedade ou qualquer outro aumento, diminuição ou outra modificação ao capital social da Sociedade;
- Qualquer alteração à política de dividendos da Sociedade ou qualquer alteração à distribuição de lucros ou bens;
- Constituição de uma participada ou aquisição de uma outra entidade pela Sociedade;
- Qualquer oferta pública ou cotação em bolsa de quaisquer ações da Sociedade;
- Adoção ou modificação das compensações dos administradores ou das chefias da Sociedade ou da política geral de compensações para os colaboradores da Sociedade;

- Concessão de garantias de valor igual ou superior a 500.000 Euros para garantir as obrigações das participadas da Sociedade;
- Alteração e aprovação do Plano de Negócios Anual da Sociedade ou de Novo Plano de Negócios;
- Designação ou remoção de qualquer Diretor Executivo, Diretor Financeiro, Diretor Operacional ou qualquer Diretor ou Diretor Geral, ou qualquer posição similar ao Diretor Geral da Sociedade.

Por outro lado, em sede de Conselho de Administração (composto por um máximo de nove membros), as decisões sobre as atividades relevantes carecem de voto favorável de, pelo menos, três administradores nomeados pela Toyota Caetano Portugal, S.A. e do voto favorável de dois administradores nomeados pelo acionista Mitsui & Co., Ltd.. Ao nível do Conselho de Administração, as atividades / decisões relevantes que carecem de unanimidade são como segue:

- Quaisquer transações entre a Sociedade e as suas participadas, exceto transações no curso ordinário do negócio;
- Qualquer venda (outra que não no curso ordinário do negócio) de qualquer bem, ou transferência ou outra alienação ou concessão de qualquer garantia ou outro encargo sobre quaisquer ativos da Sociedade, desde que não estejam incluídos ou previstos em nenhum dos Planos de Negócios ou com um valor superior a 100.000 Euros numa transação ou numa série de transações no mesmo ano;
- Início de qualquer litígio, arbitragem ou processo legal, cujo valor do processo exceda 10.000 Euros;
- Qualquer empréstimo ou outro financiamento pela Sociedade (excluindo financiamento comercial a clientes no curso ordinário do negócio até ao montante individual que não exceda 1.000.000 Euros, desde que tal montante não esteja coberto por carta de crédito, seguro comercial, ou qualquer garantia de instituições confiáveis como bancos) a qualquer pessoa ou qualquer garantia a prestar pela Sociedade para garantir obrigações de qualquer entidade que não a Sociedade ou as suas participadas, exceto se os referidos empréstimos ou financiamentos forem prestados até ao montante individual que não exceda 100.000 Euros;

- Qualquer empréstimo ou outro facto que gere dívida, ou emissão de obrigações ou *debentures* (quer sejam convertíveis ou não), pela Sociedade, no valor superior a 1.500.000 Euros numa transação ou numa série de transações no mesmo ano;
- Qualquer compra, locação (exceto no curso ordinário do negócio) ou outra aquisição de quaisquer bens ou outros investimentos pela Sociedade não incluídas em nenhum dos Planos de Negócios ou envolvendo um montante superior a 500.000 Euros numa transação ou numa série de transações num mesmo ano;
- Qualquer locação no curso normal do negócio pela Sociedade não incluída em qualquer dos Planos de Negócios ou envolvendo um montante superior a 1.000.000 Euros numa transação ou numa série de transações num mesmo ano;
- Celebração, alteração ou termo de qualquer contrato entre a Sociedade e suas participadas que contenha compromissos de recompra dos produtos vendidos pelas participadas;
- Garantias prestadas pela Sociedade para garantir as obrigações de qualquer das suas participadas ou terceiros, com valor inferior a 500.000 Euros;
- Celebrar, alterar ou terminar contrato com um acionista ou suas participadas (do acionista);
- Qualquer desenvolvimento de novo produto ou linha de produção com um valor superior a 500.000 Euros pela Sociedade, se não estiver incluído ou previsto no Plano de Negócios;
- Celebrar, alterar ou terminar qualquer contrato com prazo superior a um ano ou envolvendo um montante superior a 10 milhões de Euros numa transação ou numa série de transações, ou de qualquer distribuição, agência, representante de vendas ou outro contrato-quadro, contrato-mestre ou contrato básico ou qualquer contrato que conceda exclusividade a qualquer pessoa ou entidade.

Por fim, em conformidade com o referido acordo de investimento, é de realçar que em caso de “*deadlock*” (impasse), uma eventual decisão nunca decorrerá por maioria simples de direitos de voto, e qualquer um dos acionistas tem direito em última instância a adquirir a participação ao outro acionista.

O acima exposto constitui assim a base de avaliação que o Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. considerou para concluir sobre a classificação deste investimento como um empreendimento conjunto.

A Caetanobus – Fabricação de Carroçarias, S.A. detém subsidiárias na Alemanha (Cobus Industries, GmbH), e no Reino Unido (Caetano UK, Ltd) e a Kinto Portugal, S.A. detém uma associada no Senegal (Caetano Renting Senegal, S.A.).

Informação financeira resumida das participadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a informação financeira resumida da associada e do empreendimento conjunto acima detalhados pode ser analisada como segue:

Rubrica	Caetanobus Consolidado ⁷		Kinto Portugal Consolidado ⁸	
	2023	2022	2023	2022
Ativo não corrente	32.696.743	33.287.088	232.501.506	173.354.526
Ativo corrente	92.467.592	77.302.409	33.940.981	18.485.521
Ativo total	125.164.335	110.589.497	266.442.487	191.840.047
Passivo não corrente	11.006.614	4.798.185	169.296.608	98.130.080
Passivo corrente	87.434.226	80.491.339	76.735.263	74.650.304
Capital próprio	26.723.495	25.299.973	20.410.616	19.059.663
Capital próprio sem interesses que não controlam	26.723.495	25.299.973	20.410.616	19.059.663
Vendas e Prestações de Serviços	135.193.062	64.275.565	108.378.266	97.427.189
Resultado operacional	(7.846.753)	(12.486.798)	11.121.342	8.923.089
Resultado financeiro	(3.335.360)	(1.613.693)	(4.818.686)	(3.046.306)
Impostos	(359.767)	911.494	(1.728.107)	(2.786.893)
Resultado líquido	(11.164.497)	(13.065.648)	4.574.549	3.089.890
Resultado líquido sem interesses que não controlam	(11.164.497)	(13.065.648)	4.574.549	3.089.890

⁷ A CaetanoBus – Fabricação de Carroçarias, S.A. detém um Empreendimento Conjunto na Alemanha (Cobus Industries, GmbH), e uma subsidiária no Reino Unido (Caetano UK, Ltd).

⁸ A Kinto Portugal, S.A. detém uma associada no Senegal (Caetano Renting Senegal, S.A.).

Movimento ocorrido durante o exercício

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido na rubrica de investimentos financeiros em associadas e empreendimentos conjuntos, detalha-se como segue:

	2023	2022
<u>Participações financeiras - Associadas</u>		
Saldo em 1 de janeiro	21.459.516	23.699.123
Aplicação do método de equivalência patrimonial:		
Efeito no resultado líquido do exercício	3.717.518	190.035
Efeito no outro rendimento integral	-	(134.317)
Dividendos distribuídos	(1.579.562)	(2.295.325)
Saldo em 31 de dezembro	23.597.472	21.459.516
<u>Participações financeiras - Empreendimentos conjuntos</u>		
Saldo em 1 de janeiro	18.391.927	20.295.498
Aumento de capital	-	6.193.548
Prestações suplementares de capital	12.388.000	-
Aplicação do método de equivalência patrimonial:		
Efeito no resultado líquido do exercício	(6.994.724)	(8.540.812)
Imparidade do <i>Goodwill</i>	(1.578.107)	-
Efeito no outro rendimento integral	123.883	443.693
Saldo em 31 de dezembro	22.330.979	18.391.927
Total	45.928.451	39.851.443

O volume de negócios e os resultados operacionais do empreendimento conjunto CaetanoBus - Fabricação de Carroçarias, S.A. foram no exercício de 2020 impactados de modo negativo pela Pandemia Covid-19, tendo-se estendido durante todo o exercício de 2021 e até inícios de 2022 com estrangulamentos na cadeia de abastecimento, nomeadamente de componentes eletrónicos e atrasos na disponibilização de subsídios, levando a novos adiamentos de concursos nacionais e internacionais. Em fevereiro de 2022, o desencadear da invasão à Ucrânia acrescentou um novo efeito negativo na expectativa inicial de recuperação da atividade, provocando aumento de custos energéticos e consequentemente elevadas tensões inflacionistas que, por sua vez, levou a um aumento das taxas de juro de referência. Os factos acima relatados determinaram o apuramento de resultados operacionais e resultados líquidos negativos em 2023 e exercícios anteriores, tendo contribuído para uma deterioração na situação financeira e operacional do empreendimento conjunto. Face a esta situação, os acionistas levaram a cabo injeções de capital a título de aumentos de capital e suprimentos entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023 nos montantes totais de 10.000.000 Euros e 20.000.000€ Euros, dos quais os montantes de 6.193.549 e 12.388.000 Euros, respetivamente foram efetuados pela Toyota Caetano Portugal, S.A.. No final do exercício de 2023 foi aprovada

a conversão, para Prestações suplementares, dos suprimentos concedidos pela Toyota Caetano Portugal, S.A. à CaetanoBus no montante de 12.388.000 Euros.

O Conselho de Administração do Grupo, perante a existência de indícios de imparidade ao nível dos seus ativos não correntes, levou a cabo uma análise de imparidade formal sobre os mesmos. Considerando os resultados históricos desta sociedade, a volatilidade atual dos mercados e a incerteza associada a uma alteração da estratégia / parceria, o Conselho de Administração do Grupo assumiu um cenário conservador sendo que, como resultado deste processo de análise, registou, nas suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023, uma perda por imparidade no montante de 1.578.107 Euros, correspondente à totalidade do valor do *Goodwill* associado a este empreendimento conjunto (mais à frente, nesta Nota, detalha-se informação adicional sobre este ponto).

No exercício de 2020 ocorreu a compra por parte da Toyota Caetano Portugal, S.A. de 12.000.000 ações da CaetanoBus - Fabricação de Carroçarias, S.A. anteriormente detidas pela empresa Salvador Caetano Indústria, S.G.P.S., S.A. (entidade relacionada pertencente ao perímetro acionista "Grupo Salvador Caetano"), correspondente a cerca de 61,94% dos respetivos direitos de voto, por 16.320.000 Euros e adquiriu 7.350 ações da empresa Kinto Portugal, S.A. (49%) (anteriormente denominada Finlog – Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.) à empresa-mãe Salvador Caetano Auto - S.G.P.S., S.A. (entidade acionista da Toyota Caetano) correspondente a 49% dos respetivos direitos de voto, pelo montante de 22.785.000 Euros. Alargando a sua atividade a outros domínios da mobilidade, em 2020, a Toyota Caetano Portugal, tornou-se acionista direta da CaetanoBus e da Kinto, empresas do Grupo Salvador Caetano. Nesta estratégia, a Toyota Motor Europe (TME), acionista da Toyota Caetano Portugal, assume um papel preponderante. Se até aqui a TME já fornecia à CaetanoBus a pilha de combustível para integrar no autocarro movido a hidrogénio, o reforço da parceria permite à Toyota Caetano Portugal contribuir para a expansão da mobilidade sustentável, explorando sinergias com a CaetanoBus no desenvolvimento, produção e venda de autocarros "zero emissões". O reforço da parceria com a Kinto, visa desenvolver projetos de mobilidade.

O exercício de determinação do justo valor dos ativos e passivos identificáveis e consequente determinação do *Goodwill* implícito nas referidas transações, realizado no exercício de 2021, pode resumir-se como segue por participada:

a) Associada- Kinto Portugal, S.A. (consolidado)

	2020	Ajustamentos de justo valor	Ativos líquidos a 31/12/2020 (justo valor)
Ativos fixos tangíveis	151.874.693	13.976.470	165.851.163
Ativos intangíveis	87.628	3.456.202	3.543.830
Outros ativos financeiros	19.435	-	19.435
Inventários	7.163.599	-	7.163.599
Clientes	8.708.339	-	8.708.339
Outros ativos correntes	16.911.697	-	16.911.697
Caixa e equivalentes a caixa	2.225.112	-	2.225.112
Financiamentos obtidos	(149.406.140)	-	(149.406.140)
Provisões	(1.134.398)	-	(1.134.398)
Passivos por impostos diferidos	-	(3.922.351)	(3.922.351)
Fornecedores	(13.472.533)	-	(13.472.533)
Imposto sobre o rendimento	(120.307)	-	(120.307)
Outros passivos correntes	(6.496.520)	-	(6.496.520)
	16.360.605	13.510.321	29.870.926

% de detenção	49%
Ativos líquidos proporcionalizados	14.636.754
Custo de aquisição	22.785.000
<i>Goodwill</i>	8.148.246

Os ajustamentos de justo valor acima apresentados correspondem essencialmente ao seguinte:

- I. Reconhecimento a justo valor das viaturas registadas em ativos fixos tangíveis, tendo em conta a estimativa de valor de venda das referidas viaturas, atendendo ao histórico de transações efetuadas relativamente a ativos semelhantes;
- II. Reconhecimento, como ativo intangível, da relação com clientes estabelecida a 31 de dezembro de 2020, tendo por base a metodologia de *Income approach*, considerando os contratos estabelecidos àquela data.

No seguimento da análise efetuada, foram reconhecidos os passivos por impostos diferidos associados aos referidos ajustamentos, sendo que foi entendimento do Conselho de Administração que o justo valor dos restantes ativos líquidos não diferia significativamente da quantia escriturada dos mesmos nas demonstrações financeiras consolidadas da Kinto Portugal, S.A..

b) Empreendimento conjunto- CaetanoBus – Fabricação de Carroçarias, S.A. (consolidado)

	2020	Ajustamentos de justo valor	Ativos líquidos a 31/12/2020 (justo valor)
Investimento financeiro em empreendimento conjunto	14.533.921	(5.129.647)	9.404.274
<i>Goodwill</i>	475.700	(475.700)	-
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	9.971.138	1.951.718	11.922.856
Ativos por impostos diferidos	2.249.927	-	2.249.927
Inventários	39.713.973	2.297.080	42.011.053
Clientes	10.327.931	-	10.327.931
Outros ativos correntes	2.818.790	-	2.818.790
Caixa e equivalentes a caixa	389.343	-	389.343
Financiamentos obtidos	(25.810.618)	-	(25.810.618)
Responsabilidades por planos de benefícios definidos	(3.109.843)	-	(3.109.843)
Passivos por impostos diferidos	-	(847.351)	(847.351)
Passivos por locação	(2.107.970)	-	(2.107.970)
Fornecedores	(16.670.388)	-	(16.670.388)
Imposto sobre o rendimento	(280.987)	-	(280.987)
Outros passivos correntes	(12.763.471)	-	(12.763.471)
	19.737.446	(2.203.900)	17.533.546

% de detenção	62%
Ativos líquidos proporcionalizados por percentagem de detenção	10.860.278
Custo de aquisição	16.320.000
<i>Goodwill</i>	5.459.722
Anulação do <i>Goodwill</i> Cobus	(3.586.966)
Anulação do <i>Goodwill</i> Caetano UK	(294.649)
<i>Goodwill</i> líquido	1.578.107

Os ajustamentos de justo valor acima apresentados correspondem essencialmente ao seguinte:

- I. Investimento financeiro em empreendimento conjunto:
 - a. Desconsideração do *Goodwill* gerado na aquisição da Cobus Industries, GmbH pela CaetanoBus – Fabricação de Carroçarias, S.A. em exercícios anteriores;
 - b. Reconhecimento a justo valor dos ativos imobiliários detidos por aquela entidade, tendo por base avaliação efetuada por entidade especializada e independente;
 - c. Reconhecimento a justo valor dos inventários daquela participada, tendo em consideração a estimativa do valor de venda dos referidos ativos, atendendo ao

histórico de transações efetuadas e preços de venda acordados para inventários semelhantes;

- d. Reconhecimento dos passivos por impostos diferidos associados aos referidos ajustamentos.

Adicionalmente, foi entendimento do Conselho de Administração que o justo valor dos restantes ativos líquidos não diferia significativamente da quantia escriturada dos mesmos nas demonstrações financeiras consolidadas da CaetanoBus – Fabricação de Carroçarias, S.A..

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a reconciliação do capital próprio daquelas entidades participadas com o valor registado como participação financeira, detalha-se como segue:

	Caetano Bus		Kinto	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Capital próprio sem interesses sem controlo	14.335.495	25.299.973	20.410.616	19.059.663
% de detenção	62%	62%	49%	49%
	8.879.406	15.670.803	10.001.202	9.339.235
Prestações suplementares de capital	12.388.000	-	-	-
Valorização a justo valor de imóveis	1.359.623	1.457.877	-	-
Valorização a justo valor de viaturas - Ativos fixos	-	-	5.539.388	4.109.082
Carteira de clientes	-	-	677.417	1.016.123
Valorização a justo valor de inventários	-	12.830	-	-
Passivos por impostos diferidos	(302.109)	(327.690)	(768.781)	(1.153.171)
Goodwill	-	1.578.107	8.148.246	8.148.246
	22.330.979	18.391.927	23.597.472	21.459.516

Conforme descrito na secção “Informação financeira resumida das participadas” da presente Nota, foram identificados, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, indícios de imparidade relativamente à participação financeira no empreendimento conjunto CaetanoBus – Fabricação de Carroçarias, S.A., tendo por esse motivo o Conselho de Administração levado a cabo uma análise de imparidade formal sobre a referida participação financeira.

Os principais pressupostos que serviram de base à referida análise, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, divididos por geografia em que o referido empreendimento conjunto opera, são como segue:

2023			
	Portugal	Reino Unido	Alemanha
Taxa de crescimento composta das vendas na projeção	27,2%	-5,1%	30,8%
Margem EBITDA	[1,0% a 6,6%]	[3,1% a 4,3%]	[2,6% a 4,4%]
G (taxa de crescimento na perpetuidade)	2,00%	2,00%	2,00%
WACC (taxa de desconto)	10,93%	10,39%	10,08%

2022			
	Portugal	Reino Unido	Alemanha
Taxa de crescimento composta das vendas na projeção	33,6%	35%	31,8%
Margem EBITDA	[0,6% a 6,6%]	[2,8% a 3,8%]	[1,0% a 1,5%]
G (taxa de crescimento na perpetuidade)	2,00%	2,00%	2,00%
WACC (taxa de desconto)	8,07%	6,90%	6,13%

Os pressupostos que estão na base do teste de imparidade preparado pelo Conselho de Administração consideram (i) as perspetivas associadas à retoma de atividade no período pós-pandemia, (ii) uma alteração estrutural no segmento de atividade associado à fabricação e montagem de autocarros urbanos, a qual passa pela concretização de uma parceria que envolve a subcontratação de uma parte significativa da produção e montagem daqueles autocarros, (iii) bem como a materialização do crescimento projetado pelo órgão de gestão daquele empreendimento conjunto para o respetivo mercado-alvo, relativamente aos modelos de autocarros ambientalmente mais sustentáveis.

Como resultado do seu processo de análise, e tendo em consideração alguma incerteza quanto à expectativa de continuação da retoma de atividade e recuperação da rentabilidade do empreendimento conjunto, a qual está associada à parceria acima referida, bem como a atual conjuntura macroeconómica global impactada pelos atuais conflitos armados em curso na Ucrânia e no Médio Oriente que poderão continuar a produzir efeitos adversos nas principais economias de destino das vendas da Caetanobus – Fabricação de Carroçarias, S.A., o Grupo

registou nas suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 uma perda por imparidade no montante de 1.578.107 Euros, correspondente à totalidade do *Goodwill* associado à aquisição do referido empreendimento conjunto.

11. OUTROS INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica “Outros Investimentos” detalha-se como segue:

Participação	2023	2022
Cimóvel - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	5.235.080	4.817.718
Outros	159.144	148.686
	5.394.224	4.966.404

Durante os exercícios findos 31 de dezembro de 2023 e 2022 os movimentos ocorridos na rubrica “Outros investimentos” foram como segue:

	2023	2022
Outros investimentos		
Justo valor em 1 de janeiro	4.966.404	4.606.025
Aquisições durante o Ano	10.458	17.318
Aumento/(diminuição) no justo valor	417.362	343.061
Justo valor na data de referência	5.394.224	4.966.404

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica “Outros investimentos” inclui o montante de 5.235.080 Euros (4.817.718 Euros em 31 de dezembro de 2022) correspondente a 580.476 unidades de participação no Cimóvel- Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (9,098%), estando as mesmas registadas ao valor da Unidade de Participação divulgada a 31 de dezembro de 2023 (o custo de aquisição das referidas unidades de participação ascendeu a 3.013.947 Euros), encontrando-se constituída uma reserva em Capital (Reserva de Justo Valor) no montante de 2.046.693 Euros (1.723.238 Euros em 31 de dezembro de 2022). A presente participação, mensurada a justo valor por outro rendimento integral, foi assim designada na data do seu reconhecimento.

O montante remanescente representa investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas, sendo que o Conselho de Administração entende que o valor líquido pelo qual se encontram contabilizados se aproxima do seu justo valor.

Adicionalmente, o efeito no capital próprio nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 do registo da participação no Fundo Cível ao seu justo valor pode ser resumido como segue:

	2023	2022
Varição no justo valor	417.362	343.061
Impostos diferidos	(93.907)	(77.189)
Efeito no capital próprio	323.455	265.872

12. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2023	2022
Matérias-primas, Subsidiárias, e de Consumo	8.242.299	12.312.484
Produtos e Trabalhos em Curso	2.753.976	3.065.627
Produtos Acabados e Intermédios	2.052.019	3.945.939
Mercadorias	136.724.869	52.930.168
	149.773.163	72.254.218
Perdas por imparidade acumuladas em inventários (Nota 26)	(2.719.990)	(2.006.348)
	147.053.173	70.247.870

O valor das mercadorias evidenciadas na demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2023 e 2022, repartido por escalões de antiguidade, é como segue:

Mercadorias	2023				Total
	- 6 meses	6 - 12 meses	12 - 24 meses	+ 24 meses	
Peças	3.498.858	366.858	266.759	472.970	4.605.445
Viaturas novas	75.982.760	1.813.235	84.407	13.456	77.893.858
Viaturas usadas	31.718.597	14.410.340	7.345.944	667.675	54.142.556
Outros	83.011	-	-	-	83.011
Total	111.283.225	16.590.433	7.697.110	1.154.102	136.724.869

Mercadorias	2022				Total
	- 6 meses	6 - 12 meses	12 - 24 meses	+ 24 meses	
Peças	2.696.421	268.710	328.620	394.387	3.688.138
Viaturas novas	13.114.952	279.285	115.893	29.198	13.539.328
Viaturas usadas	27.421.913	5.332.458	1.166.173	1.681.057	35.601.601
Outros	101.101	-	-	-	101.101
Total	43.334.387	5.880.453	1.610.686	2.104.642	52.930.168

Conforme se pode verificar no quadro acima, as mercadorias com mais de 24 meses de antiguidade ascendem em 31 de dezembro de 2023 a, aproximadamente, 1,15 milhões de Euros (aproximadamente 2,1 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2022), sendo que, relativamente a este universo, encontravam-se constituídas imparidades no montante de, aproximadamente, 669 mil Euros (586 mil Euros em 31 de dezembro de 2022).

O Grupo tem definidos critérios de imparidade relativamente a viaturas usadas que assumem uma desvalorização face à antiguidade das mesmas. Os critérios seguidos pelo Grupo encontram-se suportados por informação de mercado obtida junto de entidades externas com referência a 31 de dezembro. Desta forma, não é expectativa do Conselho de Administração que em exercícios futuros venham a ser geradas perdas no processo de alienação e realização das referidas viaturas usadas.

Em 31 de dezembro de 2023 a rubrica de inventários inclui o montante de 54,1 milhões de euros relativo a viaturas usadas (35,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existem bens do inventário do Grupo que estejam dados como penhor na garantia de passivos contratados.

O custo das vendas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi apurado como segue:

	2023			2022		
	Mercadorias	Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	Total
Existências Iniciais	52.930.168	12.312.484	65.242.652	71.414.389	13.775.081	85.189.470
Compras Líquidas	425.075.115	38.729.399	463.804.514	282.698.870	63.409.691	346.108.561
Transferências de/para Inventários (Nota 6)	(1.866.407)	-	(1.866.407)	(4.775.523)	-	(4.775.523)
Regularização de inventários	(3.015.567)	-	(3.015.567)	3.246.231	-	3.246.231
Existências Finais	(136.724.869)	(8.242.299)	(144.967.168)	(52.930.168)	(12.312.484)	(65.242.652)
Total	336.398.440	42.799.584	379.198.024	299.653.799	64.872.288	364.526.087

A variação da produção nos exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022 foi apurada como segue:

	2023			2022		
	Produtos acabados, intermédios	Produtos e trabalhos em curso	Total	Produtos acabados, intermédios	Produtos e trabalhos em curso	Total
Existências Finais	2.052.019	2.753.976	4.805.995	3.945.939	3.065.627	7.011.566
Regularização de existências	(460.469)	460.750	281	(69.201)	66.420	(2.781)
Existências Iniciais	(3.945.939)	(3.065.627)	(7.011.566)	(2.687.059)	(765.005)	(3.452.064)
Total	(2.354.389)	149.099	(2.205.290)	1.189.679	2.367.042	3.556.721

13. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	ATIVOS CORRENTES		ATIVOS NÃO CORRENTES	
	2023	2022	2023	2022
Cientes, conta corrente	86.111.776	67.638.633	52.314	146.833
Cientes cobrança duvidosa	8.935.953	9.508.485	-	-
	95.047.729	77.147.118	52.314	146.833
Perdas por imparidade acumuladas em clientes (Nota 26)	(8.876.119)	(9.445.666)	-	-
	86.171.610	67.701.452	52.314	146.833

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe por tipologia de clientes da antiguidade das contas a receber, incluindo a informação sobre a existência de instrumentos de melhoria creditícia de que o Grupo dispõe, é como segue:

Antiguidade das contas a receber

	2023				Total	Instrumentos de melhoria creditícia
	- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias		
Empresas relacionadas	9.728.015	517.174	228.809	2.736.745	13.210.743	n.a.
Estado	2.137.434	96.955	138.972	55.915	2.429.276	n.a.
Financeiras	9.762.203	859.707	338.327	818.822	11.779.059	n.a.
Seguradoras	1.763.749	207.132	38.140	94.553	2.103.574	n.a.
Outros clientes	36.751.804	1.319.915	386.918	108.433	38.567.070	n.a.
Concessionários Independentes	14.446.899	1.429.593	879.881	1.317.995	18.074.368	Garantias Bancárias
Total	74.590.104	4.430.476	2.011.047	5.132.463	86.164.090	

2022						
	- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total	Instrumentos de melhoria creditícia
Empresas relacionadas	3.703.785	1.303.063	43.618	222.194	5.272.660	n.a.
Estado	864.112	89.224	6.985	37.227	997.548	n.a.
Financeiras	7.081.434	217.683	160.952	768.130	8.228.199	n.a.
Seguradoras	1.915.656	111.289	114.442	126.556	2.267.943	n.a.
Clientes com acordos de pagamento	-	-	-	146.833	146.833	Acordos de pagamento
Outros clientes	39.039.241	1.493.714	698.407	1.286.748	42.518.110	n.a.
Concessionários Independentes	7.717.640	99.512	26.294	510.727	8.354.173	Garantias Bancárias
Total	60.321.868	3.314.485	1.050.698	3.098.415	67.785.466	

Maturidade das dívidas com reconhecimento de perdas por imparidade

2023					
	- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total
Outros clientes	3.872	5.018	2.434	8.924.629	8.935.953
Total	3.872	5.018	2.434	8.924.629	8.935.953

2022					
	- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total
Outros clientes	22.753	5.322	6.523	9.473.887	9.508.485
Total	22.753	5.322	6.523	9.473.887	9.508.485

É entendimento do Conselho de Administração que o risco de crédito associado aos clientes que compõe o escalão etário mais antigo é diminuto, em resultado de:

- Clientes com acordos de pagamento: tendo em consideração as análises de crédito efetuadas, o conhecimento dos clientes em causa e a informação externa obtida sobre a situação financeira dos mesmos, é entendimento que estes clientes não apresentam risco de crédito significativo, sendo que o Conselho de Administração mantém regularmente uma monitorização do cumprimento dos acordos estabelecidos, envolvendo tais acordos um número reduzido de entidades. Em 31 de dezembro de 2023 não existiam situações desta natureza;
- Empresas Relacionadas: nesta tipologia de clientes encontram-se incluídas diversas entidades pertencentes à esfera do Grupo Salvador Caetano, com quem o Grupo Toyota Caetano Portugal mantém transações de índole comercial regulares, sendo que o Grupo

mantém igualmente transações enquanto cliente com entidades do mesmo Grupo Salvador Caetano. É assim entendimento do Conselho de Administração que os valores incluídos no escalão etário “+120 dias” relativos a esta tipologia de clientes são integralmente recuperáveis, sendo que uma parte substancial daquele montante respeita ao empreendimento conjunto detido pela empresa CaetanoBus – Fabricação de Carroçarias, S.A. (Nota 10);

- c) Outros clientes: nesta tipologia de clientes encontram-se incluídos, entre outros, clientes gerais de viaturas relativamente aos quais existe habitualmente uma cláusula de reserva de propriedade associada à viatura vendida ou, em alternativa, não é transferida a sua propriedade até que a viatura alienada esteja integralmente liquidada. Entende, contudo, o Conselho de Administração que, nesta tipologia de clientes existem situações de risco de crédito moderado, as quais não são materialmente relevantes. O departamento de controlo de crédito e cobranças do Grupo mantém uma monitorização constante destas situações.

Relativamente à aplicação do modelo de *Expected Credit Losses* preconizado na IFRS 9, o Grupo aplicou na análise efetuada a abordagem simplificada de reconhecer as perdas de crédito esperadas na vida económica das contas a receber, tendo em consideração que as mesmas não apresentam uma componente de financiamento significativa.

Importa igualmente referir que, no que respeita aos instrumentos financeiros correspondentes a contas a receber de clientes, não ocorreu genericamente no exercício de 2023 uma alteração relevante no tempo médio de recebimento.

Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira consolidada encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas na data da demonstração da posição financeira consolidada. Assim, o Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber de clientes se aproximam do seu justo valor.

14. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tinha a seguinte composição:

ATIVOS CORRENTES		
	2023	2022
Adiantamentos a fornecedores	2.711.466	191.982
Estado e outros entes públicos (IVA)	-	913.240
Outros devedores	1.166.336	1.172.057
	3.877.802	2.277.279

Refira-se que a presente rubrica inclui igualmente um saldo a receber no valor de 41.597 Euros da parte relacionada Fundação Salvador Caetano (11.227 Euros em 31 de dezembro de 2022).

15. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2023	2022
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Frotas, Campanhas, Bónus, Rappel e participações a receber de marcas	852.714	1.312.063
Subsídios à formação (IEFP)	623.009	384.596
Comissões de intermediação (financiamento e seguros)	263.830	311.573
Rendas	-	32.545
Reclamações de Garantia	126.139	127.048
Outros	474.929	188.523
	2.340.621	2.356.348
Gastos a reconhecer		
Seguros	231.401	219.990
Rendas	143.413	130.320
Fundo de pensões	141.820	-
Encargos com financiamento "Papel comercial"	92.573	102.906
Outros	4.154.027	165.749
	4.763.234	618.965
Total	7.103.855	2.975.313

A rubrica "Frotas, Campanhas, Bónus, Rappel e participação a receber de marcas" corresponde a valores a receber de prémios de desempenho e cumprimento de objetivos

alcançados concedidos pelas marcas Toyota e Lexus, bem como apoio a campanhas desenvolvidas pelas mesmas.

A Rubrica de “Outros” dos gastos a reconhecer, inclui encargos suportados pelo Grupo no montante de 3,7 milhões de Euros associados ao projeto APM (*Accessible People Mover*), relativos ao desenvolvimento de um veículo elétrico utilitário de pequenas dimensões para grandes eventos, o qual se encontrará em demonstração já em 2024, nos Jogos Olímpicos de Paris, e cujo investimento se insere na agenda *BeNeutral* do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR). Estes montantes (que correspondem essencialmente a custos diretos com colaboradores internos, fornecimentos e serviços externos e consumos de materiais) serão reconhecidos como custo no exercício de 2024 aquando da venda (e reconhecimento do proveito) destes veículos, a qual será efetuada a uma entidade relacionada do Grupo multinacional Toyota.

16. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe e movimento dos montantes e a natureza dos ativos e passivos por impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, podem ser resumidos como se segue:

	2023				2023
	2022	Outras Variações	Impacto em Resultados	Impacto em Capitais Próprios	
Impostos diferidos ativos:					
Perdas por imparidade e provisões constituídas e não aceites como custos fiscais	669.887	-	(223.978)	-	445.909
Responsabilidades por planos de benefícios definidos	368.042	31.909	-	(78.493)	321.458
Anulação de ativos fixos tangíveis/inventários	1.243.740	-	120.484	-	1.364.224
Outros - Rédito de operações	104.423	-	922.202	-	1.026.625
	2.386.092	31.909	818.708	(78.493)	3.158.216
Impostos diferidos passivos:					
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(1.491.019)	-	(10.773)	-	(1.501.792)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de imobilizações	(44.566)	-	9.400	-	(35.166)
Amortizações não aceites fiscalmente	-	-	(1.323.740)	-	(1.323.740)
Imputação do justo valor de ativos financeiros	(405.851)	-	-	(93.907)	(499.758)
Responsabilidades por planos de benefícios definidos	-	(31.909)	-	-	(31.909)
	(1.941.436)	(31.909)	(1.325.113)	(93.907)	(3.392.365)
Efeito líquido (Nota 27)		-	(506.405)	(172.400)	

2022				
	2021	Impacto em Resultados	Impacto em Capitais Próprios	2022
<u>Impostos diferidos ativos:</u>				
Perdas por imparidade e provisões constituídas e não aceites como custos fiscais	858.385	(188.498)	-	669.887
Responsabilidades por planos de benefícios definidos	1.620.998	(325.121)	(927.835)	368.042
Anulação de ativos fixos tangíveis/inventários	894.536	349.204	-	1.243.740
Outros - Rédito de operações	154.816	(50.393)	-	104.423
	3.528.735	(214.808)	(927.835)	2.386.092
<u>Impostos diferidos passivos:</u>				
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(1.491.019)	-	-	(1.491.019)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de imobilizações	(53.966)	9.400	-	(44.566)
Imputação do justo valor de ativos financeiros	(328.662)	-	(77.189)	(405.851)
	(1.873.647)	9.400	(77.189)	(1.941.436)
Efeito líquido (Nota 27)		(205.408)	(1.005.024)	

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 as empresas do Grupo não tinham prejuízos fiscais reportáveis.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 as taxas de imposto utilizadas para apuramento dos ativos e passivos por impostos diferidos foram as seguintes:

	Taxa de imposto	
	2023	2022
País origem da filial:		
Portugal	22,5%- 21%	22,5%-21%
Cabo Verde	25%	25%

17. CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o detalhe de caixa e equivalentes a caixa era o seguinte:

	2023	2022
Numerário	140.940	125.984
Depósitos bancários	24.686.174	11.173.763
	24.827.114	11.299.747

18. CAPITAL PRÓPRIO

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital da Empresa-mãe, totalmente subscrito e realizado, é constituído por 35.000.000 de ações nominativas, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada.

A identificação das pessoas coletivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

- Salvador Caetano- Auto S.G.P.S., S.A.	69,80%
- Toyota Motor Europe NV/SA	27,00%

Dividendos

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de maio de 2023, foi aprovada pelos acionistas a distribuição de dividendos a atribuir ao capital de 0,25 Euros por ação, no montante de 8,75 milhões de Euros.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de maio de 2022, foi aprovada pelos acionistas a distribuição de dividendos a atribuir ao capital de 0,20 Euros por ação, no montante de 7 milhões de Euros.

Em 31 de dezembro de 2023 não existem quaisquer restrições à distribuição de dividendos.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital da Empresa. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor refletem as variações de justo valor dos instrumentos de capital ao justo valor por via de capital e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos (Nota 11).

Outras reservas e resultados transitados

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Toyota Caetano Portugal, S.A., apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia.

19. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

O movimento desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi como se segue:

	2023	2022
Saldo inicial em 1 de janeiro	1.451.563	1.329.406
Outros	7.417	4.462
Resultado do exercício atribuível aos interesses que não controlam	348.454	117.695
	1.807.434	1.451.563

A decomposição do valor por empresa subsidiária consolidada integralmente nas Demonstrações Financeiras apresentadas em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é como se segue:

2023			
Subsidiária	% IQNC	Interesses que não controlam	Resultado do exercício de Interesses que não controlam
Caetano Auto CV	18,76%	1.031.990	252.068
Caetano Auto	1,26%	768.704	92.080
Destaque Mourisco	43,72%	(1.085)	(318)
Salvador Caetano Seguros	1,26%	7.825	4.624
		1.807.434	348.454

2022			
Subsidiária	% IQNC	Interesses que não controlam	Resultado do exercício de Interesses que não controlam
Caetano Auto CV	18,76%	779.922	58.533
Caetano Auto	1,26%	669.207	57.097
Destaque Mourisco	43,72%	(767)	(1.136)
Salvador Caetano Seguros	1,26%	3.201	3.201
		1.451.563	117.695

O resumo da informação financeira das empresas subsidiárias discriminadas acima encontra-se evidenciado no quadro abaixo:

Rubrica	Caetano Auto		Caetano Auto CV	
	2023	2022	2023	2022
Ativo Não Corrente	51.825.359	50.747.466	1.080.482	1.170.588
Ativo Corrente	101.991.943	56.571.322	9.007.110	7.096.573
Total Ativo	153.817.302	107.318.788	10.087.592	8.267.161
Passivo Não Corrente	4.268.017	5.392.037	1.439.437	1.439.438
Passivo Corrente	89.826.653	49.975.178	3.152.097	2.632.509
Capital Próprio	59.722.632	51.951.573	5.496.058	4.195.214
Vendas e Prestações de Serviços	273.373.786	236.799.136	19.367.131	16.073.817
Resultados Operacionais	10.325.700	6.865.534	1.548.425	384.197
Resultados Financeiros	12.205	(74.281)	28.413	14.703
Impostos	(2.832.823)	(1.843.037)	(275.994)	(95.511)
Resultado Líquido	7.505.082	4.948.216	1.300.844	303.389

Rubrica	Destaque Mourisco		Salvador Caetano Seguros	
	2023	2022	2023	2022
Ativo Não Corrente	-	-	-	-
Ativo Corrente	653	653	738.354	333.790
Total Ativo	653	653	738.354	333.790
Passivo Corrente	3.118	2.391	111.503	74.423
Capital Próprio	(2.465)	(1.738)	626.851	259.367
Vendas e Prestações de Serviços	-	-	916.109	332.498
Resultados Operacionais	(728)	(2.599)	401.491	328.355
Resultados Financeiros	-	-	-	(139)
Impostos	-	-	(34.006)	(73.849)
Resultado Líquido	(728)	(2.599)	367.485	254.367

20. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a rubrica de “Financiamentos Obtidos” tem o seguinte detalhe:

	2023			2022		
	Corrente	Não Corrente	TOTAL	Corrente	Não Corrente	TOTAL
Empréstimos Bancários	75.000.000	-	75.000.000	22.136.203	-	22.136.203
Descobertos Bancários	62.185	-	62.185	6.800	-	6.800
Empréstimo Obrigacionista	-	15.000.000	15.000.000	12.500.000	-	12.500.000
Passivos por Locação	5.734.197	17.431.252	23.165.449	4.877.306	14.663.934	19.541.240
	80.796.382	32.431.252	113.227.634	39.520.309	14.663.934	54.184.243

O movimento ocorrido nos empréstimos bancários, descobertos bancários, programas de Papel Comercial e empréstimo obrigacionista, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 foi o seguinte:

2023	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Outras variações (*)	Saldo Final
Empréstimos Bancários	136.203	15.000.000	136.203	-	15.000.000
Descobertos Bancários	6.800	-	-	55.385	62.185
Contas correntes caucionadas	15.000.000	47.000.000	42.000.000	-	20.000.000
Papel comercial	7.000.000	313.500.083	280.500.083	-	40.000.000
Empréstimo Obrigacionista	12.500.000	15.000.000	12.500.000	-	15.000.000
Passivos por Locação	19.541.240	9.062.112	6.034.944	597.041	23.165.449
	54.184.243	399.562.195	341.171.230	652.426	113.227.634

2022	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Outras variações (*)	Saldo Final
Empréstimos Bancários	280.530	-	144.327	-	136.203
Descobertos Bancários	8.203	-	-	(1.403)	6.800
Contas correntes caucionadas	15.000.000	60.000.000	60.000.000	-	15.000.000
Papel comercial	-	64.500.000	57.500.000	-	7.000.000
Empréstimos Obrigacionista	12.500.000	-	-	-	12.500.000
Passivos por Locação	19.867.273	6.601.048	7.487.497	560.416	19.541.240
	47.656.006	131.101.048	125.131.824	559.013	54.184.243

(*) sem impacto na demonstração de fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe dos empréstimos bancários, descobertos bancários, programas de Papel Comercial e empréstimo obrigacionista, bem como as suas respetivas condições, é como segue:

2023				
Descrição/Empresa beneficiária	Montante utilizado	Limite	Data início	Prazo
<u>Não corrente</u>				
Empréstimo obrigacionista				
Toyota Caetano Portugal	15.000.000	15.000.000	09/08/2023	5 anos
	15.000.000	15.000.000		
<u>Corrente</u>				
Contas correntes caucionadas				
Toyota Caetano Portugal	20.000.000	20.000.000	05/12/2021	1 ano (**)
Toyota Caetano Portugal	-	2.000.000	27/11/2011	3 meses (*)
Descobertos bancários	62.185	5.500.000		
Faturas descontadas em regime de "Confirming"	15.000.000	25.000.000	21/12/2023	5 anos
Papel comercial:				
Toyota Caetano Portugal	-	5.000.000	27/02/2021	5 anos
Toyota Caetano Portugal	10.000.000	10.000.000	27/02/2021	5 anos
Toyota Caetano Portugal	10.000.000	10.000.000	18/08/2020	5 anos
Toyota Caetano Portugal	4.000.000	4.000.000	17/07/2022	5 anos
Toyota Caetano Portugal	10.000.000	10.000.000	24/02/2020	1 ano (**)
Toyota Caetano Portugal	-	-		
Toyota Caetano Portugal	6.000.000	10.500.000	14/06/2021	5 anos
	75.062.185	102.000.000		
	90.062.185	117.000.000		

2022				
Descrição/Empresa beneficiária	Montante utilizado	Limite	Data início	Prazo
<u>Não corrente</u>				
Empréstimo obrigacionista				
Toyota Caetano Portugal	12.500.000	12.500.000	09/08/2018	5 anos
	12.500.000	12.500.000		
<u>Corrente</u>				
Contas correntes caucionadas				
Toyota Caetano Portugal	15.000.000	20.000.000	03/12/2021	1 ano (**)
Toyota Caetano Portugal	-	2.000.000	27/11/2011	3 meses (*)
Empréstimo Linha Covid				
Caetano Auto CV	136.203	136.203		
Descobertos bancários				
Faturas descontadas em regime de "Confirming"	-	4.500.000		
Papel comercial:				
Toyota Caetano Portugal	7.000.000	7.000.000	27/02/2021	5 anos
Toyota Caetano Portugal	-	10.000.000	27/02/2021	5 anos
Toyota Caetano Portugal	-	10.000.000	18/08/2020	5 anos
Toyota Caetano Portugal	-	4.000.000	17/07/2017	5 anos
Toyota Caetano Portugal	-	4.000.000	24/02/2021	1 ano
Toyota Caetano Portugal	-	13.000.000	14/06/2021	5 anos
	22.143.003	80.136.203		
	34.643.003	92.636.203		

(*) renovável trimestralmente

(**) renovável anualmente

No corrente exercício, a Empresa mãe, procedeu à emissão de dois empréstimos obrigacionistas por oferta particular e direta, sendo um deles, de 7.500.000 Euros, a taxa variável e o outro, de igual montante, a taxa fixa; ambos por um prazo de 5 anos (a contar da data de subscrição: 7 de agosto de 2023) e com reembolso *bullet* no final do prazo. Estes financiamentos destinaram-se a amortizar o anterior empréstimo obrigacionista, no montante de 12.500,000 Euros que se venceu no início de agosto de 2023.

Detalhamos, em seguida, o valor relativo a financiamentos obtidos ou linhas de crédito contratadas para as quais foram concedidas garantias reais relativas a hipotecas sobre imóveis (Nota 37):

- Papel Comercial: 15.000.000 Euros

Os juros respeitantes aos empréstimos bancários acima referidos encontram-se indexados à Euribor (*floor zero*), acrescidos de um "spread" que varia entre 0,45% e 2,0%.

O Grupo e as suas participadas têm contratadas linhas de crédito em 31 de dezembro de 2023 no montante de, aproximadamente 107 Milhões de Euros (dos quais estavam utilizadas cerca de 90 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2023) que poderão ser utilizadas para futuras atividades operacionais e para satisfazer compromissos financeiros, não havendo qualquer restrição à utilização dessas facilidades. Este valor está contratado em diversas instituições financeiras não existindo concentração excessiva em nenhuma delas.

A rubrica Passivos de locação (corrente e não corrente) corresponde a responsabilidades do Grupo, como locatário, relativas aos direitos de uso relacionados com equipamentos de movimentação de carga e imóveis arrendados para levar a cabo uma parte reduzida das suas operações, uma vez que a maior parte da atividade operacional do Grupo é desenvolvida em imóveis próprios.

Responsabilidades por intervalos de maturidade:

Financiamentos

	2023					Total
	12m	12-24m	24-36m	36-48m	>48m	
Empréstimos bancários	20.000.000	-	-	-	-	20.000.000
Empréstimo obrigacionista	-	-	-	-	15.000.000	15.000.000
<i>Confirming</i>	15.000.000	-	-	-	-	15.000.000
Descobertos Bancários	62.185	-	-	-	-	62.185
Papel comercial	40.000.000	-	-	-	-	40.000.000
Passivos de Locação	5.734.197	4.574.125	3.999.833	3.451.473	5.405.821	23.165.449
Total financiamentos	80.796.382	4.574.125	3.999.833	3.451.473	20.405.821	113.227.634

	2022					Total
	12m	12-24m	24-36m	36-48m	>48m	
Empréstimos bancários	15.136.203	-	-	-	-	15.136.203
Empréstimo obrigacionista	12.500.000	-	-	-	-	12.500.000
Descobertos Bancários	6.800	-	-	-	-	6.800
Papel comercial	7.000.000	-	-	-	-	7.000.000
Passivos de Locação	4.877.306	5.857.359	3.334.527	2.465.857	3.006.191	19.541.240
Total financiamentos	39.520.309	5.857.359	3.334.527	2.465.857	3.006.191	54.184.243

Juros

2023						
	12m	12-24m	24-36m	36-48m	>48m	Total
Empréstimos bancários	239.483	-	-	-	-	239.483
Passivos de Locação	700.528	1.167.537	874.135	579.714	526.436	3.848.350
Empréstimo obrigacionista	719.910	719.003	719.003	719.003	720.064	3.596.983
Total juros	1.659.921	1.886.540	1.593.138	1.298.717	1.246.500	7.684.816

2022						
	12m	12-24m	24-36m	36-48m	>48m	Total
Empréstimos bancários	547.804	-	-	-	-	547.804
Passivos de Locação	377.005	240.351	138.588	77.399	96.987	930.330
Empréstimo obrigacionista	203.039	347.482	-	-	-	550.521
Total juros	1.127.848	587.833	138.588	77.399	96.987	2.028.655

21. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023 esta rubrica era composta por saldos correntes a pagar a fornecedores, que se vencem integralmente no curto prazo.

O Grupo, no âmbito da gestão dos riscos financeiros, implementou políticas para assegurar que todas as responsabilidades serão liquidadas dentro dos prazos de pagamento definidos.

22. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	PASSIVOS CORRENTES		PASSIVOS NÃO CORRENTES	
	2023	2022	2023	2021
Retenção de impostos sobre o Rendimento	434.168	447.802	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado	19.203.182	11.491.072	-	-
Imposto automóvel	2.761.299	1.085.276	-	-
Contribuições para a Segurança Social	769.632	771.947	-	-
Tributos das autarquias locais	163.897	165.839	-	-
Outros	4.158	4.787	-	-
Estado e outros entes públicos - Subtotal	23.336.336	13.966.723	-	-
Acionistas	40.108	29.742	-	-
Adiantamentos de Clientes	7.392.363	3.254.006	-	-
Outras dívidas a terceiros	40.478.964	26.958.560	2.417.931	805.640
Outras dívidas a terceiros - Subtotal	47.911.435	30.242.308	2.417.931	805.640
	71.247.771	44.209.031	2.417.931	805.640

Em determinadas situações, o Grupo está a recorrer a entidade financeira das marcas representadas, nomeadamente à entidade Toyota Kreditbank, GMBH- Sucursal em Portugal, para efeitos de aquisição de viaturas, necessárias para os níveis de atividade desenvolvidos. Os montantes devidos a esta entidade encontram-se incluídos na rubrica de “Outras dívidas a terceiros” e perfazem o montante de 41.865.049 Euros em 31 de dezembro de 2023 (26.779.908 Euros em 31 de dezembro de 2022).

É entendimento do Conselho de Administração que as contas a pagar à Toyota Kreditbank, GMBH – Sucursal em Portugal para efeitos de aquisição de viaturas, apresentam características específicas que justificam uma apresentação separada das rubricas de financiamentos obtidos e de fornecedores. Com efeito, o Grupo financia a aquisição de viaturas novas (para exposição) e de viaturas matriculadas (destinadas a demonstração, cortesia e aluguer) através da entidade financeira do Grupo Toyota Japão, a Toyota Kreditbank, GMBH – Sucursal em Portugal, sendo que os referidos acordos celebrados com esta entidade determinam que a liquidação do passivo deverá ser efetuada na mais recente das seguintes datas: a data da maturidade do acordo ou a data da venda da viatura. Esta é uma característica relevante, específica e única desta tipologia de passivos, facto que foi tomado em consideração por parte do Conselho de Administração no processo de avaliação da classificação do referido passivo financeiro. No referido *assessment*, o Conselho de Administração considerou ainda ser prática do setor a não apresentação desta tipologia de passivos como financiamentos obtidos, quando se encontra especificamente associado à aquisição de viaturas.

Os valores em aberto com a Toyota Kreditbank, GMBH – Sucursal em Portugal em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 respeitam a financiamentos com maturidades inferiores a 640 dias, taxas de juro entre os 3,85% e 5,85%, sendo que as empresas do Grupo Toyota Caetano Portugal garantem os mesmos através da entrega de uma livrança em branco com o respetivo pacto de preenchimento.

Associado ao projeto APM (*Accessible People Mover*), relativo ao desenvolvimento de um veículo elétrico utilitário de pequena dimensão para grandes eventos, o qual se encontrará em demonstração, já em 2024, nos Jogos Olímpicos de Paris, o Grupo recebeu um adiantamento no montante de 4,1 milhões de euros por conta da venda destes veículos a serem efetuados no exercício de 2024.

Não existem dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social.

23. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO (DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA)

A decomposição da rubrica de Imposto sobre o rendimento a 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é como se segue:

	2023	2022
<u>Saldos credores</u>		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
Imposto sobre o rendimento a pagar	3.333.158	2.116.541
	3.333.158	2.116.541

24. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

	2023	2022
Credores por acréscimos de gastos		
Encargos com férias e subsídios de férias	7.683.427	8.307.798
Campanhas publicitárias e promoção de vendas	2.002.660	362.692
Comissões a liquidar	813.230	833.575
Imposto Automóvel de viaturas vendidas e não matriculadas	2.461.012	1.032.644
Encargos com fornecimentos e serviços externos a liquidar	1.576.870	1.281.760
Encargos de <i>rappel</i> atribuíveis a entidades gestoras de frotas	692.235	613.556
Especialização de custos afetos a viaturas vendidas	2.143.505	1.170.239
Seguros a liquidar	111.620	37.054
Juros a liquidar	605.871	203.479
IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis	166.784	152.959
<i>Royalties</i>	62.077	152.285
Outros	2.296.139	2.245.595
	20.615.430	16.393.636
Rendimentos a reconhecer		
Contratos de Manutenção / Assistência de viaturas	6.334.817	6.251.670
Diferimento do crédito	30.009.772	1.488.904
Outros	2.449.650	543.401
	38.794.239	8.283.975
Total	59.409.669	24.677.611

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica "Outros" de credores por acréscimos de gastos inclui antecipações relativas a contratos de manutenção com viaturas de substituição em cerca de 795.338 Euros (599.297 Euros em 2022).

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a rubrica “Diferimento do crédito” inclui faturação emitida a clientes relativamente a processos de venda em curso para os quais não foi ainda cumprida a obrigação de desempenho associada.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a rubrica “Contratos de Manutenção / Assistência de viaturas”, inclui o montante diferido relativo a contratos de manutenção plurianuais de viaturas, já faturados e recebidos, para os quais a obrigação de desempenho associada ainda não foi cumprida, motivo pelo qual o respetivo crédito se encontra diferido. O referido montante é reconhecido à medida em que a obrigação de desempenho é cumprida.

25. RESPONSABILIDADES POR PENSÕES

A Toyota Caetano Portugal (em conjunto com outros associados) constituiu por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988 o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de fevereiro de 1994, em 30 de abril de 1996, em 9 de agosto de 1996, em 4 de julho de 2003, em 2 de fevereiro de 2007, em 30 de dezembro de 2008, em 23 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2013.

Este Fundo de Pensões constituído previa que, enquanto os seus associados mantivessem a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que a generalidade dos trabalhadores pudesse vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento não atualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições, configurando um plano de benefícios definidos. Para cobrir estas responsabilidades, encontra-se constituído um Fundo Autónomo (o qual é atualmente gerido pela BPI Vida e Pensões, S.A.).

Em 18 de dezembro de 2007, foi enviado à ASF- Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões um *dossier* contendo as propostas de alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Salvador Caetano, bem como a ata de aprovação das mesmas pela Comissão de Acompanhamento do Fundo, propondo, com efeitos a 1 de janeiro de 2008, a aprovação por aquele organismo dessas mesmas alterações.

A proposta anteriormente mencionada, de alteração ao regime dos complementos de reforma, devidamente aprovada pela Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões, inclui a manutenção de um regime de Benefício Definido (Plano A) para os então reformados e beneficiários de pensões diferidas, bem como para todos os trabalhadores dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano que, à data de 1 de janeiro de 2008, tinham completado 50 anos de idade e mais de 15 anos de serviço nos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano, sendo ainda criado um novo grupo (formado pelo restante universo de trabalhadores ao serviço dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano) que passou, a partir daquela data, a estar incluído num Plano de Contribuição Definida (Plano B).

Em 29 de dezembro de 2008, foi rececionada uma carta contendo a aprovação pela ASF, das alterações pretendidas e a vigorar desde 1/1/2008.

A ASF determinou na referida aprovação que os funcionários dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano que, em 1 de janeiro de 2008 tivessem atingido 15 anos ao serviço do associado e tivessem uma idade inferior a 50 anos (e que passarão a integrar um Plano de

Contribuição Definida) tivessem direito a um “capital inicial” individual segundo o novo plano, determinado em função das responsabilidades atuariais apuradas com referência a 31 de dezembro de 2007 e com base nos pressupostos e critérios utilizados naquele exercício.

Os ativos do Fundo de Pensões Salvador Caetano foram naquela data alocados àqueles dois Planos mediante as regras então instituídas pelo ASF, mantendo-se assim aquele formato até à data atual.

No final de 2023, foi criado um novo plano de Contribuição Definida (Plano C) que abrange todos os colaboradores admitidos após 1 de dezembro de 2023.

Desta forma, o Fundo de Pensões Salvador Caetano é um fundo único e contempla três planos distintos: um plano de Benefícios Definidos (Plano A) e dois planos de Contribuição Definida (Plano B e Plano C).

As principais características destes três planos são como segue:

Plano A - (Benefício Definido): Abrange todos os colaboradores (incluindo membros dos órgãos sociais) que à data de 01.01.2008 já tinham perfazido, cumulativamente, 50 anos de idade e 15 anos de antiguidade na empresa. Consubstancia-se no direito à atribuição de uma pensão complementar paga pelo referido Fundo de Pensões, de valor equivalente a 20% do último salário pensionável.

Plano B – (Contribuição Definida): Abrange todos os colaboradores (incluindo membros dos órgãos sociais) admitidos até 30 de novembro de 2023. O benefício resulta do valor acumulado das contribuições efetuadas pela empresa e pelo trabalhador, caso este decida contribuir, e pelos rendimentos gerados pelas contribuições. A empresa contribui, numa base anual, para o Fundo de Pensões com um montante correspondente a 3% do salário bruto anual de cada colaborador abrangido por este Plano. Na idade legal de reforma, 2/3 do valor acumulado será transformado num valor mensal a ser pago ao Colaborador/Membro do Órgão Social, dado que 1/3 do valor acumulado pode ser recebido sob a forma de capital.

Plano C – (Contribuição Definida): abrange todos os colaboradores (incluindo membros dos órgãos sociais) admitidos após 1 dez. 2023. O benefício resulta do valor acumulado das contribuições efetuadas pela empresa e pelo trabalhador, caso este decida contribuir, e pelos rendimentos gerados pelas contribuições. A empresa contribui, numa base anual, para o Fundo de Pensões com um montante correspondente a 0,5% do salário bruto anual de cada

colaborador abrangido por este Plano. Na idade legal de reforma, 2/3 do valor acumulado será transformado num valor mensal a ser pago ao Colaborador/Membro do Órgão Social, dado que 1/3 do valor acumulado pode ser recebido sob a forma de capital.

No que respeita ao Plano de Benefício Definido e em termos de nível mínimo de solvência, o valor dos ativos do Fundo de Pensões Salvador Caetano não poderá ser inferior ao montante mínimo de solvência calculado de acordo com as regras estabelecidas pela norma regulamentar ASF. O “Cenário Mínimo de Solvência” é assim calculado pelo atuário responsável em conformidade com a Norma nº 12/2023-R, de 12 de dezembro, que procede à alteração da Norma nº 8/2021-R, de 16 de novembro.

O Fundo de Pensões Salvador Caetano é atualmente gerido pela BPI Vida e Pensões Companhia de Seguros, S.A.. Em conformidade com a atual legislação em vigor, a entidade gestora deve assegurar que os ativos que integram o património do Fundo de Pensões Salvador Caetano são adequados às responsabilidades decorrentes dos planos de pensões, devendo para o efeito ter em conta, nomeadamente:

- A natureza dos benefícios previstos;
- O horizonte temporal das responsabilidades;
- A política de investimento estabelecida e os riscos a que os ativos estão sujeitos; e
- O nível de financiamento das responsabilidades, no que se refere ao Plano de Benefício Definido.

De acordo com a política de investimentos estabelecida no Contrato de Gestão do Fundo de Pensões, a tabela abaixo apresenta a alocação objetivo (“Peso”) excluindo imobiliário e outros ativos nacionais:

	Limite Mínimo	Valor Central	Limite Máximo
Obrigações dívida Privada da zona Euro	45,0%	50,0%	55,0%
Obrigações dívida Pública da zona Euro	20,0%	25,0%	30,0%
Ações Globais	13,0%	17,0%	22,0%
Retorno Absoluto	3,0%	8,0%	13,0%
Outros ativos	0,0%	-	10,0%
<i>High Yield</i>	0,0%	-	10,0%
<i>Cash</i>	0,0%	0,0%	12,8%

Adicionalmente, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não existiu qualquer alteração, cancelamento antecipado ou liquidação do Plano de Benefício Definido.

Os pressupostos atuariais utilizados para a avaliação de 2023 e 2022 pelo Atuário Responsável são como segue:

	2023	2022
Taxa de desconto	3,05%	3,60%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%
Taxa de crescimento dos salários	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Data efeito dos cálculos	31 de dezembro	31 de dezembro

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a *duration* das responsabilidades determinada pelo Atuário Responsável é de 7 anos.

a) Empresas subsidiárias do Grupo Toyota Caetano associadas do Fundo de Pensões Salvador Caetano

Em 31 de dezembro de 2023, as seguintes subsidiárias do Grupo Toyota Caetano eram associadas do Fundo de Pensões Salvador Caetano:

- Toyota Caetano Portugal, S.A.
- Caetano Auto, S.A.
- Caetano Renting, S.A.

No que respeita ao número e idade média dos beneficiários, a mesma detalha-se por componente do Grupo Toyota Caetano Portugal e tipologia de participante, como segue:

	Caetano Auto, S.A.		Toyota Caetano Portugal, S.A.		Caetano Renting, S.A.	
	Número de pessoas	Idade média	Número de pessoas	Idade média	Número de pessoas	Idade média
Participantes (Ativos e ex-participantes)						
Ativos < 66 anos	0	0	0	0	0	0
Ativos > 66 anos	2	66	1	68	0	0
Ex-participantes	10	72	11	74	0	0
Pré-reformados	0	0	0	0	0	0
	12	71	12	74	0	0
Reformados						
Reforma por velhice	304	75	462	76	4	70
Reforma por invalidez	16	73	12	72	0	0
Pré-reforma/reforma antecipada	0	0	0	0	0	0
Viuvez/Orfandade	0	0	0	0	0	0
	320	75	474	76	4	70

De acordo com estudo atuarial realizado pela sociedade gestora do Fundo (BPI Vida e Pensões, S.A.), o Grupo tem vindo a efetuar contribuições para o plano de benefícios definidos, permitindo que a situação patrimonial desse Fundo ascendesse em 31 de dezembro de 2023 a, aproximadamente 23.034 milhares de Euros (23.929 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2022). A parcela da responsabilidade global estimada actuarialmente para o Plano de Benefícios Definidos, na quota-parte respeitante ao Grupo, ascende em 31 de dezembro de 2023 a, aproximadamente, 24.103 milhares de Euros (24.294 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2022).

O movimento das responsabilidades do Grupo com o Plano de Benefícios Definidos nos exercícios de 2023 e 2022 pode ser resumido como segue:

	2023	2022
Saldo inicial	24.294.343	32.053.262
Efeito em resultado líquido do exercício		
Custos dos serviços correntes	12.484	35.944
Custos dos juros	831.861	305.541
Cortes no plano	-	-
Efeitos em outro rendimento integral		
(Ganhos) e perdas atuariais	459.825	(191.269)
Benefícios previstos	(2.405.503)	(2.452.845)
Alteração de Pressupostos	1.136.394	(5.329.082)
Transferências líquidas efetuadas	(225.780)	(127.208)
Saldo final	24.103.624	24.294.343

O movimento da situação patrimonial do Fundo de Pensões relativamente à quota-parte do Plano de Benefício Definido, durante o exercício de 2023 e 2022, foi como segue:

	2023	2022
Saldo inicial	23.929.047	24.947.975
Efeito em resultado líquido do exercício		
Rendimentos de juros	818.596	235.200
Efeitos em outro rendimento integral		
Ganhos/ (Perdas) de rendimento	958.504	(1.195.473)
Pagamentos de Pensões (Benefícios pagos)	(2.446.592)	(2.476.204)
Transferências líquidas efetuadas	(225.780)	(127.208)
Contribuições da empresa (inclui pagamentos diretos)	-	2.544.757
Saldo final	23.033.775	23.929.047

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a composição da carteira de ativos do Fundo de Pensões Salvador Caetano afeta às empresas do Grupo que cobre o Plano de Benefícios Definidos, é como segue:

Carteira do Fundo	Peso Carteira	Valor 31-12-2023	Peso Carteira	Valor 31-12-2022
Ações	7,8%	1.796.634	7,4%	1.770.750
Obrigações taxa fixa	30,6%	7.048.335	30,0%	7.178.714
Obrigações taxa variável	0,1%	23.034	2,7%	646.085
Imobiliário	54,2%	12.484.306	50,9%	12.179.885
Liquidez	4,1%	944.385	4,4%	1.052.878
Outros Ativos	3,2%	737.081	4,6%	1.100.735
Total	100,0%	23.033.775	100,0%	23.929.047

Em 31 de dezembro de 2023, os investimentos individuais com um peso superior a 5% do total da carteira de ativos do Fundo de Pensões Salvador Caetano, apresentam-se como segue:

Ativo	Peso Carteira	Valor 31-12-2023
Cimóvel - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	54,2%	12.484.306
MGI Funds-PLC-Global EQ.Fund-M7	7,8%	1.796.634

As responsabilidades do Grupo com o Plano de Benefício Definido e a situação patrimonial do Fundo de Pensões Salvador Caetano afeto pode ser resumido como segue:

Plano benefício definido	2023	2022
Valor da responsabilidade	24.103.624	24.294.343
Valor do fundo afeto ao plano de benefício definido	23.033.775	23.929.047

A responsabilidade líquida do Grupo Toyota Caetano Portugal acima evidenciada encontra-se acautelada, não apenas pelos ativos do Fundo de Pensões Salvador Caetano afetos ao plano de benefícios definidos, mas igualmente através de uma provisão constituída no valor de 1.211.669 Euros (542.455 Euros em 31 de dezembro de 2022), refletida na demonstração da posição financeira consolidada na rubrica “Responsabilidades por planos de benefícios definidos”, bem como de um valor de 141.820 Euros, registado na rúbrica “outros ativos correntes” (Nota 15).

Adicionalmente e conforme acima referido, o Grupo é parte integrante de um plano de contribuição definida, tendo durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 efetuado contribuições para o mesmo no montante de 753.089 Euros (381.975 Euros em 31 de dezembro de 2022), registados na demonstração consolidada dos resultados na rubrica de gastos com pessoal.

b) Empreendimento conjunto do Grupo Toyota Caetano que integra o Fundo de Pensões Salvador Caetano

Em 31 de dezembro de 2023, a CaetanoBus- Fabricação de Carroçarias, S.A. integra igualmente o Fundo de Pensões Salvador Caetano e consolida pelo método de equivalência patrimonial no Grupo Toyota Caetano (Nota 10).

No que respeita ao número e idade média dos beneficiários afetos a esta entidade participada, a mesma detalha-se por tipologia de participante, como segue:

	CaetanoBus, S.A.	
	Número de pessoas	Idade média
Participantes (Ativos e ex-participantes)		
Ativos < 66 anos	0	0
Ativos > 66 anos	0	0
Ex-participantes	6	73
Pré-reformados	0	0
	6	73
Reformados		
Reforma por velhice	211	72
Reforma por invalidez	8	73
Pré-reforma/reforma antecipada	0	0
Viuvez/Orfandade	0	0
	219	72

O movimento das responsabilidades da empresa participada com o Plano de Benefícios Definidos nos exercícios de 2023 e 2022 pode ser resumido como segue:

	2023	2022
Saldo inicial	6.938.575	8.620.338
Efeito em resultado líquido do exercício		
Custos dos serviços correntes	-	1.186
Custos dos juros	238.275	82.345
Efeitos em outro rendimento integral		
(Ganhos) e perdas atuariais	(282.541)	471.342
Benefícios previstos	(639.676)	(607.606)
Alteração de Pressupostos	259.019	(1.629.030)
Saldo final	6.513.652	6.938.575

O movimento da situação patrimonial do Fundo de Pensões relativamente à quota-parte do Plano de Benefício Definido, afeto aquela empresa participada, durante o exercício de 2023 e 2022, foi como segue:

	2023	2022
Saldo inicial	6.804.900	6.604.438
Efeito em resultado líquido do exercício		
Rendimentos de juros	233.462	62.388
Efeitos em outro rendimento integral		
Ganhos/ (Perdas) de rendimento	280.062	(316.288)
Pagamentos de Pensões (Benefícios pagos)	(597.823)	(598.616)
Contribuições da empresa (inclui pagamentos diretos)	-	1.052.978
Saldo final	6.720.601	6.804.900

A 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a composição da carteira de ativos do Fundo de Pensões Salvador Caetano afeta à empresa participada CaetanoBus que cobre o Plano de Benefícios Definidos, é como segue:

Carteira do Fundo	Peso Carteira	Valor 31-12-2023	Peso Carteira	Valor 31-12-2022
Ações	7,8%	524.207	7,4%	503.563
Obrigações taxa fixa	30,6%	2.056.504	30,0%	2.041.470
Obrigações taxa variável	0,1%	6.721	2,7%	183.732
Imobiliário	54,2%	3.642.566	50,9%	3.463.694
Liquidez	4,1%	275.545	4,4%	299.416
Outros Ativos	3,2%	215.058	4,6%	313.025
Total	100,0%	6.720.601	100,0%	6.804.900

A 31 de dezembro de 2023, os investimentos individuais com um peso superior a 5% do total da carteira de ativos do Fundo de Pensões Salvador, apresentam-se como se segue:

	Peso Carteira	Valor 31-12-2023
Cimóvel – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	54,18%	3.642.566
MGI Funds-PLC-Global EQ.Fund-M7	7,8%	524.207

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a empresa CaetanoBus efetuou contribuições para o plano de contribuição definida no montante de 372.409 Euros (146.228 Euros em 31 de dezembro de 2022), registados na demonstração consolidada dos resultados na rubrica "Resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos".

26. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi o seguinte:

2023					
Rubricas	Saldos iniciais	Aumentos	Diminuições	Utilizações	Saldos Finais
Perdas por imparidade acumuladas em propriedades de investimento (Nota 7)	257.500	-		-	257.500
Perdas por imparidade acumuladas em ativos não correntes detidos para venda (Nota 8)	1.330.000		-	-	1.330.000
Perdas por imparidade acumuladas em dívidas a receber (Nota 13)	9.445.666	94.955	(522.799)	(141.703)	8.876.119
Perdas por imparidade acumuladas em inventários (Nota 12)	2.006.348	820.835	(41.213)	(65.980)	2.719.990
Provisões	1.887.033	1.648.880	-	(198.236)	3.337.677

2022					
Rubricas	Saldos iniciais	Aumentos	Diminuições	Utilizações	Saldos Finais
Perdas por imparidade acumuladas em propriedades de investimento (Nota 7)	200.000	57.500		-	257.500
Perdas por imparidade acumuladas em Ativos não correntes detidos para venda (Nota 8)	2.108.969		-	(778.969)	1.330.000
Perdas por imparidade acumuladas em dívidas a receber (Nota 13)	9.977.302	924.820	(643.400)	(813.056)	9.445.666
Perdas por imparidade acumuladas em inventários (Nota 12)	1.839.613	238.292	(26.944)	(44.613)	2.006.348
Provisões	1.918.478	134.134	-	(165.579)	1.887.033

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe da rubrica “Provisões” pode ser resumido como segue:

Provisões	2023
Garantias a clientes	157.300
Processos judiciais em curso	2.661.331
Sinistros em viaturas sem danos próprios	19.623
Outros riscos e encargos	499.423
	3.337.677

A rubrica “Processos judiciais em curso” considera uma provisão criada no exercício de 2020 no montante de, aproximadamente, 1,4 milhões de Euros, correspondente a um processo de contencioso que envolve a subsidiária Caetano Auto CV, S.A. com a autoridade aduaneira de Cabo Verde.

No exercício de 2023 perante a informação de um possível processo contencioso registou-se na subsidiária Toyota Caetano Portugal, uma provisão no valor de 1,5 milhões de Euros.

É entendimento do Conselho de Administração, suportado nos seus assessores legais, que do desfecho deste processo poderão resultar impactos para o Grupo, facto pelo qual entendeu reconhecer uma provisão pelo montante em risco.

27. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO (DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS)

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são detalhados como se segue:

	2023	2022
Imposto corrente	8.217.203	6.567.008
Imposto diferido (Nota 16)	506.405	205.408
	8.723.608	6.772.416

A reconciliação do encargo de imposto efetivo, com o encargo de imposto teórico dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 pode ser analisada como segue:

	2023	2022
Resultados antes de impostos	26.191.232	21.591.980
Taxa nominal de imposto	22,50%	22,50%
Imposto teórico (Coleta + Derrama)	5.893.027	4.858.196
Tributação Autónoma	326.855	346.525
Derrama Estadual	826.369	914.706
Benefícios fiscais	-	(64.566)
Excesso/Insuficiência estimativa de imposto	(821)	9.008
Restituição de impostos	-	(1.974)
Outros	1.678.178	710.521
Imposto efetivo	8.723.608	6.772.416

Considerando as alterações previstas ao nível da tributação do rendimento dos Grupos, nomeadamente, a implementação da Diretiva que visa implementar um nível mínimo global de tributação (Diretiva Pilar Dois) em diversos países, damos conta que Portugal não efetuou a transposição da referida Diretiva para a legislação nacional portuguesa dentro do prazo limite definido (31 de dezembro de 2023), não nos sendo portanto ainda possível apresentar o impacto previsto no imposto do exercício pela adoção futura da referida Diretiva.

Não obstante o referido, o artigo 47.º da Diretiva (UE) 2022/2523 do Conselho que regulamenta o Pilar Dois, estabelece o tratamento fiscal dos ativos por impostos diferidos, dos passivos por impostos diferidos e dos ativos transferidos no período de transição, estabelecendo que "ao determinar a taxa efetiva de imposto para uma jurisdição num ano de transição, e para cada ano fiscal subsequente, o grupo de empresas multinacionais ou um grupo nacional de grande escala deve ter em conta todos os Ativos por impostos diferidos e Passivos por impostos diferidos refletidos ou divulgados nas Demonstrações Financeiras de todas as entidades constituintes numa jurisdição para o ano de transição."

Para o efeito, divulgamos as situações que geraram a criação de Impostos Diferidos na Empresa a 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como as situações que pese embora não tenham gerado Impostos Diferidos, as mesmas seriam suscetíveis ao referido registo caso o Grupo tivesse prosseguido com diferente tratamento contabilístico ao efetuado.

28. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	2023	2022
Resultado		
Básico	17.467.624	14.819.564
Diluído	17.467.624	14.819.564
Número de ações	35.000.000	35.000.000
Resultados por ação (básico e diluído)	0,499	0,423

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não ocorreu qualquer alteração ao número de ações.

29. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe do relato por segmentos é o seguinte:

	2023													ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
	NACIONAL								EXTERNO						
	Veículos Automóveis				Equipamento Industrial				Veículos Automóveis		Equipamento Industrial				
	Indústria	Comércio	Serviços	Aluguer	Máquinas	Serviços	Aluguer	Outros	Indústria	Comércio	Máquinas	Serviços	Aluguer		
RÉDITO															
Volume de negócios	8.161.654	668.992.040	23.296.371	6.176.633	14.987.574	5.849.994	2.748.642	-	39.001.473	28.661.712	1.676	67.444	52.203	(286.426.784)	511.570.632
RESULTADOS															
Resultados operacionais	121.801	19.410.311	4.763.271	2.458.995	2.157.249	2.696.332	930.373	-	(2.483.071)	7.160.578	412	34.209	5.003	(395.541)	36.859.922
Resultados financeiros	(70.725)	(4.068.168)	5.586	(1.072.331)	(162.393)	(42.404)	(35.164)	-	(328.194)	(38.522)	(18)	(969)	(75)	-	(5.813.377)
Imposto sobre rendimento do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(8.723.608)	-	-	-	-	-	-	(8.723.608)
Resultados líquidos com Interesses que não controlam	39.584	12.192.275	3.645.426	1.050.301	1.546.013	2.056.794	745.242	(6.077.206)	(2.811.265)	5.598.388	306	25.761	3.819	(547.814)	17.467.624
OUTRAS INFORMAÇÕES															
Depreciações e amortizações	1.642.735	3.065.287	2.296.320	4.021.858	113.591	61.826	6.150.555	-	-	172.837	-	-	-	(532.832)	16.992.177

	2022													ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
	NACIONAL								EXTERNO						
	Veículos Automóveis				Equipamento Industrial				Veículos Automóveis		Equipamento Industrial				
	Indústria	Comércio	Serviços	Aluguer	Máquinas	Serviços	Aluguer	Outros	Indústria	Comércio	Máquinas	Serviços	Aluguer		
RÉDITO															
Volume de negócios	4.736.868	565.909.594	20.405.894	6.642.430	9.642.464	4.954.666	11.837.584	-	62.552.375	23.916.183	2.068	61.648	5.736	(230.441.133)	480.226.377
RESULTADOS															
Resultados operacionais	(909.504)	23.249.069	1.473.376	3.347.685	1.831.438	1.739.600	2.011.239	-	(24.603)	263.690	298	20.777	2.861	(245.153)	32.760.773
Resultados financeiros	(15.375)	(1.852.846)	(37.155)	(501.725)	(66.406)	(19.519)	(39.197)	-	(272.346)	(13.167)	(4)	(257)	(20)	-	(2.818.017)
Imposto sobre rendimento do exercício								(6.772.416)							(6.772.416)
Resultados líquidos com Interesses que não controlam	(924.878)	16.238.424	733.641	2.987.545	1.367.792	1.167.608	1.798.654	(8.350.777)	(296.950)	155.012	294	20.520	2.841	(80.163)	14.819.563
OUTRAS INFORMAÇÕES															
Depreciações e amortizações	617.940	2.681.752	2.414.525	3.795.824	111.152	60.409	5.742.196	-	-	168.212	-	-	-	(498.248)	15.093.762

A informação por segmentos acima apresentada corresponde àquela que é apresentada em sede do Conselho de Administração para efeitos de aprovação das contas do Grupo e igualmente utilizada no processo de tomada de decisão. O sub-segmento respeitante à atividade industrial de montagem de viaturas está incluído no segmento “Veículos Automóveis- Indústria”. Adicionalmente, a atividade de formação e desenvolvimento de recursos humanos, assim como a atividade de gestão de imóveis (propriedades de investimento), uma vez que representam uma atividade secundária e sem grande expressão, estão repartidas pelos vários segmentos. O Conselho de Administração entende que a apresentação destas atividades em segmentos autónomos não se apresenta como relevante ao nível do relato financeiro do Grupo.

A coluna “Eliminações” inclui essencialmente a anulação das transações entre as empresas do Grupo incluídas na consolidação, principalmente pertencentes ao segmento “Veículos Automóveis”.

Não existem réditos associados a transações entre o segmento de veículos automóveis e o segmento de equipamento industrial.

30. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foi como se segue:

Atividade	2023		2022	
	Valor	%	Valor	%
Veículos	397.346.291	77,67%	377.324.445	78,57%
Peças	64.979.302	12,70%	57.701.849	12,02%
Reparações	46.670.546	9,12%	42.903.032	8,93%
Outros	2.574.493	0,50%	2.297.051	0,48%
	511.570.632	100,00%	480.226.377	100,00%

31. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 apresenta-se da seguinte forma:

	2023	2022
Subcontratos	3.117.597	2.901.459
Serviços especializados	26.894.519	26.578.005
Trabalhos especializados	7.539.497	8.117.304
Publicidade e propaganda	12.653.644	12.656.902
Vigilância e segurança	650.911	572.244
Honorários	1.547.928	1.426.794
Comissões	566.172	719.608
Conservação e reparação	3.936.367	3.085.153
Materiais	901.207	812.176
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	358.389	324.213
Livros e documentação técnica	261.173	276.924
Material de escritório	241.819	170.651
Artigos para oferta	39.826	40.388
Energia e fluidos	2.982.649	2.613.279
Eletricidade	629.591	627.471
Combustíveis	1.844.358	1.612.159
Água	285.506	171.865
Outros	223.194	201.784
Deslocações, estadas e transportes	4.289.464	3.734.699
Deslocações e estadas	2.237.341	1.672.826
Transportes de pessoal	90.063	112.310
Transportes de mercadorias	1.962.060	1.949.563
Serviços diversos	11.812.501	10.111.507
Locações de curto prazo e baixo valor	1.527.498	1.440.667
Comunicação	480.905	489.201
Seguros	1.386.447	1.430.422
Royalties	253.580	464.520
Contencioso e notariado	42.001	22.015
Limpeza, higiene e conforto	1.166.253	1.247.282
Outros serviços	6.955.817	5.017.400
	49.997.937	46.751.125

32. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 decompõem-se da seguinte forma:

	2023	2022
Remunerações dos órgãos sociais na empresa-mãe	670.599	514.185
Remunerações dos órgãos sociais nas participadas	314.125	314.125
Remunerações do pessoal	32.739.968	31.309.062
Pensões	727.969	399.806
Indemnizações	969.216	933.379
Encargos sobre remunerações	8.416.204	7.878.099
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	487.836	468.363
Outros gastos com o pessoal	4.472.432	3.997.599
	48.798.349	45.814.618

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o número médio de pessoal ao serviço do Grupo foi o seguinte:

Pessoal	2023	2022
Empregados	1.122	1.086
Assalariados	454	444
	1.576	1.530

33. OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS E OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2023, a rubrica “Outros rendimentos operacionais” tem a seguinte composição:

Outros rendimentos operacionais	2023	2022
Recuperação de encargos com garantias e outras despesas operacionais	9.526.805	8.440.601
Rendas cobradas	4.173.526	3.913.476
Trabalhos para a própria entidade	3.085.848	2.687.603
Subsídios à exploração	4.833.412	4.295.900
Recuperação de encargos com publicidade e promoção de vendas	431.838	415.567
Serviços prestados	3.299.576	2.530.553
Recuperação de despesas	2.017.897	1.757.606
Mais-valias na alienação de ativos	168.716	756.624
Correções relativas a exercícios anteriores	4.515	8.262
Comissões de intermediação nos financiamentos de viaturas	138.391	133.692
Indemnização por sinistros	58.914	2.933
	27.739.438	24.942.817

Detalhando os principais valores acima mencionados, temos a referir que:

- as rubricas “Recuperação de encargos com garantias e outras despesas operacionais” e “Recuperação de encargos com publicidade e promoção de vendas” incluem essencialmente valores respeitantes à recuperação de encargos (relativos às marcas representadas, junto do fornecedor Grupo Toyota Japão) com reparações efetuadas ao abrigo de garantias nos montantes de 3.594 mil Euros em 31 de dezembro de 2023 (2.901 mil Euros em 31 de dezembro de 2022). Esta rubrica inclui igualmente a recuperação de diversos encargos suportados pelo Grupo com atividades de *marketing* e promoção comercial associados às suas operações, junto do fornecedor Grupo Toyota Japão, bem como a recuperação de encargos de transporte associados a processos de venda.
- a rubrica “Rendas cobradas” inclui um valor relativo a rendas de propriedades de investimento de cerca de 3 milhões de euros (2,9 milhões de euros em 2022). As referidas rendas são maioritariamente provenientes de contratos de locação de ativos imobiliários celebrados com diversas entidades relacionadas, sendo o respetivo detalhe relativamente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, como segue:

Entidade	2023	2022
CaetanoBus - Fabricação de Carroçarias, S.A.	1.419.770	1.361.773
Toyota Logistic. Serviços Portugal, Unip., Lda.	571.839	569.109
Caetano Aeronautic, S.A.	174.471	169.206
Outras Partes Relacionadas	163.859	187.057

- a rubrica “Serviços Prestados” refere-se essencialmente a débitos de fees administrativos a empresas fora do perímetro Toyota Caetano, incluindo diversas entidades relacionadas. O detalhe dos “Serviços Prestados” com partes relacionadas relativamente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

Entidade	2023	2022
CaetanoBus - Fabricação de Carroçarias, S.A.	976.823	676.511
Caetano Automotive Portugal, S.A.	652.529	473.840
Caetano Shared Services, S.A.	171.749	118.831
Caetano Aeronautic, S.A.	162.265	131.588
Guérin - Rent-a-Car (Dois), S.A.	76.794	81.042
Outras partes relacionadas	819.181	437.985
Outros	440.235	610.757
Total	3.299.576	2.530.553

- a rubrica “Recuperação de despesas” inclui, entre outros, rendimentos relacionados com serviços sociais (débito de despesas com cantina e formação a empresas relacionadas);
- a rubrica “Mais-valias na alienação de ativos” inclui em 31 de dezembro de 2022 o montante de, aproximadamente, 318 mil Euros correspondente à mais valia obtida pelo Grupo com a alienação da propriedade de investimento localizada na Rua das Pereiras em Vila Nova de Gaia;
- a rubrica “Subsídios à exploração” considera o montante de cerca de 4,8 milhões de Euros respeitante a apoios do IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional a respeito das ações de formação ministradas pelo Grupo nos seus vários centros de formação profissional (4,3 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2022), bem como apoios ao emprego;

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Outros gastos operacionais” tem a seguinte composição:

Outros gastos operacionais	2023	2022
Impostos	1.371.891	1.303.038
Correções relativas a exercícios anteriores	11.389	61.273
Multas e penalidades	58.056	33.561
Perdas em Inventários	100.434	43.838
Quotizações	28.005	35.844
Donativos	93.956	56.564
Outros não especificados	1.593.983	1.561.029
	3.257.714	3.095.147

A rubrica de “Outros não especificados” inclui essencialmente gastos com incentivos comerciais e bonificações concedidas aos concessionários automóveis. No exercício de 2023 esses incentivos e bonificações passaram a ser registados em descontos e abatimentos em vendas.

34. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os resultados financeiros consolidados têm a seguinte composição:

Gastos e Perdas	2023	2022
Juros Suportados	4.945.530	1.583.135
Juros das Locações (IFRS 16)	111.996	109.015
Outros gastos e perdas financeiros	1.496.780	1.178.896
	6.554.306	2.871.046

Rendimentos e Ganhos	2023	2022
Juros Obtidos	740.929	53.169
	740.929	53.169

35. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Apresentamos abaixo um quadro resumo dos instrumentos financeiros do Grupo em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Descrição	Nota	Ativos ao custo amortizado	Ativos registados ao justo valor através de outro rendimento integral	Outros ativos não financeiros	Total
Em 31 de dezembro de 2023					
Ativos não correntes					
Outros investimentos	11	159.144	5.235.080	-	5.394.224
Clientes	13	52.314	-	-	52.314
		211.458	5.235.080	-	5.446.538
Ativos correntes					
Clientes	13	86.171.610	-	-	86.171.610
Outras Dívidas de terceiros	14	1.166.336	-	2.711.466	3.877.802
Outros ativos correntes	15	2.340.621	-	4.763.234	7.103.855
Caixa e Equivalentes a caixa	17	24.827.114	-	-	24.827.114
		114.505.681	-	7.474.700	121.980.381

Descrição	Nota	Ativos ao custo amortizado	Ativos registados ao justo valor através de outro rendimento integral	Outros ativos não financeiros	Total
Em 31 de dezembro de 2022					
Ativos não correntes					
Outros investimentos	11	148.686	4.817.718	-	4.966.404
Clientes	13	146.833	-	-	146.833
		295.519	4.817.718	-	5.113.237
Ativos correntes					
Clientes	13	67.701.452	-	-	67.701.452
Outras Dívidas de terceiros	14	1.172.057	-	1.105.222	2.277.279
Outros ativos correntes	15	2.356.348	-	618.965	2.975.313
Caixa e Equivalentes a caixa	17	11.299.747	-	-	11.299.747
		82.529.604	-	1.724.187	84.253.791

Descrição	Nota	Passivos ao custo amortizado	Outros passivos não financeiros	Total
Em 31 de dezembro de 2023				
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos	20	32.431.252	-	32.431.252
Outras dívidas a terceiros	22	2.417.931	-	2.417.931
		34.849.183	-	34.849.183
Passivo corrente				
Financiamentos obtidos	20	80.796.382	-	80.796.382
Fornecedores	21	27.892.084	-	27.892.084
Outras dívidas a terceiros	22	40.519.072	30.728.699	71.247.771
Outros passivos correntes	24	20.615.430	38.794.239	59.409.669
		169.822.968	69.522.938	239.345.906

Descrição	Nota	Passivos ao custo amortizado	Outros passivos não financeiros	Total
31 de dezembro de 2022				
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos	20	14.663.934	-	14.663.934
Outras dívidas a terceiros	22	805.640	-	805.640
		15.469.574	-	15.469.574
Passivo corrente				
Financiamentos obtidos	20	39.520.309	-	39.520.309
Fornecedores	21	30.945.755	-	30.945.755
Outras dívidas a terceiros	22	26.988.302	17.220.729	44.209.031
Outros passivos correntes	24	16.393.636	8.283.975	24.677.611
		113.848.002	25.504.704	139.352.706

Dando cumprimento ao disposto no parágrafo 93 da IFRS 13, divulga-se em seguida a classificação de mensurações de justo valor de instrumentos financeiros, por nível hierárquico:

- a) Nível 1- preços cotados- participação no Fundo Cimóvel, registada na rubrica “Outros investimentos” (Nota 11): 5.235.080 Euros (4.817.718 Euros em 31 de dezembro de 2022);
- b) Nível 2- *inputs* diferentes dos preços cotados incluídos no nível 1 que sejam observáveis para o ativo ou passivo, quer diretamente (preços), quer indiretamente (derivados dos preços);
- c) Nível 3- *inputs* para o ativo ou passivo que não se baseiem em dados de mercado observáveis (*inputs* não observáveis).

36. ENTIDADES RELACIONADAS

Os saldos e transações entre a Empresa-mãe e as suas subsidiárias, que são entidades relacionadas da Empresa-mãe, foram eliminados no processo de consolidação, pelo que não serão divulgadas nesta Nota. O detalhe dos saldos e transações entre o Grupo Toyota Caetano e as entidades relacionadas (incluindo as entidades associadas e os empreendimentos conjuntos), pode ser resumido como segue em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Empresa Relacionadas	2023											
	Dividas comerciais		Outros Ativos e Passivos Correntes		Produtos		Ativos Fixos Tangíveis		Serviços		Outros	
	A receber	A pagar	Outros Passivos correntes	Outros Ativos correntes	Vendas	Compras	Aquisições	Alienações	Prestados	Obtidos	Gastos	Rendimentos
Empresas participadas	13.210.743	476.910	469.946	65.068	25.679.353	1.914.470	-	15.984	673.659	2.001.162	758	3.313.145
Acionistas	3.838.252	42.534.349	514.152	-	38.375.401	345.372.259	-	-	-	1.024.857	59.501	3.640.868
Outras partes relacionadas - Grupo Salvador Caetano	6.458.061	6.043.060	1.053.253	142.976	14.234.826	9.042.391	294.409	176.250	865.285	19.105.364	928.635	5.231.550
Outras partes relacionadas - Grupo Toyota Japão	2.326.737	15.580.389	8.027.866	4.017.646	60.251.227	87.753.586	-	-	2.652.480	398.578	1.072.347	2.358.826
	25.833.793	64.634.708	10.065.217	4.225.690	138.540.807	444.082.706	294.409	192.234	4.191.424	22.529.961	2.061.241	14.544.389

Empresa Relacionadas	2022											
	Dividas comerciais		Outros Ativos e Passivos Correntes		Produtos		Ativos Fixos Tangíveis		Serviços		Outros	
	A receber	A pagar	Outros Passivos correntes	Outros Ativos correntes	Vendas	Compras	Aquisições	Alienações	Prestados	Obtidos	Gastos	Rendimentos
Empresas participadas	5.272.660	542.864	362.582	31.794	15.784.532	4.645.920	-	-	485.966	2.282.853	27.680	2.592.896
Acionistas	18.567.576	25.540.127	4.316.026	-	62.101.443	222.618.618	-	-	-	939.059	17.000	4.392.893
Outras partes relacionadas - Grupo Salvador Caetano	6.736.335	5.492.438	1.022.749	99.632	12.672.347	8.293.640	336.594	174.750	1.075.136	13.219.475	746.416	3.856.618
Outras partes relacionadas - Grupo Toyota Japão	213.598	10.564.255	(1.988)	8.294.150	55.830.258	96.700.186	3.500	-	2.118.520	462.873	1.798.273	2.133.748
	30.790.169	42.139.684	5.699.369	8.425.576	146.388.580	332.258.364	340.094	174.750	3.679.622	16.904.260	2.589.369	12.976.155

As entidades relacionadas da Empresa-mãe são as seguintes:

Empresa Relacionadas	
Acionistas	
Salvador Caetano Auto, (S.G.P.S.), S.A.	Portugal
Toyota Motor Europe, NV/SA	Bélgica
Empresa participadas	
Kinto Portugal, S.A.	Portugal
Caetano UK, Ltd	Reino Unido
CaetanoBus - Fabricação de Carroçarias, S.A.	Portugal
Cobus Industries, GMBH	Alemanha
Outras empresas relacionadas - Grupo Salvador Caetano	
23 Portugal, S.A.	Portugal
Amorim Brito & Sardenha, Lda.	Portugal
Auto Partner Imobiliária, S.A.	Portugal
Cabo Verde Rent-a-Car, Lda.	Cabo Verde
Caetano Aeronautic, S.A.	Portugal
Caetano Automotive Portugal, S.A.	Portugal
Caetano City e Active (Norte), S.A.	Portugal
Caetano Drive, Sport e Urban, S.A.	Portugal
Caetano Energy, S.A.	Portugal
Caetano Fórmula , S.A.	Portugal
Caetano Fórmula Cádiz , S.L.U.	Espanha
Caetano Fórmula Galicia , S.L.U.	Espanha
Caetano Fórmula West África, S.A.	Portugal
Caetano Move África, S.A.	Portugal
Caetano One CV, Lda.	Cabo Verde
Caetano Parts, Lda.	Portugal
Caetano Power, S.A.	Portugal
Caetano Automotive España, S.A.U.	Portugal
Caetano Shared Services, S.A.	Portugal
Caetano Squadra África, S.A.	Portugal
Caetano Star, S.A.	Portugal
Caetano TEC, S.A.	Portugal
Caetano Technik, Lda.	Portugal
Caetsu Publicidade, S.A.	Portugal
Carplus - Comércio de Automóveis, S.A.	Portugal
Choice Car, S.A.	Portugal
COCIGA - Construções Civas de Gaia, S.A.	Portugal
COVIM - Soc. Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A.	Portugal
Fundação Salvador Caetano	Portugal
Grupo Salvador Caetano, (S.G.P.S.), S.A.	Portugal
Gocharge, S.A.	Portugal

Empresa Relacionadas	
Outras empresas relacionadas - Grupo Salvador Caetano	
Guérin - Rent-a-Car (Dois), Lda.	Portugal
Hyundai Portugal, S.A.	Portugal
Lidera Soluciones, S.L.	Espanha
Lusilectra - Veículos e Equipamentos, S.A.	Portugal
MDS Auto - Mediação de Seguros, S.A.	Portugal
NIW - IT Services and Consulting, S.A.	Portugal
P.O.A.L. - Pavimentações e Obras Acessórias, S.A.	Portugal
Portianga - Comércio Internacional e Participações, S.A.	Portugal
RARCON - Arquitectura e Consultadoria, S.A.	Portugal
Robert Hudson, LTD	Angola
Salvador Caetano Auto África, (S.G.P.S.), S.A.	Portugal
Salvador Caetano Capital, (S.G.P.S.), S.A.	Portugal
SIMOGA - Sociedade Imobiliária de Gaia, S.A.	Portugal
Sózó Portugal, S.A.	Portugal
Turispaiwa - Sociedade Turística Paivense, S.A.	Portugal
VAS África (S.G.P.S.), S.A.	Portugal
Outras - Grupo Toyota Japão	
Toyota Motor Corporation	Japão
Toyota Kredibank, GMBH - Sucursal em Portugal	Portugal
Toyota Logistics Serviços Portugal, Unipessoal, Lda.	Portugal
Toyota Material Handling Espanha S.A.	Espanha
Toyota Material Handling Europe	Bélgica
Toyota Material Handling Europe Brussels	Bélgica
Toyota Material Handling Europe Logistics AB (Geleegweg)	Bélgica
Toyota Material Handling Europe Logistics AB (Mjölby)	Suécia
Toyota Material Handling Finland OY	Finlândia
Toyota Material Handling France	França
Toyota Material Handling Manufact, France, SAS	França
Toyota Material Handling Manufact, Italy, SPA	Itália
Toyota Material Handling Manufact, Sweden	Suécia
Toyota Material Handling Netherlands	Países Baixos
Toyota Tsusho Asia Pacific PTE Ltd	Singapura
Toyota Tsusho Corporation	Japão
Toyota Tsusho Europe S.A. Czech	República Checa
Toyota Tsusho Systems Europe GmbH	Bélgica

Relativamente à divulgação das remunerações do pessoal-chave da gestão do Grupo, e para além do mencionado na Nota 32, importa referir que as empresa do Grupo Toyota Caetano Portugal (com exceção da Caetano Auto Cabo Verde, por ser uma sociedade de direito Cabo Verdiano) disponibilizam a todos os seus colaboradores (incluindo membros dos Órgãos Sociais que façam dos seus quadros de pessoal e que afirmem remuneração) o acesso ao Fundo de

Pensões Salvador Caetano nas condições estabelecidas no seu Contrato Constitutivo, e que são iguais para todos, desde que cumpridas as condições específicas de acesso a cada um dos planos existentes (Contribuição Definida ou Benefício Definido, Nota 25).

Adicionalmente, todos os colaboradores das empresas referidas (e seus familiares) têm igualmente acesso a participações nas suas despesas de saúde e de educação, sendo que beneficiam ainda de subsídios (natalidade e morte). Estes apoios são facultados aos membros do Conselho de Administração nas mesmas condições que as concedidas aos restantes colaboradores.

Em 31 de dezembro de 2023, não existem saldos correntes pendentes relevantes com o pessoal-chave da gestão do Grupo Toyota Caetano Portugal (incluindo Órgãos Sociais).

37. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Compromissos financeiros assumidos e não incluídos na Demonstração da Posição Financeira Consolidada:

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo Toyota Caetano tinha assumido os seguintes compromissos financeiros:

Responsabilidades	2023	2022
Fianças prestadas: Caução	4.000.000	6.000.000
Outras garantias financeiras	670.702	835.592
	4.670.702	6.835.592

O montante apresentado em 31 de dezembro de 2023 relativo a “Fianças prestadas: Caução” de 4 milhões de Euros (6 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2022), refere-se a cauções prestadas à A.T.A. (Autoridade Tributária e Aduaneira) que se destinam a garantir junto desta o pagamento *à posteriori* dos valores resultantes dos direitos e imposições, assim como, o imposto sobre veículos nos despachos e pedidos de matrícula efetuados.

Na sequência de financiamentos contratados no valor de cerca de 22,3 milhões de Euros, o Grupo Toyota Caetano concedeu às respetivas instituições financeiras, garantias reais relativas a hipotecas sobre imóveis escriturados em cerca de 13 milhões de Euros.

Outras Informações: Veículos em fim de vida

Em setembro de 2000, a Comissão Europeia votou uma diretiva respeitante aos veículos em fim de vida e a correspondente responsabilidade dos Produtores/Distribuidores pelo seu desmantelamento e reciclagem.

Os Produtores/Distribuidores terão, segundo este normativo, que suportar no mínimo uma parte significativa do custo de retoma dos veículos, colocados no mercado a partir de 1 de julho de 2002 bem como, para os comercializados anteriormente a esta data, quando apresentados a partir de 1 janeiro de 2007.

Esta legislação terá impacto nos veículos Toyota vendidos em Portugal. A Toyota Caetano e a sua representada Toyota, estão a monitorar atentamente o desenvolvimento da Legislação Nacional Portuguesa de forma a, em devido tempo, poderem quantificar o impacto destas operações nas suas demonstrações financeiras.

É, no entanto, nossa convicção, face aos estudos já elaborados sobre o mercado português, e atendendo à possível valorização dos resíduos resultantes do desmantelamento dos veículos em causa, que o impacto efetivo desta legislação nas contas do Grupo será diminuto, senão nulo.

Entretanto, e para cumprimento da legislação introduzida no normativo nacional (Dec./Lei 196/2003), o Grupo concretizou a contratualização com a “ValorCar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda.” – empresa licenciada como entidade gestora do sistema integrado de gestão de VFV – a transferência das responsabilidades inerentes a todo este processo.

38. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos membros dos órgãos sociais da empresa mãe nas diversas subsidiárias do Grupo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram como segue:

Órgãos Sociais	2023	2022
Conselho de Administração		
Remuneração na empresa mãe	670.599	514.185
Remuneração nas participadas	316.371	314.125
Conselho Fiscal	5.040	5.040

39. REMUNERAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Os honorários pagos aos Revisores Oficiais de Contas do Grupo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram como segue:

	2023	2022
Honorários Totais referentes a revisão legal de contas	114.420	102.300
Honorários totais referentes a outros serviços de garantia de fiabilidade	24.050	-
	138.470	102.300

40. EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 10 de março ocorreram em Portugal eleições para a Assembleia da República cujos resultados permitem desde já concluir que nenhuma força política ou coligação pré-eleitoral atingiu um resultado em mandatos que lhes permita, unilateralmente, formar uma solução de governo maioritária. A geometria possível de coligações e apoios parlamentares e interrogação sobre o nível de suporte na Assembleia a um novo Governo coloca incerteza no horizonte temporal imediato, nomeadamente sobre a sustentabilidade de qualquer solução governativa que poderá não conseguir fazer aprovar orçamentos e ou diplomas centrais no seu programa, em cuja eventualidade poderia o país ir novamente a eleições. A situação política é vincadamente relevante na performance económica do país, designadamente pela necessária clarificação de temas centrais na vida económica do país que foram amplamente debatidos em contexto eleitoral, nomeadamente a sustentabilidade orçamental do Estado, a política fiscal, particularmente taxas de IRS e IRC, execução do PRR e grandes obras públicas, regulação de diversos setores económicos.

41. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de abril de 2024.

O Conselho de Administração: José Reis Da Silva Ramos- Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Miguel Pedro Caetano Ramos; Gisela Maria Falcão Sousa Pires Passos; Tom Fux; Kazunori Takagi

GOVERNO DA SOCIEDADE

RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2023

CONTEÚDO

O presente relatório descreve, de forma detalhada, a estratégia, estrutura e práticas de governo societário adotadas pela sociedade Toyota Caetano Portugal, S.A. e suas participadas, durante o ano de 2023.

ÍNDICE

PARTE I – A NOSSA ESTRATÉGIA

PARTE II – INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO SOCIETÁRIO

A. ESTRUTURA ACIONISTA

- I. ESTRUTURA DO CAPITAL
- II. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

- I. ASSEMBLEIA GERAL
 - a) Composição da Mesa da Assembleia Geral
 - b) Exercício de Direito de Voto
- II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO
 - a) Composição
 - b) Funcionamento
 - c) Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados
- III. FISCALIZAÇÃO (Conselho Fiscal)
 - a) Composição
 - b) Funcionamento
 - c) Competências e funções
- IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

V. AUDITOR EXTERNO

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. ESTATUTOS

II. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

III. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

IV. APOIO AO INVESTIDOR

V. SÍTIO DE INTERNET

D. REMUNERAÇÕES

I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

III. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS

VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO

II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS

PARTE III – AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

ANEXOS

Anexo I Qualificações profissionais dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações

PARTE I

A. A NOSSA ESTRATÉGIA

O Grupo Toyota Caetano atua em várias áreas de negócio e, apesar de cada área ter a sua própria estratégia, todas elas convergem para um fim único:

Sermos a marca de mobilidade mais progressiva e procurada no mercado, pelo que trabalhamos ativamente para alcançar a neutralidade carbónica até 2050 com soluções acessíveis e flexíveis em prol das Pessoas e da Comunidade.

A estratégia do Grupo Toyota Caetano pode ser consultada no Relatório Único de Gestão – As empresas do Grupo Toyota Caetano: Apresentação, Estratégia e Performance.

B. OBJETIVOS SOCIAIS E AMBIENTAIS

Por outro lado, a Sociedade leva muito a sério os seus compromissos sociais e ambientais, que culminaram na elaboração de um relatório de sustentabilidade, que pode ser consultado no seguinte link: <https://toyotacaetano.pt/desafio-ambiental-toyota-2050/>, clicando em "Saiba mais **aqui** sobre o Desafio Ambiental Toyota 2050."

PARTE II – INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO SOCIETÁRIO

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. ESTRUTURA DO CAPITAL

1. Estrutura de Capital (Capital Social, Número de Ações, Distribuição do Capital Pelos Acionistas, etc), Incluindo Indicação das Ações Não Admitidas à Negociação, Diferentes Categorias de Ações, Direitos e Deveres Inerentes às Mesmas e Percentagem de Capital que Cada Categoria Representa (Art. 245.º-A, n.º 1, al. a) do Código dos Valores Mobiliários - CVM)

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social da Sociedade é de 35.000.000€, composto por 35.000.000 ações nominativas, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada, sendo que todas as ações estão admitidas à negociação na Euronext Lisbon.

Todas as ações são ordinárias e não há diferentes categorias de ações.

Não existem acionistas titulares de direitos especiais.

2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de ações (Art. 245.º-A, n.º 1, al. b) CVM)

Não existem quaisquer restrições à transmissibilidade das ações ou limitações à titularidade de ações.

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias (Art. 245.º-A, n.º 1, al. a) CVM)

Não existem ações próprias à data de 31.12.2023.

4. Acordos significativos de que a Sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a Sociedade, exceto se a Sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais (Art. 245.º-A, n.º 1, al. j) CVM)

A Sociedade não é parte em acordos significativos que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo. Os acordos existentes não são suscetíveis de prejudicar o interesse

económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores.

Sem prescindir, de acordo com a prática do mercado, alguns contratos de financiamento incluem cláusulas de limitação de controlo da sociedade, com possibilidade de as entidades financeiras solicitarem o reembolso antecipado. Estes contratos não têm, no entanto, efeitos adversos na transmissão de ações da sociedade, nem na livre apreciação do desempenho dos administradores pelos acionistas.

A sociedade não adotou qualquer medida que possa implicar pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de alteração de controlo ou de mudança da composição do Conselho de Administração que se afigurem suscetíveis de prejudicar a transmissibilidade das ações e a apreciação do desempenho dos membros do Conselho de Administração pelos acionistas.

5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas

A Sociedade não prevê estatutariamente nem adota quaisquer medidas defensivas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto (art. 245.º-a, n.º 1, al. g) CVM)

Tanto quanto seja do conhecimento da Sociedade, não existem quaisquer acordos parassociais entre acionistas da Toyota Caetano Portugal, nomeadamente os que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

II. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

7. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas (art. 245.º-a, n.º 1, als. C) e d) CVM e art. 16.º CVM), com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação

Os titulares de participações qualificadas no capital social da Toyota Caetano Portugal, S.A., calculadas nos termos do nº 1 do Artigo 20.º do CVM, com base na totalidade das ações de acordo com a alínea b do n.º 3 do artigo 16.º C, a 31 de dezembro de 2023 eram os seguintes:

ACIONISTA	Nº DE AÇÕES	% CAPITAL SOCIAL COM DIREITO DE VOTO
Salvador Caetano Auto (S.G.P.S), S.A.	24.429.144	69,797%
Toyota Motor Europe NV/SA	9.450.000	27,000%

8. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização, (de acordo como disposto no n.º 5 do Artigo 447º CSC)

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não detêm, a título pessoal, ações nem obrigações da Sociedade.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não realizaram, a título pessoal, durante o exercício de 2023 quaisquer aquisições, onerações ou cessações de titularidade que tenham por objeto ações ou obrigações da Sociedade.

9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento de capital (art. 245.º-a, n.º 1, al. I) CVM), com indicação, quanto a estas, da data em que lhe foram atribuídos, prazo até ao qual aquela competência pode ser exercida, limite quantitativo máximo do aumento do capital social, montante já emitido ao abrigo da atribuição de poderes e modo de concretização dos poderes atribuídos

Os aumentos do capital social da Sociedade carecem de deliberação da Assembleia Geral. Todas as atribuições do Conselho de Administração constam dos seus Estatutos, que podem ser consultados no sítio da *internet* da Sociedade, no separador “Estatutos”, ou decorrem da lei.

10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade

Durante o exercício de 2023 as operações e transações comerciais entre a Sociedade e os titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, conforme detalhe na Nota 36 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, são operações e transações que ocorrem no curso normal das atividades do Grupo Toyota Caetano Portugal, não tendo sido realizadas fora das condições normais de mercado.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral é composta por todos os acionistas com direito de voto.

A Sociedade coloca à disposição dos membros da mesa da Assembleia Geral os recursos humanos e logísticos e apoio adequados às suas necessidades, através do departamento jurídico que dá suporte à Sociedade. É também este departamento jurídico que colabora ativamente na preparação das Assembleias Gerais, garantindo a publicação das respetivas convocatórias, receção e controlo de todas as comunicações de acionistas e intermediários financeiros, trabalhando em estreita colaboração e garantindo, igualmente, toda a logística das Assembleias Gerais.

a) Composição da Mesa da Assembleia Geral

11. Identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (início e fim).

A Mesa da Assembleia Geral é composta por 2 membros conforme a seguir indicado:

- Jorge Manuel Coutinho Franco da Quinta – Presidente
- António José da Cruz Espinheira Rio – Secretário

A atual mesa da Assembleia Geral foi eleita em 30 de maio de 2023 por um período de 4 anos.

b) Exercício do direito de voto

12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial (Art. 245.º-A, n.º 1, al. f)).

Nos termos dos Estatutos da Sociedade, artigo 4º n.º 6, a cada grupo de cem ações corresponde um voto. Os acionistas que não possuam o número mínimo de cem ações podem agrupar-se, de forma a completá-lo, devendo, nesse caso, fazer-se representar por um só deles, cuja identificação deverá constar de carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

A presença na Assembleia Geral não se encontra condicionada à detenção de um número de ações.

Voto presencial:

Os acionistas que pretendam estar presentes na Assembleia Geral deverão cumprir os requisitos previstos em cada uma das convocatórias e no artigo 23º-C do CVM.

Assim, em 2023, puderam participar e votar nas reuniões de Assembleia Geral os acionistas que reuniram as seguintes condições:

- quem, na data de registo, era titular de ações que lhe conferiam pelo menos um voto;
- quem declarou essa intenção, por escrito, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e ao intermediário financeiro onde a conta de registo individualizado estivesse aberta, o mais tardar, até às 23:59 horas (GMT) do dia anterior ao da data de registo, podendo, para este efeito, utilizar o correio eletrónico e os formulários de declaração que estão disponíveis na sede da Sociedade e no sítio desta na Internet, sendo que para as declarações ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral pode ser utilizado o endereço de correio eletrónico assembleiageral@toyotacaetano.pt.
- se, até às 23:59 horas (GMT) do dia do registo, o intermediário financeiro que seja informado da intenção dos Acionistas seus clientes de participar na Assembleia Geral, enviou ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral tal informação, podendo, para o efeito, utilizar o endereço de correio eletrónico assembleiageral@toyotacaetano.pt.

Havendo contitularidade de ações, apenas o representante comum ou um seu representante, poderá participar na Assembleia Geral.

Voto por correspondência:

Os Acionistas da Sociedade podem exercer o direito de voto por correspondência, nos seguintes termos:

- Os votos por correspondência devem ser endereçados à sede da Sociedade e nesta recebidos, através de carta registada, com aviso de receção, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com, pelo menos, cinco dias úteis de antecedência em relação à data da Assembleia, carta essa que incluirá declaração emitida por intermediário financeiro comprovativa da titularidade das ações e, ainda, sobrescrito fechado contendo a declaração de voto;
- A declaração de voto deverá ser assinada pelo legítimo titular das ações ou pelo seu representante legal, devendo o acionista, se for pessoa singular, fazer acompanhar a declaração de cópia autenticada do seu bilhete de identidade, e se for pessoa coletiva deverá a assinatura ser reconhecida na qualidade e com poderes para o ato;
- Os votos por correspondência serão considerados no momento destinado à votação na Assembleia Geral, sendo adicionados aos aí exercidos;
- Só serão consideradas válidas as declarações de voto onde, de forma expressa e inequívoca, conste:
 - a indicação da Assembleia Geral e do ponto ou pontos da respetiva ordem de trabalhos a que respeita;
 - a proposta concreta a que se destina, com indicação do ou dos proponentes da mesma, sendo, no entanto, permitido a um acionista que envie declaração de voto relativamente a certa proposta a declarar que vota contra todas as demais propostas no mesmo ponto da ordem de trabalhos, sem outras especificações.
 - a indicação precisa e incondicional do sentido de voto para cada proposta, bem como se o mesmo se mantém caso a proposta venha a ser alterada pelo seu proponente, podendo o acionista condicionar o sentido de voto para certa proposta à aprovação ou rejeição de outra, no âmbito do mesmo ponto da ordem de trabalhos.
- Entende-se que os acionistas que enviem declarações de voto por correspondência votam negativamente todas as propostas de deliberação apresentadas em momento ulterior à emissão do voto.

A Toyota Caetano Portugal, S.A. disponibiliza no sítio da *internet* da Sociedade (<https://toyotacaetano.pt/investidores/assembleias-gerais/>) um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência.

Conforme descrição, as declarações de voto têm de ser rececionadas pela Sociedade até cinco dias antes da realização da Assembleia Geral.

Voto por meios telemáticos

Nos termos do artigo 337º, 6, alínea b), do CSC, salvo disposição em contrário no pacto social da Sociedade, a Assembleia Geral pode ser efetuada por meios telemáticos. Em consequência, não sendo tais meios proibidos pelo pacto social, as reuniões por meios telemáticos são possíveis.

Tal possibilidade de participação e de voto nas Assembleias Gerais, que é reconhecida pela Sociedade como uma forma de potenciar o exercício dos seus direitos pelos acionistas, é divulgada no sítio institucional na *internet*, em cada uma das respetivas convocatórias.

Assim, podem participar e votar nas reuniões de Assembleia Geral por meios telemáticos os acionistas que o tenham comunicado, e indicado o seu endereço de email na declaração escrita de intenção de participação em Assembleia Geral, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Neste caso, ser-lhe-á enviado um *link*, por email, para participação na reunião através da plataforma *Teams/Zoom* ou equivalente.

13. **Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do Art. 20.º.**

Não se encontram consideradas nos Estatutos da Sociedade regras estatutárias que prevejam a existência de ações que não confirmem o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados.

14. **Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.**

Só serão válidas, quando votadas por acionistas titulares de ações que representem, pelo menos, setenta e cinco por cento do capital social, as seguintes deliberações da Assembleia Geral:

- a) Alteração do contrato da Sociedade;
- b) Incorporação de fundos de reservas no capital social, nomeada e especificamente reservas de reavaliação;
- c) Transmissão, locação ou cessão de exploração de toda ou de uma parte importante da atividade da sociedade, e sucessão ou aceitação da atividade de uma terceira entidade;
- d) Redução ou aumento de capital;
- e) Divisão de lucros e fixação de percentagem de dividendos, bem como a eventual distribuição de fundos de reservas livres;
- f) Emissão de obrigações;
- g) Eleição ou destituição de todos ou de alguns dos membros dos órgãos sociais;
- h) Eleição ou destituição dos membros da Comissão de Remunerações;
- i) Fusão, cisão ou dissolução da Sociedade, bem como a nomeação de liquidatários;
- j) Aquisição, alienação, transmissão, locação e cessão de bens do ativo imobilizado com valor de transação superior a dois milhões e quinhentos mil euros.

Se, para deliberar sobre os assuntos referidos no número anterior, em primeira convocatória, não se encontrar presente a maioria aí exigida, a Assembleia Geral, para deliberar sobre os mesmos assuntos, funcionará quinze dias após, em segunda convocatória, e exigindo-se que a respetiva decisão seja votada por uma maioria de setenta e cinco por cento dos votos dos acionistas presentes ou representados.

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

a) Composição

15. Identificação do modelo de governo adotado

A Sociedade adota o modelo de governação que preconiza a separação entre os órgãos de administração e de fiscalização, bem como uma dupla fiscalização, composta por um Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas. Da avaliação efetuada pelo Conselho de Administração conclui-se que a adoção deste modelo permite a existência de um órgão de fiscalização com poderes de fiscalização efetivos e reforçados.

16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do conselho de administração (art. 245.º-a, n.º 1, al. h)). Política de diversidade

Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral, pelo período de quatro anos, renovável, sendo ao Conselho de Administração que compete praticar todos os atos de gestão na concretização de operações inerentes ao seu objeto social, tendo por fim o interesse da Sociedade, dos acionistas e dos trabalhadores. A Assembleia Geral poderá igualmente eleger dois administradores suplentes.

Os requisitos para a nomeação dos membros do Conselho de Administração estão descritos no Regulamento Interno do Conselho de Administração, requisitos estes que se consideram adequados à verificação da adequação do perfil, conhecimentos e experiência para a função a desempenhar.

De acordo com o artigo 17º dos Estatutos da Toyota Caetano Portugal, S.A. a designação e substituição dos membros do Órgão de Administração seguem as seguintes regras:

- Pela chamada de suplentes efetuada pelo Presidente do Conselho de Administração, observando a ordem por que figurem na lista que foi submetida à Assembleia Geral;
- Não havendo suplentes, por cooptação, a efetuar dentro de sessenta dias a contar da falta definitiva, salvo se os Administradores em exercício de funções não forem em número suficiente para o Conselho de Administração poder funcionar;
- Não tendo havido cooptação, o substituto será designado pelo Conselho Fiscal;
- Por eleição de novo Administrador.

A Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações desempenha um papel ativo na nomeação dos membros do Conselho de Administração, nos termos do seu Regulamento Interno. Todas as nomeações são precedidas de uma avaliação efetuada pelo departamento dos recursos humanos, nomeadamente em termos de curriculum e valores Ser Caetano, posteriormente verificada pela Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações que dará o seu parecer final sobre tal nomeação.

Política de Diversidade:

Os acionistas mantiveram a salvaguarda da diversidade de género, de idade, de habilitações e de antecedentes profissionais na seleção dos membros dos órgãos de administração e fiscalização nos

termos previstos na al r) do n.º1, do Artigo 245.º-A CVM na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho.

Na atual composição do Conselho de Administração consideram-se salvaguardados os princípios da diversidade de género, idade, habilitações profissionais e antecedentes profissionais, numa estrutura que se considera adequada ao modelo de negócio da empresa e suas linhas estratégicas.

17. Composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.

Conselho de Administração eleito em 2023, por um período de quatro anos, cessando o seu mandato em 2026, composto, de acordo com os Estatutos da Sociedade, por seis membros efetivos e um membro suplente, eleitos pela Assembleia Geral.

Composição à data de 31.12.2023:

TITULAR	FUNÇÃO		INDEPENDÊNCIA	DATA PRIMEIRA DESIGNAÇÃO
José Reis da Silva Ramos	Presidente	Executivo	Não	29/01/2010
Maria Angelina Martins Caetano Ramos	Vogal	Executivo	Não	30/03/1989
Miguel Pedro Caetano Ramos	Vogal	Executivo	Não	23/04/2010
Gisela Maria Falcão Sousa Pires Passos	Vogal	Executivo	Não	01/07/2020
Tom Fux	Vogal	Não executivo	Não	01/07/2021
Kazunori Takagi	Vogal	Não Executivo	Não	23/02/2022
Florian Patrice Gregory Aragon	Vogal Suplente	Não Executivo	Não	30/05/2023

18. Distinção dos membros executivos e não executivos do conselho de administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes

A Sociedade procura um equilíbrio na composição do Conselho de Administração, entre Administradores executivos e não executivos, nos termos da recomendação 2005/162/CE da Comissão da União Europeia, de 15.02.2015, considerando-se Administradores executivos aqueles que estão encarregues da gestão corrente da Sociedade e Administradores não executivos aqueles que não o estão.

Todos os administradores não executivos têm o dever genérico de acompanhamento, vigilância, suporte à estratégia e à tomada de decisão do Conselho de Administração.

No quadro acima, inserido neste ponto 17, encontram-se discriminados os Administradores executivos e não executivos, bem como avaliação sobre a sua independência.

Atualmente o Conselho de Administração integra quatro Administradores executivos e dois não executivos, bem como um membro suplente, também não executivo. A Sociedade considera que atendendo à respetiva dimensão, sua estrutura organizativa, cariz familiar, histórico, nível de exposição a riscos e atividade em geral, a proporção entre o número de Administradores executivos e número de Administradores não executivos é equilibrado e adequado.

Os membros não executivos do Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. não podem ser considerados independentes em virtude da sua nomeação corresponder também a propostas dos dois maiores acionistas da Toyota Caetano Portugal, S.A.

A avaliação da independência dos membros do Conselho de Administração realizada pelo órgão de administração tem por base o art.º 414º nº5 do Código das Sociedades Comerciais e a recomendação III.4 do Código de Governo das Sociedades do IPCG, de 2018, revisto em 2020.

Atendendo ao facto de existirem apenas dois administradores não executivos, não se considera adequada a nomeação de um coordenador, uma vez que ambos têm acesso direto e imediato a todos os restantes membros e informações relevantes.

19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do conselho de administração

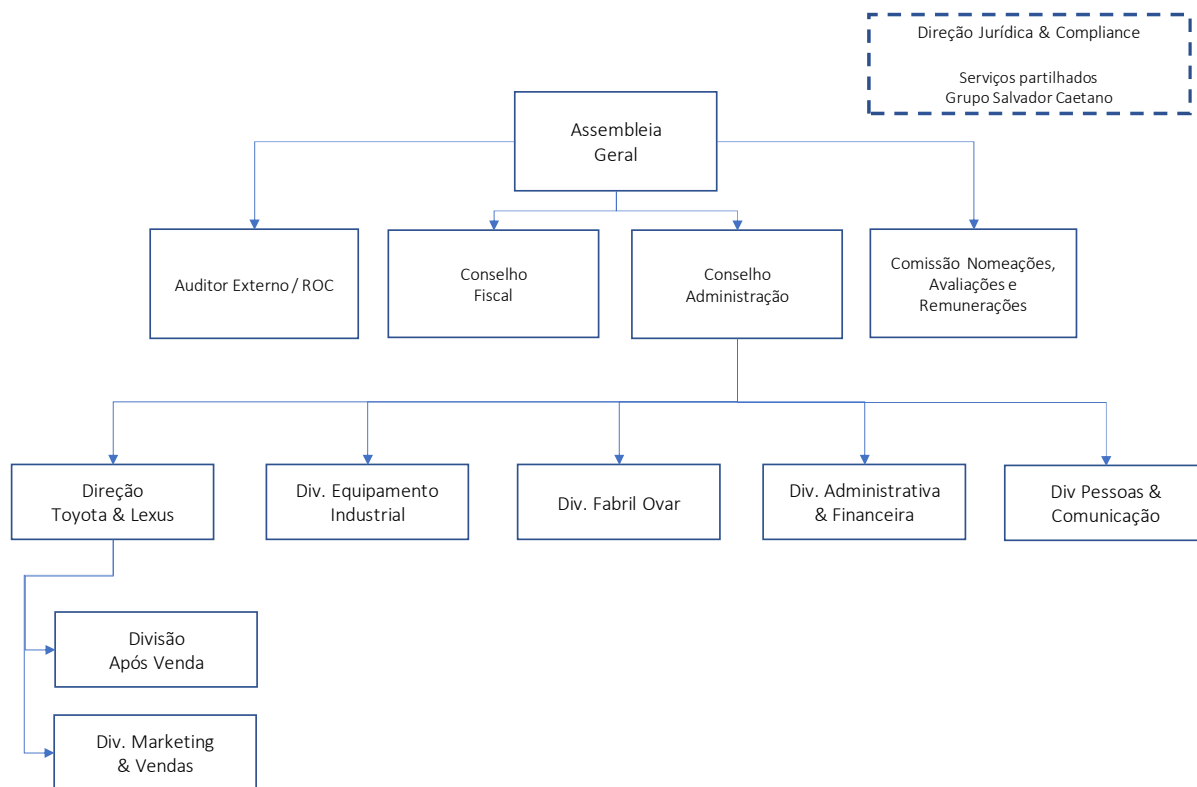
Encontram-se divulgadas em anexo (Anexo I) as qualificações profissionais dos membros efetivos do Conselho de Administração.

O perfil específico adequado ao desempenho das respetivas funções encontra-se detalhado no regulamento interno do Conselho de Administração. Para além do currículo de cada um dos membros efetivos do Conselho de Administração – demonstrativo das suas habilitações, competências e antecedentes profissionais que se consideram adequados à atividade desenvolvida pela Sociedade, a Sociedade procura avaliar, através do seu departamento de recursos humanos, que dá suporte à Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações - comissão responsável pela avaliação das candidaturas para membros dos órgãos sociais – se o perfil do candidato se adequa às funções a desempenhar, nomeadamente em termos de experiência e em termos de cumprimento dos valores Ser Caetano. Após avaliação dos Recursos Humanos, a Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações procede à sua avaliação final.

20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do conselho de administração com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

Nenhum membro do Conselho de Administração detém ações da Sociedade, não existindo relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

21. Organograma relativo à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade.



Conselho de Administração

É ao Conselho de Administração que compete exercer os mais amplos poderes de gestão e definição da estratégia da Sociedade, representando a Sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, assim como praticar todos os atos tendentes à realização do objeto social e, em especial:

- Sem necessidade de deliberação dos acionistas, criar sucursais, agências, delegações ou outras formas locais de representação, quer em Portugal quer no estrangeiro.
- Instalar ou adquirir, manter, transferir ou encerrar estabelecimentos, fábricas, laboratórios, oficinas, depósitos ou armazéns;
- Adquirir, alienar e obrigar por qualquer forma ações e obrigações próprias, conforme deliberado em Assembleia Geral;
- Adquirir bens imóveis e, com o parecer prévio do Conselho Fiscal, aliená-los.
- Negociar com quaisquer instituições de crédito, nomeadamente bancos, todas e quaisquer operações que entenda necessárias, designadamente contraindo empréstimos, Programas de Emissão de Papel Comercial, nos termos, condições e forma que reputar conveniente;
- Movimentar contas bancárias, depositar e levantar dinheiros, emitir, sacar, aceitar e endossar letras, livranças, cheques, extratos de faturas e outros quaisquer títulos de crédito;

- g) Confessar, desistir ou transigir em quaisquer ações;
- h) Constituir mandatários da Sociedade;
- i) Desempenhar as demais funções previstas nos Estatutos ou na lei.

Tem ainda como competências, nos termos do seu regulamento interno:

- Definir as políticas de risco e linhas estratégicas da Sociedade;
- Proteger e valorizar o património da Sociedade;
- Implementar e assegurar o cumprimento das linhas estratégicas da Sociedade e sociedades por si dominadas;
- Zelar pela continuidade da Sociedade, dentro de uma perspetiva de longo prazo e de sustentabilidade, que incorpore considerações de ordem económica, social, ambiental e ética na definição dos negócios da Sociedade e sociedades por si dominadas.

Os membros executivos do Conselho de Administração disponibilizam a todos os Órgãos Sociais, nomeadamente ao Conselho Fiscal e à Mesa da Assembleia Geral, informações por estes requeridas, nomeadamente convocatórias e atas das reuniões do Conselho, em tempo útil e de forma adequada ao requerido.

O Conselho de Administração regula o seu funcionamento pelo regulamento que pode ser consultado em <https://toyotacaetano.pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

O Conselho de Administração reúne regularmente, nos termos dos seus estatutos e regulamento, sendo lavradas atas de todas as reuniões, que ficam registadas em livro próprio.

O Conselho de Administração avalia anualmente o seu próprio desempenho bem como das suas comissões, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico, do orçamento e da gestão dos riscos, avaliando ainda o seu funcionamento.

Em 2023, esta avaliação foi efetuada na reunião de 12.04.2023, relativamente a 2022.

Não existem acordos que possam determinar pagamentos ou a assunção de encargos pela Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração.

Conselho Fiscal

Atualmente o Conselho Fiscal integra três membros efetivos e dois suplentes. A Sociedade considera que atendendo à respetiva dimensão, sua estrutura organizativa, cariz familiar, histórico, nível de exposição a riscos e atividade em geral, o número de membros é equilibrado e adequado, permitindo-lhe assegurar, com eficiência, as funções que lhe são atribuídas.

Compete ao Conselho Fiscal, entre outras funções, a fiscalização da Administração, a verificação da regularidade das contas da Sociedade, registos contabilísticos e documentos de suporte e verificar a observância da lei e do contrato da Sociedade.

No âmbito da sua função de fiscalização, o Conselho Fiscal tem acesso a todos os relatórios preparados pela gestão, os quais incluem, entre outras, matérias relacionadas com a prestação de contas.

É também da sua competência representar a Sociedade junto de e supervisionar a atividade e a independência do Auditor Externo, com ele interagindo diretamente nos termos das suas competências e normas de funcionamento.

Cabe ainda ao Conselho Fiscal avaliar e pronunciar-se previamente sobre as linhas estratégicas e a política de risco aprovadas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar se os riscos assumidos pela Sociedade são adequados à sua dimensão e atividade, conforme reuniões de 28.02.2022 e de 12.04.2023. O Conselho Fiscal tem um Regulamento Interno onde se descrevem todas as suas competências. O Regulamento Interno do Conselho Fiscal encontra-se ainda disponível na página da *internet* da Sociedade no separador mencionado no ponto 61 (endereços relevantes).

Os membros do Conselho Fiscal disponibilizam a todos os Órgãos Sociais, nomeadamente ao Conselho de Administração e à Mesa da Assembleia Geral, informações por estes requeridas, nomeadamente convocatórias e atas das suas reuniões, em tempo útil e de forma adequada ao requerido.

O Conselho Fiscal reúne regularmente, nos termos dos seus estatutos e regulamento, sendo lavradas atas de todas as reuniões, que ficam registadas em livro próprio.

Comissão Executiva e Administradores Delegados

A Sociedade não tem uma comissão executiva nem administradores delegados.

A única comissão existente é a Comissão de Nomeações, Remunerações e Avaliações.

Os órgãos sociais e a comissão existente asseguram, atempada e adequadamente, o fluxo de informações necessário ao exercício das funções de cada órgão e comissão, nomeadamente em termos das respetivas atas e convocatórias.

Direções operacionais

A Sociedade atribui competências a um conjunto de direções operacionais por área de atividade, conforme descrito no organigrama acima, as quais desempenham a gestão corrente da atividade em causa e com as quais o Conselho de Administração se reúne periodicamente para análise e acompanhamento da atividade desenvolvida e cumprimento do orçamento anual definido.

A Sociedade está organizada por áreas de atividade, cada uma delas gerida por uma direção operacional, que reporta ao Conselho de Administração da Sociedade:

- Divisão Toyota e Lexus (segmento comercial) - É a unidade de negócio da Toyota Caetano Portugal nomeada pela Toyota Motor Europe, que detém a atividade exclusiva de Importador das marcas Toyota e Lexus, quer na comercialização e venda de viaturas novas, quer na de viaturas seminovas de confiança, através dos seus Programas Exclusivos TUC (Toyota Usados de Confiança) e Lexus Select, complementada pela venda de peças e acessórios originais Toyota e Lexus. Cabe também neste segmento a atividade do Hub Toyota e Lexus onde todas as viaturas são preparadas para entrega. Para a venda dos produtos acima referidos, a Toyota Caetano Portugal conta com uma rede de Concessionários e Reparadores Toyota Autorizados, por si nomeada, gerida e permanentemente monitorizada, sempre com um espírito de exceder as expectativas dos Clientes.
- Divisão de Equipamento Industrial – Área responsável pela importação, comercialização (venda ou aluguer) e atividade de após venda de equipamentos industriais (empilhadores contrapesados e equipamentos de armazém), bem como apresentação de outros serviços e soluções de negócio.

- Divisão Fabril de Ovar (segmento industrial) - Fabricação e montagem de viaturas Toyota e componentes para autocarros.

b) Funcionamento

22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração

O Regulamento Interno do Conselho de Administração encontra-se disponível na página da *internet* da Sociedade no separador mencionado no ponto 61 (endereços relevantes).

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro do conselho de administração

O Conselho de Administração reúne regularmente, sendo as suas deliberações válidas apenas quando esteja presente a maioria dos seus membros.

Durante o ano de 2023 o Conselho de Administração reuniu nove vezes, com elaboração das atas correspondentes a cada reunião, que se encontram registadas no livro de atas do Conselho de Administração.

Em todas as reuniões estiveram presentes ou representados todos os seus membros.

Assim, o grau de assiduidade durante 2023 foi o seguinte:

José Reis da Silva Ramos	9/9
Maria Angelina Martins Caetano Ramos	8/9 (1 vez representado)
Miguel Pedro Caetano Ramos	9/9
Gisela Maria Falcão Sousa Pires Passos	9/9
Tom Fux	6/9 (3 vezes representado)
Kazunori Takagi	7/9 (2 vezes representado)

24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

A avaliação do desempenho dos Administradores executivos encontra-se atribuída à Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações.

Cabe à Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações, no âmbito da Política de Remunerações aprovada, apreciar o desempenho individual e coletivo dos Administradores executivos, ponderando a sua relevância e impacto na obtenção dos resultados da Sociedade e aferir o seu alinhamento com os interesses da Sociedade.

Por outro lado, os administradores não executivos, no âmbito da sua função de supervisão, acompanham o desempenho dos administradores executivos.

A acrescer, o Conselho de Administração avalia anualmente o seu desempenho (incluindo dos administradores executivos) e das suas comissões.

Em 2023 esta avaliação foi efetuada na reunião de 12/04/2023 em referência ao ano de 2022.

25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos

Conforme estipulado na Política de Remunerações em vigor, existem critérios pré-determinados para a avaliação dos Administradores Executivos, que resultam dessa mesma política. A política de remunerações encontra-se disponível na página da internet da Sociedade em <https://toyotacaetano.pt/remuneracoes/>.

26. Disponibilidade de cada um dos membros do conselho de administração com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

Os membros do Conselho de Administração estão totalmente empenhados no exercício das suas funções e alinhados com o crescimento sustentável da Sociedade.

Cada um dos membros do Conselho de Administração desempenha igualmente funções de Administração nas seguintes empresas (à data de 31.12.2023):

José Reis da Silva Ramos	NiW - It Services and Consulting , S.A. Caetano Shared Services, S.A. Caetanobus – Fabricação. de Carroçarias, S.A. Lusilectra – Veículos. e Equipamentos, S.A. Salvador Caetano Auto África, SGPS, S.A. Salvador Caetano - Indústria (SGPS), S.A. Fundação Salvador Caetano Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A. Salvador Caetano Auto, SGPS, S.A. Caetano Renting, S.A. Atlântica – Comp. Portuguesa de Pesca, S.A. Soc. Imobiliária Quinta da Fundega, Lda. Crustacil – Comércio de Marisco, Lda.	Presidente do Cons. Adm. Presidente do Cons. Adm. Presidente do Cons. Adm. Presidente do Cons. Adm. Presidente do Cons. Adm. Presidente do Cons. Adm. Presidente do Cons. Adm. Vogal do Cons. Adm Vogal do Cons. Adm Vogal do Cons. Adm Vogal do Cons. Adm Gerente Gerente
--------------------------	--	--

Maria Angelina Martins Caetano Ramos	Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A. Salvador Caetano Auto, SGPS, S.A. Caetano Renting, S.A. Atlântica – Comp. Portuguesa de Pesca, S.A. Poal - Pavimentações e Obras Acessórias, S.A. Auto Partner - Imobiliária, S.A. Cociga – Construções Civas de Gaia, S.A. Covim - Soc. Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A. Salvador Caetano Capital,SGPS, S.A. Caetano Automotive Portugal, S.A. Crustacil – Comércio de Marisco, Lda.	Presidente do Cons. Adm. Presidente do Cons. Adm. Presidente do Cons. Adm. Presidente do Cons. Adm. Presidente do Cons. Adm. Presidente do Cons. Adm. Presidente do Cons. Adm. Presidente do Cons. Adm. Vogal do Cons. Adm. Gerente
---	--	--

<p>Miguel Pedro Caetano Ramos</p>	<p>Caetano Fórmula East África, S.A. Caetano Mobility, SGPS, S.A. Drive Angola, S.A. Caetano Retail España, S.A.U. Lidera Soluciones, S.L. Gocharge, S.A. Caetano Auto CV, S.A. Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A. Caetano Automotive Portugal, S.A. Salvador Caetano Capital (SGPS), S.A. Caetano Shared Services, S.A. NiW - It Services and Consulting, S.A. Caetano Aeronautic, S.A. Salvador Caetano - Auto, SGPS, S.A. Salvador Caetano Auto África, SGPS, S.A. Caetano Aeronautic, S.A. Salvador Caetano Indústria, SGPS, S.A. Ibericar Barcelona Premium, S.L. LATAM OPERACIONAL, S.L.U. Caetanobus - Fabricação de Carroçaria, S.A. Kinto Portugal, S.A. HEDIN CAETANO AB RN Nordic AB RN Danmark Autowallis Caetano Holding ZRT. Robert Hudson, Limitada Simba Caetano Fórmula, Limited Caetano Renting Angola, LDA. Caetano Peças - Comércio e Serviços (SU), Lda.</p>	<p>Presidente do Cons. Adm. Presidente do Cons. Adm. Presidente do Cons. Adm. Presidente do Cons. Adm. Presidente do Cons. Adm. Presidente do Cons. Adm. Presidente do Cons. Adm. Vogal do Cons. Adm. Vogal do Cons. Adm. Vogal do Cons. Adm. Vogal do Cons. Adm. Vogal do Cons. Adm. Vogal do Cons. Adm. Vogal do Cons. Adm. Vogal do Cons. Adm. Vogal do Cons. Adm. Vogal do Cons. Adm. Vogal do Cons. Adm. Vogal do Cons. Adm. Vogal do Cons. Adm. Vogal do Cons. Adm. Vogal do Cons. Adm. Vogal do Cons. Adm. Vogal do Cons. Adm. Administrador Único Administrador Gerente Gerente Gerente Gerente</p>
-----------------------------------	---	--

<p>Gisela Maria Falcão Sousa Pires Passos</p>	<p>Caetanobus - Fabricação de Carroçaria, S.A. Salvador Caetano Indústria (SGPS), S.A. Kinto Portugal, S.A. Caetano Renting, S.A.</p>	<p>Vogal do Cons. Adm. Vogal do Cons. Adm. Vogal do Cons. Adm. Vogal do Cons. Adm.</p>
---	--	---

<p>Tom Fux</p>	<p>Toyota Deutschland GmbH Toyota Austria GmbH Toyota Motor Russia "000"</p>
----------------	--

<p>Kazunori Takagi</p>	<p>Toyota Motor Manufacturing UK</p>
------------------------	--------------------------------------

Conforme se pode retirar da informação das listas acima, os membros Executivos do Órgão de Administração exercem funções em órgãos de administração de empresas subsidiárias e em empresas inseridas no perímetro do denominado Grupo Salvador Caetano (Salvador Caetano Auto) que, por serem empresas que se dedicam, de uma forma principal ou secundária, ao mesmo ramo de atividade – ramo automóvel, retiram daí sinergias claras para o desempenho das suas funções dentro da Sociedade, pelo que as funções desempenhadas noutras sociedades não afetaram a disponibilidade dos administradores executivos para o acompanhamento dos assuntos da Sociedade, como aliás se comprova pelo grau de assiduidade às reuniões do Conselho de Administração.

c) Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados

27. Identificação das comissões criadas no seio do Conselho de Administração e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento.

Considerando a composição do Órgão de Administração, o modelo de governo e a estrutura acionista da Sociedade, o Conselho de Administração não entende adequada às suas especificidades a criação de comissões especializadas, com exceção da Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações. O seu Regulamento encontra-se disponível na página da internet da Sociedade em <https://toyotacaetano.pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

28. Composição da comissão executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s).

Considerando a composição do Órgão de Administração, o modelo de governo e a estrutura acionista da Sociedade, o Conselho de Administração não entende adequada às suas especificidades a criação de uma comissão executiva e/ou administradores delegados.

29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

A Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações tem como funções principais:

- elaborar e submeter a Política de Remuneração dos órgãos sociais à aprovação da Assembleia Geral,
- fixar as respetivas remunerações anuais, incluindo os respetivos complementos, de acordo com tal política;
- apoiar o Conselho de Administração na identificação e avaliação da adequação de perfil, conhecimentos e currículo dos membros dos órgãos sociais a designar;
- proceder à avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração.

O Regulamento interno da Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações encontra-se disponível na página da internet da Sociedade em <https://toyotacaetano.pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

A Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações reuniu 6 vezes durante o ano de 2023, tendo sido lavradas as correspondentes atas que ficam registadas no livro de atas respetivo.

Os membros da Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações disponibilizam a todos os Órgãos Sociais, nomeadamente ao Conselho Fiscal e à Mesa da Assembleia Geral, informações por estes requeridas, nomeadamente convocatórias e atas das reuniões do Conselho, em tempo útil e de forma adequada ao requerido, que estão também disponíveis, a todo o tempo, numa plataforma digital interna da Sociedade.

A Sociedade é ainda apoiada pela Comissão de *Compliance* que existe transversalmente ao nível da Salvador Caetano (Salvador Caetano Auto). Esta comissão é composta pelo diretor jurídico da Salvador Caetano (Salvador Caetano Auto), pelo diretor dos recursos humanos da Salvador Caetano (Salvador Caetano Auto), pelo responsável pelo jurídico laboral da Salvador Caetano (Salvador Caetano Auto) e pelo responsável pelo cumprimento normativo e é assessorada por consultores externos especializados em matérias de *governance*, corrupção e branqueamento de capitais. Esta Comissão presta serviços partilhados a todas as empresas da Salvador Caetano Auto, nomeadamente à Toyota Caetano Portugal.

III. FISCALIZAÇÃO (CONSELHO FISCAL)

a) Composição

30. Identificação do órgão de fiscalização (Conselho Fiscal) correspondente ao modelo adotado.

O órgão de fiscalização adotado de acordo com o modelo latino de governação da Sociedade foi o Conselho Fiscal.

31. Composição do Conselho Fiscal com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação, e data do termo de mandato de cada membro, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº18. Política de diversidade.

O Conselho Fiscal é composto, nos termos do Pacto Social, por três membros efetivos e dois suplentes.

O atual Conselho Fiscal foi eleito em 30.05.2023 por um período de 4 anos cessando o seu mandato em 31.12.2026.

A composição do Conselho Fiscal à data de 31.12.2023, suas funções, independência e data da primeira designação detalha-se como segue:

TITULAR	FUNÇÃO	INDEPENDENTE	Nº AÇÕES	DATA PRIMEIRA DESIGNAÇÃO
Maria da Conceição Monteiro da Silva	Presidente	Sim	0	30/05/2023
José Domingos da Silva Fernandes	Vogal	Sim	0	28/04/2011
Daniel Broekhuizen	Vogal	Sim	0	28/04/2016
Francelim Costa da Silva Graça	Suplente	Sim	0	30/05/2023
Tomokazu Takeda	Suplente	Sim	0	30/05/2023

A Sociedade considera adequado o número de membros do Conselho Fiscal, permitindo-lhe assegurar, com eficiência, as funções que lhe são atribuídas, atendendo à dimensão da Sociedade e aos riscos inerentes à sua atividade.

O Conselho Fiscal pode ainda suportar-se, livremente, nas recomendações e relatórios do ROC/Auditor Externo.

32. Identificação dos membros do Conselho Fiscal que se considerem independentes, nos termos do art. 414.º, n.º 5 CSC, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º19

O Presidente do Conselho Fiscal e Vogais cumprem os requisitos de independência, nos termos do Código das Sociedades Comerciais.

33. Qualificações profissionais de cada um dos membros do Conselho Fiscal e outros elementos curriculares relevantes, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº21.

Os membros do Conselho Fiscal possuem competências adequadas ao exercício das respetivas funções e a Presidente está adequadamente apoiada pelos restantes membros do Conselho Fiscal. Para este efeito, juntam-se, no Anexo I, as qualificações profissionais dos membros do órgão de fiscalização. Todos os membros do Conselho Fiscal nomeados são devidamente avaliados previamente pelo departamento dos recursos humanos e pela Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações, que faz a sua avaliação final.

b) Funcionamento

34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho Fiscal, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº24.

O Regulamento interno do Conselho Fiscal encontra-se disponível no sítio da *internet* da Sociedade, no separador mencionado no ponto 61 (endereços relevantes).

35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas de cada membro do Conselho Fiscal, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº25.

O Conselho Fiscal reuniu nove vezes durante o ano 2023, estando as correspondentes atas registadas no livro de atas do Conselho Fiscal.

Grau de assiduidade:

José Domingos da Silva Fernandes	9 em 9
Antonieta Isabel da Costa Moura	4 em 9 (presente em todas as reuniões até à eleição de novos membros)
Daniel Broekhuizen	7 em 9 (2 vezes representado)
Conceição da Silva Monteiro	5 em 9 (presente em todas as reuniões após a sua nomeação)

36. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho Fiscal com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daquele órgão no decurso do exercício, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº 26.

Os membros do Conselho Fiscal desempenham, à data, outras funções nas seguintes empresas:

Maria da Conceição Monteiro da Silva

Membro da Comissão de Remunerações da sociedade Caetano Auto, S.A.

José Domingos da Silva Fernandes

Presidente do Conselho Fiscal na sociedade Caetano – Baviera – Comércio de Automóveis, SA (Grupo Salvador Caetano)

Revisor Oficial de Contas nas sociedades:

- Summertime – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Convemaia – Sociedade Imobiliária, S.A.
- BDS, SGPS, S.A.

Daniel Broekhuizen

Membro do Conselho Fiscal da sociedade

- Toyota Motor Kazakhstan LLP

Membro do Conselho de Administração da sociedade:

- Toyota Logistics Services Ireland Ltd

Independentemente do desempenho de outras funções noutras sociedades, todos os membros do Conselho Fiscal se mostraram sempre disponíveis para o exercício das suas funções na Sociedade durante o ano de 2023, participando na vida societária sempre que tal foi necessário ou conveniente.

c) competências e funções

37. Descrição e procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo

É competência do Conselho Fiscal da Sociedade interagir com o Auditor Externo, nos termos das suas competências e normas de funcionamento, sendo o Conselho Fiscal o primeiro destinatário do Relatório do ROC/Auditor Externo e o interlocutor da Sociedade na relação com este último.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal é responsável por zelar para que sejam asseguradas, dentro da Sociedade, as condições adequadas à prestação dos serviços pelo ROC/Auditor Externo.

Por fim, o Conselho Fiscal propõe a remuneração do Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo, para efeitos de contratação de serviços adicionais.

O Conselho Fiscal avalia anualmente a sua prestação de serviços, propondo à Assembleia Geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito. Deve ainda o Conselho Fiscal assegurar-se que o ROC/Auditor Externo usufrui das condições adequadas à sua prestação de serviços.

É assim ao Conselho Fiscal que compete verificar e pronunciar-se sobre a contratação de serviços adicionais ao ROC/Auditor Externo, que fica sujeita à verificação de adequação e aprovação prévia, devidamente fundamentada, do mesmo Conselho Fiscal.

38. Outras funções do órgão de fiscalização

Sumariamente, o Conselho Fiscal é responsável pela fiscalização do negócio e pela verificação da implementação das políticas definidas.

O Órgão de Fiscalização não exerce outras funções que não as que estão previstas na lei, no pacto social, no seu regulamento interno e as acima sumariamente descritas.

IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa

O Revisor Oficial de Contas da sociedade é a Deloitte & Associados, SROC S.A., inscrita sob o nº 20161389 na CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e na OROC – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 43, e representada por Miguel Nuno Machado Canavarro Fontes, ROC n.º 1397.

40. Identificação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo

O atual Revisor Oficial de Contas exerce funções junto da Sociedade desde 01 de julho de 2020.

41. Descrição de outros serviços prestados pelo revisor oficial de contas à sociedade

O Conselho de Administração na solicitação de serviços ao atual Revisor Oficial de Contas assegura, antes da respetiva adjudicação, que aos auditores e sua respetiva rede, não são contratados serviços que, nos termos da Recomendação da Comissão Europeia nº C (2002) 1873 de 16 de maio de 2002, possam pôr em causa a sua independência.

Durante o exercício de 2023 o Revisor Oficial de Contas (e respetivas sociedades da rede) prestou serviços de revisão legal de contas à Sociedade, bem como os seguintes serviços adicionais:

- Apoio na prestação de serviços conexos com o acompanhamento dos projetos integrados nas candidaturas aprovadas no âmbito das Agendas Mobilizadoras do Plano de Recuperação e Resiliência "ATE - Aliança para a Transição Energética", "BE.Neutral - Agenda de Mobilidade para a Neutralidade Carbónica nas Cidades" e " AM2R - Agenda Mobilizadora para a Inovação Empresarial no Setor das Duas Rodas";
- Apoio na prestação de serviços destinados à emissão de Declarações do Revisor Oficial de Contas sobre os Mapas de Despesas de Investimento apresentados pela Sociedade referentes aos pedidos de pagamento associados aos projetos de investimento "ATE - Aliança para a Transição Energética", "BE.Neutral - Agenda de Mobilidade para a Neutralidade Carbónica nas Cidades" e " AM2R - Agenda Mobilizadora para a Inovação Empresarial no Setor das Duas Rodas";
- Apoio na prestação de serviços de garantia de fiabilidade destinados ao IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P., no âmbito das agendas mobilizadoras PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), nomeadamente a Agenda "BeNeutral", a Agenda "AM2R" e a Agenda "ATE".

42. Comunicação entre os Órgãos da Sociedade

Todos os órgãos sociais e comissões asseguram a informação necessária aos restantes órgãos e comissões para que possam, de forma informada, ter uma perspetiva da atividade e desenvolvimento da Sociedade, nomeadamente, atas, documentação de suporte às decisões e convocatórias.

A este propósito salienta-se que a Sociedade dispõe de uma plataforma digital que é o repositório de todas as convocatórias, atas e documento suporte às reuniões, que pode ser acedido pelos membros dos órgãos sociais e comissões, a qualquer momento.

V. AUDITOR EXTERNO

43. Identificação do auditor externo designado para os efeitos do art. 8.º e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM.

A Empresa Deloitte & Associados, SROC S.A é o Auditor Externo da Sociedade, representada por Miguel Nuno Machado Canavarro Fontes (ROC nº 1397) registada na OROC sob o n.º 43 e na CMVM sob o nº 20161389.

44. Identificação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo

O Auditor Externo bem como o sócio que a representa exercem funções junto da Sociedade desde 01 de julho de 2020.

45. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções

Não se encontra definida internamente qualquer política de rotação obrigatória do Auditor Externo, para além da legalmente aplicável às entidades de interesse público, sendo o período de rotação obrigatória do sócio revisor oficial de contas que representa o Auditor Externo no cumprimento dessas funções o decorrente da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 54.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (7 anos).

46. Identificação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita

O Conselho Fiscal procede anualmente a uma avaliação do trabalho do ROC/Auditor Externo, podendo propor a sua substituição sempre que entenda verificarem-se causas justificativas para tal.

47. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.

Indicado no ponto 41 supra. Todos os serviços adicionais foram necessários à regular atividade da Sociedade e após ponderação foi entendido ser esta sociedade a mais indicada para a sua prestação, não afetando quer pela sua natureza quer pelo seu valor, a independência do ROC/Auditor Externo no exercício das suas funções. É ao Conselho Fiscal que cabe a apreciação e aprovação da contratação de tais serviços.

48. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à

mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços (Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de Maio)

As remunerações pagas aos auditores da Sociedade e a outras pessoas coletivas pertencentes à mesma rede (“Rede Deloitte”), pela Sociedade e pelas empresas em relação de domínio ou de grupo, ascendem, durante o exercício de 2023, a 134.850 Euros, distribuídas da seguinte forma:

	Valor	%
Pela Sociedade		
Valor dos serviços de revisão de contas	72 200,00 €	53,5%
Outros serviços	24 050,00 €	17,8%
Por entidades que integram o grupo		
Valor dos serviços de revisão de contas	38 600,00 €	28,6%

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. ESTATUTOS

49. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade (Art. 245.º-A n.º1, al. h)).

A alteração de Estatutos da Sociedade só é possível mediante aprovação em Assembleia Geral por maioria de 75% do capital social.

Se, para deliberar sobre o assunto referido no parágrafo anterior, em primeira convocatória não se encontrar presente a maioria aí exigida, a Assembleia Geral, para deliberar sobre os mesmos assuntos, funcionará quinze dias após, em segunda convocatória, e exigindo-se que a respetiva decisão seja votada por uma maioria de 75% dos votos dos acionistas presentes ou representados.

II. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

50. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade

A Sociedade tem implementado um sistema de comunicação de irregularidades, conforme Regulamento para a Comunicação de Irregularidades em vigor e publicitado no sítio da *internet* da Sociedade (<https://toyotacaetano.pt/investidores/governo-da-sociedade/>). Qualquer comunicação de factos suscetíveis de enquadrar uma irregularidade deverá ser efetuada por escrito, através de *e-mail* ou carta dirigidos, para os seguintes endereços:

Endereço *E-mail*:

compliance@salvadorcaetano.pt

Endereço Postal:

A/C Presidente do Conselho Fiscal

Toyota Caetano Portugal, S.A.

Av. Vasco da Gama, 1410

4430-247 Vila Nova de Gaia

A Sociedade tem ainda disponível online, no seu sítio institucional, um canal de denúncias, para comunicação de qualquer potencial irregularidade (<https://gsc.wemake.pt/reporting-channel/097e8>).

Para além destes canais, a Sociedade dispõe de diversos mecanismos internos de deteção e prevenção de irregularidades, plasmados em diferentes documentos, tais como o código de ética e conduta profissional e nas suas políticas de prevenção de corrupção, prevenção de financiamento do terrorismo e de branqueamento de capitais.

III. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

51. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno

Na Toyota Caetano Portugal, S.A., a política de riscos e o controlo dos mesmos é efetuado diretamente pelo Conselho de Administração e avaliado anualmente pelo Conselho Fiscal. Esta avaliação feita pelo órgão de fiscalização inclui uma análise dos riscos assumidos e sua adequação aos objetivos fixados pelo Conselho de Administração e uma análise do grau de cumprimento interno do sistema de controlo implementado, assim como do desempenho do mesmo.

Os potenciais riscos a que a Sociedade está sujeita foram identificados e são monitorizados regularmente, podendo ser consultados no Relatório Único de Gestão da Sociedade, no capítulo – Riscos do Negócio.

O Conselho Fiscal pronuncia-se ainda sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços do controlo interno, podendo propor ajustamentos aos mesmos, caso entenda necessário.

A Sociedade é apoiada por departamentos internos da Salvador Caetano (Salvador Caetano Auto), com os quais mantém sinergias, como sejam, Direção Jurídica e *Compliance* / Comissão de Compliance/ Direção de Planeamento, Controlo de Gestão e Auditoria Interna /Fiscalidade/ Serviços Informáticos- área de cibersegurança, responsável pelo cumprimento normativo, DPO, equipa da sustentabilidade e pela Auditoria realizada pelos Auditores Externos.

Sempre que oportuno, os relatórios de controlo interno são partilhados com o Conselho Fiscal e com o Conselho de Administração.

Desta forma, entende-se que apesar de não haver uma comissão especializada em matérias de risco, este sistema de controlo interno é adequado à dimensão da Sociedade e à complexidade dos riscos identificados.

A política de risco é preparada pelo Conselho de Administração, avaliada pelo Conselho Fiscal e, finalmente, aprovada em sede de Conselho de Administração.

Fruto de uma cada vez maior consciencialização, por parte de todos os decisores, da necessidade de identificar e acompanhar, de forma estruturada e profissionalizada, os riscos da Sociedade e respetivas medidas de antecipação e/ou mitigação, durante o ano de 2022 e 2023, a Sociedade

desenvolveu, com a colaboração de uma entidade externa, um significativo trabalho de sistematização dos riscos mais relevantes nas suas áreas de atividade do qual resultou uma profunda atualização ao modelo de gestão de risco. Assim, uma política de risco atualizada foi aprovada pelo Conselho de Administração durante o exercício de 2023.

Ao longo de 2023 foi ainda preparada uma matriz de riscos no âmbito da prevenção da corrupção, por um comité composto pelos responsáveis de cada uma das áreas de atividade da Sociedade, pelo responsável pelo cumprimento normativo da Salvador Caetano, pelo responsável jurídico da Salvador Caetano, pelo responsável pelo cumprimento do RGPG e pelo responsável pela área de cibersegurança.

Esta matriz identifica os principais riscos por área de atividade, a probabilidade de ocorrência dos mesmos, seu impacto, medidas de mitigação correspondentes e métricas de monitorização e pode ser consultada no site da Sociedade: <https://toyotacaetano.pt/investidores/governo-da-sociedade/>, no separador “Plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas”

INTELIGENCIA ARTIFICIAL

A Sociedade não utilizou quaisquer mecanismos de inteligência artificial na tomada de decisões de quaisquer órgãos sociais.

52. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade

A Sociedade produz informação financeira com regularidade, sendo que toda a informação de gestão produzida, tanto para uso interno como para divulgação a outras entidades, é preparada com base em sistemas informáticos.

O Conselho de Administração da Sociedade atribui competências de gestão corrente nas suas direções operacionais, com as quais se reúne periodicamente para análise e acompanhamento da informação financeira desenvolvida sujeita a controlo periódico levado a cabo pelo Conselho de Administração e pela Direção operacional da Sociedade.

Organograma contido no ponto 21 da Parte I.

53. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos

Não existem outras áreas funcionais com competências exclusivas no âmbito do controlo de risco sendo que face ao modelo de governação todas as áreas têm quota-parte de responsabilidade no controlo de riscos.

54. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade

No desenvolvimento das suas atividades a Toyota Caetano Portugal S.A. está sujeita, em cada uma das suas áreas de negócio ou das suas participadas, a uma multiplicidade de riscos, que se identificaram com o objetivo de os mitigar e controlar, tais riscos podem ser consultados no Relatório Único da Sociedade, no capítulo “Riscos do Negócio”

55. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos

A eficácia da gestão do risco depende da integração na governança da organização de procedimentos associados à monitorização, gestão e controlo dos mesmos.

Na Toyota Caetano Portugal, S.A. o controlo dos riscos inerentes à atividade é efetuado diretamente pelo Conselho de Administração e avaliado anualmente pelo Conselho Fiscal. Não obstante este nível hierárquico de controlo, a gestão de risco está inerente a todos os processos de gestão, uma vez que o risco pode ter um impacto significativo no desenvolvimento e na continuidade do negócio.

Neste contexto, adotou um modelo de quatro linhas de defesa, com envolvimento dos vários níveis da organização, particularmente da gestão de topo:

- Áreas operacionais: primeira linha de defesa, operacionalização de procedimentos, e mecanismos de controlo de riscos;
- Gestão de risco e *compliance*: planeamento e controlo; monitorização de risco, suporte à gestão;
- Conselho de Administração: a estratégia de risco é definida pelo Conselho de Administração, que tem como principal função o controlo;
- Auditoria interna e externa: validação da eficácia dos mecanismos de gestão de risco. A estratégia e política de risco é avaliada pelo Conselho Fiscal que emite opinião fundamentada.

Com a gestão de risco pretende-se detetar, gerir, controlar e mitigar as ameaças, bem como identificar e potenciar as oportunidades criando, desta forma, valor acrescentado para a Sociedade.

Neste contexto, a identificação e determinação da probabilidade de ocorrência dos riscos pelo Conselho de Administração da Sociedade surge através de (i) acompanhamento regular e muito próximo das atividades desenvolvidas; (ii) participação em seminários, formações e *workshops* promovidos por entidades externas e por departamentos corporativos da Salvador Caetano; (iii) reuniões e comités internos da Salvador Caetano para partilha de informação e experiências, entre outros.

Adicionalmente, o Conselho de Administração da Sociedade suporta-se nos diretores responsáveis por cada uma das divisões, com os quais se reúne periodicamente, para análise e acompanhamento da informação financeira e não-financeira.

Paralelamente, é efetuada uma análise dos impactos do risco na Sociedade, avaliando o grau de repercussão que os mesmos terão na atividade e determinando estratégias a curto e médio/longo prazo para prevenir, reagir e mitigar esses riscos.

Refira-se adicionalmente que esta gestão dos riscos contempla:

- análises de sensibilidade (mensuração de impactos potenciais em função da probabilidade de ocorrência de cada risco);
- alinhamento estratégico da Sociedade em função dos riscos efetivamente incorridos;
- mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adotadas e da sua eficácia;
- mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema de alerta de risco.

O Conselho Fiscal acompanha e toma conhecimento dos trabalhos e seus resultados efetuados pelos serviços de controlo interno, gestão de riscos, *compliance* e auditoria interna.

O Conselho Fiscal organiza-se internamente, implementando os mecanismos e procedimentos de controlo periódico tendo em vista garantir que os riscos efetivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo Conselho de Administração, mediante o recebimento de relatórios regulares.

56. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (art. 245.º-a, n.º 1, al. m)

O Conselho de Administração está altamente empenhado em assegurar a fiabilidade do reporte financeiro da Sociedade, nomeadamente, garantindo que a Sociedade tem implementadas políticas adequadas, que garantem de forma razoável que as transações são registadas e reportadas com respeito pelos princípios contabilísticos geralmente aceites e que as despesas são só realizadas quando devidamente autorizadas.

Os riscos que envolvem o reporte financeiro encontram-se mitigados, através da segregação de responsabilidades e pela implementação de controlos de prevenção e deteção, os quais envolvem a limitação de acesso a sistemas de IT, e um sistema abrangente de monitorização do desempenho.

Considera-se que a identificação clara dos riscos que envolvem a Sociedade, com a participação dos departamentos chave da empresa contribui eficazmente para o controle e mitigação dos eventuais riscos identificados.

Mais se considera que os sistemas de controle interno e de gestão de riscos implementados no momento estão estruturados de forma adequada à dimensão da Sociedade, seu histórico, seu enquadramento no mercado e estratégia, bem como à complexidade dos riscos identificados.

Os procedimentos de controle interno e gestão de risco são avaliados anualmente pelo Conselho Fiscal, podendo os mesmos ser ajustados em função de tal avaliação.

IV. APOIO AO INVESTIDOR

57. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto

Embora não exista formalmente instituído um Gabinete de Apoio ao Investidor, esta função é assegurada pelo Representante para as relações com o mercado. Sempre que necessário, o Representante assegura a prestação ao mercado de toda a informação relevante no tocante a acontecimentos marcantes, factos enquadráveis como factos relevantes, divulgação semestral de resultados e resposta a eventuais pedidos de esclarecimento por parte dos investidores ou público em geral sobre informação financeira de carácter público.

58. Representante para as relações com o mercado

Atualmente o Representante para as relações com o mercado é

Gisela Maria Falcão Sousa Pires Passos.

Telefone: 22 786 7000

E-mail: gisela.passos@toyotacaetano.pt

59. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores.

O Representante para as relações com o mercado recebe periodicamente chamadas e mensagens de correio eletrónico, com várias questões, incluindo esclarecimentos sobre os dividendos, assembleias gerais e outros, geralmente respondidas de imediato ou dentro de um prazo razoável, adequado à natureza do pedido.

Durante 2023, todos os pedidos foram prontamente respondidos, não existindo pedidos de informação pendentes de resposta.

V. SÍTIO DE INTERNET

60. Endereço

A página da *Internet* da Sociedade, www.toyotacaetano.pt, encontra-se disponível em português e inglês, de acordo com a recomendação VI.1 da CMVM.

61. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais.

Na página da *Internet* da Sociedade, dentro do separador identificado como “Investidores”, existe um separador relativo a “Sociedade”, onde se encontra publicada informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais - <https://toyotacaetano.pt/investidores/sociedade/>.

62. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões.

Na página da *Internet* da Sociedade, dentro do separador identificado como “Investidores”, existe um separador designado “Governo da Sociedade” e dentro deste outro designado “Estatutos” onde se encontra publicado o Pacto Social atualizado da Sociedade. - <https://toyotacaetano.pt/investidores/governo-da-sociedade/>

Na mesma página, dentro do mesmo separador identificado como “Investidores”, dentro do separador “Governo da Sociedade” existe um separador designado “Políticas e Regulamentos” onde podem ser consultados os Regulamentos internos do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações, devidamente atualizados.

63. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do gabinete de apoio ao investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso.

Na página da *Internet* da Sociedade, dentro do separador identificado como “Investidores”, dentro do separador “Governo da Sociedade” existe um separador designado “Órgãos Sociais” onde se encontra publicada informação sobre a composição dos Órgãos Sociais. - <https://toyotacaetano.pt/investidores/governo-da-sociedade/>

Também na página da *Internet* da Sociedade, dentro do separador identificado como “Investidores” existe um separador relativo a “Apoio ao Investidor”, onde se encontra publicada informação sobre a identidade do representante para as relações com o mercado e com os investidores, bem como os contactos - <https://toyotacaetano.pt/investidores/apoio-ao-investidor/>.

64. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais.

Na página da *Internet* da Sociedade, dentro do separador identificado como “Investidores”, existe um separador relativo a “Relatórios e Contas”, onde se encontram divulgados os documentos de prestação de contas que permanecem acessíveis durante, pelo menos, cinco anos. - <https://toyotacaetano.pt/investidores/relatorios-e-contas/>

Na página da *Internet* da Sociedade, dentro do separador identificado como “Investidores”, existem separadores identificados como “Eventos Societários”, “Comunicados”, “Assembleias Gerais” e “Relatório e Contas” onde se encontra disponível o calendário de eventos societários e outra informação considerada relevante.

65. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada.

Na página da *Internet* da Sociedade, dentro do separador identificado como “Investidores”, existe um separador relativo a “Assembleias Gerais” onde se encontram divulgadas as convocatórias, propostas de deliberação e atas das Assembleias Gerais. - <https://toyotacaetano.pt/investidores/assembleias-gerais/>.

66. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes.

Na página da *Internet* da Sociedade, dentro do separador identificado como “Investidores”, existe um separador relativo a “Assembleias Gerais” onde se encontra um acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das Assembleias Gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das respetivas votações: <https://toyotacaetano.pt/investidores/assembleias-gerais/>.

D. REMUNERAÇÕES

I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

67. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade

A remuneração dos membros dos órgãos sociais é fixada anualmente pela Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações, com base na política de remunerações em vigor. A política de remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização é definida por essa mesma Comissão, tendo por base os critérios que vão de encontro à capacidade de criação de valor acionista. Na definição dos critérios acima enunciados são tidos em consideração diversos fatores, entre os quais dados comparativos de mercado e dados macroeconómicos.

II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

68. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores

A Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações é composta pelos seguintes membros:

- João António Ferreira de Araújo Sequeira (Presidente)
- Rui Manuel Machado de Noronha Mendes
- Jorge Manuel Cerqueira Magalhães

Nenhum dos membros desta Comissão é membro do Órgão de Administração da Sociedade nem tem cônjuge, parentes ou afins nessas circunstâncias, nem tem relações com os membros do Conselho de Administração que possam afetar a sua imparcialidade no exercício das suas funções.

Consideram-se, assim, todos os membros da Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações independentes.

O Presidente da Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações deve estar presente em todas as reuniões de acionistas onde se discutam remunerações bem como em qualquer outra para a qual seja convocado.

69. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações

A experiência profissional dos membros da Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações permite-lhes exercer as suas responsabilidades de forma eficaz, salvaguardando o interesse da Sociedade. Refira-se a este propósito a antiguidade dos membros da Comissão no exercício das suas funções ou em funções de gestão, a sua experiência em termos de gestão de recursos humanos e o

seu conhecimento do Grupo Toyota, que lhes confere as competências necessárias para o exercício adequado das suas funções.

As suas habilitações profissionais constam do Anexo I.

Esta Comissão pode contratar pessoas singulares ou coletivas para a apoiar no desempenho das suas funções, contando ainda com o apoio do departamento dos recursos humanos e do departamento jurídico transversal à Salvador Caetano Auto. Caso opte pela contratação, deve assegurar que o faz de forma independente, cumprindo os requisitos a seguir descritos.

A Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações não contratou, durante o ano de 2023, para a apoiar no desempenho das suas funções, qualquer pessoa singular ou coletiva, valendo-se do suporte do departamento dos recursos humanos da Salvador Caetano Auto.

III. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

70. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da lei n.º 28/2009, de 19 de junho

A política de remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização é aprovada pela Assembleia Geral por proposta da Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações independente.

A fixação dos montantes remuneratórios dos membros dos Órgãos Sociais da Sociedade Toyota Caetano Portugal, S.A. deve ter em conta, como princípio genérico, as funções desempenhadas por cada um dos membros, a situação económica da Sociedade e a situação do mercado em que a mesma se insere.

- A remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade e, em geral, de todos os colaboradores, deve ser adequada à estratégia empresarial da Sociedade, aos seus interesses e objetivos, bem como à sua sustentabilidade;
- Para efeitos do número anterior, deverão ser, em termos gerais, seguidos os princípios acima elencados bem como o seguinte:
 - . Alinhamento dos interesses dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização com os interesses da Sociedade, podendo tal ser realizado através de componentes variáveis da remuneração e outros benefícios a serem especificados e definidos pela Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações;
 - . O desempenho individual deverá constituir um critério de determinação da componente variável da remuneração, se aplicável, sem prejuízo de outros critérios que possam ser relevantes, nomeadamente o desempenho da própria Sociedade e o enquadramento macroeconómico;
 - . Interesses da Sociedade a médio e longo prazo;
 - . O contexto nacional e internacional, em particular nos setores onde a Sociedade se insere.
- A política de remunerações, especialmente no que respeita aos Administradores executivos, tem em conta as condições de emprego e de remuneração dos colaboradores da Sociedade como um todo, visando um nível de equilíbrio e equidade interna.

Os membros do Conselho de Administração são remunerados do seguinte modo:

- A remuneração é composta por uma parte fixa e, eventualmente, uma parte variável;
- Os valores remuneratórios de natureza fixa devem acompanhar a política salarial a ser aplicada aos restantes colaboradores e ter em consideração por um lado as funções desempenhadas e, por outro, as práticas de mercado para responsabilidades equiparadas.
- A remuneração fixa é definida pela Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações e por esta revista anualmente e, salvo decisão em contrário por parte da mesma, corresponderá a um salário mensal pago 14 vezes por ano.
- Não há lugar ao pagamento de senhas de presença.
- A existência ou não da remuneração variável será definida anualmente pela Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações e o cálculo do montante final da remuneração variável será baseado numa avaliação de desempenho individual anual de cada membro. Essa avaliação assenta num conjunto de indicadores quantitativos que devem estar em linha com os objetivos estratégicos da Sociedade, e em aspetos de natureza qualitativa considerados essenciais para a sustentabilidade do negócio a longo prazo, nomeadamente:
 - . Indicadores Quantitativos - cumprimento do orçamento global da Sociedade:
 - . Volume de Negócios (em Mio€),
 - . EBITDA (em % sobre Volume de Negócios)
 - . EBT (em % sobre Volume de Negócios)
 - . Indicadores Qualitativos alinhados com os Valores Ser Caetano:
 - . Ambição
 - . Comprometimento
 - . Confiança
 - . Cooperação
 - . Responsabilidade
- Os objetivos individuais quantitativos pesam 90% no cálculo do desempenho individual e refletem a performance financeira relacionada com o crescimento real da Sociedade e o retorno gerado para os acionistas. Os objetivos individuais qualitativos pesam 10% no cálculo do desempenho individual.
- A atribuição da componente variável anual deve atender aos seguintes critérios:
 - . Anualmente serão definidos valores / peso para cada um dos indicadores identificados;
 - . Considerando o desempenho individual e aplicando as métricas acima referidas, haverá lugar à atribuição, ou não, de remuneração variável.
- A remuneração variável poderá ser paga em numerário ou em espécie, nomeadamente através de benefícios flexíveis.

- A remuneração variável dos membros do Conselho de Administração, no seu conjunto, não deve exceder os 3% dos resultados distribuíveis apurados no exercício em causa.
- O pagamento da remuneração variável pode ser diferido por um período de até 3 anos, caso seja essa a decisão da Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações.
- Os membros do Conselho de Administração não executivos não são remunerados.

Os membros do Órgão de Fiscalização podem ser remunerados, devendo, nesse caso, auferir uma remuneração máxima anual equivalente a um salário mínimo mensal em vigor em Portugal à data da sua atribuição, por 14 meses.

Poderão ser atribuídos aos membros dos Órgãos Sociais benefícios complementares não pecuniários, nos termos e condições a deliberar pela Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações.

O Grupo Salvador Caetano (Salvador Caetano Auto) atribui, a todos os trabalhadores da Sociedade, um plano complementar de pensão, ao abrigo do Fundo de Pensões do Grupo Salvador Caetano, que pode ser extensível aos membros dos Órgãos Sociais, com as seguintes regras:

- Plano A - (Benefício Definido): abrange todos os colaboradores (incluindo os membros dos órgãos sociais) que à data de 01.01.2008 já tinham perfazido, cumulativamente, 50 anos de idade e 15 anos de antiguidade na Sociedade. Consubstancia-se no direito à atribuição de uma pensão complementar paga pelo referido Fundo de Pensões, de valor equivalente a 20% do último salário pensionável.
- Plano B – (Contribuição Definida): abrange todos os restantes colaboradores (incluindo os membros dos órgãos sociais) admitidos até 30 de novembro de 2023. Consubstancia-se no direito à atribuição de uma pensão complementar de reforma paga pelo Fundo de Pensões, calculada da seguinte forma: a Sociedade todos os anos contribui para o Fundo de Pensões com um montante correspondente a 3% do salário bruto anual de cada colaborador abrangido por este Plano, ficando esse valor afeto ao trabalhador. Na idade legal de reforma, o valor acumulado com direitos adquiridos das contribuições acrescido dos rendimentos entretanto gerados será transformado num valor mensal a ser pago ao Colaborador/Membro do Órgão Social.
- Plano C – (Contribuição Definida): abrange todos os colaboradores (incluindo os membros dos órgãos sociais) admitidos após 1 de dezembro de 2023. Consubstancia-se no direito à atribuição de uma pensão complementar de reforma paga pelo Fundo de Pensões, calculada da seguinte forma: a Sociedade todos os anos contribui para o Fundo de Pensões com um montante correspondente a 0,5% do salário bruto anual de cada colaborador abrangido por este Plano, ficando esse valor afeto ao trabalhador. Na idade legal de reforma, o valor acumulado com direitos adquiridos das contribuições acrescido dos rendimentos entretanto gerados será transformado num valor mensal a ser pago ao Colaborador/Membro do Órgão Social.

Os benefícios complementares não pecuniários que eventualmente sejam atribuídos aos membros dos Órgãos Sociais não deverão ter um peso relevante, devendo representar menos de 10% do custo da remuneração total.

71. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

Como resulta da política de remunerações descrita no ponto 69 anterior, a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do Órgão de Administração com os interesses de longo prazo da Sociedade.

A fixação de uma remuneração fixa e outra variável e a dependência da definição da remuneração variável de uma avaliação qualitativa e quantitativa, baseando-se no grau de cumprimento de objetivos (*KPI's*), perfeitamente definidos, determinam que o desempenho da gestão seja levado a cabo tendo em atenção os interesses da Sociedade, não só a curto prazo como também a médio e longo prazo.

O processo de avaliação de desempenho dos Administradores é anual, com acompanhamento semestral, baseado em evidências concretas e disponibilizadas à Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações para monitorização regular do nível de cumprimento das metas aprovadas.

72. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente

A remuneração dos Administradores com funções executivas compreende uma componente fixa e, eventualmente, uma componente variável. A componente variável está dependente do grau de cumprimento de objetivos pré-definidos, que constam da Política de Remunerações e que são avaliados pela Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações.

73. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento

Nos termos da política de remunerações é possível o diferimento da componente variável até 3 anos. Durante o exercício de 2023 não houve diferimento do pagamento da componente variável.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual.

Não há atribuição de remuneração variável em ações e tendo em conta o modelo de remunerações, os membros do Órgão de Administração da Sociedade não celebraram contratos, quer com a Sociedade, quer com terceiros, destinados a mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração.

Não existe qualquer acordo celebrado pelos membros dos Órgãos de Administração para a atribuição de remuneração variável em ações.

Não está previsto qualquer plano de atribuição de ações a Administradores.

75. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício.

Não está previsto qualquer plano de atribuição de opções de aquisição de ações aos Administradores.

76. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários

Todos os Administradores executivos têm a sua remuneração variável dependente do grau de cumprimento de objetivos pré-definidos.

Todos os Administradores têm direito a outros benefícios complementares, conforme descrito no ponto 69 anterior.

77. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.

A Toyota Caetano Portugal, S.A. (em conjunto com outros associados) constituiu um fundo de pensões por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988. Este Fundo de Pensões constituído previa que, enquanto os seus associados mantivessem a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que a generalidade dos trabalhadores pudesse vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento não atualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições, configurando um plano de benefícios definidos.

Face à conjuntura económica a 1 de janeiro de 2008, procedeu-se a alterações nas condições do Fundo de Pensões Salvador Caetano, as quais passaram resumidamente pelas seguintes alterações:

- Manutenção de um regime de Benefício Definido (20% do salário pensionável da Segurança Social à data de reforma - 65 anos) para os então reformados e beneficiários de pensões diferidas, bem como para todos os trabalhadores dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano que, à data de 1 de janeiro de 2008, tinham completado 50 anos de idade e mais de 15 anos de serviço nos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano;
- Constituição de um novo grupo (formado pelo restante universo de trabalhadores ao serviço dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano) que passou, a partir daquela data, a estar incluído num Plano de Contribuição Definida.

Os membros do Conselho de Administração beneficiam do Fundo Pensões Salvador Caetano desde que cumprindo todos os requisitos exigidos para qualquer outro colaborador de uma das empresas do universo constante do Fundo de Pensões.

Atualmente, o Fundo de Pensões abrange os membros do Conselho de Administração que se encontrem nas condições acima referidas.

IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

78. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem.

As remunerações auferidas pelos membros do Órgão de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. durante os exercícios de 2022 e 2023 no exercício das suas funções na Sociedade foram como segue:

Pela Sociedade	2023		2022	
	Rem. Fixa	Rem. Variável	Rem. Fixa	Rem. Variável
José Reis da Silva Ramos	189 000 €	82 128 €	164 500 €	76 287 €
Maria Angelina M. Caetano Ramos	122 500 €	44 170 €	120 750 €	39 198 €
Gisela Maria Falcão S. Pires Passos	122 500 €	31 551 €	113 450 €	30 190 €
Miguel Pedro Caetano Ramos	78 750 €	- €	- €	- €
Total	512 750 €	157 849 €	398 700 €	145 675 €

Os restantes Administradores, não sendo executivos, não são remunerados.

O enquadramento de recompensa pelo desempenho centra-se na sua remuneração total, composta pela remuneração fixa e pela remuneração variável, para que a remuneração seja comparável em termos globais e consentânea com o desempenho geral da Toyota Caetano Portugal e desempenho individual, medido não só em função dos resultados e da criação de valor para os acionistas mas também em função de projetos, de equipa, de liderança e de aderência aos valores Ser Caetano.

Por outro lado, a Sociedade considera outros fatores relevantes, incluindo a prática de outras sociedades da Salvador Caetano Auto e práticas de mercado.

A Política de remuneração adotada pela Toyota Caetano Portugal está definida de forma a garantir um equilíbrio entre os diversos fatores essenciais à sustentabilidade do negócio.

A remuneração total praticada em 2023 cumpre com a política de remuneração adotada, tendo-se atendido a todos os fatores nela refletidos. Foi considerado, em particular, o ano excecional da Sociedade ao nível dos seus principais indicadores, apesar do turbulento contexto macroeconómico vivido em 2023, resultante de todas as incertezas associadas (i) à recuperação pós-pandemia; (ii) à tendência inflacionista e conseqüente política monetária; (iii) às guerras (Ucrânia, Médio Oriente); (iv) à pressão sentida no mercado de trabalho e dificuldades na retenção de talentos; (v) aos desafios da cibersegurança; e (vi) à crescente preocupação com temas de sustentabilidade e mudanças climáticas. Em termos de valor fixo, destaca-se, por um lado, o reposicionamento da remuneração do CEO da Sociedade de forma a aproximá-la às práticas de mercado e, por outro, o alargamento das responsabilidades do Administrador Miguel Pedro Caetano Ramos que passou a ser executivo.

A atribuição da remuneração variável, porque depende do cumprimento de indicadores chave de *performance*, não se encontra garantida. O conjunto de indicadores selecionados para este efeito em coordenação com os objetivos estratégicos determinados, asseguram o necessário alinhamento entre a *performance* dos Administradores Executivos e o desempenho da Sociedade a longo prazo.

Em concreto, relativamente aos dados de 2022 verificou-se:

Indicadores Qualitativos	2022		
	Real	Orçamento	Real vs Orçamento
Volume de negócios (€)	480 226 377 €	545 164 793 €	88,09%
EBITDA (em % s/ Volume de Negócios)	10,11%	7,65%	132,21%
EBT (em % s/ Volume de Negócios)	4,50%	3,84%	117,20%

Quanto aos indicadores qualitativos, fruto de avaliação de desempenho dos Administradores Executivos efetuada pela Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações, apura-se um desempenho de 100% em todos os Valores Ser Caetano (Ambição / Comprometimento / Confiança / Cooperação / Responsabilidade).

Da conjugação destes resultados com as restantes variáveis definidas na Política de Remunerações em vigor e pela Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações, apuraram-se as remunerações variáveis referidas.

No mapa abaixo reflete-se a variação anual do desempenho da Sociedade (medido via Resultado Líquido) e a remuneração média de trabalhadores (em termos equivalentes a tempo inteiro da Sociedade, excluindo os membros dos órgãos de Administração e de Fiscalização) durante os últimos 5 exercícios:

Indicadores => Variação Anual	2019	2020	2021	2022	2023
Remuneração média dos colaboradores (sem OS)	3,03%	2,90%	1,44%	-1,76%	4,66%
Resultado Líquido (Desempenho da Sociedade)	-9,33%	-59,94%	151,79%	25,71%	16,44%

A variação nas remunerações dos colaboradores em 2023, que se situou nos 4,66%, reflete a evolução positiva na atividade das sociedades que compõem este Grupo.

Não está prevista a possibilidade de solicitar a restituição de uma remuneração variável.

Não existe qualquer afastamento do procedimento de aplicação da política de remuneração.

79. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

As remunerações auferidas pelos membros do Órgão de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. durante os exercícios de 2022 e 2023, no exercício das suas funções em entidades inseridas no Grupo Toyota Caetano Portugal foram como segue:

Por entidades que integram o Grupo	2023		2022	
	Rem. Fixa	Rem. Variável	Rem. Fixa	Rem. Variável
José Reis da Silva Ramos	99 900 €	- €	- €	- €
Maria Angelina M. Caetano Ramos	216 471 €	- €	314 125 €	- €
Gisela Maria Falcão S. Pires Passos	- €	- €	- €	- €
Miguel Pedro Caetano Ramos	- €	- €		
Total	316 371 €	- €	314 125 €	- €

As alterações que ocorreram refletem a alteração de responsabilidades entre administradores.

80. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos

A Sociedade não pagou a Administradores qualquer remuneração sob a forma de participação nos lucros ou prémios.

81. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não foram pagas quaisquer indemnizações a ex-Administradores, não sendo também devida qualquer indemnização a qualquer ex-administrador.

Mais se informa que durante o ano de 2023, cessaram funções os seguintes membros:

Da Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações:

- Maria da Conceição Monteiro da Silva
- Francelim Costa da Silva Graça
- Alberto Luis Lema Mandim

Do Conselho Fiscal:

- Maria Lúvia Fernandes Alves (suplente)
- Antonieta Isabel da Costa Moura
- Akito Takami (suplente)

Do Conselho de Administração:

- Kyoshimoto Morimoto
- Masaru Shimada (suplente)

82. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de fiscalização da, para efeitos da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.

As remunerações auferidas pelos membros do Órgão de Fiscalização da Toyota Caetano Portugal, S.A. durante o exercício de 2023, no exercício das suas funções na Sociedade e em Empresas do Grupo Toyota Caetano Portugal foram como segue:

José D. Silva Fernandes:

- 2022: 5.040,00€
- 2023: 5.040,00€

Maria da Conceição Monteiro da Silva

- Foi considerado que deverá auferir uma remuneração mensal de 360 euros, a partir do dia 30 de maio de 2023, remuneração esta que só será processada em 2024.

Os restantes membros do Conselho Fiscal não auferiram remuneração em 2023.

Este montante foi e será integralmente pago pela sociedade Toyota Caetano Portugal, S.A..

83. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral

Em 2023 o Presidente e o Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral não auferiram quaisquer remunerações.

V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS

84. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.

Não existem limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de Administradores da Sociedade ou qualquer forma de cessação de funções, sendo esta matéria regulada pelo disposto na legislação aplicável.

85. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade. (Art. 245.º-A, n.º 1, al. I).

Não existem acordos para o pagamento de qualquer compensação, além da legalmente devida, se a cessação ou destituição for devida a desadequado desempenho do Administrador bem como que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho, na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES

86. Identificação do plano e dos respetivos destinatários.

Não existe nenhum plano de atribuição de ações ou de atribuição de opções de aquisição de ações aos membros dos Órgãos Sociais, nem aos seus trabalhadores.

87. Caracterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e ou o exercício de opções).

Conforme descrito em 85. supra, não existem planos de atribuição de ações ou opções sobre ações pelo que a presente disposição não é aplicável.

88. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações ("stock options") de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa.

Conforme descrito em 85. supra, não existem planos de atribuição de ações ou opções sobre ações pelo que a presente disposição não é aplicável.

89. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes (Art. 245.º-A, n.º 1, al. e)).

Não existe qualquer sistema de participação dos trabalhadores no capital, pelo que não se justifica a existência de mecanismos de controlo na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes.

E. TRANSAÇÕES COM PARTE RELACIONADAS

I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO

90. Mecanismos implementados pela Sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas (para o efeito remete-se para o conceito resultante da IAS 24)

Com data de 31 de março de 2021 foi aprovado em Conselho de Administração o “Regulamento de conflitos de interesses e transações com partes relacionadas” onde se estabelecem os procedimentos e critérios que deverão ser observados na aprovação das transações com qualquer parte relacionada e a respetiva divulgação das mesmas. Este regulamento encontra-se disponível na página da internet da Sociedade em <https://toyotacaetano.pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

As operações extraordinárias não recorrentes e que saem fora do exercício normal da atividade da Sociedade, por se tratarem de operações com relevância para a Sociedade carecem de parecer prévio por parte do Conselho Fiscal.

Qualquer caso de conflito de interesses ou deteção de irregularidades devem ser partilhados com o Conselho Fiscal.

91. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência

As transações de natureza comercial realizadas entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, foram realizadas nas condições normais de mercado, podendo as transações e respetivos saldos e informações complementares serem consultados na Nota 36 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2023.

92. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20º do CVM

A intervenção e avaliação prévia do Conselho Fiscal a realizar entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação rege-se pelo disposto no Regulamento de conflitos de interesses e transações com partes relacionadas.

Durante 2023 não foram identificadas transações com titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação que necessitassem de avaliação prévia por parte do Conselho Fiscal.

II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS

93. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, ou, alternativamente, reprodução dessa informação.

Os negócios com partes relacionadas encontram-se descritos na Nota 36 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas do Relatório e Contas 2022.

PARTE III – AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. Identificação do Código de governo das sociedades adotado

A Sociedade adotou o Código de Governo das Sociedades do IPCG de 2018, na versão atualizada em 2020 (que se encontra publicado no sítio da *internet* desta instituição em <https://cgov.pt/base-dados/codigos-de-governo>), por entender que o mesmo assegura um nível adequado de proteção dos interesses dos acionistas e de transparência do Governo Societário

2. Análise do cumprimento do Código de governo das sociedades adotado

RECOMENDAÇÃO	ADOÇÃO	REMISSÃO
Capítulo I. RELAÇÃO DA SOCIEDADE COM ACIONISTAS, PARTES INTERESSADAS E A COMUNIDADE EM GERAL		
I.1	Adotada	Parte I
I.2	Adotada	Relatório de sustentabilidade; Estratégia da sociedade (Parte I)
II.1.1. A sociedade institui mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a atempada circulação ou divulgação da informação necessária aos seus órgãos, ao secretário da sociedade, aos acionistas, aos investidores, aos analistas financeiros, às demais partes e a mercado em geral	Adotada	Ponto 21, 42, 57 e 59 a 66 e site da sociedade
II.2		
II.2.1. As sociedades estabelecem, previamente e em abstrato, critérios e requisitos relativos ao perfil de membros dos órgãos da sociedade adequados à função a desempenhar, considerando, designadamente, atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência) e requisitos de diversidade e (com particular atenção à igualdade entre homens e mulheres), que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respetiva composição.	Adotada	Ponto 16 a 19, 31 a 33 e Regulamentos Internos do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

RECOMENDAÇÃO	ADOÇÃO	REMISSÃO
II.2.2. Os órgãos de administração e de fiscalização e as suas comissões internas dispõem de regulamentos — nomeadamente sobre o exercício das respetivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros —, divulgados na íntegra no sítio da Internet, devendo ser elaboradas atas detalhadas das respetivas reuniões.	Adotada	Ponto 22, 29 e 34. Regulamentos internos disponíveis no sítio da internet da sociedade
II.2.3 A composição e o número de reuniões em cada ano dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões são divulgados através do sítio <i>Internet</i> da sociedade.	Adotada	Ponto 23 e 35 e sítio da internet da Sociedade
II.2.4. As sociedades adotam uma política de comunicação de irregularidades (<i>whistleblowing</i>) que explicita as principais garantias e os meios adequados para a comunicação e tratamento das mesmas com salvaguarda da confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmitente, sempre que esta seja solicitada.	Adotada	Ponto 50 e sítio da internet da Sociedade
II.2.5. As sociedades dispõem de comissões especializadas em matéria de governo societário, remunerações, nomeações de membros dos órgãos da sociedade e avaliação de desempenho, separada ou cumulativamente. No caso de ter sido criada a comissão de remunerações prevista pelo artigo 399º do CSC, esta recomendação pode ser cumprida mediante a atribuição a esta comissão, se tal não for proibido por lei, de competência nas referidas matérias	Parcialmente adotada	Quanto ao governo societário, é ao departamento jurídico e à comissão de <i>compliance</i> que cabe a função de regular as matérias de <i>governance</i> . Quanto às nomeações, remunerações e avaliações. - Ponto 27 e 29
II.3. Relação entre órgãos da sociedade		
II.3.1. Os estatutos ou outras vias equivalentes adotadas pela sociedade devem estabelecer mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação necessária para a avaliação do desempenho, da situação e das perspetivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.	Adotada	Ponto 21, 42, 57 e 59 a 66 6

RECOMENDAÇÃO	ADOÇÃO	REMISSÃO
II.3.2. Cada órgão e comissão da sociedade assegura, de forma atempada e adequada, o fluxo interorgânico da informação, necessária ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões.	Adotada	Ponto 21, 29 e 42
I.4 Conflitos de interesses		
II.4.1. Por regulamento interno ou via equivalente, os membros dos órgãos de administração e fiscalização e as comissões internas ficam vinculados a informar o respetivo órgão ou comissão sempre que existam factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o da sociedade	Adotada	Ponto 50 e 90 e respetivos Regulamentos dos órgãos sociais bem como regulamento sobre transações entre partes relacionadas e conflito de interesses.
II.4.2. A sociedade adota procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respetivos membros lhe solicitarem.	Adotada	Ponto 50, 90 e respetivos Regulamentos+ regulamento sobre transações entre partes relacionadas e conflito de interesses.
II.5. Transações com partes relacionadas		
II.5.1. O órgão de administração divulga, no relatório de governo ou por outra via publicamente disponível, o procedimento interno de verificação das transações com partes relacionadas.	Adotada	Ponto 90, 91 e Regulamento sobre transações entre partes relacionadas e conflito de interesses.
Capítulo III. ACIONISTAS E ASSEMBLEIA GERAL		
III.1. A sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de ações necessárias para conferir direito a um voto e informa no relatório de governo sobre a sua opção, sempre que a cada ação não corresponda um voto. .	Não Adotada	Atendendo à dimensão da Sociedade, à estrutura acionista e à pouca liquidez dos títulos, esta foi a opção que os acionistas entenderam ser a mais adequada.
III.2. A sociedade que tenha emitido ações com direito especial ao voto plural identifica, no relatório de governo, as matérias que, por precisão dos estatutos da sociedade, estão excluídas do âmbito do voto plural.	Não aplicável	
III.3. A sociedade não deve adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Não Adotada	Apesar de não adotada, entende-se que a tomada de determinadas decisões com necessidade de maioria

RECOMENDAÇÃO	ADOÇÃO	REMISSÃO
		qualificada, protege os interesses minoritários.
III.4. A sociedade implementa os meios adequados para a participação não presencial dos acionistas na Assembleia Geral, em termos proporcionais à sua dimensão.	Adotada	Ponto 12 e sítio da sociedade na Internet. Os acionistas podem participar na AG por meios telemáticos.
III.5. A sociedade implementa igualmente os meios adequados para o exercício não presencial do direito de voto, incluindo por correspondência e por via eletrónica.	Adotada	Ponto 12 e sítio da sociedade na internet.
II.6. Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Não aplicável	
II.7. Não devem ser adotadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores.	Adotada	Ponto 4 e 21
Capítulo IV. ADMINISTRAÇÃO NÃO EXECUTIVA E FISCALIZAÇÃO		
IV.1.1. O órgão de administração assegura que a sociedade atua de forma consentânea com o seu objeto e não delega poderes, designadamente no que respeita a: i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais.	Adotada	Pacto social da sociedade e regulamento interno do Conselho de Administração e ponto 21.

RECOMENDAÇÃO	ADOÇÃO	REMISSÃO
IV.1.2. O órgão de administração aprova, através de regulamento ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos administradores executivos aplicável ao exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo	Adotada	Regulamento interno do Conselho de Administração
IV.2.1. Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes devem designar entre si um coordenador para, designadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções; e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação V.1.1.; em alternativa, pode a sociedade fixar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.	Não adotada por não aplicável	Não existem Administradores Independentes. Atendendo à dimensão da sociedade, ao número reduzido de administradores não executivos e ao seu grau de proximidade com os administradores executivos, não se considera necessário um coordenador dos mesmos.
IV.2.2 O número de membros não executivos do órgão de administração deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas, devendo constar do relatório de governo a formulação deste juízo de adequação.	Adotada	Ponto 17, 18 e 21
IV.2.3. O número de administradores não executivos é superior ao de administradores executivos.	Não Adotada	
IV.2.4. O número de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência deve ser plural e não pode ser inferior a um terço do número total de administradores não executivos. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de: i. Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade; ii. Ter sido colaborador da sociedade ou de	Não aplicável	A sociedade não tem administradores independente, sejam executivos ou não.

RECOMENDAÇÃO	ADOÇÃO	REMISSÃO
<p>sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;</p> <p>iii. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;</p> <p>iv. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;</p> <p>v. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da sociedade, de administradores de pessoa coletiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada; vi. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.</p>		
<p>IV.2.5. O disposto no parágrafo (i) da recomendação III.4 não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem entretanto decorrido pelo menos três anos (<i>cooling-off period</i>).</p>	<p>Não Aplicável</p>	
<p>V.1. Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização toma conhecimento das linhas estratégicas e avalia e pronuncia-se sobre a política de risco, previamente à sua aprovação final pelo órgão de administração.</p>	<p>Adotada</p>	<p>Ponto 21 e 51 e Regulamento interno do Conselho Fiscal</p>

RECOMENDAÇÃO	ADOÇÃO	REMISSÃO
V.2. O número de membros dos órgãos de fiscalização e da comissão para as matérias financeiras deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerente à sua atividade.	Parcialmente adotada	O número de membros do órgão de fiscalização é adequado à dimensão da sociedade. Por outro lado, e atendendo à dimensão da sociedade, sua natureza e grau de maturidade, não se entende necessário ou adequado a existência de uma comissão específica para as matérias financeiras. Sem prescindir, o conselho de administração é coadjuvado por diversos departamentos nesta matéria.
CAPÍTULO VI. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÕES E NOMEAÇÕES		
V.1 Avaliação Anual de Desempenho		
V.1.1. O órgão de administração - ou comissão com competências na matéria, composto por maioria de membros não executivos - avalia anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho das suas comissões e dos administradores delegados, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, e o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.	Adotada	O Órgão de Administração avalia anualmente o seu desempenho e o desempenho da Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações. Ponto 21 e 24. A avaliação de desempenho dos Membros do Órgão de Administração é efetuada pela Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações. Ponto 25.
VI.2 Remunerações		
VI.2.1. A sociedade constitui uma comissão de remunerações, cuja composição assegure a sua independência em face da administração, podendo tratar-se da comissão de remunerações designada nos termos do artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais.	Adotada	Ponto 27, 29, 67 e 68.

RECOMENDAÇÃO	ADOÇÃO	REMISSÃO
VI.2.2. A fixação das remunerações dos membros de administração e de fiscalização e das comissões da sociedade compete à comissão de remunerações ou à assembleia geral, sob proposta daquela comissão.	Adotada	Ponto 67.
VI.2.3. A sociedade divulga no relatório de governo, ou no relatório de remunerações, a cessação de funções dos membros de órgãos ou comissões da sociedade, indicando os montantes de todos os encargos da sociedade relacionados com a cessação de funções, a qualquer título, no exercício em causa.	Adotada	Ponto 81 e política de remunerações.
VI.2.4. A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos acionistas, o presidente ou, no seu impedimento, outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na assembleia geral anual e em quaisquer outras se a respetiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade ou se tal presença tiver sido requerida por acionistas.	Adotada	Ponto 67/ a 71 e Regulamento interno da Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações.
VI.2.5. Dentro das limitações orçamentais da sociedade, a comissão de remunerações deve poder decidir livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultadoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções.	Adotada	Ponto 69
VI.2.6. A Comissão de remunerações assegura que aqueles serviços são prestados com independência.	Adotada	Ponto 69
VI.2.7. Os prestadores desses serviços não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à própria sociedade ou a outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo sem autorização expressa da Comissão.	Adotada	Ponto 69.
VI.2.8. Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes deve ter natureza variável que reflita o desempenho sustentado da	Adotada	Política de remunerações.

RECOMENDAÇÃO	ADOÇÃO	REMISSÃO
sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos.		
VI.2.9. Uma parte significativa da componente variável deve ser parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a, necessariamente, à confirmação da sustentabilidade do desempenho, nos termos definidos em regulamento interno da sociedade.	Não adotada	Apesar de tal possibilidade estar prevista, não tem sido a opção da sociedade.
VI.2.10. Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não aplicável	A remuneração variável não compreende opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações.
VI.2.11. A remuneração dos administradores não executivos não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.	Não Aplicável	Os administradores não executivos não são remunerados.
VI.3. Nomeações		
VI.3.1. A sociedade promove, nos termos que considere adequados, mas de forma suscetível de demonstração que as propostas para eleição dos membros dos órgãos sociais sejam acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação de cada um dos candidatos à função a desempenhar.	Adotada	Ponto 16 e 33. A eleição dos membros dos órgãos sociais obedece aos critérios previstos nos regulamentos internos de cada órgão social e é precedida de uma avaliação dos recursos humanos e da Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações.
VI.3.2. A Comissão de nomeações de membros de órgãos sociais inclui uma maioria de membros não executivos independentes.	Adotada	Todos os membros da comissão de nomeações, avaliações e remunerações são independentes. Ponto 68.
VI.3.3. A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes deve ser atribuída a uma comissão de nomeações.	Adotada	Função desempenhada pela Comissão de Nomeações, Avaliações e de Remunerações. Ponto 67.

RECOMENDAÇÃO	ADOÇÃO	REMISSÃO
VI.3.4. A comissão de nomeações deve disponibilizar os seus termos de referência e deve induzir, na medida das suas competências, processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam escolhidos para proposta os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo de género.	Adotada	Função desempenhada pela Comissão de Nomeações, Avaliações e de Remunerações, conforme política de remunerações. Ponto 67.
Capítulo VII. GESTÃO DE RISCO		
VII.1. O órgão de Administração debate e aprova o plano estratégico e a política de risco da sociedade, a qual incluirá a fixação de limites em matéria de assunção de riscos, definição de níveis de risco considerados aceitáveis.	Adotada	Ponto 21, 51 a 53 e 55.
VII.2. A sociedade dispõe de uma comissão especializada ou de um comité composto por especialistas em matéria de risco que reporta regularmente ao órgão de administração.	Não adotada	A sociedade dispõe de várias equipas de análise de risco interno, nomeadamente, <i>compliance</i> , legal, cibersegurança, finanças, mas não organizados numa comissão especializada.
VII.3. O órgão de fiscalização organiza-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração.	Adotada	Ponto 51 a 56
VII.4. O sistema de controlo interno, compreendendo as funções de gestão de riscos, <i>compliance</i> e auditoria interna, deve ser estruturado em termos adequados à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, devendo o órgão de fiscalização avaliá-lo e, no âmbito da sua competência de fiscalização da eficácia deste sistema, propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Adotada	Ponto 51 a 56
VII.5. A sociedade estabelece procedimentos de fiscalização, avaliação periódica e de ajustamento do sistema de controlo interno, incluindo uma avaliação anual do grau de cumprimento interno e do desempenho desse sistema, bem como da perspetiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido.	Adotada	Ponto 51.

RECOMENDAÇÃO	ADOÇÃO	REMISSÃO
VII.6. Tendo por base a sua política de risco, a sociedade institui uma função de gestão de riscos, identificando (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade, (ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respetivo impacto, (iii) os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação e, (iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento.	Adotada	Relatório Único de Gestão - capítulo "Riscos de Gestão".
VII.7. A sociedade institui processos para coligir e processar dados relacionados com a sustentabilidade ambiental e social, para alertar o órgão de administração acerca dos riscos em que a sociedade esteja a incorrer e propor estratégias para a sua mitigação.	Adotada	Relatório de sustentabilidade, disponível no sítio da internet da sociedade + Estratégia da sociedade (Parte I).
VII.8. A sociedade informa sobre o modo como as alterações climáticas são consideradas na organização e sobre a forma como pondera nos processos de decisão, a análise do risco climático.	Adotada	Relatório de sustentabilidade, disponível no sítio da internet da sociedade + Estratégia da sociedade (Parte I).
VII.9. A sociedade informa, no relatório de governo, sobre os termos em que mecanismos de inteligência artificial hajam sido utilizados como instrumento de tomada de decisões pelos órgãos sociais.	Adotada	Ponto 51.
VII.10. O órgão de fiscalização pronuncia-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços do sistema de controlo interno, incluindo às funções de gestão de riscos, <i>compliance</i> e auditoria interna, podendo propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Adotada	Ponto 55 e 56 e 90.
VII.11. O órgão de fiscalização é destinatário dos relatórios realizados pelos serviços de controlo interno, incluindo as funções de gestão de riscos, <i>compliance</i> e auditoria interna, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais irregularidades.	Adotada	Ponto 55 e 56 e Regulamento Interno do Conselho de Fiscal.
VI.6. Tendo por base a sua política de risco, a sociedade deve instituir uma função de gestão de riscos, identificando (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade, (ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respetivo impacto, (iii) os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação e, (iv) os procedimentos	Adotada	Ponto 54 e 55 e Relatório Único de Gestão - Capítulo "Riscos do negócio".

RECOMENDAÇÃO	ADOÇÃO	REMISSÃO
de monitorização, visando o seu acompanhamento.		
Capítulo VIII. INFORMAÇÃO FINANCEIRA		
VIII.1 Informação financeira		
VIII.1.1. O regulamento do órgão de fiscalização impõe que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada.	Adotada	Ponto 34 e Regulamento interno do Conselho Fiscal.
VIII.2 Revisão legal de contas e fiscalização		
VIII.2.1. Através de regulamento interno, o órgão de fiscalização define, nos termos do regime legal aplicável, os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do revisor oficial de contas.	Adotada	Ponto 34 e Regulamento interno do Conselho Fiscal.
VIII.2.2. O órgão de fiscalização é o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.	Adotada	Ponto 37.
VIII.2.3. O órgão de fiscalização avalia anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Adotada	Ponto 46.

Anexo I Qualificações profissionais dos membros:

. do Conselho de Administração;

. do Conselho Fiscal e

. da Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações

José Reis Da Silva Ramos

Data de nascimento: 15/08/1946 Localização: Vila Nova de Gaia

ATIVIDADE PROFISSIONAL



De Presidente do Conselho de Administração nas seguintes Sociedades:

- Toyota Caetano Portugal, S.A.
- NiW - It Services and Consulting , S.A..
- Caetano Shared Services, S.A.
- Caetanobus - Fabricação. de Carroçarias, S.A.
- Lusilectra - Veículos. e Equipamentos, S.A.
- Salvador Caetano Auto África, SGPS, S.A.
- Salvador Caetano - Indústria (SGPS), S.A.
- Fundação Salvador Caetano

De Vogal do Conselho de Administração nas seguintes Sociedades:

- Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A.
- Salvador Caetano Auto, SGPS, S.A.
- Caetano Renting, S.A.
- Atlântica – Comp. Portuguesa de Pesca, S.A.

De Gerente nas seguintes Sociedades:

- Soc. Imobiliária Quinta da Fundega, Lda.
- Crustacil – Comércio de Marisco, Lda.

De Administrador na seguinte Sociedade:

- Lusilectra-Vehiculos Y Equipamientos, S.L.U.

FORMAÇÃO

Licenciatura em Engenharia Metalúrgica, pela Universidade do Porto

Curso de Eletrotecnia e Máquinas, pelo antigo Instituto Técnico do Porto

FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Frequência de Cursos de Gestão

Participações em Seminários e Congressos Nacionais e Internacionais

Conhecimentos de Inglês Falado e Escrito

OUTRAS ATIVIDADES

Presidente da ACAP - Associação Automóvel de Portugal, desde 2019, cargo que já ocupou entre 2007 e 2013, alternando com a Vice-Presidência da Direção. Nesta altura, acumula esta função com o cargo desempenhado, desde 1999, de Presidente da Associação Industrial de Montagem de Automóveis (AIMA), que seria mais tarde integrada na ACAP.

Cônsul Geral Honorário do Japão no Porto, desde 2002.

CONDECORAÇÕES

Prémio Reconhecimento na edição 2022 dos Prémios Auto Observador.

Prémio Personalidade do Ano 2020, atribuído pela Comissão Executiva SIC/Expresso, no âmbito do Prémio Essilor Carro do Ano/Volante de Cristal. Esta distinção em muito se deve ao seu contributo e empenho pessoal no desenvolvimento do setor automóvel em Portugal, com especial destaque para a sua valorização e competitividade.

Prémio Kaizen 2018, atribuído pelo Kaizen Institute Portugal. Esta distinção reflete o seu envolvimento direto na promoção de uma cultura empresarial de melhoria contínua e a sua atitude em fazer mais e melhor todos os dias, em todas as áreas, e envolvendo todas as pessoas da Organização.

Homenagem Profissional do Ano, pelo Rotary Club Gaia Sul, em 2017, como reconhecimento pela sua carreira profissional e pelo seu empenho pessoal no serviço à comunidade de Vila Nova de Gaia, destacando o seu contributo para o desenvolvimento da região e empregabilidade.

Medalha de Mérito Municipal Ouro atribuída pelo Município de Ovar, em 2016, pelo seu empenho pessoal na atividade económica local, criação de postos de trabalho e manutenção dos existentes.

“Ordem do Sol Nascente, Raios de Ouro com Laço”, em 2015. Trata-se de uma das mais altas distinções concedidas pelo Imperador do Japão a cidadãos estrangeiros que têm contribuído grandemente para a promoção do mútuo entendimento e dos laços de amizade entre o Japão e os outros países.

Medalha de Mérito da Freguesia de Oliveira de Douro, em 2013.

Prémio de Honra atribuído pela ACAP, em 2013, como reconhecimento pelo contributo e dedicação pessoal prestado ao longo dos 2 mandatos que assumiu enquanto Presidente da Direção.

Medalha de Ouro da Cidade de Vila Nova de Gaia, em 2009, pelo seu empenho pessoal na promoção da atividade económica local e desenvolvimento da comunidade.

IDIOMAS

Português

Inglês

Espanhol

Francês

Japonês

APTIDÕES

MS Office

SAP

Maria Angelina Martins Caetano Ramos

Data de nascimento: 18/08/1949

Localização: Porto



EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

De Presidente do Conselho de Administração nas seguintes Sociedades:

- Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A.
- Salvador Caetano Auto, SGPS, S.A.
- Caetano Renting, S.A.
- Salvador Caetano Capital, SGPS, S.A.
- Cociga - Construções Civis de Gaia, S.A.
- Atlântica – comp. Portuguesa de pesca, S.A.
- Poal - Pavimentações e Obras Acessórias, S.A.
- Auto Partner - Imobiliária, S.A.
- Covim - soc. Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A.

De Vogal do Conselho de Administração na Sociedade Caetano Automotive Portugal, S.A.

De Gerente na Sociedades Crustacil – Comércio de Marisco, Lda.

FORMAÇÃO

Licenciatura em Economia, Universidade do Porto

Miguel Pedro Caetano Ramos

Data de nascimento: 26/09/1971

Localização: Vila Nova de Gaia

ATIVIDADE PROFISSIONAL



De Presidente do Conselho de Administração nas seguintes Sociedades:

- Caetano Fórmula East África, S.A.
- Caetano Mobility, SGPS, S.A.
- Drive Angola, S.A.
- Caetano Retail España, S.A.U.
- Lidera Soluciones, S.L.
- Gocharge, S.A.
- Caetano Auto CV, S.A.

De Vogal do Conselho de Administração nas seguintes Sociedades:

- Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A.
- Caetano Automotive Portugal, S.A.
- Salvador Caetano Capital (SGPS), S.A.
- Caetano Shared Services, S.A.
- NiW - It Services and Consulting , S.A.
- Caetano Aeronautic, S.A.
- Salvador Caetano - Auto, SGPS, S.A.
- Salvador Caetano Auto África, SGPS, S.A.
- Caetano Aeronautic, S.A.
- Salvador Caetano Indústria, SGPS, S.A.
- Ibericar Barcelona Premium, S.L.
- LATAM OPERACIONAL, S.L.U.
- Caetanobus - Fabricação de Carroçaria, S.A.

- Kinto Portugal, S.A.
- HEDIN CAETANO AB
- RN Nordic AB

De Administrador Único na seguinte Sociedade:

- RN Danmark

De Administrador na seguinte Sociedade:

- Autowallis Caetano Holding ZRT.

De Gerente nas seguintes Sociedades:

- Robert Hudson, Limitada
- Simba Caetano Fórmula, Limited
- Caetano Renting Angola, LDA
- Caetano Peças - Comércio e Serviços (SU), Lda

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

2015 - 2022 - CEO Salvador Caetano Auto, SGPS

2003 - 2015 - Responsável pela Estratégia Internacional, Fusões, Aquisições e Investimentos no Grupo Salvador Caetano

2002 - Responsável pela internacionalização do setor automóvel em Espanha

2000 - 2001 - Implementação da COL (Customer Oriented Logistics), Toyota

Desenvolvimento da política de Recursos Humanos

Desenvolvimento de estratégias informáticas

Lançamento e implementação da Carplus - Conceito de Megastore de Carros Usados

Implementação do projeto de carros usados Toyota

1999 - 2000 - Lançamento de operações de rent-a-car e gestão de frota (Guerin, Finlog)

Lançamento do projeto de adaptação rápida - Autocenter

Software de Altitude, aquisição e reestruturação

Implementação do programa PDN (Plano de Desenvolvimento de Negócios na Toyota)

1997 - Gestão de vendas e Marketing da Toyota

1994 - 1997 - Toyota Motorsports Management

1993 - Estágio no Grupo Salvador Caetano na área de após venda, Toyota

FORMAÇÃO

MBA internacional em Business and Finance, pela European University

Licenciatura em Engenharia Mecânica e Gestão Industrial, pela Universidade do Porto

FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Programa Singularity University Executive, em Silicon Valley

Programa Toyota Senior Management Development, pela IMD International Lausanne

Participação em Seminários e Cursos de Estratégia Corporativa e Gestão de Negócios nacionais e internacionais

OUTRAS ATIVIDADES

Cônsul Geral Honorário da Coreia do Sul no Porto.

IDIOMAS

Fluente em:

Inglês

Espanhol

Italiano

Francês

Tom Fux

Data de Nascimento: 19/12/1973

Localização: Ljubljana, Slovenia

ACTIVIDADE PROFISSIONAL



• Administrador nas seguintes Sociedades:

- Toyota Deutschland Gmbh

- Toyota Austria Gmbh

- Toyota Motor Russia "000"

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

2021 - Vice Presidente da Unidade de Negócio Vendas, Toyota Motor Europe

2020 - Vice Presidente Mobilidade, Toyota Motor Europe

2018 - Diretor Executivo, Toyota Fleet Mobility

2014 - Presidente Toyota Alemanha

2012 - Diretor de Vendas, Toyota Motor Europe

2010 - Diretor de Planeamento e Vendas Toyota Motor Europe

2008 - Responsável Planeamento de Vendas, Toyota Motor Europe

1998 - 2008 Diretor Geral de Vendas e Marketing, Toyota Adria

EDUCAÇÃO

Licenciatura em Economia, Universidade Ljubljana

Bacharelato em Marketing

Kazunori Takagi

Data de Nascimento: 15/02/1969

ACTIVIDADE PROFISSIONAL



Administrador na seguinte Sociedade Toyota Motor Manufacturing UK

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

2022 - Ingressou na TME, função de suporte de fabricação e da EMC, vice-presidente sênior

2021 - Div. Administração Motomachi. Director Geral

2019 - Div. Montagem da planta Motomachi Director Geral

2018 - Div. Montagem da planta Motomachi. Vice-gerente geral

2013 - Diretor da Fábrica TMR-SP

2012 - Div. Montagem da planta Motomachi. Vice-gerente geral

2009 - Div. Montagem da fábrica de Motomachi. Gerente de oficina de pintura

2007 - Div. Montagem da fábrica de Motomachi. gerente de grupo

2003 - Coordenador da montadora TMCA (Gerente Assistente)

1998 - Div. Montagem da fábrica de Motomachi. engenheiro

1997 - Div. Administração Motomachi. engenheiro de grupo de logística de fábrica

1995 - Div. Montagem da fábrica de Motomachi. engenheiro

1994 - Assembleia PE Div. Engenheiro de grupo de gerenciamento de fábrica

1991 - Ingressou na TMC, Divisão de Montagem da fábrica de Motomachi. engenheiro

1991 - Formado pela Universidade de Tokai

EDUCAÇÃO

Universidade de Tokai, Faculdade de Engenharia, Eletrônica

Gisela Maria Falcão Sousa Pires Passos

Data de nascimento: 20/11/1971

Localização: Porto



ACTIVIDADE PROFISSIONAL

Exerce funções de Vogal do Conselho de Administração nas seguintes Sociedades:

- Toyota Caetano Portugal, S.A.
- Caetanobus - Fabricação de Carroçaria, S.A.
- Salvador Caetano Indústria (SGPS), S.A.
- Kinto Portugal, S.A.
- Caetano Renting, S.A.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

2021 - até presente – CFO Direção Financeira, Toyota Caetano Portugal, S.A.

2015 - 2020 – Direção Financeira, CaetanoBus, Fabricação de Carroçarias, S.A.

2005 - 2015 - Departamento de Estudos e Planeamento Estratégico - Rigor, Consultoria e Gestão, S.A.

2004 - 2005 - Gabinete de Estudos e Projetos - Fogeca, SGPS, S.A.

1999 - 2003 - Gabinete de Estudos e Projetos - Salvador Caetano, IMVT, S.A.

1997 - 1999 - Direção Financeira- Autovia, Soc. Automóveis, Lda.

1994 - 1997 - Departamento de Auditoria - Arthur Andersen

FORMAÇÃO

Licenciatura em Economia, Faculdade de Economia do Porto

FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

2021 - Programa de Desenvolvimento Avançado (PDA) de Liderança Estratégica Ser Caetano, focado na aplicação da Neurociência à Liderança, Next Leader

2018/2019 - Liderança Ser Caetano, Porto Business School 2018 - Avaliação de Desempenho, Porto Business School

2017 - Normas Internacionais de Relato Financeiro, PWC, V.N.Gaia

2016 - Programa Leading the future routes, Porto Business School

2013 - Liderança de Equipas, Teambuilding

2013 - Introdução à língua e cultura Japonesa, Toyota Caetano Portugal

2008 - Curso de Fusões e Aquisições, EGP - University of Porto Business School

2008 - Espanhol de Negócios, CESAE

2004 - Formação Segmentada - Constituição, Dissolução, Liquidação e Transformação de Sociedades

2001 - Programa Avançado de Gestão para Executivos, Universidade Católica Portuguesa

Maria da Conceição Monteiro da Silva

Data de nascimento: 20/05/1954

Localização: Vieira do Minho

ACTIVIDADE PROFISSIONAL

- Exerce funções nas seguintes sociedades:

De Presidente do Conselho Fiscal da Toyota Caetano Portugal, S.A.

De Membro da Comissão de Remunerações da:

- Caetano Auto, S.A.
- Caetano Automotive Portugal, S.A.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Exerceu funções de Administradora Executiva em diversas Empresas do ramo automóvel, tendo exercido funções de CFO e CEO

FORMAÇÃO

Licenciatura em Economia, pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto

José Domingos Silva Fernandes

Data de nascimento: 28/03/1951

Localização: Porto

ACTIVIDADE PROFISSIONAL



Atualmente, exerce funções nas seguintes sociedades:

- De Presidente do Conselho Fiscal na Caetano Baviera, S.A.



De vogal do Conselho Fiscal da Toyota Caetano, S.A.

De Revisor Oficial de Contas nas sociedades:

- Summertime - Sociedade Imobiliária, S.A.
- Convemaia - Sociedade Imobiliária, S.A.
- BDS, SGPS, S.A.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

2001-2005 - Presidente do Conselho Disciplinar da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

Desde 1982 - Inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, tendo exercido essas funções em diversas entidades públicas e privadas

1987-2011 Docente no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

1975-1993 - Técnico da Inspeção Geral de Finanças

FORMAÇÃO

Curso de Contabilista, do ex-Instituto Comercial do Porto

Licenciatura em Economia da Universidade do Porto

OUTRAS ATIVIDADES

Monitor de diversas ações de formação, nas áreas de Contabilidade e Fiscalidade, promovidas pela Ordem dos Contabilistas Certificados e pela Associação Portuguesa de Contabilistas

Daniel Broekhuizen

Data de Nascimento: 26/07/1965

Localização: Jutphaas, The Netherlands

ACTIVIDADE PROFISSIONAL



Exerce funções nas seguintes Sociedades:

- Membro do Conselho Fiscal, Toyota Caetano Portugal, S.A.
- Membro do Conselho Fiscal, Toyota Motor Kazakhstan LLP
- Membro do Conselho de Administração Toyota Logistics Services Ireland Ltd

EDUCAÇÃO

Mestrado em Gestão e Fiscalidade Internacional pela Boston University / VUB

Bacharelato em Economia Empresarial e Direito Fiscal

João António Ferreira de Araújo Sequeira

Data de nascimento: 10/06/1948

Localização: Santo Ildefonso- Porto

ACTIVIDADE PROFISSIONAL

De membro do Conselho de Administração nas seguintes Sociedades:

- P.O.A.L. – Pavimentações e Obras Acessórias, S.A.
- TURISPAIVA – Sociedade Turística Paivense, S.A.

De Presidente do Conselho de Fiscal nas seguintes Sociedades:

- CAETANOBUS – Fabricação de Carroçarias, S.A.

De Vogal do Conselho de Fiscal nas seguintes Sociedades:

- SALVADOR CAETANO AUTO, SGPS, S.A.
- Fundação Salvador Caetano

De membro da Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações na Sociedade Toyota Caetano Portugal, S.A.

De membro da Comissão de Remunerações na Sociedade Caetano Auto, S.A.

FORMAÇÃO

- Bacharelato em Contabilidade pelo Instituto Comercial do Porto (Instituto Superior de contabilidade)
- Licenciatura de curso de Economia (Não concluída)

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

Data de nascimento: 08/08/1954

Localização: Leça da Palmeira - Matosinhos

ACTIVIDADE PROFISSIONAL



De membro de Conselho de Remunerações nas seguintes Sociedades:

- Caetano Auto, S.A
- Caetano Automotive Portugal, S.A.

De Presidente do Conselho de Fiscal na Fundação Salvador Caetano

De membro da Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações na Sociedade Toyota Caetano Portugal, S.A.

De membro da Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões Salvador Caetano

FORMAÇÃO

Licenciado em Economia

Jorge Manuel Cerqueira Magalhães

Data de nascimento: 16/10/1967

Localização: Miragaia - Porto

ACTIVIDADE PROFISSIONAL



De membro da Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações na Sociedade Toyota Caetano Portugal, S.A.

FORMAÇÃO

Licenciatura em Contabilidade e Administração, pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

OUTRAS INFORMAÇÕES

OUTRAS INFORMAÇÕES

Sede

Av. Vasco da Gama. 1410

4431-956 Vila Nova de Gaia

Portugal

Telefone: +351 227 867 000

Unidade Fabril de Ovar

Rua de Olho Marinho (EN109), nº 1427

3885-113 Arada, Ovar

Portugal

Telefone: +351 256 790 042

Div. Equipamento Industrial Sul

Carregado

Estrada Nacional 3 – km1

2580-595 Carregado

Portugal

Telefone: +351 263 857 244

Data de Constituição: 4 de julho de 1946

N.I.P.C. 500 239 037

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Gaia, nº 500239037

A Sociedade não alterou a sua designação social em 2022.

Toyota Caetano Portugal, S.A.

**Demonstrações financeiras individuais em
31 de dezembro de 2023 acompanhadas da
Certificação Legal das Contas e do Relatório
de Auditoria**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Toyota Caetano Portugal, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração individual da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 366.439.933 euros e um total de capital próprio de 168.220.580 euros, incluindo um resultado líquido de 17.119.170 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Toyota Caetano Portugal, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, conseqüentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting, Financial Advisory e Risk Advisory a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com mais de 175 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 415.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 981.020,00 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<p>Imparidade de viaturas usadas (Notas 2.3 f), 12 e 23 do anexo às demonstrações financeiras)</p>	
<p>Em 31 de dezembro de 2023, os inventários da Entidade ascendem a 90,5 milhões de euros (representando cerca de 25% do ativo total), dos quais o montante de 21,2 milhões de euros corresponde a viaturas usadas.</p> <p>De acordo com a IAS 2 Inventários, as viaturas usadas encontram-se valorizadas ao menor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. As perdas por imparidade acumuladas refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido dos inventários.</p> <p>O valor realizável líquido das viaturas usadas é determinado pela aplicação de critérios de desvalorização definidos pelo órgão de gestão tendo em consideração a antiguidade das mesmas, bem como através da consulta de indicadores de mercado obtidos de fontes externas, os quais consideram igualmente as características e antiguidade de cada viatura.</p> <p>Esta matéria é considerada uma matéria relevante de auditoria em virtude da volatilidade do valor de mercado de viaturas usadas e do caráter julgamental associado ao apuramento das perdas por imparidade.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a análise do processo de valorização de inventários correspondentes a viaturas usadas implementado pela Entidade, verificando a sua conformidade com o previsto ao nível do normativo contabilístico e visando assegurar a mitigação do risco de o valor de tais inventários poder ser superior ao respetivo valor de realização. Entre outros procedimentos levados a cabo, destacamos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Teste de detalhe ao custo de aquisição de viaturas usadas em 31 de dezembro de 2023; • Validação dos critérios adotados pelo órgão de gestão da Entidade relativamente ao registo de perdas por imparidade para viaturas usadas e realização de testes aritméticos; • Análise das margens históricas nas vendas de viaturas usadas; • Análise e confrontação dos valores líquidos contabilísticos das viaturas usadas em 31 de dezembro de 2023 com informação de mercado obtida através de fontes externas, atendendo às características e antiguidade específicas de cada viatura; • Análise de vendas de viaturas usadas ocorridas após 31 de dezembro de 2023, por forma a identificar eventuais transações em que o valor líquido de realização seja inferior ao valor líquido contabilístico registado em inventários em 31 de dezembro de 2023; • Avaliação da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<p>Imparidade de investimento financeiro em empreendimento conjunto (Notas 2.3 v) e 10 do anexo às demonstrações financeiras)</p> <p>A Entidade detém um investimento financeiro num empreendimento conjunto, Caetanobus – Fabricação de Carroçarias, S.A., adquirido no decurso do exercício de 2020, cujo valor contabilístico em 31 de dezembro de 2023 ascende a 22,3 milhões de euros. Esta participação financeira é mensurada de acordo com o método de equivalência patrimonial, deduzido de perdas por imparidade.</p> <p>A Entidade reconhece perdas por imparidade em investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos quando se determina que o valor de recuperação de um dado ativo é inferior ao seu valor contabilístico.</p> <p>Aquele empreendimento conjunto registou nos anos de 2020 a 2023 resultados operacionais e líquidos negativos, constituindo tal facto um indício de imparidade relativamente àquele investimento financeiro.</p> <p>Os testes de imparidade incorporam julgamentos complexos, materializados em planos de negócio, que têm por base diversos pressupostos, associados a taxas de desconto, margens perspectivadas, taxas de crescimento de curto e longo prazo, planos de investimento e comportamentos da procura.</p> <p>Estes pressupostos consideram (i) as perspetivas associadas à retoma de atividade no período pós-pandemia, (ii) uma alteração estrutural no segmento de atividade associado à fabricação e montagem de autocarros urbanos, a qual passa pela concretização de uma parceria que envolve a subcontratação de uma parte significativa da produção e montagem daqueles autocarros, (iii) bem como a materialização do crescimento projetado pelo órgão de gestão daquele empreendimento conjunto para o respetivo mercado-alvo, relativamente aos modelos de autocarros ambientalmente mais sustentáveis. Salientamos que, contudo, os atuais conflitos armados em curso na Ucrânia e no Médio Oriente poderão continuar a ter um impacto significativo nas principais economias de destino das vendas da Caetanobus – Fabricação de Carroçarias, S.A..</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria nesta área incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A avaliação dos controlos relevantes relacionados com a identificação de indícios de imparidade ao nível dos investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos detidos pela Entidade, bem como a análise do exercício de avaliação de perdas por imparidade nas situações em que são identificados indícios de imparidade; • Atendendo a que as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 da Caetanobus – Fabricação de Carroçarias, S.A. foram auditadas por outros revisores oficiais de contas, procedemos à execução dos seguintes procedimentos: <ul style="list-style-type: none"> – Envio de instruções de auditoria para os revisores oficiais de contas da componente, conforme previsto na ISA 600 – Considerações Especiais – Auditorias de Demonstrações Financeiras de Grupos (Incluindo o Trabalho dos Auditores de Componente); – Avaliação da competência técnica dos revisores oficiais de contas em questão; envolvimento no processo de planeamento da referida auditoria; revisão dos papéis de trabalho dos revisores oficiais de contas, verificando que os riscos significativos por nós identificados haviam sido adequadamente endereçados; e avaliação das conclusões dos procedimentos levados a cabo para a mitigação de tais riscos; – Análise dos reportes de auditoria emitidos pelos revisores oficiais de contas da Caetanobus – Fabricação de Carroçarias, S.A., debatendo com os seus representantes as respetivas conclusões.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<p>Imparidade de investimento financeiro em empreendimento conjunto (Notas 2.3 v) e 10 do anexo às demonstrações financeiras)</p> <p>Como resultado do seu processo de análise, e tendo em consideração alguma incerteza quanto à expectativa de continuação da retoma de atividade e recuperação da rentabilidade do empreendimento conjunto, a qual está associada à parceria acima referida, a Entidade registou nas suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 uma perda por imparidade no montante de 1,6 milhões de euros relativamente ao referido empreendimento conjunto.</p> <p>Tendo em consideração a relevância do referido ativo nas demonstrações financeiras, a complexidade inerente à análise de imparidade efetuada, sustentada em estimativas e pressupostos baseados em previsões económicas e de mercado, num ambiente de acrescida incerteza associada à atual conjuntura económica, consideramos esta área como uma matéria relevante de auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • No que diz respeito à avaliação do valor de recuperação usado pela Entidade no processo de análise de imparidade, os nossos procedimentos incluíram: <ul style="list-style-type: none"> – Obtenção do modelo de avaliação utilizado para determinar a quantia recuperável do investimento financeiro e teste à correção aritmética desse modelo; – Avaliação da metodologia usada pela Entidade no processo de determinação do valor de uso, nomeadamente face aos requisitos do normativo contabilístico aplicável; – Avaliação da razoabilidade dos pressupostos subjacentes ao modelo, nomeadamente ao nível das taxas de desconto e taxas de crescimento de longo prazo utilizadas; – Análise dos testes de sensibilidade realizados; – Realização de discussões com o órgão de gestão da Entidade; – Verificação da conformidade e consistência da análise de imparidade que nos foi disponibilizada com a análise de imparidade que foi disponibilizada aos revisores oficiais de contas da Caetanobus – Fabricação de Carroçarias, S.A.; – Avaliação da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Outras matérias

As demonstrações financeiras anexas referem-se à atividade da Entidade a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme indicado na Nota 2.3 v) do anexo às demonstrações financeiras, as participações financeiras em subsidiárias são registadas de acordo com o método da equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação integral, o que será efetuado em demonstrações financeiras consolidadas a aprovar e a publicar em separado. Na Nota 10 do anexo é dada informação adicional sobre as entidades subsidiárias.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, demonstração não financeira e relatório sobre remunerações nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo das sociedades, bem como a verificação de que a demonstração não financeira e relatório de remunerações foram apresentados.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Formato eletrónico único europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras de Toyota Caetano Portugal, S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (“Regulamento ESEF”).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual, estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração a Guia de Aplicação Técnica da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros, a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual, estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 29º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do nº 1 do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade irá preparar um relatório separado do relatório de gestão, denominado Relatório de sustentabilidade, que inclui a demonstração não financeira consolidada, conforme previsto no artigo 508º-G do Código das Sociedades Comerciais, o qual deverá ser publicado no seu sítio na Internet no prazo legal.

Sobre o relatório de remunerações

Dando cumprimento ao artigo 245º-C, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que a Entidade incluiu em capítulo autónomo, no seu relatório sobre o governo das sociedades, as informações previstas no nº 2 do referido artigo.

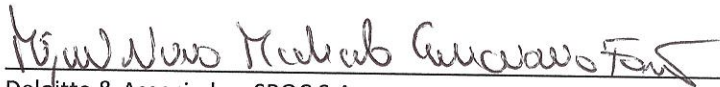
Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores de Toyota Caetano Portugal, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 1 de julho de 2020 para completar o mandato em curso compreendido entre 2019 e 2022. Fomos posteriormente nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de maio de 2023 para um segundo mandato, abrangendo o quadriénio 2023-2026.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.

- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 30 de abril de 2024.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5º, número 1, do Regulamento (UE) nº 537/2014, de 16 de abril de 2014, e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Porto, 30 de abril de 2024



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Miguel Nuno Machado Canavaro Fontes, ROC

Registo na OROC nº 1397

Registo na CMVM nº 20161007

Toyota Caetano Portugal, S.A.

**Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de
dezembro de 2023 acompanhadas da Certificação
Legal das Contas e do Relatório de Auditoria**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Toyota Caetano Portugal, S.A. (“a Entidade”) e suas subsidiárias (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 455.497.973 euros e um total de capital próprio de 170.028.015 euros, incluindo um resultado líquido de 17.119.170 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de Toyota Caetano Portugal, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, conseqüentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting, Financial Advisory e Risk Advisory a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direccionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com mais de 175 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 415.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 981.020,00 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<p>Imparidade de viaturas usadas (Notas 2.4 g), 12 e 26 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas)</p>	
<p>Em 31 de dezembro de 2023, os inventários do Grupo ascendem a 147 milhões de euros (representando cerca de 32% do ativo líquido consolidado), dos quais o montante de, aproximadamente, 54,1 milhões de euros corresponde a viaturas usadas.</p> <p>De acordo com a IAS 2 Inventários, as viaturas usadas encontram-se valorizadas ao menor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. As perdas por imparidade acumuladas refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido dos inventários.</p> <p>O valor realizável líquido das viaturas usadas é determinado pela aplicação de critérios de desvalorização definidos pelo órgão de gestão tendo em consideração a antiguidade das mesmas, bem como através da consulta de indicadores de mercado obtidos de fontes externas, os quais consideram igualmente as características e antiguidade de cada viatura.</p> <p>Esta matéria é considerada uma matéria relevante de auditoria em virtude da volatilidade do valor de mercado de viaturas usadas e do caráter julgamental associado ao apuramento das perdas por imparidade.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a análise do processo de valorização de inventários correspondentes a viaturas usadas implementado pela Entidade, verificando a sua conformidade com o previsto ao nível do normativo contabilístico e visando assegurar a mitigação do risco de o valor de tais inventários poder ser superior ao respetivo valor de realização. Entre outros procedimentos levados a cabo, destacamos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Teste de detalhe ao custo de aquisição de viaturas usadas em 31 de dezembro de 2023; • Validação dos critérios adotados pelo órgão de gestão da Entidade relativamente ao registo de perdas por imparidade para viaturas usadas e realização de testes aritméticos; • Análise das margens históricas nas vendas de viaturas usadas; • Análise e confrontação dos valores líquidos contabilísticos das viaturas usadas em 31 de dezembro de 2023 com informação de mercado obtida através de fontes externas, atendendo às características e antiguidade específicas de cada viatura; • Análise de vendas de viaturas usadas ocorridas após 31 de dezembro de 2023, por forma a identificar eventuais transações em que o valor líquido de realização seja inferior ao valor líquido contabilístico registado em inventários em 31 de dezembro de 2023; • Avaliação da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<p>Imparidade de investimento financeiro no empreendimento conjunto Caetanobus – Fabricação de Carroçarias, S.A. (Notas 2.3 b) e 10 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas)</p> <p>O Grupo detém um investimento financeiro num empreendimento conjunto, Caetanobus – Fabricação de Carroçarias, S.A., adquirido no decurso do exercício de 2020, cujo valor contabilístico em 31 de dezembro de 2023 ascende a 22,3 milhões de euros. Esta participação financeira é mensurada de acordo com o método de equivalência patrimonial, deduzido de perdas por imparidade.</p> <p>A Entidade reconhece perdas por imparidade em investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos quando se determina que o valor de recuperação de um dado ativo é inferior ao seu valor contabilístico.</p> <p>Aquele empreendimento conjunto registou nos anos de 2020 a 2023 resultados operacionais e líquidos negativos, constituindo tal facto um indício de imparidade relativamente àquele investimento financeiro.</p> <p>Os testes de imparidade incorporam julgamentos complexos, materializados em planos de negócio, que têm por base diversos pressupostos, associados a taxas de desconto, margens perspectivadas, taxas de crescimento de curto e longo prazo, planos de investimento e comportamentos da procura.</p> <p>Estes pressupostos consideram (i) as perspetivas associadas à retoma de atividade no período pós-pandemia, (ii) uma alteração estrutural no segmento de atividade associado à fabricação e montagem de autocarros urbanos, a qual passa pela concretização de uma parceria que envolve a subcontratação de uma parte significativa da produção e montagem daqueles autocarros, (iii) bem como a materialização do crescimento projetado pelo órgão de gestão daquele empreendimento conjunto para o respetivo mercado-alvo, relativamente aos modelos de autocarros ambientalmente mais sustentáveis. Salientamos que, contudo, os atuais conflitos armados em curso na Ucrânia e no Médio Oriente poderão continuar a ter um impacto significativo nas principais economias de</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria nesta área incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A avaliação dos controlos relevantes relacionados com a identificação de indícios de imparidade ao nível dos investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos detidos pelo Grupo, bem como a análise do exercício de avaliação de perdas por imparidade nas situações em que são identificados indícios de imparidade; • Atendendo a que as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 da Caetanobus – Fabricação de Carroçarias, S.A. foram auditadas por outros revisores oficiais de contas, procedemos à execução dos seguintes procedimentos: <ul style="list-style-type: none"> – Envio de instruções de auditoria para os revisores oficiais de contas da componente, conforme previsto na ISA 600 – Considerações Especiais – Auditorias de Demonstrações Financeiras de Grupos (Incluindo o Trabalho dos Auditores de Componente); – Avaliação da competência técnica dos revisores oficiais de contas em questão; envolvimento no processo de planeamento da referida auditoria; revisão dos papéis de trabalho dos revisores oficiais de contas, verificando que os riscos significativos por nós identificados haviam sido adequadamente endereçados; e avaliação das conclusões dos procedimentos levados a cabo para a mitigação de tais riscos; – Análise dos reportes de auditoria emitidos pelos revisores oficiais de contas da Caetanobus – Fabricação de Carroçarias, S.A., debatendo com os seus representantes as respetivas conclusões. • No que diz respeito à avaliação do valor de recuperação estimado pela Entidade no processo de análise de imparidade, os nossos procedimentos incluíram:

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<p>Imparidade de investimento financeiro no empreendimento conjunto Caetanobus – Fabricação de Carroçarias, S.A. (Notas 2.3 b) e 10 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas)</p> <p>destino das vendas da Caetanobus – Fabricação de Carroçarias, S.A..</p> <p>Como resultado do seu processo de análise, e tendo em consideração alguma incerteza quanto à expectativa de continuação da retoma de atividade e recuperação da rentabilidade do empreendimento conjunto, a qual está associada à parceria acima referida, a Entidade registou nas suas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2023 uma perda por imparidade no montante de 1,6 milhões de euros relativamente ao referido empreendimento conjunto.</p> <p>Tendo em consideração a relevância do referido ativo nas demonstrações financeiras consolidadas, a complexidade inerente à análise de imparidade efetuada, sustentada em estimativas e pressupostos baseados em previsões económicas e de mercado, num ambiente de acrescida incerteza associada à atual conjuntura económica, consideramos esta área como uma matéria relevante de auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Obtenção do modelo de avaliação utilizado para determinar a quantia recuperável do investimento financeiro e teste à correção aritmética desse modelo; – Avaliação da metodologia usada pelo Grupo no processo de determinação do valor de uso, nomeadamente face aos requisitos do normativo contabilístico aplicável; – Avaliação dos pressupostos subjacentes ao modelo, nomeadamente ao nível das taxas de desconto e taxas de crescimento de longo prazo utilizadas; – Análise dos testes de sensibilidade realizados; – Realização de discussões com o órgão de gestão da Entidade; – Verificação da conformidade e consistência da análise de imparidade que nos foi disponibilizada com a análise de imparidade que foi disponibilizada aos revisores oficiais de contas da Caetanobus – Fabricação de Carroçarias, S.A.; – Avaliação da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro consolidado e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, relatório de governo societário, demonstração não financeira consolidada e relatório sobre remunerações nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo das sociedades, bem como a verificação de que a demonstração não financeira consolidada e o relatório de remunerações foram apresentados.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Formato eletrónico único europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras consolidadas de Toyota Caetano Portugal, S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 ("Regulamento ESEF").

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração a Guia de Aplicação Técnica da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros:

- a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido; e
- a identificação e avaliação dos riscos de distorção material associados à marcação das informações das demonstrações financeiras consolidadas, em formato XBRL, utilizando a tecnologia iXBRL. Esta avaliação baseou-se na compreensão do processo implementado pela Entidade para marcar a informação.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira consolidada

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo irá preparar um relatório separado do relatório de gestão, denominado Relatório de sustentabilidade, que inclui a demonstração não financeira consolidada, conforme previsto no artigo 508º-G do Código das Sociedades Comerciais, o qual deverá ser publicado no seu sítio na Internet no prazo legal.

Sobre o relatório de remunerações

Dando cumprimento ao artigo 26º-G, nº 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que o Grupo incluiu em capítulo autónomo, no seu relatório sobre o governo das sociedades, as informações previstas no nº 2 do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores de Toyota Caetano Portugal, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 1 de julho de 2020 para completar o mandato em curso compreendido entre 2019 e 2022. Fomos posteriormente nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de maio de 2023 para um segundo mandato, abrangendo o quadriénio 2023-2026.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras consolidadas. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 30 de abril de 2024.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5º, número 1, do Regulamento (UE) nº 537/2014, de 16 de abril de 2014, e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Porto, 30 de abril de 2024



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Miguel Nuno Machado Canavarro Fontes, ROC

Registo na OROC nº 1397

Registo na CMVM nº 20161007

TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

Sede: Av. Vasco da Gama, n.º 1410, Vila Nova de Gaia
Capital Social: 35.000.000 €
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial
de Vila Nova de Gaia
Pessoa Coletiva n.º 500 239 037

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Acionistas,

1. De harmonia com o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais e no contrato social, compete-nos submeter à vossa apreciação o relatório sobre a atividade desenvolvida e dar parecer sobre os documentos de prestação de Contas Individuais e Consolidadas da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., referentes ao exercício de 2023 que nos foram presentes pelo Conselho de Administração.

2. No desempenho das funções que nos foram cometidas, procedemos, durante o exercício, ao acompanhamento dos negócios sociais, sua evolução e, com a frequência e extensão consideradas aconselháveis e adequadas, à análise geral dos procedimentos contabilísticos e das políticas contabilísticas e critérios de mensuração adotados pela sociedade.

3. Não tomamos conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.

4. Analisamos a Certificação Legal das Contas individuais e a Certificação Legal das Contas consolidadas emitidas pelo Revisor Oficial de Contas, com as quais concordamos.

Assim sendo,

5. Vêm todos os membros do Conselho Fiscal da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º do Código dos Valores Mobiliários, afirmar que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação prevista na alínea a) do artigo supracitado, incluindo os documentos de prestação de Contas Individuais e Consolidadas, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Empresa e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo ainda uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

Sede: Av. Vasco da Gama, n.º 1410, Vila Nova de Gaia
Capital Social: 35.000.000 €
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial
de Vila Nova de Gaia
Pessoa Coletiva n.º 500 239 037

6. E, nos termos do n.º 5 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. declara que o relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário inclui os elementos referidos no artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários.

7. Nestes termos, somos do parecer que a Assembleia Geral Anual:

a) Aprove o relatório do Conselho de Administração e as Contas Individuais e Consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023;

b) Aprove a proposta de Aplicação de Resultados contida no relatório do Conselho de Administração.

Vila Nova de Gaia, 30 de Abril de 2024

TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

Sede: Av. Vasco da Gama, n.º 1410, Vila Nova de Gaia
Capital Social: 35.000.000 €
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial
de Vila Nova de Gaia
Pessoa Coletiva n.º 500 239 037

Declaração do Conselho Fiscal

Todos os membros do Conselho Fiscal da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 29.º-G do Código de Valores Mobiliários, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação prevista na alínea a) do artigo supracitado, incluindo os documentos de prestação de Contas Individuais e Consolidadas, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Empresa e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo ainda uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

Vila Nova de Gaia, 30 de Abril de 2024